



O jornalista em sua fazenda em Uberaba (MG), seu refúgio rural. *Marlene Bergamo/Folhapress*

Ilustrada C1

A batalha do repórter

“O Gosto da Guerra”, livro clássico de José Hamilton Ribeiro sobre conflito no Vietnã, será relançado com outras de suas reportagens.

Esporte B9

Caiaque cross estreia nos Jogos de Paris, e Brasil está na briga por medalhas

Plano de educação prevê 60% das crianças em creche

O novo PNE (Plano Nacional de Educação), proposta da gestão Lula (PT), prevê elevar de 50% para 60% a meta de alunos em creches. Não houve mudanças na atual meta de investimentos na área, de 10% do PIB em dez anos. *Cotidiano B4*

Fábricas se ajudam com empréstimo de máquinas no RS

Mercado p.4

Cármem pede atuação presencial no TSE até eleição

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármem Lúcia, pediu aos ministros da corte que atuem presencialmente até as eleições municipais. A ideia é dar o exemplo a magistrados de outras instâncias eleitorais. *Política A4*

Youtuber dos EUA grava perseguição em viatura da PM

Cotidiano B3

EDITORIAIS A2

Hora de agir para estabilizar a finança

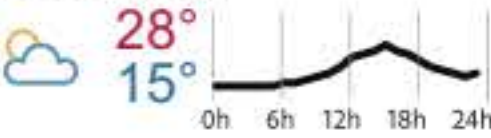
Em defesa de providências imediatas na economia.

Metas sem lastro

Acerca de fiasco do Plano Nacional de Educação.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Rio	Hoje 19°32"	Amanhã 20°27"
Brasília	16°27"	17°27"
Ribeirão	16°31"	17°30"



*Karime Xavier/Folhapress*

TEMPO SECO ANTECIPA FLORAÇÃO DOS IPÊS-ROXOS EM SÃO PAULO

Árvore em praça da Lapa, zona oeste da capital; em geral, florada acontece entre julho e setembro, mas seca altera ciclo de reprodução dos ipês *Cotidiano B3*

Maioria do STF descriminaliza porte de maconha para usuário

Supremo deve estabelecer hoje quantia para diferenciar uso pessoal de tráfico; Congresso reage

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal. A corte deve definir hoje a quantia para diferenciar usuários de traficantes.

Com a decisão, o porte para o usuário não é mais crime no Brasil, mas continua sendo um ato ilícito, podendo ser punido com sanção administrativa, como advertência. O uso de maconha em público segue proibido.

O julgamento no STF durou nove anos. O placar ficou pendente porque ministros divergiram sobre a constitucionalidade ou não do artigo da Lei de Drogas que trata da maconha. O resultado final será proclamado hoje.

O Congresso reagiu. O presidente da Câmara, Arthur Lira, instalou comissão para analisar a PEC das Drogas, que criminaliza o porte. Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, disse que a medida cria distorção jurídica.

Especialistas criticam a decisão, que, segundo eles, atinge aspectos laterais ao tema das drogas. Ativistas veem avanço, mas afirmam que a discussão ficou esvaziada por estar restrita à maconha. *Cotidiano B1 e B2*

Ata do Copom reforça decisão de cautela na política de juros

O Comitê de Política Monetária do BC reforçou em ata o consenso sobre atuação mais cautelosa na política de juros. Segundo o colegiado, “eventuais ajustes” serão ditados pelo compromisso de levar expectativas de inflação em direção à meta.

Na semana passada, o Copom interrompeu os cortes de juros e manteve a Selic em 10,5% ao ano. No documento, o comitê diz ainda que o cenário de inflação se tornou mais desafiador. Após a divulgação da ata, o dólar subiu a R\$ 5,45. *Mercado p.2*

Congelamento de gastos será teste fiscal do governo Lula

No dia 22 de julho, a gestão Lula (PT) enviará ao Congresso relatório bimestral do Orçamento, documento que aponta medidas para cumprimento do arcabouço fiscal. Analistas dizem ser preciso contingenciamento de até R\$ 46 bilhões.

O mercado, porém, vê com ceticismo a possibilidade de um congelamento de gastos no mês que vem, mas especialistas avaliam que o governo não conseguirá evitar evitar um bloqueio de pelo menos R\$ 15 bilhões em despesas. *Mercado p.1*

PIB da Argentina tem queda de 5,1% no 1º trimestre

O PIB (Produto Interno Bruto) argentino caiu 5,1% no primeiro trimestre ante o mesmo período de 2023, reflexo das medidas de Javier Milei. Ao comentá-lo, o presidente disse ter feito o maior ajuste fiscal “da humanidade”. *Mercado p.12*



*Lian Zhen/Xinhua*

SONDA CHINESA CHEGA À TERRA COM AMOSTRAS DO LADO OCULTO DA LUA

Cápsula da Chang'e 6 após pousar na Mongólia Interior, na madrugada de ontem, trazendo rochas e poeira recolhidas no hemisfério lunar jamais visto da Terra; com o feito, China se tornou o primeiro país a ter material desta área da Lua *Ciência B7*

Maria Inês Dolci Parceria atropela ‘taxa da blusinha’

Quem imaginou que a “taxação das blusinhas”, imposto para compras internacionais de até US\$ 50, afugentaria as plataformas chinesas se equivocou. Rapidamente foi firmada parceria entre AliExpress e Magazine Luiza. *Corrida B10*

Assange admite culpa em acordo com os EUA

Fundador do WikiLeaks se declarou culpado pela divulgação de dados que teriam colocado em risco a segurança americana. Ele estava preso desde 2019, e acordo o tornará livre. *A10*



opinião

FOLHA DE S.PAULO  
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA  
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias  
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu  
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Hora de agir para estabilizar a finança

Lula pode combater deterioração se determinar contingenciamento significativo no Orçamento e antecipar definição de nome reputado para o BC

Esgota-se a margem para a retórica presidencial na condução da política econômica. Aproxima-se o momento de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixar de lado as bravatas e mostrar com ações se preserva algum compromisso com a estabilização da finança.

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária confirmou não haver discordância de diagnóstico entre os diretores do Banco Central sobre a elevação do risco inflacionário. A grande incerteza doméstica é saber se o governo federal cumprirá suas obrigações na regra fiscal em vigor.

Não se trata de cobrar nenhum “austericídio” do Executivo, muito pelo contrário. O marco aprovado em 2023, na esteira de uma das maiores expansões de despesa já registradas, permite uma nova elevação dos gastos em 2024, correspondente a 70% da alta da receita e limitada a 2,5% acima da inflação.

Pois essa norma generosa caminha para ser desrespeitada. De janeiro a maio de 2024, ante 2023, a arrecadação cresceu 8,7% acima da inflação, em boa parte devido a medidas patrocinadas pela Fazenda.

Tal é a sanha gastadora da gestão petista que nem sequer a disparada arrecadatória bastará para assegurar o cumprimento da meta de aproximar o Orçamento do equilíbrio neste ano.

O dispêndio com benefícios previdenciários e outros vinculados

ao salário mínimo aumenta muito acima do limite global de 2,5% reais. Algo parecido ocorre com os desembolsos em saúde e educação, que voltaram a ser atrelados a percentuais da receita.

O remédio imediato para essa sangria é o contingenciamento de despesas discricionárias. Uma suspensão de gastos em rubricas de custeio e investimento —que incluem emendas parlamentares— de R\$ 15 bilhões, nas contas mais otimistas, precisará ser anunciada já em julho sob o risco de arruinar-se de vez a regra fiscal.

Se decretasse o contingenciamento necessário, Lula retiraria um pouco da pressão extraordinária sobre câmbio e juros, que impulsiona as expectativas da inflação futura e deprime as perspectivas de crescimento econômico.

Outra medida ao alcance do chefe de Estado para ajudar na estabilização financeira seria antecipar a indicação de um nome de boa reputação para suceder a Roberto Campos Neto no Banco Central.

As bobagens reiteradas pelo presidente da República sobre juros, BC e equilíbrio fiscal estão prejudicando o seu próprio governo. Para Lula, seria tomar um risco político e eleitoral considerável fletar com um surto inflacionário ou mesmo recessivo na metade final do seu mandato. Há, afinal, uma oposição competitiva pronta para arrebatá-lo em 2026.

Metas sem lastro

Fiasco do Plano Nacional de Educação mostra que objetivos precisam ser factíveis e monitorados

Toda política pública deve conter metas e prazos, mas não basta estipulá-los. É preciso que os objetivos sejam factíveis, que haja fontes para os recursos, que os responsáveis sejam claramente designados e que haja monitoramento para identificar problemas e buscar soluções durante o processo.

Tudo indica que o Plano Nacional de Educação (PNE) falhou nesses quesitos. Desenvolvido pelo Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional em junho de 2014, o PNE determinou objetivos que deveriam ser alcançados até este junho.

Passados os dez anos, contudo, das 20 metas estabelecidas, só 4 foram parcialmente cumpridas, segundo relatório da ONG Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Entre elas: hoje 75% dos docentes do ensino superior têm título de mestre ou doutor, mas a rede privada não alcançou o mínimo de 35% de doutores; a rede pública respondeu por metade da expansão das matrículas do ensino técnico de nível médio, mas elas não triplicaram; chegou-se a 60 mil mestres titulados anualmente, mas não se formaram 25 mil doutores.

Ademais, o avanço no aprendizado exigido para todas as etapas da educação, a partir das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), só foi alcançado nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º). Nos anos finais, a pontuação manteve-se próxima à meta, mas no ensino médio houve piora.

Houve retrocesso também em garantir que 100% da população de 6 a 14 anos tenha acesso ao ensino fundamental —a taxa caiu de 97,2% em 2014 para 95,7%, em 2023.

Gargalos crônicos não foram eliminados, como se vê na frustração da meta de ter 100% das crianças alfabetizadas no 3º ano fundamental ou na de que 95% dos alunos concluam o fundamental na idade adequada. O ensino integral, que deveria estar em no mínimo 50% das escolas, chegou a só 27% em 2022 (último dado disponível).

O governo federal ainda não enviou o novo PNE ao Congresso. Se mais uma vez ficar limitado a objetivos sem lastro, o plano tende a não fazer muita diferença para melhorar os indicadores sofríveis da educação brasileira.



O dilema de Lula

Hélio Schwartzman

É difícil afastar a sensação de que o governo Lula está meio perdido. O petista foi eleito para impedir a permanência de Bolsonaro no poder. Nisso, Lula, ou melhor, o Brasil triunfou.

O passo seguinte seria fazer um governo bom o bastante para assegurar a recondução do próprio Lula ou do petista ungido como seu sucessor. Sabendo que caminhava em terreno pantanoso —a vitória foi por um triz—, Lula negociou com o Congresso, ainda na transição, uma PEC que lhe rendeu R\$ 145 bilhões extras para gastar no início da gestão. O cálculo era o de que a administração precisaria produzir resultados positivos já no primeiro ano, para não ter a legitimidade contestada.

Nos indicadores, deu certo. O país cresceu em 2023 bem mais do que se previa; emprego e renda aumentaram; a inflação não saiu de controle, ainda que os preços estejam em patamar elevado. O problema —e isso pode ter sido uma surpresa para Lula— é que os bons números não

se traduziram em popularidade, ao contrário até. Nisso Lula não está só. A economia americana também vai bem, mas Biden não converte isso em intenção de voto. Algo parecido ocorre na Europa.

O programa neurológico petista para esse tipo de situação é “dobre a aposta, multiplicando gastos sociais e investimentos públicos”. Ainda que a estratégia possa funcionar em certos contextos, não é esse o caso do Brasil hoje. Com a PEC da Transição, Lula já antecipara o espaço para gastos que governantes guardam para o final de mandato. Pior, como os juros americanos não caíram, a folga fiscal com a qual o governo contava não se materializou.

O instinto de Lula é imprecisar contra o BC e a Selic, mas, cada vez que ele faz isso, dólar e juro longo sobem, apertando mais o nó fiscal. Dólar alto vira facilmente inflação, que seria fatal para os planos do petista.

Vamos agora ver se Lula conserva pensamento flexível e capacidade de improvisar ou se é um caso perdido.

helio@uol.com.br

Arbítrio burro e inconstitucional

Bruno Boghossian

Acabar com a prisão de usuários de drogas foi uma decisão do Congresso Nacional. Até 2006, quem tivesse entorpecentes para consumo pessoal podia ser condenado a detenção de seis meses a dois anos. Naquele ano, os parlamentares cumpriram seu dever constitucional e aprovaram uma lei que estabelecia medidas alternativas nesses casos.

Foi uma inovação feita pela meta-de. Sem estabelecer uma distinção objetiva, a lei foi um convite ao arbítrio. Na prática, policiais e juízes ganharam o poder de definir as condições em que alguém seria considerado usuário ou traficante. Não é preciso dizer que tipo de circunstância pesa mais, dependendo da pessoa que é flagrada com a droga.

O Congresso conviveu pacificamente com esses abusos. A entrada do Supremo no circuito se deu para determinar que, especificamente no caso da maconha, a lei não pode ser distorcida para criminalizar o usuário. Os críticos do tribunal podem reclamar, mas a corte foi chamada para corrigir um defeito do siste-

ma de Justiça, permitido por uma lei deficiente.

Este trabalho, porém, também foi feito de forma grosseira. Em vez de mostrar que tratavam de garantir que a lei fosse cumprida de maneira justa e correta, os ministros assanharam opositores e ainda exibiram discordâncias sobre o responsável por estabelecer o critério de quantidade de droga portada: o Congresso, a Anvisa ou o próprio STF.

A prerrogativa de definir uma política de drogas continua nas mãos do Congresso, que tem o direito de aprovar um entendimento diferente da decisão do Supremo. Até aqui, no entanto, os parlamentares só se mexeram para tornar mais evidente sua omissão: a PEC das Drogas, aprovada no Senado e em discussão na Câmara, aumenta a brecha para a discriminação.

Permitir que determinados usuários sejam iguais aos traficantes não é apenas perversidade, preconceito e uma política pública burra. O que o STF decidiu é que isso também é inconstitucional.

Quem tem pena de Kylie Jenner?

Mariliz Pereira Jorge

Aceitação, diversidade, body positivo, corpo livre, palestras, debates, influenciadores. Então, vem a Semana de Moda em Paris, mas serve a de Milão ou a de Nova York, e mostra que fora das redes sociais e das propagandas politicamente corretas o que continua bombando é o padrão Ozempic.

Tem sido um desfile sem fim, dentro e fora das passarelas, de mulheres magras, muito magras. Ao que tudo indica, as marcas desistiram de fazer de conta que são mais democráticas, e nem falo de preço, e que se engajaram em transformar a moda num veículo de inclusão. Sumiram as gordas, corpulentas, peitudas,coxudas, as reais.

A modelo Kylie Jenner, 26, por exemplo, acompanhou o lançamento da Maison Schiaparelli, na primeira fila. Virou assunto porque teria ignorado Anitta. A notícia deveria ter sido o vestido que usava, marcado por uma cintura sufocante e que dá pistas do porquê a maioria das mulheres e adolescentes continua fa-

zendo o de sempre: sacrifícios por um corpo “perfeito”.

Jenner tem 400 milhões de seguidores e patrimônio de US\$ 600 milhões, erguido a reboque de sua imagem. Na semana passada, surgiu aos prantos num teaser da nova temporada do reality The Kardashians, no qual desabafa sobre críticas a sua boca. E assim gira a roda do engajamento e da fortuna. Um dia, ela ajuda a impor padrões de beleza rigorosos, no outro chora pela pressão estética.

Há alguns anos, mentiu sobre os lábios volumosos, que, diferentemente do que afirmava, não eram milagre da natureza, mas turbinados por preenchimento, uma tendência grotesca que ajudou a disseminar. Milhões de seguidoras, crentes na lore do truque fácil, embarcaram num desafio que provocava edemas para que a boca ganhasse volume. Não é à toa que as mulheres estejam afundadas em ansiedade e não consigam se livrar da imposição de padrões inatingíveis. Elas mantêm lugar cativo na primeira fila.

Pensamento provinciano

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Todos nós admiramos a França, com razão. Se eu não tivesse desenvolvido recentemente uma alergia ao trigo, poderia viver exclusivamente de pão francês, com vinho francês, chocolate francês e queijo francês. Pensando bem, eu ainda posso comer tudo, menos o pão —embora o queijo fique muito melhor numa baguete.

Mas não admiro tudo o que é francês.

Os intelectuais franceses hoje em dia tendem a um provincianismo. Há uma falta de diversidade de opinião e rigidez de pensamento surpreendentes. Eles olham para dentro. Os brasileiros não são assim, e eu os admiro por isso. Os italianos também. Poloneses...

Você pode medir isso pela porcentagem de livros traduzidos do inglês, por exemplo.

Eu tenho um amigo holandês que foi diretor-fundador da Amsterdam University Press. O chefe de uma editora francesa viajava a Amsterdam todos os anos e zombava dos livros de arte de Saskia. Espirrava sobre a arte da Era de Ouro holandesa. Oh, meu Deus!

Talvez a virada para dentro venha da percepção francesa de que o inglês, não o francês, é hoje a língua franca e que eles, franceses, não a conhecem muito bem. Eu, a gringa monolíngue, dificilmente posso ficar indignada com o fato de as pessoas não saberem bem inglês.

Mas, para o seu próprio bem, nos negócios, no rock, nos computadores, em grande parte da ciência moderna, os jovens franceses devem trabalhar nesse sentido, bravamente.

Na Holanda e na Suécia, ou mesmo na modesta Bélgica, é difícil encontrar alguém que não seja bilíngue ou trilingue —e na Suíça isso é impossível. Mais de 90% dos holandeses são fluentes em inglês. Não na França, onde apenas cerca de 4 em cada 10 pessoas afirmam ter a capacidade de manter uma conversa adulta em inglês.

Portanto, as técnicas de defesa são muitas. Rotule algo como “anglo-saxão” e depois vá embora com raiva. Por exemplo, em economia.

A maioria dos economistas franceses fora de Toulouse não entende de economia. Eles fazem matemática, mas não sabem que o preço é e deve ser determinado pela oferta e demanda humanas, não pelo Estado. Thomas Piketty, por exemplo. Eles pensam na economia do jeito que os advogados pensam. Fazem uma lei.

Experimentei isso algumas semanas atrás, falando sobre liberalismo para uma plateia de estudantes franceses de pensamento econômico que falavam inglês aos tropeços. Infelizmente, a nação de Voltaire e Tocqueville abraça o étatismo. Eles acreditam que ser moderno é ser iliberal.

Oh, meu Deus!

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves



# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br  
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## O ASSUNTO É PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

# Mais eficiência e melhor gestão

Privatização reduzirá em 10% a tarifa para os consumidores de menor renda

**Joelson Sampaio**

Professor de economia da FGV-SP

A Sabesp, uma das maiores empresas de saneamento do Brasil e do mundo, fornece água potável e trata o esgoto de milhões de pessoas. Sua privatização pode melhorar significativamente a eficiência operacional e a gestão da empresa.

A privatização deverá ampliar os investimentos na Sabesp, antecipando a universalização dos serviços de água e esgoto. Com novos recursos, a empresa poderá expandir sua infraestrutura, melhorar os sistemas de distribuição e tratamento e alcançar áreas não atendidas, atraindo mais investimentos nacionais e internacionais devido ao seu potencial de crescimento e rentabilidade.

Com a privatização, a Sabesp estará sob maior pressão resultante de um novo contrato, que estabelece uma regulamentação moderna, adequada a uma empresa privada, e inclui uma série de exigências. A unificação de todos os municípios em um único contrato e a extensão significativa do prazo só são possíveis graças ao novo marco do saneamento, viabilizado pela privatização.

Empresas privadas seguem padrões mais altos de transparência e governança corporativa, reduzindo a interferência política e permitindo decisões baseadas em critérios econômicos e de mercado, resultando em uma gestão mais racional e eficiente.

A proposta de privatização inclui um aspecto social importante: a redução de 10% na tarifa para os consumidores de menor renda, abran-

gendo as famílias cadastradas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Além disso, a proposta estabelece metas para atender áreas informais e zonas rurais não contempladas nos contratos atuais, beneficiando a população de menor renda.

A privatização da Sabesp deverá gerar receitas substanciais para o Governo do Estado de São Paulo. Os recursos obtidos com a venda das ações da empresa serão reinvestidos em áreas prioritárias, com 30% das receitas destinados ao Fausp (Fundo de Apoio à Redução Tarifária), enquanto o restante será investido em despesas de capital, conforme determinação legal.

Pesquisas empíricas mostram que municípios com concessões de ope-

radores privados de água e saneamento experimentaram reduções nas tarifas e melhorias significativas na coleta e tratamento de esgoto. Essas melhorias têm um impacto positivo na saúde pública, diminuindo a incidência de doenças transmitidas pela água e reduzindo a demanda por tratamentos médicos.

Um estudo recente destacou os benefícios de um programa governamental que construiu cerca de um milhão de cisternas na região mais pobre e seca do Brasil. O acesso às cisternas no início da gravidez teve um impacto positivo no peso ao nascer dos bebês, especialmente entre mães com maior escolaridade. Essas cisternas forneceram uma fonte de água segura e contribuíram significativamente para a saúde e bem-estar das famílias beneficiadas.

É crucial que o Estado monitore e fiscalize para garantir que os benefícios esperados da privatização se materializem. A regulação e controle da política pública de saneamento terão uma importância ainda maior para alinhar interesses e gerar valor público com o processo de privatização da Sabesp.

A privatização é um tema relevante em termos de política pública, exigindo análise cuidadosa devido às suas implicações para a população. No caso da Sabesp, a privatização pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida, especialmente para a população de menor renda.

[...]

Os recursos obtidos com a venda das ações da empresa serão reinvestidos em áreas prioritárias, com 30% das receitas destinados ao Fundo de Apoio à Redução Tarifária, enquanto o restante será investido em despesas de capital, conforme determinação legal

# Privatizar pode atrapalhar universalização dos serviços

Capital privado precisa ir para onde há subinvestimento e prestadores ruins

**Marcelo Miterhof**

Economista do BNDES

O saneamento básico (fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto) ainda tem um déficit expressivo no Brasil, principalmente nos serviços de esgoto, no Norte e no Nordeste, nos municípios menos populosos e entre a população mais pobre. Isso ocorre mesmo após diversos avanços no campo institucional —como a edição da Lei do Saneamento, em 2007, e sua reforma, em 2020— e nos investimentos —primeiro com o PAC e, mais recentemente, com as estruturas de concessões e PPPs pelo BNDES.

O PAC fez os investimentos dobrarem no país, mas mostrou que só a disponibilização de crédito e de recursos orçamentários não basta para superar os déficits e sua distribuição desigual. A heterogeneidade das capacidades financeira e operacional das Cesb (companhias estaduais de saneamento básico), principal tipo de prestador de serviços de água e esgoto no país, é uma barreira para alcançar a universalização nacionalmente.

Assim, as concessões que o BNDES começou a estruturar a partir de 2017 trouxeram uma novidade para o saneamento: a possibilidade de ter um projeto que atraísse novos prestadores capacitados para realizar investimentos necessários à universalização dos serviços em grandes áreas até 2033, como prevê a legislação.

A carteira de projetos já licitados e em estruturação se concentra em grandes regiões de estados com elevados déficits de atendimento e com subinvestimento histórico. São os casos do Rio de Janeiro, cujos investimentos em 2022 (dado disponível mais recente) foram multiplicados por sete em relação a 2020, o último ano antes da concessão, de

Alagoas (oito vezes mais) e do Amapá (três vezes mais), de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (Snis).

Os investimentos dos projetos licitados combinados aos das Cesb mais capacitadas fizeram os investimentos nacionais atingirem em 2022 o recorde de R\$ 22,4 bilhões (Snis). Contudo, o necessário para universalizar é mais que o dobro disso.

Segundo estimativas preliminares da revisão do Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), o país precisa investir R\$ 46 bilhões anuais até 2033. Apesar de representar apenas 0,5% do PIB, a execução desse montante enfrenta, além da mobilização dos recursos, o desafio de ter projetos e prestadores qualificados para realizar os investimentos.

Para tanto, o país tem que contar com os prestadores públicos eficientes e capazes de investir em ritmo de

[...]

O Brasil tem que contar com prestadores públicos eficientes e capazes de investir em ritmo de universalização e com novos prestadores privados para onde os atuais são ineficientes. Nesse contexto, a privatização da Sabesp pode atrapalhar a universalização dos serviços de água e esgoto em todo país

universalização e com novos prestadores privados para onde os atuais são ineficientes. Nesse contexto, a privatização da Sabesp pode atrapalhar a universalização dos serviços de água e esgoto em todo país.

Os grupos empresariais que atuam no saneamento brasileiro têm nos próximos anos grandes obrigações de investimento, em razão da rodada recente de concessões. Para tanto, contraíram altos endividamentos. Mesmo com o esforço de trazer novos sócios, os capitais estão escassos —no jargão financeiro, os grupos privados estão alavancados.

A Sabesp é uma das joias da coroa do setor. Ora, será que vale direcionar a capacidade de atração de capitais privados para um lugar em que os serviços de água e esgoto já funcionam tão bem?

O saneamento é uma atribuição constitucional subnacional, o que permite que estados e municípios tomem decisões sem olhar o todo. Mas, pensando no Brasil, os já escassos capitais privados atuais e os novos capitais a serem atraídos para o setor precisariam ir para onde há subinvestimento e prestadores ruins.

Por fim, uma questão de São Paulo. A Sabesp é uma empresa de capital aberto, que conseguiu incorporar as facilidades de gestão do setor privado. E que preserva atributos de uma empresa pública, como a capacidade de acomodar conflitos distributivos para financiar a inclusão dos mais pobres e a de reagir rapidamente a questões políticas prementes, caso dos desastres climáticos. Sua privatização não deve trazer grandes ganhos, e perdem-se os benefícios da gestão pública.

Este artigo não reflete necessariamente a opinião do BNDES

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br  
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



**STF retoma julgamento de descriminalização do porte de maconha nesta terça-feira (25)**

Gabriela Biló/Folhapress

## Porte de maconha

“STF forma maioria para descriminalizar porte de maconha” (Cotidiano, 25/6). O judiciário tem se mostrado a porta para a lucidez no Brasil. É nosso baluarte contra um Congresso em sua maioria vergonhoso. Nunca fui usuária de drogas ilícitas, mas por coerência acredito que teria que criminalizar o tabaco, o álcool, ansiolíticos, e muitos outros antes da Cannabis. Salve o STF!

**Lorena Pardelhas** (Porto Alegre, RS)

\*

Espero que o Congresso Nacional, mais uma vez, corrija esse absurdo.

**Nelson Souza Junior** (Rio de Janeiro, RJ)

\*

Em qualquer circunstância o tráfico sempre ganha. Mas vale a tentativa.

**Nacib Hetti** (Belo Horizonte, MG)

\*

Não uso drogas, pois prezo pela minha sanidade e saúde, mas este é um passo imenso!

**Pedro Regis** (Porto Seguro, BA)

## PM apura o caso

“Youtuber americano participa de perseguição dentro de viatura da PM de São Paulo” (Cotidiano, 25/6). As ações policiais daqui são típicas de uma sociedade subdesenvolvida. Somente com uma boa educação teremos um país mais pacífico e desenvolvido. Isso é uma lástima!

**Petrônio Alves Corrêa Filho**

(Três Lagoas, MS)

\*

Que vergonha, policiais. Não podem usar câmera na farda, mas deixam um estrangeiro usar câmeras nas viaturas para filmar mortes pela polícia no Brasil. Patriotas sem pátria e sem noção.

**Maria F. Luporini** (Campinas, SP)

\*

Seria cômico se não fosse trágico.

**Raqueline Feitosa** (Brasília, DF)

## Livro ‘End Times’

“Jovens bem formados e sem emprego fortalecem a direita radical?” (Hélio Schwartzman, 24/6). Este fator é interessante. Muito bem colocado pelo autor. Acredito que a explicação seja multifatorial. Gostaria de ver o Hélio escrevendo também acerca das relações entre autonomia feminina e ultradireita. A história demonstra que sempre, junto do crescimento de uma onda feminista, vem, a reboque, um crescimento de extremismo de direita que quase sempre tem o objetivo de destruir direitos conquistados pelas mulheres.

**Deborah Barbosa**

(Rio de Janeiro, RJ)

\*

“Para Turchin, um dos fatores que explicam períodos de turbulência é a superprodução de elites”. É senso comum que um país com população jovem com baixo nível educacional enfrentará problemas. Causa estranheza saber, por ser contraintuitivo, que o “excesso” educacional também é fonte de problemas. Como diz o ditado: “se errar na dosagem, um ótimo remédio vira veneno”.

**Jonas Nunes dos Santos**

(Juiz de Fora, MG)

\*

Se fosse assim, o Brasil, analfabeto, não iria para a direita. O problema é muito mais complexo.

**Carla C. Oliveira** (São Paulo, SP)

## Acesso às telas

“Vícios coletivos exigem ações coletivas”, (Vera Iaconelli, 24/06). Nada pode ser mais prejudicial à educação de crianças e adolescentes do que a permissão para levar celular ou tablets para a escola. Mesmo em casa, crianças e jovens devem se abster de usar os aparelhos na hora de fazer deveres escolares. Os pais precisam conversar com os filhos sobre como esse uso pode prejudicar a mente e o organismo, causando dependência, miopia, angústia, sedentarismo, depressão; além de transformar todos em robôs idiotizados. Nada mais nefasto do que as redes antissociais. Libertem os jovens desse mal do século 21.

**Paulo Sergio Arisi** (Porto Alegre, RS)

\*

Esse vício faz dos pais as primeiras vítimas e joga sobre todos soas o desafio de reservar espaços analógicos de convivência. Adorei.

**Fabiana Menezes** (Belo Horizonte, MG)

## PL Antiaborto por Estupro

“Quando uma criança é assassina pelo Estado, não vejo a mesma energia” (Manuela Cantuária, /6). Isso é esfregar o projeto de lei na cara do deputado. Mais do que merecido!

**Nelson de Paula** (Curitiba, PR)

\*

Também sou a favor do aborto, mas achei o artigo sem pé nem cabeça. Qual é a relação com as crianças mortas na guerra? Temos tantas crianças morrendo no nosso país... Isso poderia ter sido usado de forma mais inteligente, não como plataforma antissemita.

**Marcos Zucker** (São Paulo, SP)

## Desigualdades

“Homem branco privilegiado (não) é o centro do universo?” (Michael França, 24/6) Em primeiro lugar temos que admitir que realmente os homens brancos de origem europeia foram responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil. Depois, essa história de privilégios é um mito. Serve apenas como narrativa. Sou branco e descendo de europeus. Juro que gostaria muito de descobrir onde estão meus privilégios. Até hoje, foi tudo na base da superação.

**Marco Martins** (São Paulo, SP)

\*

Os brancos não suportam o debate sobre privilégio.

**Roberto de Lima Cruz** (São Paulo, SP)

\*

Sou homem, branco, cis e concordo plenamente com a descrição simples e objetiva da situação do homem branco. Não surpreende quando estes fazem “mimimi” por ter seus privilégios questionados. Confundem perda de privilégio com perda de direito. Acreditam que seus privilégios foram conquistados (assim como os herdeiros).

**Joab T. P. M. Simao** (Ribeirão Preto, SP)

# ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**MERCADO** (23.JUN, PÁG. 10) No gráfico “Economia dos ventos”, os dados da matriz de energia elétrica brasileira referem-se à capacidade instalada de cada fonte no país, não à geração de energia por fonte em 2023.



política

PAINEL

Fábio Zanini  
painel@grupofolha.com.br

Sussurro

O PT e aliados na esquerda devem adotar atitude cautelosa sobre o julgamento do STF que descriminalizou o porte de maconha, embora sejam favoráveis a ele em sua maioria. Por um lado, evitam comemorar abertamente a decisão, para não provocar reação conservadora. Pelo mesmo motivo, não farão oposição explícita à emenda que está na Câmara e endurece a legislação. A avaliação é que não se pode cair em uma armadilha da direita num tema que será explorado na campanha eleitoral.

**PIANINHO** O tom foi dado, por exemplo, pelo senador petista Humberto Costa (PE). “Não está havendo nenhuma legalização ou estímulo [ao uso da maconha]. Há apenas uma diferença entre quem é usuário ou dependente e quem é traficante. Cabe agora ao Supremo estabelecer qual a quantidade que se pode portar para não ser considerado tráfico”. Líder do partido na Câmara, Odair Cunha (MG) diz que a bancada ainda não debateu o tema. “Tudo a seu tempo”, afirma.

**VAI COM CALMA** O ministro André Mendonça (STF) disse em palestra nesta segunda (24) em SP que é preciso cuidado com o combate às fake news durante as eleições municipais. “As fake news têm que ser combatidas, mas precisamos ter equilíbrio, ponderação, para não nos tornarmos censores das vontades ou das manifestações das pessoas”, disse, durante evento da Controladoria-Geral do Município de SP. Ele tomou posse no TSE nesta terça (25).

**NÃO É POR AÍ** A ministra Cármen Lúcia (STF) rejeitou por razões processuais ação do estado de Alagoas contra o acordo de R\$ 1,7 bilhão firmado pela Prefeitura de Maceió e a Braskem. A indenização é uma compensação pelos danos causados pelas minas de sal-gema que resultaram em afundamentos do solo e rachaduras em ao menos cinco bairros da capital alagoana. A ministra afirmou que o tipo de ação movida não era o mais adequado.

**CUIDADO** O Ministério da Saúde investiu R\$ 34,2 milhões desde o início do governo Lula na estrutura da saúde indígena dos yanomamis, aumento de 2.498% em relação ao mandato de Jair Bolsonaro, quando o gasto foi de R\$ 1,3 milhão. Segundo a pasta, os investimentos foram em saneamento e obras em unidades de saúde e alojamentos, entre outras.

**BRAÇOS ABERTOS** O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), foi convidado para participar de evento com os líderes do G20 no Cristo Redentor, no Rio, em novembro. Ele pretende fazer um apelo a eles para que ajudem na reconstrução do estado, afetado pelas chuvas. O convite foi feito pelo padre Omar Raposo, que cuida do local.

Com Guilherme Seto e João Pedro Pitombo

GRUPO FOLHA  
**FOLHA DE S.PAULO** ★★  
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

**Redação São Paulo**  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

<b>EDIÇÃO DIGITAL</b>	<b>Digital Ilimitado</b>	<b>Digital Premium</b>
<b>PLANO MENSAL</b>	R\$ 29,90	R\$ 44,90
<b>EDIÇÃO IMPRESSA</b>	<b>Venda avulsa</b>	<b>Assinatura semestral*</b>
	<b>seg. a sáb.</b>	<b>dom.</b>
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6,90	R\$ 9,90
DF, SC	R\$ 8	R\$ 11
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,50	R\$ 12
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 13	R\$ 15,50
Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 16,50
		Todos os dias
		R\$ 1.085,90
		R\$ 1.374,90
		R\$ 1.729,90
		R\$ 1.868,90
		R\$ 2.315,90
*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%		

**CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)**  
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023  
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em [folha.com.br/circulacao-verificada/](https://folha.com.br/circulacao-verificada/)



A ministra Cármen Lúcia em sua cerimônia de posse como presidente do TSE Pedro Ladeira - 3.jun.24/Folhapress

# Cármen quer TSE como exemplo e pede atuação presencial de ministros

Intenção da presidente do tribunal é que outros magistrados eleitorais também exerçam suas tarefas no local de trabalho

José Marques

**BRASÍLIA** Presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a ministra Cármen Lúcia pediu nas últimas semanas aos demais ministros da corte que participem de forma presencial das sessões de julgamento, e não por videoconferência.

Cármen quer que os ministros fiquem mais em Brasília ao menos até as eleições municipais deste ano e reforçou que esse é um período em que demandará a participação dos magistrados nas análises dos processos.

A solicitação da presidente da corte foi confirmada por três ministros do TSE ouvidos pela **Folha**. Procurada por meio de sua assessoria, Cármen não se manifestou.

Dois dos ministros consultados afirmaram que o principal objetivo dela é que o TSE sirva de exemplo aos juízes eleitorais de primeira e de segunda instâncias.

A intenção da ministra é que, a partir desse exemplo de um tribunal superior, os outros magistrados eleitorais também exerçam as suas tarefas presencialmente em um ano de disputas locais em todo o país.

Cármen foi empossada no início de junho como presidente do TSE. Ficará à frente da corte tanto no período eleitoral quanto em épocas posteriores.

As eleições deste ano terão o primeiro turno em 6 de outubro e o segundo turno em 27 de outubro. A diplomação dos eleitos acontece até 19 de dezembro.

O TSE costuma se reunir duas vezes por semana, nas noites de terça-feira e nas manhãs de quinta-feira.

A ministra substituiu Alexandre de Moraes na presidência e deve deixar o posto apenas em meados de 2026, quando será sucedida por Kassio Nunes Marques.

A participação de magistrados por videoconferência nas sessões de julgamento e também em audiências passou a ser regular desde a pandemia da Covid-19, e a prática não parou de ser utilizada mesmo com o fim da emergência sanitária.

Como a **Folha** mostrou, o próprio STF (Supremo Tribunal Federal) contou com a participação presencial de todos os 11 ministros em apenas 6 das 22 sessões plenárias realizadas de fevereiro à primeira semana de maio.

A prática também é rotineira em tribunais como o STJ (Superior Tribunal de Justiça), nos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) e nos tribunais regionais federais. No Supremo, Cármen é uma das integrantes da corte que menos participam das sessões de forma virtual e costuma ir presencialmente ao plenário do tribunal.

O pedido da ministra no TSE aconteceu às vésperas do 12º Fórum Jurídico de Lisboa. O evento costuma reunir integrante das cúpulas dos três Poderes em Portugal. O fórum está programado para acontecer desta quarta (26) até a sexta-feira (28). Logo depois, em julho, o Judiciário entra em recesso e retorna aos trabalhos regulares em agosto.

Por causa do evento em Portugal, o STF e o STJ anteciparam as sessões desta semana. O TSE, no entanto, manteve tanto a sua sessão desta terça (25) como da quinta-feira (27).

Um dos organizadores do fórum em Portugal é o IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), que tem o ministro do STF Gilmar Mendes como sócio e o seu filho como dirigente. Também organizam o fórum a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

No ano passado, a reunião de uma série de políticos, advogados, empresários e candidatos a cargos no Executivo e no Judiciário em Lisboa fez o evento ficar conhecido como “Gilmarpalooza”, em referência ao festival Lollapalooza.

Seis ministros do STF estão previstos para ir ao fórum em Portugal: o próprio Gilmar,

**PF INVESTIGA SUSPEITOS DE INVASÃO AO TSE**  
A Polícia Federal investiga suspeitos de invadirem o sistema de cadastros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por meio do aplicativo E-Título. Os criminosos fizeram emissões de título de eleitor e até inscrições como mesário voluntário em nome das vítimas. O TSE detectou o problema e identificou 158 registros de irregularidades realizadas por meio do aplicativo. Até o momento, a Operação Eleitor Protegido cumpriu seis mandados de busca e apreensão nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, São Miguel do Gostoso (RN) e Maracanaú (CE). Os investigados devem responder pelo crime de invasão de dispositivo informático.

Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Dias Toffoli.

Já entre os sete ministros do TSE, é previsto que apenas Floriano de Azevedo Marques compareça ao evento. Ele deve participar de sessão desta semana por videoconferência, porque tem processos da sua relatoria na pauta.

Floriano compõe o tribunal pela chamada “classe dos juristas”, ocupada por representantes da advocacia.

Questionado pela reportagem se participaria das sessões nesta semana, o ministro afirmou que tinha compromissos acadêmicos neste fim do semestre, por ser professor da USP e da FGV do Rio de Janeiro, e por isso não poderá participar em sessão desta semana.

Mas disse que, no segundo semestre, ficará de fora desse tipo de agenda no Brasil e no exterior em função das eleições.

Nas sessões desta semana, a previsão é que estejam presentes fisicamente os ministros do TSE que integram o STF (Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e André Mendonça), o Superior Tribunal de Justiça (Raul Araújo e Isabel Gallotti) e, pela advocacia, o ministro André Ramos Tavares.

Além deles, o tribunal também tem sete ministros substitutos, que participam das sessões quando algum dos titulares se ausenta. Os substitutos também são integrantes do Supremo, do STJ e da advocacia.

É a segunda passagem de Cármen Lúcia na presidência do TSE. Em 2012, ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo na história e também comandou as eleições municipais daquele ano. Em novembro de 2013, Cármen deixou o TSE após o fim do mandato.

Nos bastidores, Cármen Lúcia é conhecida por ter um estilo de vida discreto e por evitar a participação em eventos que possam comprometer a sua imagem de imparcialidade ou levantar questionamentos sobre eventuais conflitos de interesse.



# Governos, Congresso e Justiça liberam 160 para evento de Gilmar em Lisboa

Supremo diz que não pagou despesas de ministros e instituto não revela gastos com autoridades

Mateus Vargas, Lucas Marchesini e Mariana Brasil

BRASÍLIA Ao menos 160 autoridades da Justiça, dos governos estaduais, da gestão Lula (PT) e de outros órgãos públicos receberam aval para participar do 12º Fórum de Lisboa, evento capitaneado pelo ministro do STF Gilmar Mendes que ficou conhecido como “Gilmarpalooza”.

Parte dos convidados do evento terá despesas pagas com recursos públicos. Dados de portais da transparência apontam gastos já realizados de ao menos R\$ 450 mil para levar 30 dessas autoridades a Portugal, onde ocorre o encontro nesta semana.

O valor ainda deve aumentar, pois há pagamentos que são confirmados após o fim da viagem. Em 2023, o gasto público com diárias e passagens relacionadas ao fórum alcançou ao menos R\$ 1 milhão.

O STF (Supremo Tribunal Federal) disse que a organização do evento bancou a ida dos ministros, mas não apontou qual entidade desembolsou esses valores, afirmando que “não compete” ao órgão apresentar os dados.

A corte confirmou a participação do presidente do órgão, Luís Roberto Barroso, e dos ministros Gilmar Mendes e Cristiano Zanin. O Supremo afirmou que Alexan-



Ministro Gilmar Mendes durante uma sessão do Supremo Andressa Anholete - 20.jun.24/Divulgação STF

dre de Moraes, Flávio Dino e Dias Toffoli não responderam se estarão no fórum.

Gilmar é sócio do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), centro de ensino que é um dos organizadores do evento e que tem o filho do ministro, Francisco Mendes, como dirigente. A FGV (Fundação Getúlio

Vargas) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa também são organizadoras do encontro.

No ano passado, a reunião de uma série de políticos, advogados, empresários e candidatos a cargos no Executivo e no Judiciário em Lisboa fez o evento ficar conhecido como “Gilmarpalooza”, em referên-

cia ao festival Lollapalooza.

Os ministros Anielle Fran-

co (Igualdade Racial), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), Vinicius Marques (Controladoria-Geral da União) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) terão despesas bancadas pelo poder público com

a ida ao evento.

Informações das pastas e dados do portal de viagens do governo federal apontam que a ida dos ministros vai custar ao menos R\$ 130 mil aos cofres públicos. A AGU e a pasta de Minas e Energia não informaram os valores que devem desembolsar.

A lista das autoridades que devem participar do fórum foi elaborada a partir de informações de Diários Oficiais, agendas públicas e com dados de pagamentos do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Alguns nomes podem ter desistido da viagem mesmo após receber autorização. É o caso do ministro Silvío Costa Filho (Portos e Aeroportos). O portal da transparência estima que a ida dele ao fórum custaria cerca de R\$ 20 mil, mas a assessoria da pasta afirmou que ele não irá ao evento.

A Câmara dos Deputados deve enviar 18 integrantes, incluindo o presidente Arthur Lira (PP-AL), deputados e servidores. Procurado, o órgão não informou sobre as despesas envolvidas com a viagem.

A segunda maior comitiva é do Governo do Tocantins, com 14 nomes. A lista é formada pelo governador Wanderlei Barbosa Castro (Republicanos) e Karynne Sotero, primeira-dama e secretária estadual de Participações Sociais,

além de ajudantes de Castro. O governo do estado não se manifestou sobre a viagem.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e os governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Tarcísio de Freitas (São Paulo) e Ronaldo Caiado (Goiás) também devem acompanhar o fórum.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, terá despesas bancadas pela organização do encontro.

O STJ e o CNJ afirmaram que também não desembolsaram recursos com as viagens de integrantes desses órgãos a Portugal.

Os ministros do STF, além de autoridades de outros Poderes, têm sido cobrados por causa da falta de transparência sobre as viagens para eventos no exterior.

Em maio, o ministro Dias Toffoli disse que as reportagens a respeito da ida dos magistrados para participar de encontros jurídicos de outras instituições são “absolutamente inadequadas, incorretas e injustas”. “É o tribunal que, no ano passado, tomou colegiadamente mais de 15 mil decisões. Então, essas matérias são absolutamente inadequadas, incorretas e injustas”, afirmou.

No mês anterior, ministros do Supremo haviam participado de evento em Londres bancado por empresas com ações nos tribunais superiores.

O Supremo Tribunal Federal também não detalha as despesas com segurança dos ministros, sob argumento de que representa “grave ameaça à segurança do servidor, da autoridade protegida e seus familiares”.

Procurado, o IDP não respondeu sobre as despesas com viagens de autoridades ao evento.



APRESENTAM

SEMINÁRIO/WORKSHOP

CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Evento discutirá as ações necessárias para a adaptação às mudanças climáticas e os caminhos para a transição energética. Além disso, serão apresentados os detalhes da CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS DA ENEL, que traz benefícios para toda a sociedade ao financiar iniciativas de eficiência energética de clientes públicos, privados e filantrópicos.

27/6  
das 10h às 12h

Transmissão ao vivo pelo canal da Folha no YouTube



Aponte a câmera para o QR Code para se inscrever e ser lembrado minutos antes do evento



7

ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



9

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA





política

# IA associa Boulos a ‘extremismo’ e Nunes a ‘controvérsias’

Assessoria de deputado do PSOL fala em ‘informações distorcidas e enviesadas’ sujeitas a manipulação

Ana Gabriela Oliveira Lima

**SÃO PAULO** “Extremismo político” de Guilherme Boulos (PSOL) e “controvérsias passadas” de Ricardo Nunes (MDB) são alguns dos “defeitos” dos principais pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo, segundo o ChatGPT, ferramenta de IA que responde a usuários a partir de bancos de dados. A **Folha** fez perguntas na plataforma (nas versões mais recentes gratuitas, com acesso completo ao GTP 3.5 e limitado ao GPT 4o) sobre os principais postulantes ao cargo em São Paulo: Boulos, Nunes, José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB), Pablo Marçal (PRTB), Marina Helena (Novo) e Kim Kataguiiri (União Brasil). Nessa busca, todas as respostas vieram sem a indicação da fonte pesquisada. Novas consultas, porém, podem gerar dados diferentes e vir ou não com a indicação das fontes, já que plataforma pode dar respostas diversas a questões semelhantes. As pesquisas na ferramenta sobre os políticos são relevantes em um cenário em que os eleitores, principalmente os mais jovens, diversificam os locais em que buscam informação para além de jornais e plataformas como o Google, a exemplo de chatbots e o TikTok.

Segundo pesquisa Datafolha de maio, Boulos e Nunes estão tecnicamente empatados na corrida eleitoral, com 24% e 23% das intenções de voto, respectivamente. Datena e Tabata Amaral têm 8%, seguidos de Pablo Marçal (7%), Marina Helena (4%) e Kim Kataguiiri (4%). Questionado sobre quem seria o melhor pré-candidato para ocupar o cargo de prefeito, o ChatGPT respondeu que não pode “tomar partido político” e sugeriu que o usuário pesquise as propostas de campanha. Sobre as qualidades dos políticos, mencionou o poder de “oratória e persuasão” de Boulos, bem como “engajamento social”, “capacidade de mobilização” e “juventude e renovação”. Para Nunes, foram citadas “experiência comunitária”, “capacidade de gestão”, “compromisso com a assistência social” e “trabalho em equipe”. Já o apresentador Datena teria como qualidades a “capacidade de comunicação direta e franca”, além de um “carisma cativante”. “Sua popularidade entre os eleitores devido à sua exposição na mídia e sua habilidade em abordar questões sociais são importantes”, respondeu a plataforma. Tabata é reconhecida pelos quesitos “educação e conhecimento” —o chatbot cita a for-

mação da deputada na Universidade Harvard—, “inovação e renovação” por ser uma das “parlamentares mais jovens do Brasil”, “compromisso com a educação”, “capacidade de diálogo e negociação” e “coragem e independência”. Quando a **Folha** fez a pesquisa, o chatbot afirmou não ter “informações atualizadas” sobre a pré-candidata Marina Helena. De maneira similar, a pesquisa por Marçal não trouxe muitos dados. “Até o momento, não posuo informações sobre uma figura pública chamada Pablo Marçal. Pode ser que seja alguém menos conhecido ou que não tenha ganhado destaque a ponto de ser amplamente documentado.” Kim Kataguiiri, por sua vez, teria como pontos positivos, segundo a IA, ser uma “líder jovem” que faz “a defesa do liberalismo”, além de ter como características “articulação e comunicação” e “ativismo político”. A ferramenta diz ainda que ele representa “renovação política”. O defeito de Boulos, de acordo com a IA, seria o que alguns considerariam “extremismo político”. “Boulos é associado a uma plataforma política progressista, o que pode ser visto por alguns como extremismo ou radicalismo.” A plataforma também cita

como defeitos “falta de experiência governamental”, “ligação com movimentos sociais controversos”, fazendo referência à relação com o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), “falta de apoio político”, uma vez que o PSOL tem “uma representação relativamente pequena no cenário político brasileiro”, e “visão ideológica restrita”. Sobre os defeitos de Nunes, cita “polêmicas ou controvérsias passadas”, “posicionamentos políticos contestados”, os quais não detalha, “desafios de liderança” e “falta de experiência política”. Indagada sobre quais seriam essas controvérsias, a IA cita “polêmica no passado relacionada a um inquérito policial por violência doméstica, onde ele foi acusado por sua esposa em 2011”. No caso de Datena, a plataforma destaca como defeitos “falta de experiência prática na política institucional, já que sua carreira predominantemente na mídia pode não ter proporcionado uma imersão completa nos mecanismos políticos”. A IA cita “flertes” do apresentador com a política, mas ressalta que sua atuação se dá mais marcadamente na área da comunicação. Os “defeitos” de Tabata incluiriam “discordâncias políticas” que por vezes “entram em conflito com a linha do seu próprio partido”, “inexperiência política”, “mudança de posicionamento”, “pressão partidária” na hora de “equilibrar suas próprias convicções com as expectativas de seu partido” e “divergência com eleitores e apoiadores”. Sobre Kim Kataguiiri, a IA cita “radicalismo político” já que o MBL, ao qual o político é associado, “pode ser percebido como radical por algumas pessoas, devido à sua defesa de ideais liberais e de livre mercado”. Fala também em “controvérsias e polêmi-

**+**  
**Como a IA define cada pré-candidato a prefeito de SP**

**GUILHERME BOULOS**  
**Qualidades** Poder de “oratória e persuasão”, “engajamento social”

**Defeitos** “Extremismo político”, “falta de experiência governamental”

**RICARDO NUNES**  
**Qualidades** “Experiência comunitária”, “capacidade de gestão”

**Defeitos** “Controvérsias passadas” (inquérito de violência doméstica), “posicionamentos políticos contestados” (sem detalhar)

**TABATA AMARAL**  
**Qualidades** “Inovação e renovação”, “compromisso com a educação”

**Defeitos** “Discordâncias políticas” (com partido), “inexperiência política”

**JOSÉ LUIZ DATENA**  
**Qualidades** “Capacidade de comunicação direta e franca” e “carisma cativante”

**Defeitos** “Falta de experiência na política”

**KIM KATAGUIRI**  
**Qualidades** “Liderança jovem”, e “articulação e comunicação”

**Defeitos** “Radicalismo político”, “controvérsias e polêmicas” (referem-se ao MBL)

cas” relacionadas às “táticas utilizadas ou às posições defendidas pelo MBL”, em “falta de experiência política” e em “conflitos de interesse”, “especialmente considerando o financiamento e apoio recebidos pelo MBL de certos setores da sociedade.” A **Folha** questionou as assessorias de Guilherme Boulos, Ricardo Nunes, Datena, Tabata e Kataguiiri sobre se as pré-campanhas se preocupam com a maneira como os políticos são citados nos conteúdos envolvendo IAs. A assessoria de Boulos afirmou que “o algoritmo de ferramentas como o ChatGPT não está imune à assimilação e reprodução de informações distorcidas e enviesadas”. Como exemplo, citou a ocorrência do chamado racismo algorítmico, fenômeno que ilustra como as tecnologias não são neutras. “Se, por um lado, a inteligência artificial representa um avanço importante do ponto de vista tecnológico, por outro ainda está sujeita à manipulação por parte de agentes políticos de carne e osso que visam burlar o jogo democrático e contaminar o debate político com mentiras e inverdades”, disse, afirmando que o deputado federal Guilherme Boulos “é alvo de uma grande quantidade de fake news disseminadas pelo Gabinete do Ódio”. Em nome da pré-campanha de Datena, o ex-senador José Aníbal (PSDB) afirmou que as informações colhidas no ChatGPT sobre o pré-candidato fazem referência mais à atuação de Datena como comunicador do que como político. Disse também que essas avaliações podem mudar a partir do lançamento da candidatura. A assessoria de Tabata disse à reportagem que não comentaria o assunto. As equipes de Nunes e Kim não responderam até a publicação desta reportagem.



André Mendonça, do STF, abraça Regina Duarte em cerimônia na Assembleia do Paraná

Orlando Kissner/Divulgação Assembleia Legislativa do PR

## Mendonça diz que fake news é conceito aberto ao receber homenagem no PR

Catarina Scortecci

**CURITIBA** O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça disse na noite desta segunda-feira (24) em Curitiba que “a aplicação da lei nem sempre é simples”, que há um “conceito aberto” sobre fake news e que os juízes eleitorais devem garantir a liberdade de opinião. Ele tomou posse como integrante efetivo do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na noite desta terça (25). “O conceito de fake news é um conceito aberto. E agregam-se ao conceito de fake news algumas expressões que têm uma conotação difícil de

se determinar, e me preocupam. O que é desinformação? O que é algo descontextualizado? Dizer se um fato é real ou não talvez seja mais simples. Mas a opinião sobre o fato precisa ser respeitada. E é papel do Judiciário preservar esse direito de opinião, ainda que seja a opinião que me desagrade”, afirmou Mendonça, durante discurso na Assembleia Legislativa do Paraná. O ministro recebeu o título de cidadão honorário do Paraná em sessão solene acompanhada por políticos, como o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), pastores e representantes de igrejas evangélicas e também pela atriz Re-

gina Duarte, amiga de Mendonça e ex-secretária especial da Cultura no governo Jair Bolsonaro (PL). A cidadania honorária foi proposta pelos deputados estaduais Alexandre Curi (PSD), primeiro-secretário da Assembleia, e Alexandre Amaro (Republicanos), que é da bancada evangélica da Casa. Mendonça começou a carreira de advogado da União em Londrina, segunda maior cidade do Paraná, onde viveu por sete anos. “A nossa Constituição garante a liberdade de expressão como regra. Esse é um princípio. E, em segundo lugar, garante a vedação da censura prévia”,

reforçou Mendonça. “Mas é preciso reconhecer que isso não significa que se possa dizer qualquer coisa sem estar sujeito à lei. Não pode ofender, difamar, caluniar. Existem regras. E a lei estabelece sanções. É o princípio da liberdade, com regras de um Estado de Direito”, acrescentou. “Agora, a aplicação da lei nem sempre é simples e alguns conceitos muito abertos me preocupam, e eu me comprometo a me debruçar, não apenas como ministro do STF, mas também agora como ministro do TSE”, disse. “Essa ideia de desinformação, se é pra ter, ela precisa estar regulada de forma mais especificada. Ou ser algo muito evidente. Porque o princípio é a liberdade de expressão”, defendeu. O senador Sérgio Moro, que foi colega de Mendonça no governo Bolsonaro, fez elogios

“O conceito de fake news é um conceito aberto. E agregam-se ao conceito de fake news algumas expressões que têm uma conotação difícil de se determinar, e me preocupam. O que é desinformação? O que é algo descontextualizado? Dizer se um fato é real ou não talvez seja mais simples. [...] Essa ideia de desinformação, se é pra ter, ela precisa estar regulada de forma mais especificada. Ou ser algo muito evidente. Porque o princípio é a liberdade de expressão

**André Mendonça**  
ministro do STF que tomou posse como integrante do TSE

ao ministro durante a solenidade. Disse que, no STF, ele tem adotado “uma postura de autorrestrição”. “As autoridades legislativas, não melhores nem piores do que as autoridades judiciárias, talvez se encontrem melhor posicionadas para fazer as escolhas, já que são submetidas periodicamente ao escrutínio eleitoral”, afirmou o ex-juiz da Lava Jato. Moro disse ainda que Mendonça “sabe bem estabelecer a necessidade de se preservar o Estado laico, mas, igualmente, valorizar os valores cristãos, a nossa herança cristã, que, na prática, influencia a própria formação da nossa legislação”. Durante seu discurso, Mendonça também fez menção à própria religião. “Meu referencial de julgamento é a Constituição e são as leis. Mas, de comportamento, eu tenho só um referencial, que é Jesus Cristo”, disse ele, que defendeu a imparcialidade do Judiciário. “Não quero ser o último ministro do Supremo evangélico, quero abrir portas para outros. E, para isso, as pessoas têm que olhar para um evangélico e discernir que ele sabe ser imparcial e procura ser justo pelos motivos corretos. A imparcialidade é a capacidade não apenas de julgar de forma desinteressada, mas a capacidade de ouvir as diversas vozes da sociedade de forma desinteressada. E hoje pouca gente se dispõe a ouvir o outro”, disse. Mendonça disse que um ministro do Supremo “não tem o direito de ser de direita ou esquerda, tem de ser justo”. “Na posição que eu estou, eu preciso entender o tempo, ler o contexto. E ministro do Supremo pode muita coisa, mas, aquilo que de fato ele pode de forma definitiva, ele não pode sozinho. Ele depende de pelo menos mais cinco pessoas concordarem com ele”, continuou.





O ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, discursando em cerimônia Pedro Ladeira - 16.ago.23/Folhapress

# Ministro não é recebido por Lula, mas tem apoio de centrais

Petistas veem Márcio Macêdo fragilizado na Secretaria-Geral da Presidência

Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado

**BRASÍLIA** O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, vem passando por um processo de desgaste interno no Palácio do Planalto, com críticas nos bastidores de pessoas próximas ao presidente Lula (PT).

Macêdo não é recebido por Lula em audiência exclusiva desde o 1º de Maio, segundo sua agenda oficial. Na ocasião, o ministro sofreu críticas do presidente por não ter articulado com o movimento sindical o ato em São Paulo com Lula, que acabou esvaziado.

Levantamento da reportagem com a agenda do ministro mostra 14 reuniões na presença de Lula. Destas, em 3 estavam só os dois: todas antes do evento do Dia do Trabalhador.

De acordo com relatos de assessores do presidente, Macêdo não é mais consultado para pautas centrais do núcleo de governo —hoje esses temas fi-

cam mais restritos a Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Procurada pela Folha, a Secretaria-Geral não se manifestou. Aliados de Macêdo dizem que, mesmo sem reuniões exclusivas com Lula, ele costuma ser chamado de última hora para encontros fora da agenda.

Eles também atribuem as críticas a fogo amigo, sobretudo de governistas que atuam no Congresso —foco principal das derrotas do governo nas últimas semanas.

Macêdo é o responsável no governo pela relação com os movimentos sociais. No 1º de Maio, Lula citou nominalmente Macêdo ao criticar que o ato havia sido mal convocado.

E essa não foi a primeira vez em que Lula o criticou publicamente. No fim do ano passado, o presidente reclamou de Macêdo durante a celebração do Natal dos Catadores. Disse que seu ministro “fala demais”.

“E hoje, Márcio, eu esperava que você e os catadores tives-

sem feito mais. Eu esperava que a gente tivesse aqui uma pauta de grandes conquistas”, disse Lula no discurso.

Um mês antes, ele já tinha sido alvo de queixas por ter organizado um encontro sem a participação de todas as centrais sindicais e marcado pela ausência de representantes de movimentos sociais do porte do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Macêdo conta com o apoio das centrais sindicais, cujas lideranças dizem ter pleno acesso a ele. Delas, as queixas estão mais voltadas para o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Além de as sindicais pouparem o ministro pelo fracasso do 1º de Maio, ele foi aplaudido na posse da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, pela FUP (Federação Única dos Petroleiros).

Macêdo tem buscado apoio de parlamentares petistas para evitar maior isolamento, mas não tem sido poupado durante jantares com a ban-

cada do PT. Ele foi apelidado, entre correligionários, de Zé Gotinha — uma alusão ao mascote da campanha de vacinação que faz figuração.

Auxiliares de Lula dizem que a crítica pública do presidente, em maio, ampliou um desgaste interno que o ministro já vivia por causa de uma atuação considerada apagada à frente da pasta que outrora mobilizava mais fortemente a sociedade civil e movimentos sociais.

Ainda que admitam a menor capacidade de mobilização da esquerda hoje, eles afirmam que o ministério não tem buscado se aproximar de setores distantes do Executivo. Há uma avaliação de que Macêdo deveria atuar mais na articulação política, não partidária, junto à sociedade.

Eles se queixam de pouca expressividade da Secretaria-Geral em momentos em que o governo precisaria de mais apoio, como no projeto de lei da regulamentação dos aplicativos —uma prioridade

para o governo, mas que permanece travado no Congresso. Faltou aproximação com os representantes dos motoristas, categoria ainda não regulamentada.

Auxiliares também citam o PL Antiaborto por Estupro. Apesar de ser uma pauta do Congresso, coube mais ao ministro Alexandre Padilha receber secretárias estaduais e movimentos de mulheres contrárias à pauta —à qual o governo também foi contrário.

A proposta enfrentou uma grande resistência da sociedade, um dos raros momentos em que os setores à esquerda prevaleceram sobre os bolsonaristas, seja nas ruas ou nas redes sociais. A reação, no entanto, se deu de maneira espontânea, sem participação do Palácio do Planalto ou mais especificamente da Secretaria-Geral da Presidência na mobilização.

Houve também muito desgaste envolvendo a exoneração da então secretária-executiva Maria Fernanda Coelho, bem cotada no PT. Ela pediu demissão no episódio em que Macêdo viajou com outros três servidores para o Carnaval fora de época de Aracaju, capital de Sergipe, base eleitoral do ministro.

Segundo interlocutores, ela teria recusado aprovar a viagem dos servidores. O ministério abriu sindicância interna para apurar o episódio.

O desempenho de Macêdo à frente da pasta é apontado como uma das causas pelas quais seu nome deixou de ser cogitado para a presidência do PT, na vaga hoje ocupada por Gleisi Hoffmann (PR).

Durante a montagem do governo, a aposta era de que ele viesse a suceder Gleisi no ano que vem, hipótese que acabou descartada. O ministro também é constantemente citado quando surgem rumores de reforma ministerial.

Macêdo conquistou a confiança do presidente como coordenador das caravanas encabeçadas por Lula, entre outubro de 2017 e março de 2018. Após a prisão do petista, em abril de 2018, Macêdo foi um dos organizadores da vigília em solidariedade a Lula, em acampamento montado diante da sede da Polícia Federal em Curitiba.

É considerado um amigo do presidente e da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, sendo um dos poucos ministros a frequentar sua casa. Foi, por exemplo, o único a passar o Ano-Novo com o casal, na restinga da Marambaia.

Ex-tesoureiro do PT, ele foi também coordenador de finanças da campanha de Lula nas eleições de 2022, relação que pavimentou sua nomeação para a Secretaria-Geral, com apoio de Gleisi.

## Tesoureira obriga juventude do PT a pedir desculpas

**BRASÍLIA** A tesoureira do PT, Gleide Andrade, exigiu a publicação de um pedido de desculpas após a juventude da sigla soltar uma nota em que acusa a direção nacional da legenda de sufocar a renovação do partido.

“Da mesma forma que fizeram uma nota constringidos com o que não ouve (sic), precisa ter uma nota reconhecendo que erraram”, escreveu no grupo de WhatsApp da executiva nacional do PT. No dia seguinte, cobrou novamente: “Bom dia, aguardando a nota”.

A controvérsia diz respeito à proposta de reduzir de 3% para 1% o recurso do fundo eleitoral para as secretarias nacionais da legenda, que representam os movimentos LGBTQIA+, sindical, cultural, da juventude e da reforma agrária.

Após a pressão de Gleide, a secretária nacional da Juventude petista, Nádia Garcia, retratou-se pela nota. **Matheus Teixeira**

## Zema rechaça disputar vaga no Legislativo e admite ser vice em 2026

Artur Búrigo

**BELO HORIZONTE** O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou que quer participar das eleições presidenciais em 2026 e não descartou disputar o pleito como candidato a vice-presidente em uma candidatura de direita. Ele se reuniu na segunda-feira (24) com jornalistas de emissoras de rádio de Belo Horizonte.

Questionado sobre a possibilidade de concorrer a uma das duas vagas do Senado que estarão em disputa, Zema disse que não tem perfil e “ficaria frustrado” com um cargo no Legislativo, de acordo com as rádios O Tempo e Itatiaia, que participaram do encontro.

“Não ligo de ser vice, o que eu quero é participar”, disse o governador.

Zema, que tem mais dois anos à frente do governo mineiro, é tido como um dos principais nomes da direita para a disputa presidencial de 2026.

Também costumam ser citados os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), e de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) —único dos três que pode concorrer à reeleição.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi apoiado pelos três governadores em 2022, está inelegível até 2030 por decisão da Justiça Eleitoral.

Durante a entrevista, Zema também foi questionado sobre a viagem que o presidente Lula (PT) fará ao estado nesta semana e se disse “surpreso” com a notícia da visita. Ele afirmou que não havia sido informado, até aquele momento, sobre os eventos.

O petista irá a Juiz de Fora na quinta (27) e a Contagem e Belo Horizonte na sexta (28). As duas primeiras representam as principais prefeituras do partido no estado, e a ida à capital mineira é vista como forma de alavancar a pré-candidatura do deputado federal Rogério Corrêa (PT), que patina nas pesquisas.

A última viagem de Lula a Minas, em abril, quando foi a Nova Lima, criou uma guerra de versões entre o governo federal e Zema. Na época, o mineiro alegou não ter sido convidado para os eventos, enquanto o cerimonial da Presidência disse que entrou em contato com o gabinete do governador, que teria confirmado sua ausência.

Zema tem mantido tom de morde e assopra na relação com o governo federal.

## PF analisa celulares de Wassef para concluir inquérito sobre venda de joias por Bolsonaro

Julia Chaib

**BRASÍLIA** A Polícia Federal analisa dados encontrados em celulares do advogado Frederick Wassef para concluir o inquérito sobre a venda de joias pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A expectativa era que o relatório sobre o caso ficasse pronto nesta semana, mas o desfecho deve ser adiado para a próxima por causa da análise das novas evidências.

Segundo um integrante da PF, o conteúdo encontrado em dois aparelhos do advogado de Bolsonaro ajuda nas investigações.

Os quatro celulares foram apreendidos em agosto passado, em uma busca e apreensão feita em um restaurante em São Paulo. Investigadores precisaram quebrar as senhas para acessar o teor dos aparelhos.

A operação ocorreu dias após o advogado ter confirmado que comprou, nos Es-

tados Unidos, um relógio Rolex vendido pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro no país.

O Rolex foi um dos itens dados ao governo brasileiro pelo governo da Arábia Saudita.

Os investigadores também confiscaram aparelhos de Mauro Cid e seu pai, o general da reserva Mauro Lorena Cid.

As apurações apontam que o ex-presidente e aliados tentaram vender os artigos de luxo nos EUA e inclusive os levaram no avião presidencial em 30 de dezembro de 2022, quando Bolsonaro deixou Brasília e seguiu para Orlando.

Para a PF, o ex-presidente usou a estrutura do governo federal para desviar presentes de alto valor oferecidos a ele por autoridades estrangeiras.

Após o caso ser revelado, em 2023, o TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que o ex-presidente devolvesse os presentes que ganhou.

Em agosto passado, Wassef afirmou que comprou o

Rolex nos EUA por iniciativa própria, sem pedido de Bolsonaro, e para atender ao TCU.

“O meu objetivo quando eu comprei esse relógio era exatamente para devolver à União, ao governo federal do Brasil, à Presidência da República, e isso, inclusive, por decisão do Tribunal de Contas”, afirmou Wassef em entrevista.

Na semana passada, o diretor da PF, Andrei Rodrigues, confirmou que investigadores descobriram uma nova joia que teria sido negociada por Bolsonaro nos Estados Unidos. Segundo ele, o novo elemento robustece as apurações sobre as transações de artigos de luxo feitas por Bolsonaro e seus aliados e configura um agravamento do caso.

“Nossa diligência localizou que, além dessas joias que já sabíamos que existiam, houve negociação de outra joia que não estava no foco dessa investigação. Não sei se ela já foi vendida ou não foi. Mas houve o encontro de um no-

vo bem vendido ou tentado ser vendido no exterior”, disse.

Cid e seu pai foram interrogados sobre o novo item, mas negaram saber do caso. Segundo investigadores, os dois prestaram oitiva em mais de uma vez e ora colaboraram, ora disseram não conhecer o assunto.

A defesa de Bolsonaro diz que ele jamais se apropriou de qualquer bem público e que ele “voluntariamente” pediu ao TCU em abril de 2024 a entrega de joias recebidas “até final decisão sobre seu tratamento, o que de fato foi feito”.

O ex-presidente disse querer esclarecer o caso “o mais rápido possível”, e que não ordenou a venda de nenhum item.

À PF, Bolsonaro disse ter sabido das joias apreendidas na Receita 14 meses após o ocorrido. Segundo a defesa, após saber do caso, em dezembro de 2022, Bolsonaro buscou informações para evitar um suposto vexame diplomático se os presentes fossem a leilão.

**CIDADE DE SÃO PAULO**

**EstúdioFOLHA**

**Prefeitura de SP distribui nas férias mais de 375 mil cestas básicas às famílias de estudantes**

**Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais**



política

# A jogatina ganhou mais uma

O crime organizado disputa o jogo já legalizado

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Por 14 votos contra 12 a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos, do jogo do bicho, bingos e de outras modalidades de jogos de azar no Brasil. Como o projeto já passou pela Câmara, falta só o voto do plenário dos senadores para que ele vá à sanção de Lula, restabelecendo-se a legalidade da jogatina no país. O projeto não foi apreciado pela Comissão de Segurança Pública. Isso acontece en-

quanto abundam as notícias da expansão do crime organizado em Pindorama. Facções criminosas infiltraram-se nas redes de transportes de diversas cidades, controlam negócios que vão do tráfico de drogas a postos de gasolina. Há dias os repórteres Bernardo Mello e Rafael Soares mostraram que o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho disputam o domínio do mercado de apostas legais no Rio, Ceará e Rondônia. Em abril, a Polícia Fe-

deral prendeu operadores dessa conexão e eram um sobrinho e uma cunhada do notório Marcola, um dos chefes do PCC. Aquilo que se presume ser um mercado de apostas legalizado tornou-se um biombo para a alimentação de organizações criminosas metidas com o tráfico de drogas e de armas. Segundo a Polícia Federal, apenas numa rede de 20 investigados foram movimentados R\$ 301 milhões. Num país onde o crime organizado vem avançando, inclu-

sive sobre setores de jogo legalizado, expandi-lo é, no mínimo, uma temeridade. No Congresso, arma-se o retorno da jogatina em nome do turismo e de um argumento falacioso e cínico, segundo o qual, mesmo sendo ilegal, o jogo existe. O aborto também é ilegal e existe, mas uma parte de um Congresso que se diz conservador quer liberar o jogo reprimindo a interrupção da gravidez de mulheres estupradas. A volta da jogatina já foi es-

timulada por Jair Bolsonaro e pelo ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella. Fazem isso sempre com os melhores argumentos, como se as bancas de jogos vissem a ser administradas por filantropos. Até agora, todas as brechas abertas para o jogo resultaram em expansão do crime. Estão aí as brigas de quadrilhas pelo controle das casas de apostas. Em 2018, Jair Bolsonaro encontrou-se com o bilionário americano Sheldon Adelson, magnata dos cassinos de Las Vegas e da Ásia. Entrou e saiu pela cozinha do hotel Copacabana Palace. Dias depois, disse que tinha uma ideia para aumentar a arrecadação. O governo de Lula 3.º já gastou mais verbo com a guerra da Ucrânia do que com a possibilidade da volta da jogatina. O crime organizado é combatido com planos mira-

bolantes. Enquanto isso, tramam da volta do jogo com solene silêncio. Inquéritos relacionados a assassinatos, incêndios e intimidações estão à disposição de todos nos arquivos da Polícia Federal. E não se trata de brigas de contraventores. São bandidos farfalhando em torno do que há de jogo legal. Discutir o tema é a melhor forma de jogar luz sobre seus riscos. Bicheiros matando pelo controle de pontos são cenas de um passado que ainda persiste, mas o que prevalece nos dias de hoje são organizações criminosas dominando áreas das cidades e também disputando o controle de casas ou plataformas de apostas legalizadas. Os segmentos dos jogos que foram legalizados tornaram-se um bom negócio para o crime, a Polícia Federal que o diga.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro de Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

# Assédio judicial a jornalistas tem novo patamar após 2020

Segundo Abraji, prática está em nível mais elevado do que na década passada

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO O assédio judicial a jornalistas atingiu um pico em 2020 e tem, desde então, patamar mais alto que em anos anteriores, mostra levantamento da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). O estudo mostra aumento do número de casos ocorridos em razão de reportagens e aponta foco na mídia tradicional, em detrimento de blogs, sites independentes ou perfis pessoais.

Ainda pela pesquisa, integrantes do sistema de Justiça são os que menos ajuízam ações de assédio comparados a outros atores que podem exercer pressão desproporcional contra jornalistas. Mas estão entre os que mais têm decisões favoráveis em casos de indenizações exorbitantes. Desenvolvido com o apoio da Unesco (braço das Nações Unidas para educação e cultura), o projeto levantou casos de assédio de 2008 a março de 2024 coletando dados como denúncias, registro de casos notórios e extração de processos do acervo do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

A entidade definiu como assédio judicial “uso de medidas judiciais de efeitos intimidatórios contra o jornalista, em reação desproporcional à atuação jornalística lícita sobre temas de interesse público”.

Não contaram processos considerados dentro da normalidade. “É preciso que a ação seja evidentemente infundada ou que as estratégias processuais utilizadas sejam abusivas, causando exaustão à vítima e prejuízo do exercício do seu direito de defesa”, diz o texto.

A pesquisa levantou 654 processos contra jornalistas, em 84 casos. Segundo o levantamento, desde 2020 há um aumento de ações se comparado ao observado a partir de 2009. Foram 54 em 2021, 52 em 2022 e 49 em 2023. Até março de 2024, foram contabilizados 5 casos. O pico foi 2020, com 261 ações. Entre 2009 e 2019, os valores variaram de 2 ações por ano (2013) a 39 (2016).

O ano de 2008 teve 98 ações, puxadas por caso emblemático envolvendo a então jornalista da Folha Elvira Lobato, processada mais de 100 vezes depois de publicar reportagem sobre o patrimônio empresarial de dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus.

Segundo a Abraji, dois fatos res explicam o pico de 2020. Um é a campanha coorde-

Número de ações por ano

Distribuição de ações caracterizadas como assédio no tempo



\*Dados de 2024 são parciais  
Fonte: Abraji

nada contra o escritor e então colunista da Deutsche Welle J. P. Cuenca, processado mais de 140 vezes por pastores da Igreja Universal, e outro, a atuação do empresário Luciano Hang, que ajuizou ações contra “reportagens e colunas que o criticavam por sua atuação na pandemia em apoio à política sanitária do governo de Jair Bolsonaro”.

Hang foi identificado como quem mais ajuizou ações contra jornalistas consideradas assédio. Ele aparece em primeiro lugar com 53 ações no período pesquisado, seguido pelo advogado Guilherme Henrique Branco de Oliveira (47) e a ONG Associação Nacional Movimento Pró Armas (17).

Também vêm na lista o empresário Daniel Dantas (15), a deputada federal pelo PL de Santa Catarina Julia Zanatta (12), a ONG Médicos pela Vida (12), o deputado federal pela União Brasil e pré-candidato à prefeitura de São Paulo Kim Kataguiri (8) e Orlando Morando Jr. (8), prefeito de São Bernardo do Campo (SP) pelo PSDB.

O estudo identificou a mobilização de quatro tipos de poderes passíveis de desequilibrar a relação entre autor e vítima e promover o assédio contra jornalistas: o político (mobilizado por atores

como autoridades do governo e lideranças partidárias), o econômico (empresários ou empresas com patrimônio significativo), o associativo (igrejas, corporações e outros grupos) e o jurídico (profissionais do direito e do sistema de Justiça).

O poder mais mobilizado foi o associativo (57,4% do total), seguido pelo político (19,8%) e econômico (13,7%). O jurídico fica em último lugar (8,1%), mas é o que mais consegue decisões favoráveis a indenizações exorbitantes em casos de assédio (6 a cada 10).

Sobre os tipos de assédio, o estudo identificou como táticas coordenar ações contra o mesmo jornalista; pedir altos valores de indenização; um mesmo autor mover diversos processos (litigância contumaz); e uso do sistema criminal para intimidação.

O tipo mais frequente é o de ação coordenada, exemplificado pelo caso de Elvira Lobato. Quando processada por pessoas ligadas à Universal por matéria publicada em 2007, ela precisou comparecer a uma série de audiências, algumas marcadas para o mesmo dia e em cidades remotas de diferentes estados, em estratégia para inviabilizar a defesa.

O levantamento destaca ou-

tros casos notórios. Entre eles, o da jornalista Schirlei Alves, condenada a prisão e multa de R\$ 400 mil por crime de difamação depois de publicar uma reportagem no site Intercept Brasil sobre o julgamento do caso da influenciadora Mariana Ferrer.

Outro episódio é o do jornalista Rubens Valente, processado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes em razão de livro que citava a atuação do magistrado em ações envolvendo o banqueiro Daniel Dantas.

As publicações que mais geraram assédio são de empresas ou organizações de comunicação, em detrimento de sites, blogs ou páginas pessoais. Observa-se alta de casos relacionados a reportagens em detrimento de artigos de opinião.

No total, 321 das ocorrências eram relacionadas a reportagens, e 311 eram ligadas a opiniões ou comentários. Ao todo, 22 publicações foram classificadas como de natureza tanto informativa quanto opinativa.

“A divisão entre fatos e opiniões, que deveria ser relevante para atribuição de responsabilidades em ilícitos contra a honra, parece não ter grande impacto no Brasil: mesmo reportagens predominantemente factuais expõem as jornalistas e os jornalistas que as publicam a riscos jurídicos relevantes”, aponta o relatório.

Para Katia Brembatti, presidente da Abraji, o cenário no Brasil ainda preocupa, apesar de recente avanço com uma decisão do STF que considerou o assédio judicial contra jornalistas inconstitucional.

Em maio, o Supremo definiu esse tipo de assédio como o ajuizamento de diversas ações contra os mesmos acusados pelos mesmos fatos em foros diversos para constranger, dificultar ou encarcerar a defesa. Quando a prática for caracterizada, entendeu ainda a corte, as ações podem ser reunidas no mesmo foro.

“É um primeiro passo importante, porque a Suprema Corte alerta às primeiras instâncias qual é seu entendimento sobre o tema, mas está muito longe de resolver o problema”, afirma Brembatti.

Segundo ela, é preciso que os magistrados compreendam todas as estratégias que podem caracterizar o assédio. A Abraji também reivindica que seja cumprida a recomendação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para coibir a judicialização predatória.



Polícia Federal na sede da Odebrecht durante apreensão da Operação Lava Jato. Zanone Fraissat - 19.jun.15/Folhapress

## Empreiteiras indicam aceitar acordo de multas, e governo analisa ressalvas

Ana Pompeu

BRASÍLIA As seis empreiteiras que tentam rever os pagamentos de multas bilionárias acertadas na Operação Lava Jato entregaram documentação com seus pedidos. O governo Lula (PT) agora analisa ponderações feitas pelas empresas.

O prazo para responder formalmente à CGU (Controladoria-Geral da União) era até às 23h59 da segunda-feira (24).

O governo estuda o alcance dos pedidos feitos acerca do formato do cálculo para os novos termos e os pagamentos. Há, também, construtoras que fizeram considerações, e não condicionantes: entendem que, caso aceitas, melhoram as condições de pagamento, mas, se recusadas, o aceite será mantido.

Depois de fechado esse balanço, as empreiteiras que seguirem na negociação devem ter mais 30 dias para discutir formas de pagamento, prazos e os detalhes.

Depois de quase 120 dias de negociações definidas pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça, o retorno positivo foi entregue às vésperas do prazo final da corte. Nesta quarta-feira (26), encerra-se o período estabelecido para um consenso.

Os acordos de leniências foram firmados durante o auge das investigações da Operação Lava Jato. A leniência é uma espécie de delação premiada das empresas, em que há pagamento em troca da possibilidade de continuar obtendo contratos públicos.

As empresas em negociação são a Metha (antiga OAS), Novonor (antiga Odebrecht), UTC, Engevix, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Também em negoci-

ação com o governo, a Braskem não participou da discussão desta terça-feira (25) porque, diferentemente das demais, não teria prejuízo fiscal para usar na quitação de multas da leniência. Juntas, elas devem aos cofres públicos R\$ 11,8 bilhões em valores corrigidos.

Um dos principais pontos de divergência até então era o chamado uso do prejuízo fiscal para os pagamentos das multas estabelecidas. As construtoras recusaram a proposta anterior do governo e, depois da negativa, a CGU chamou para nova reunião.

Os prejuízos fiscais são definidos contabilmente quando a empresa antecipa o pagamento de tributos sobre um lucro que depois não se realiza. Quando isso ocorre, o governo permite que compensem o valor em futuros pagamentos de tributos.

No início da negociação, as empreiteiras defendiam que a legislação e a jurisprudência autorizam o uso de créditos fiscais em até 70% para quitação de dívidas com a União. Na mesa de negociação da última terça (18), o governo cedeu e propôs o uso de até 50%, um meio-termo.

O ponto segue sendo, no entanto, motivo de discussão. Parte das empresas entende que esse teto de 50% deve ser calculado em cima do valor total da dívida, não sobre o saldo devedor restante de cada empreiteira. Dessa forma, o montante que cada uma poderia usar do prejuízo fiscal cresceria e elas conseguiriam pagar uma proporção maior do que devem dessa forma.

O uso do prejuízo fiscal no pagamento de multas de acordos de leniência é permitido por uma lei aprovada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).



+
   
 Linha do tempo
   
 do caso Assange

**2006** Julian Assange funda o WikiLeaks, plataforma para divulgar documentos confidenciais

**2010** WikiLeaks publica telegramas diplomáticos e documentos militares dos EUA sobre guerras do Afeganistão e do Iraque. No mesmo ano, duas mulheres na Suécia acusam Assange de crimes sexuais

**2012** Assange busca asilo na Embaixada do Equador em Londres para evitar extradição para a Suécia, permanecendo lá por quase sete anos

**2017** Suécia arquiva investigação preliminar de estupro, mas Assange continua na embaixada devido ao risco de extradição para os EUA

**2019** Equador revoga asilo de Assange, que é retirado da embaixada por autoridades britânicas; ele é preso por violar as condições de fiança. Nesse mesmo ano, EUA formalizam 18 acusações sob a Lei de Espionagem contra Assange

**2021** Suprema Corte britânica aceita a extradição após garantias dos EUA sobre o tratamento oferecido a Assange. Defesa apresenta recurso

**2022** Reino Unido aprova a extradição. Mais uma vez, Assange apela à decisão

**2024** Assange faz acordo com os EUA, declara-se culpado e deixa prisão no Reino Unido

Assange admite culpa
   
 em acordo com EUA
   
 e recupera liberdade

Fundador do WikiLeaks se declara culpado de uma das 18 acusações sob lei americana de espionagem

SÃO PAULO O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, declarou-se culpado nesta terça-feira (25) de uma das 18 acusações feitas pelo governo dos Estados Unidos contra ele. Com isso, conclui o acordo que o tornará um homem livre depois de doze anos privado de liberdade —ele se refugiou na embaixada do Equador no Reino Unido em 2012 e foi preso pela polícia britânica em 2019.

Como parte do acordo, o jornalista se apresentou a um tribunal no território americano de Saipan, uma ilha no oceano Pacífico que foi escolhida pela relativa proximidade com o país natal de Assange, a Austrália, e pelo fato de que ele se recusava a viajar para os EUA.

Assange chegou à corte em um SUV branco, vestindo terno e gravata, acompanhado do embaixador australiano nos EUA, Kevin Rudd.

Ele concordou em se declarar culpado do crime de disseminação ilegal de material de segurança nacional, pelo qual ele deve ser condenado a cinco anos e dois meses de prisão —exatamente o tempo que esteve preso no Reino Unido, razão pela qual ele sairá um homem livre do tribunal.

Se tivesse sido condenado

por todas as acusações, Assange teria enfrentado um máximo de 170 anos em uma prisão federal.

O acordo com os EUA não foi inesperado. No início deste ano, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, sugeriu que os promotores americanos precisavam concluir o caso, e o presidente Joe Biden sinalizou que estava aberto a uma resolução rápida.

Altos funcionários do Departamento de Justiça aceitaram um acordo sem tempo adicional de prisão porque Assange já havia cumprido mais tempo de cárcere do que a maioria das pessoas acusadas de um crime semelhante.

Apoiadores de Assange enxergam seus problemas na Justiça como fruto de perseguição dos EUA depois que ele revelou possíveis crimes cometidos por Washington em guerras como a do Afeganistão e a do Iraque. O governo americano, por sua vez, diz que os vazamentos do WikiLeaks colocaram vidas de militares em perigo.

O site foi responsável por um enorme vazamento de documentos confidenciais do governo americano em 2010, o que colocou Assange na mira de Washington.

A Austrália pressiona os

EUA pela soltura de Assange há anos. “O governo australiano deve agir em prol de qualquer australiano que esteja na posição de um encarceramento prolongado sem resolução legal, e foi o que fizemos”, disse o vice-primeiro ministro do país, Richard Marles, em entrevista a uma emissora local.

Marles disse ainda que a resolução e a soltura de Assange não significariam uma piora na relação entre Canberra e Washington.

A esposa do jornalista, Stella Assange, disse mais cedo nesta terça que estava feliz com a decisão, mas ainda irritada por ele ter ficado preso por tanto tempo. Ela afirmou que Assange buscará perdão judicial porque admitir culpa em uma acusação de espionagem preocupa a imprensa ao redor do mundo.

Stella também disse que lançaria uma campanha para arrecadar dinheiro. Isso porque o voo de Londres para Saipan e, posteriormente, para Canberra, segundo a esposa de Assange, custou cerca de US\$ 500 mil (R\$ 2,7 milhões).

Além disso, afirmou que sempre acreditou que o marido seria libertado. “Estou me sentindo feliz. Mas até que todos os documentos sejam assi-

nados, eu sigo preocupada. Eu só acreditarei quando ele estiver na minha frente e eu puder abraçá-lo. Ai sim será real.”
   
 Com Reuters

Australiano não será
   
 julgado por supostos
   
 crimes sexuais

SÃO PAULO Defensoras dos direitos das mulheres lamentaram, nesta terça (25), que Julian Assange não tenha sido questionado sobre as acusações de estupro e outros crimes sexuais na Suécia.

De 2012 a 2019, Assange se refugiou na embaixada do Equador em Londres para evitar extradição para a Suécia por conta das acusações de estupro de 2010. Ele afirmou que o país nórdico poderia, por sua vez, extraditá-lo para os EUA, onde enfrentava acusações de espionagem.

Assange rejeitou as acusações suecas. As investigações foram encerradas em 2017, por conta da reclusão do acusado na embaixada, mas reabertas dois anos depois.

Em 2019, os promotores suecos encerraram de vez a investigação por estupro dizendo que o relato da autora era crível, mas que o tempo havia enfraquecido as evidências.

“É uma traição contra as mulheres que o denunciaram e que não tiveram a chance de obter reparação legal”, disse Clara Berglund, chefe do Lobby das Mulheres Suecas, entidade que compreende grupos de direitos das mulheres. “Trata-se de um caso que ocorre nos principais palcos políticos, e à violência dos homens contra as mulheres é dado incrivelmente pouco peso.”

Um porta-voz de Assange não respondeu a pedidos de comentários da agência de notícias Reuters.

REPERCUSSÃO

Luiz Inácio Lula da Silva,
   
 Presidente do Brasil

“Hoje o mundo está um pouco melhor e menos injusto. Julian Assange está livre após 1.901 dias na prisão. Sua libertação e retorno para casa, embora tardios, representam uma vitória para a democracia e a luta pela liberdade de imprensa.”

Anthony Albanese,
   
 primeiro-ministro da Austrália

“Independentemente das opiniões que as pessoas tenham sobre o Assange e suas atividades, o caso se arrastou por tempo demais. Não há nada a ser ganho com sua contínua prisão e queremos que ele seja trazido de volta para a Austrália.”

Annalena Baerbock,
   
 ministra das Relações
   
 Exteriores da Alemanha

“Só posso dizer que estou muito feliz que este caso, que foi discutido de forma muito emocional em todo o mundo e mobilizou muitas pessoas, finalmente encontrou uma solução.”

Elizabeth Throssel,
   
 porta-voz do Alto Comissariado
   
 da ONU para os Direitos Humanos

“Nós saudamos a libertação de Julian Assange [...] no Reino Unido e o progresso significativo feito em direção a uma resolução definitiva deste caso, sem mais detenções.”

Gabriel Shipton,
   
 irmão de Assange

“Somos muito gratos ao povo australiano e a todos ao redor do mundo que têm defendido Julian.”



O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, chega a tribunal em Saipan, território americano no Pacífico, após sair da prisão no Reino Unido
   
 Kim Hong-ji/Reuters

Washington classifica violência armada de crise de saúde pública

SÃO PAULO A principal autoridade de saúde do governo dos Estados Unidos declarou nesta terça-feira (25) que a violência armada é uma crise de saúde pública no país. Vivek Murthy fez um apelo à população para que medidas sejam tomadas para interromper a forte alta de mortes por armas de fogo no país —que afetam de maneira desproporcional pessoas negras e jovens, disse ele.

Essa é a primeira vez que o governo americano toma uma medida desse tipo, que é simbólica. Murthy, que é médico,

militar da Marinha e escolhido pelo presidente Joe Biden para liderar o Serviço Público de Saúde, já se pronunciou no passado sobre o impacto das redes sociais na saúde mental de jovens e disse que a “epidemia de solidão” traz tantos riscos quanto o tabagismo para a saúde pública.

“A violência armada é uma crise de saúde pública urgente que causa perda de vidas, dor incalculável, e luto profundo em muitos americanos”, disse Murthy. Ele pediu que haja mais investimento em cui-

dados de saúde mental para reduzir danos.

De acordo com um relatório divulgado por Murthy, mortes relacionadas a armas de fogo chegam a cerca de 50 mil por ano nos EUA —em 2022, metade delas foi causada por suicídios, seguidos de homicídios e acidentes. A título de comparação, o Atlas da Violência de 2024 estima que o Brasil tenha tido 52 mil homicídios em 2022 e que 75% foram cometidos com armas de fogo.

O documento divulgado por Murthy afirma ainda que a cri-

se de armas no país vai além das vidas perdidas: impacta também milhões de pessoas que são baleadas e sobrevivem, testemunhas de tiroteios, e pessoas que acompanham o assunto na imprensa.

Em 2020, a violência por armas de fogo se tornou a principal causa de morte entre crianças e adolescentes nos EUA, prossegue o relatório, uma taxa 11 vezes maior do que na França, 36 vezes maior do que na Alemanha, e 121 vezes maior do que no Japão. Também houve um aumen-

to na quantidade de ataque a tiros no país, que atraem muita atenção mas representam uma porcentagem pequena das mortes totais por armas de fogo, disse Murthy. Desde 2020, houve mais de 600 casos do tipo por ano, segundo uma definição que define um ataque a tiros como sendo um evento no qual pelo menos quatro pessoas morrem baleadas.

Entretanto, é improvável que as recomendações sejam adotadas, uma vez que elas incluem restringir o acesso a ar-

mas e proibir metralhadoras, medidas rejeitadas pelo Partido Republicano.

A sigla defende que o direito de portar armas é garantido pela Constituição americana e vem resistindo no Congresso a qualquer mudança na lei federal.

A NRA (Associação Nacional do Rifle), principal grupo lobista pró-armas do país, disse que o comunicado de Murthy era “parte da guerra de Biden contra portadores de armas que respeitam a lei”.

Com Reuters



# TPI pede prisão de arquitetos da invasão russa da Ucrânia

Corte, que já havia emitido ordem contra Putin, mira ex-chefe da Defesa e general

## GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O TPI (Tribunal Penal Internacional) emitiu nesta terça-feira (25) uma ordem de prisão contra os homens que arquitetaram a invasão da Ucrânia pela Rússia, o ex-ministro da Defesa Serguei Choigu e seu número 2, general Valeri Gerasimov, que segue no cargo e à frente das operações contra o vizinho. A corte, baseada em Haia (Holanda), é a mesma que em 2023 pediu a prisão de Vladimir Putin, acusando o líder e uma burocrata de seu governo de terem organizado a deportação ilegal de milhares de crianças ucranianas. Agora, a acusação de crime de guerra é de que, na condição de condutores do conflito, Choigu e Gerasimov são suspeitos de ordenar ataques diretos contra civis. Ao longo da guerra, a Rússia sempre afirmou que apenas ata-

ca alvos militares ou a infraestrutura energética ucraniana, o que na prática evidentemente não acontece. Tipificar isso como um crime deliberado para matar inocentes é mais complicado, contudo —o mesmo se pode dizer sobre as ações ucranianas, como o bombardeio que atingiu veranistas na Crimeia no domingo (23), que Moscou chamou de “ataque bárbaro” perpetrado com orientação dos Estados Unidos. O Conselho de Segurança da Rússia, que hoje é comandado por Choigu, disse que o pedido é apenas parte da “guerra híbrida do Ocidente” contra a Rússia. A posição repete o Kremlin no caso de Putin, de que a corte é um joguete ocidental, que o procurador britânico que apura crimes na guerra é parcial e que as decisões de Haia são inocuas. No último item, é possível dar razão relativa a Moscou. O caráter das decisões do TPI, que nunca miram paí-

ses e sim indivíduos, é usualmente simbólico. Nem Rússia, nem Estados Unidos ou Ucrânia estão entre os 124 países que reconhecem a jurisdição do tribunal. O que ocorre, como no caso de Putin, são embaraços diplomáticos. No ano passado, o presidente russo deixou de ir presencialmente a uma reunião do grupo Brics na África do Sul porque havia um debate público por lá se as autoridades poderiam ou não ignorar o fato de que a nação reconhece o TPI. O país havia ficado famoso por livrar o então ditador sudanês, Omar al-Bashir, da cadeia pedida pela corte durante visita ao país em 2015, mas Putin achou melhor não arriscar. Por outro lado, o governo brasileiro produziu um parecer jurídico encontrando uma forma de driblar a obrigação de prender Putin caso ele venha ao encontro do G20 no país, no fim do ano, como o presidente Lula (PT) gostaria. O

Itamaraty submeteu a interpretação do texto, que fala de forma genérica na imunidade de autoridades, à ONU. Como não se supõe que Choigu ou Gerasimov tenham planos de tirar férias em alguma praia de país signatário do Estatuto de Roma, que criou o TPI, por ora a decisão é mais um item contencioso na pauta internacional. A corte prendeu 21 pessoas desde 2002. Por óbvio, circunstâncias políticas mudam. O ex-presidente sérvio Slobodan Milosevic, líder do país balcânico durante as guerras da dissolução da Iugoslávia nos anos 1990, foi preso pelo tribunal específico para lidar com aquele conflito por um governo sucessor do seu —ele morreu na cadeia, em 2006. Choigu foi derrubado do cargo em maio, após 11 anos. Um dos mais poderosos ministros de Putin, ele sofreu grande desgaste pelo fracasso em subjugar a Ucrânia rapidamente em 2022. Agora, é

## Repórter americano vai a julgamento secreto em Moscou

O primeiro jornalista americano preso enquanto trabalhava na Rússia desde a Guerra Fria irá a julgamento nesta quarta-feira (26) em uma sessão classificada pela Justiça local de segredo de Estado. Evan Gerchkovitch, 32, é acusado de espionagem, e sua quase certa condenação, dado o clima político entre Moscou e o Ocidente, pode lhe render até 20 anos de cadeia. O julgamento pode durar dois meses ou mais. Uma vez sentenciado, é provável que seja usado como moeda em uma troca de prisioneiros. Na terça (25), o governo Putin anunciou que vai impedir que 81 veículos de comunicação de países da União Europeia tenham acesso à Rússia. Na lista, estão veículos como a agência AFP, os jornais espanhóis El Mundo e El País, os periódicos franceses Le Monde e Libération, a revista alemã Der Spiegel e a rede italiana RAI. Em maio, a UE bloqueou quatro veículos russos controlados pelo Kremlin —Voice of Europe, Ria Novosti, Izvestia e Rossiyskaya Gazeta.

o chefe do Conselho de Segurança Nacional, mas sua influência parece ter sido tolhida. Ele foi substituído por um tecnocrata, Andrei Belousov. Já Gerasimov, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, é visto como o cérebro militar da operação e igualmente objeto de críticas, embora a recuperação da iniciativa pelos russos tenha mudado a situação. Seja como for, ele permaneceu na posição e no comando geral das ações contra Kiev, ao menos por ora. Do outro lado da fronteira, os problemas são de outra natureza. Na segunda (24) o presidente Volodimir Zelenski tirou do cargo o general encarregado da defesa da região mais disputada na guerra, o leste da Ucrânia. Iurii Sodal estava no comando das Forças Conjuntas da Ucrânia desde o começo do ano e foi alvo de críticas duras feitas por Bohdan Korte-vitch, chefe do Estado-Maior do Batalhão Azov —unidade de elite cuja inspiração neonazista é uma dor de cabeça publicitária par Kiev. A turbulência não é nova. No começo do ano, Zelenski removeu o popularíssimo general Valeri Zalujni da chefia das Forças Armadas, após as suas divergências com o militar tornarem-se cada vez mais públicas. Outros oficiais-generais também foram demitidos.



**BOMBARDEIO DE ISRAEL MATA 10 FAMILIARES DE LÍDER DO HAMAS, DIZ AUTORIDADE DE GAZA**  
Ataque atingiu casa da família de Ismail Haniyeh na terça-feira (25) no campo de refugiados de Shati, na Cidade de Gaza; líder da ala política do grupo terrorista vive no Qatar Ayman al-Hassi/Reuters

# Palestino afirma que deportação do Brasil foi baseada em sua atividade acadêmica

## GUERRA ISRAEL-HAMAS

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O palestino Muslim M. A. Abuumar afirmou nesta terça-feira (25) que a autorização de sua deportação no Brasil aconteceu devido a seus posicionamentos políticos. “Essa jornada árdua incluiu uma decisão injusta da Polícia Federal de impedir minha entrada no Brasil, emitida sob ordens de um país estrangeiro imperialista que patrocina ativamente o genocídio em Gaza perpetrado por Israel”, disse ele em comunicado à imprensa. Segundo Muslim, o suposto vínculo dele ao grupo ter-

rorista Hamas não passa de “alegações fabricadas” devido à sua “atividade acadêmica em apoio à causa palestina” e “clara posição em favor dos direitos palestinos”. Ele afirmou ainda que não descumpriu leis brasileiras e que sua posição crítica à invasão de Israel na Faixa de Gaza está alinhada com a de autoridades brasileiras. O veto à entrada no país, segundo Muslim, veio de “uma potência estrangeira imperialista com longa história sombria de interferência nos assuntos de outros países”. Muslim M. A. Abuumar, 37, chegou ao Brasil com a esposa grávida, o filho e a sogra na última sexta (21). A família mo-

ra em Kuala Lumpur, na Malásia, e passaria quase um mês no estado de São Paulo, onde mora um irmão do palestino. Ele foi abordado por policiais federais na saída do avião, no Aeroporto de Guarulhos. Os agentes fizeram um interrogatório com Muslim sobre as preferências políticas e seu suposto vínculo com a resistência palestina. Depois de responder às perguntas, Muslim foi informado de que não poderia entrar no país e ficaria retido em Guarulhos até sua deportação. A Justiça Federal de São Paulo analisou o caso e, no domingo (23), autorizou a repatriação da família para a Malásia. A decisão de impedir a entra-

da de Muslim e de seus familiares se deve ao fato de o nome do palestino estar numa lista feita pelo FBI (polícia federal dos Estados Unidos) de pessoas vinculadas ao Hamas. A Polícia Federal é procurada desde domingo, mas não se manifestou sobre o caso. Há dezenas de fotos de Muslim com líderes do Hamas nas redes sociais. O palestino é ainda identificado na imprensa da Malásia como um dos porta-vozes do grupo terrorista para a língua inglesa. A defesa do palestino nega que ele tenha relação com atos terroristas. “Desconheço essa alegação da Polícia Federal e não tive acesso a nenhuma lista do FBI que consta-

## Justiça de Israel ordena alistamento de ultraortodoxos

O Supremo Tribunal de Israel decidiu, nesta terça (25), que estudantes ultraortodoxos de instituições de ensino tradicionais, até agora isentos de obrigações militares, devem se alistar no Exército —um revés para a coalizão de ultradireita do premiê Binyamin Netanyahu. Líderes de partidos ultraortodoxos disseram estar desapontados com a decisão. A maioria dos israelenses, incluindo as mulheres, é obrigada a servir no Exército a partir dos 18 anos. Membros da minoria árabe são isentos, assim como estudantes ultraortodoxos.

ria o nome do Muslim como agente terrorista. Se ele é, qual ato terrorista praticou?”, disse à Folha o advogado Bruno Henrique de Moura, defensor da família deportada. No texto enviado à imprensa, Muslim Abuumar disse que havia visitado o Brasil em outras oportunidades, sem sobressaltos, e destacou que possuía um visto da embaixada da Malásia para permanecer no Brasil até meados de 2024. Mesmo já de volta a Kuala Lumpur, o palestino diz que vai questionar a decisão da Justiça de São Paulo de permitir a deportação. “Para mim e para os ativistas brasileiros que apoiam os direitos palestinos, a batalha ainda não acabou, e continuaremos a busca legal para anular essa decisão injusta e exigir desculpas e compensações. Estou absolutamente certo de que a justiça prevalecerá no final”, afirmou.



mundo

# Trava em reembolso reduz chance de Brasil enviar ajuda ao Haiti

Primeiros policiais do Quênia finalmente chegam ao país do Caribe cuja capital é dominada por gangues armadas

Mayara Paixão

**BUENOS AIRES** Oito meses após ser aprovada pela máxima instância de decisão da ONU, o Conselho de Segurança, a missão multinacional de ajuda à polícia do Haiti finalmente começa a sair do papel. Nesta terça-feira (25), cerca de 400 policiais do Quênia desembarcaram no país em uma aeronave da Kenya Airways após partir de Nairóbi. Após diferentes tentativas, no entanto, fica cada vez mais distante a possibilidade de alguma contribuição do Brasil a essa operação que tem como objetivo desidratar o poder das gangues armadas locais que controlam mais da metade da capital do país,

Porto Príncipe. Reservadamente, interlocutores do Brasil neste tema listam uma série de propostas apresentadas aos Estados Unidos, patronos e principais financiadores desta missão, para que Brasília indiretamente ajudasse. Foi ofertada, entre outras coisas, uma aeronave para transportar os policiais de outras nações do Caribe que devem se somar aos quenianos no Haiti. Ou então o envio de armas e equipamentos como tanques para esses policiais atuarem na capital haitiana. Qualquer uma dessas alternativas, no entanto, requer que haja um reembolso com verba a ser retirada do fundo criado para essa missão. Wa-

shington, no entanto, bloqueou o reembolso e deu a entender que os itens deveriam ser ofertados como doação —o que hoje não é uma possibilidade para o Brasil. A começar pelos desafios orçamentários domésticos brasileiros. Mas também se soma a essa leitura a emergência após as graves enchentes no Rio Grande do Sul, que demandam enormes esforços de reconstrução. E também o dilema ético de doar armas para uma equipe policial estrangeira atuar em outro país. Brasília também ventitou a possibilidade de enviar alguns oficiais de alta patente com experiência para aconselhamento em cargos-chaves da missão. Mas até aqui não tem

retornos positivos da contraparte americana, o que também reduz essa possibilidade. Sempre houve grande expectativa de participação brasileira, ainda que desde o início Brasília tenha descartado o envio de policiais, devido ao histórico recente que liga o país ao Haiti pela liderança da Minustah, missão da ONU que atuou no país por 13 anos, de 2004 a 2017. Mas o bloqueio do acesso ao fundo criado para bancar essa operação e o que alguns interlocutores descrevem como falta de transparência dos americanos desidratou as chances de um apoio direto do Brasil a essa missão encabeçada por Washington e Nairóbi. Ainda restam expectativas de que o Brasil ajude na reconstrução do país em outras áreas, por fora da missão. Uma reunião bilateral no Paraguai nesta semana, às margens de um encontro geral da OEA, a Organização dos Estados Americanos, poderia pavimentar o caminho. Estarão juntas a secretária-geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, e a nova chanceler haitiana, Domini-

que Dupuy, um perfil que chamou atenção no novo governo provisório conformado para garantir mínima estabilidade política no país. A mais jovem do gabinete —tem 34 anos—, ela trabalhava para as Nações Unidas em seu país. Um modelo novo de missão, que teve de ser aprovado pela ONU mas na prática não é liderado pela organização, essa ajuda enviada agora ao Haiti tem como um dos desafios principais justamente o financiamento. Os EUA haviam prometido US\$ 300 milhões. Mas há ampla disputa no Congresso americano, em meio aos embates pré-eleitorais entre republicanos e democratas, para liberar a verba. Recentemente o governo Biden anunciou o envio de US\$ 109 milhões. Por parte de quem vive no Haiti, a chegada dos policiais quenianos trouxe o que um

dos interlocutores do Brasil descreve como um clima de “otimismo ingênuo” de que, agora sim, as coisas podem começar a melhorar. O envio dos homens é a conta-gotas. Espera-se que nos próximos meses 2.500 policiais estrangeiros estejam atuando no apoio à Polícia Nacional Haitiana, deficitária e com altas taxas de evasão. A despeito do otimismo, há também preocupação de que a presença dos policiais, que devem trabalhar na proteção de algumas estruturas importantes, como a de combustível, apenas empurre as gangues armadas para o interior do país, afastando o problema da capital, ou as faça hibernar, mas sem resolver o problema de fato. Especialistas apontam que a raiz dessa questão está no acesso a armas que têm esses grupos, especialmente a armamentos que saem dos EUA. Enquanto isso, a calamidade social no país segue se agravando. Em recente relatório a ONU calculou que 578 mil haitianos estão hoje deslocados em seu próprio país, ou seja, que tiveram de deixar suas casas devido à violência. É um número 60% maior que o registrado um mês antes, o que mostra a deterioração rápida do cenário local. O país tem cerca de 11 milhões de habitantes.



Luis Tato/AFP

## POLÍCIA DO QUÊNIA ABRE FOGO E MATA AO MENOS 5 EM PROTESTO

Um ato no Quênia, palco de protestos desde a semana passada contra um projeto de lei para aumentar impostos no país, terminou com pelo menos cinco pessoas mortas e 31 feridas nesta terça-feira (25) após a polícia abrir fogo contra manifestantes que tentaram invadir o Parlamento. Os números foram confirmados por diversas organizações, incluindo a Anistia Internacional, em um comunicado que não especificou onde ocorreram as mortes, já que houve protestos pedindo a renúncia do presidente, William Ruto, em diversas cidades do país. Confrontos eclodiram também em Eldoret —cidade natal de Ruto, onde multidões de manifestantes encheram as ruas e muitos negócios foram fechados por medo de violência— e na cidade litorânea de Mombaça. Manifestações foram registradas também em Kisumu, às margens do lago Vitória, e Garissa, no leste do país, onde a polícia bloqueou a estrada principal para o porto de Kismayu, na vizinha Somália. A ativista queniana Auma Obama, meia-irmã do ex-presidente dos EUA Barack Obama, estava entre os atingidos por gás lacrimogêneo, de acordo com a emissora CNN. Com Reuters e AFP

# Blocos fecham acordo, e ex-premiê de Portugal deve presidir Conselho Europeu

João Gabriel de Lima

**LISBOA** O ex-premiê português António Costa deverá ser o novo presidente do Conselho Europeu. Uma reunião entre os líderes dos blocos que detêm a hegemonia política no continente confirmou ainda a recondução da alemã Ursula von der Leyen à presidência da Comissão Europeia. No mesmo encontro, a primeira-ministra estoniana Kaja Kallas foi apontada como a nova chefe da diplomacia na União Europeia. Os três postos —conhecidos no continente como “top jobs”, ou “cargos de topo”— ainda precisam ser confirmados por votações posteriores. O nome de Costa irá a referendo numa cúpula nes-

tas quinta (27) e sexta-feira (28) que reunirá chefes de governo dos 27 países do bloco. Von der Leyen e Kallas ainda precisam ser aprovadas pelo Parlamento Europeu. A chance de algum dos três nomes ser vetado, no entanto, é bastante remota. Eles representam a aliança de centro que há muito tempo é hegemônica nas instituições europeias. Von der Leyen representa o Partido Popular Europeu (PPE), de centro-direita. Costa, os Socialistas e Democratas (S&D), de centro-esquerda. Kallas é a escolha do grupo Renew Europe (RE), de centro. Juntos, os três blocos detêm a maioria das cadeiras no Parlamento Europeu. A escolha dos três “top jobs” mostra que, apesar do avanço da ul-

tradireita nas eleições ao que ocorreram no início de junho, é o centro político que segue mandando na União Europeia. Os blocos do Parlamento Europeu reúnem partidos de países diferentes com ideias semelhantes. Os Democratas Cristãos alemães e a Plataforma Cívica, que governa atualmente a Polônia, estão entre os integrantes do PPE. O S&D, congrega, entre outros, os partidos socialistas espanhol, francês e portugueses. A maior estrela do bloco centrista RE é o presidente francês, Emmanuel Macron, que viu seu grupo encolher nessas eleições. O principal bloco no campo da ultradireita, Reformistas e Conservadores Europeus (ECR), liderado pela primeira-ministra italiana, Giorgia

Meloni, ultrapassou o RE e é hoje o terceiro maior no Parlamento Europeu. O premiê húngaro, Viktor Orbán—cujo partido, o Fidesz, concorreu de forma independente— esteve na segunda (24) na Itália negociando a adesão de sua sigla ao ECR. Se isso ocorrer, o ECR ganhará ainda mais poder para defender suas pautas conservadoras. “O acordo que o PPE fez com a esquerda e com os liberais vai contra tudo aquilo em que se baseia a União Europeia”, escreveu Orbán na rede social X. Das três escolhas, a de António Costa foi a que mais desagradou os ultradireitistas. A política de imigração implantada pelo ex-premiê é considerada liberal demais por líderes como Orbán e Meloni.

## Delegado da PF é eleito e será 1º brasileiro a comandar Interpol

**BRASÍLIA** O delegado da Polícia Federal Valdecy Urquiza venceu, nesta terça-feira (25), a eleição para ser indicado o próximo secretário-geral da Interpol. Dessa forma, ele se tornará o primeiro brasileiro a assumir o principal posto na aliança internacional de forças policiais. A eleição ocorreu no âmbito do Comitê Executivo da Interpol, em Lyon (França). A indicação do comitê agora deve ser ratificada pela Assembleia-Geral da organização, em novembro. Urquiza é desde 2021 vice-presidente da Interpol para as Américas e chefe do Diretoria de Cooperação Internacional da PF. O Brasil lançou a candidatura de Urquiza em setembro do ano passado. Em cem anos de existência,

a Interpol sempre foi dirigida por europeus e americanos. O atual secretário-geral é o alemão Jürgen Stock. O mandato para o cargo é de cinco anos, renovável uma vez. Urquiza será o primeiro nacional de um país em desenvolvimento a chefiar a entidade. A lista final de candidatos tinha quatro nomes: além do Brasil, representantes do Reino Unido, da Zâmbia e do Paquistão. Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriores e da Justiça destacaram que a “eleição do delegado Urquiza reflete a alta prioridade atribuída pelo governo brasileiro ao combate ao crime organizado transnacional, que tem na cooperação internacional, crescentemente, uma dimensão essencial”. Ricardo Della Coletta



# Maioria do STF decide que não é crime o porte de maconha para uso pessoal

Ministros devem definir hoje a quantidade que vai diferenciar usuário de traficante da droga

José Marques e  
Constança Rezende

BRASÍLIA Depois de nove anos de julgamento, a maioria do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta terça-feira (25) a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e por definir uma quantia para diferenciar usuário de traficante.

Com isso, já há o entendimento da corte para que isto não seja mais crime no Brasil. Porém, segue sendo um ato ilícito, ou seja, é proibido.

Todos os ministros já votaram, mas o resultado oficial do julgamento ainda vai ser proclamado nesta quarta-feira (26), segundo o presidente do tribunal, Luís Roberto Barroso. E deve ser definida qual a quantia exatamente para diferenciar usuário de traficante.

O placar ainda está pendente porque ministros divergiram sobre a interpretação da constitucionalidade ou não do artigo da Lei de Drogas que trata da maconha.

O ministro Dias Toffoli, por exemplo, havia votado na semana passada no sentido que o texto já não criminaliza o usuário e que mexer nesta lei não seria a questão.

Nesta terça-feira, porém, ele fez um adendo em seu voto e disse que, apesar desta manifestação, foi “claríssimo”, no sentido de que nenhum usuário de nenhuma droga pode ser criminalizado. Com isso, Barroso firmou o entendimento de que, por 6 votos, a maioria dos ministros é a favor da descriminalização do porte da droga.

O ministro Luiz Fux seguiu o mesmo entendimento de Toffoli de que a lei não criminaliza o usuário, mas não se posicionou claramente se era a favor da descriminalização.

Durante o seu voto, Fux citou estudos de psiquiatras e de pesquisadores que, segundo ele, mostram que “não existem drogas leves” e que elas “não mexem apenas no prazer, mas em outras áreas do



Os ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux no julgamento da descriminalização da maconha

Gabriela Biló/Folhapress

cérebro, que empobrecem as pessoas”. Também citou estudos que relacionam maconha com a piora no quadro de doenças mentais, como ansiedade ou esquizofrenia.

“Peço vênia, pela minha dificuldade de superar o senso científico e dessa visão realista de que, sem regulação, sem atuação do Poder Legislativo, a liberação do uso da maconha vai trazer muito mais problema do que solução”, disse.

Fux também afirmou que, se houver excessos nas prisões, “que a Defensoria Pública vá a todos os presídios, peça os processos, e liberte estes presos”. “Mas, genericamente, não tenho quietude de alma para decidir isso”, declarou.

Já a ministra Cármen Lúcia votou pela inconstitucionalidade do artigo que considera crime o porte de entorpecen-

tes para uso pessoal. Ela criticou os efeitos nocivos da punição a pessoas que são dependentes químicas e os efeitos destas prisões na superlotação de presídios.

Ao todo, votaram pela inconstitucionalidade da lei o presidente da corte e os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber (já aposentada) e Gilmar Mendes. Em outra corrente, votaram contra a descriminalização e a favor da constitucionalidade da lei os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Sobre a quantidade que diferencia tráfico de porte, mesmo os ministros que consideram que a lei criminaliza podem fixar a quantidade para diferenciar tráfico de porte.

Quatro ministros (Gilmar, Moraes, Cármen e Rosa) fixaram que a quantidade deve ser

de 60 gramas ou seis plantas fêmeas para diferenciar usuário e traficante. Já Zanin, Nunes Marques e Barroso defenderam que o limite seja de 25 gramas. Mendonça, Fachin, Fux e Toffoli avaliaram que cabe ao Congresso ou Executivo (Anvisa) definirem a questão e não ao Supremo. Barroso adiantou que deve propor a quantia intermediária de 40 gramas como consenso.

Como mostrou a Folha, um estudo do Insper mostrou que para a polícia de São Paulo, a diferença entre um traficante e um usuário de drogas pode estar na cor da pele. Ainda mais quando o acusado é flagrado com pequenas quantidades de maconha. Em razão disso, 31 mil pessoas pardas e pretas foram enquadradas como traficantes em situações similares àquelas em que brancos foram trata-



Peço vênia, pela minha dificuldade de superar o dissenso científico e dessa visão realista de que, sem regulação, sem atuação do Poder Legislativo, a liberação do uso da maconha vai trazer muito mais problema do que solução

**Luiz Fux**  
ministro do STF

## Ativistas da descriminalização afirmam que corte perdeu oportunidade de ampliar debate

Débora Melo

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria pela descriminalização do porte de maconha para uso pessoal nesta terça-feira (25), e o julgamento que se arrasta há nove anos na corte chega perto do fim. O debate continua nesta quarta (26), e a expectativa é que os ministros definam critérios objetivos para diferenciar um usuário de um traficante.

Advogados e ativistas pela descriminalização envolvidos no julgamento desde o início, em 2015, afirmam que a decisão desta terça representa um avanço, mas lembram que a discussão foi esvaziada ao longo dos anos, por exemplo quando ficou restrita à maconha.

“Vários países já descriminalizaram, não é uma grande revolução, mas a gente entende que a descriminalização permite avanços, inclusive na questão da [conduta da] polícia, que ainda hoje vai para cima de usuários”, afirma Luciana Boiteux, professora de direito penal e advogada que atua como amicus curiae no julgamento representando a Associação Brasileira de Estudos Sociais sobre o Uso de Psicoativos.

“Tínhamos uma expectati-

va boa, em especial a partir do voto do Gilmar Mendes. O voto original do Gilmar Mendes [relator, que propôs a descriminalização de todas as drogas], foi um voto técnico, que nos animou. Posteriormente, com Barroso e Fachin houve uma redução do alcance [que votaram pela descriminalização apenas da maconha]”, acrescenta Boiteux, que também é vereadora pelo PSOL no Rio de Janeiro.

Para o advogado Emilio Figueiredo, diretor da Reforma (Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas), a descriminalização do usuário faz o Brasil acompanhar um movimento mundial e isso vai exigir mudanças na estrutura pública no país.

“Vai ser um desafio criar sistemas de acompanhamento, porque há um ilícito administrativo, [o porte] continua proibido. É como fumar em local onde não é permitido fumar, ninguém é preso por isso, tem uma sanção administrativa. É isso que vai acontecer agora com quem for pego portando [maconha]. Ainda vai ter uma fase de modulação, que vai dizer questão de quantidade [que configura porte para uso pessoal], e isso vai ser bem importante para a gente entender os efeitos desta decisão”, diz Figueiredo.

Voluntária desde 2008 do coletivo que organiza a Marcha da Maconha São Paulo, que defende a legalização da droga, a jornalista e ativista de direitos humanos Rebeca Lerer afirma que não tratar o usuário como criminoso “é o mínimo do mínimo”. E lamenta que o Brasil tenha perdido a oportunidade de debater o uso de drogas como um fenômeno comportamental.

“A grande lacuna é que o uso de drogas não é debatido. Por que as pessoas usam drogas? Quando esse uso se torna um problema?”, diz. “Para a Lei de Drogas, ou você [usuário] é doente e precisa de tratamento ou você é bandido, não tem um meio termo.”

“É fundamental não só que os usuários se reafirmem como pessoas de direito, mas que o uso de drogas seja compreendido como um fenômeno comportamental psicossocial, que faz parte de qualquer sociedade humana em qualquer tempo da história, inclusive hoje”, acrescenta Lerer.

Cofundadora e diretora-executiva da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, a socióloga Nathália Oliveira afirma que a descriminalização impõe o dever de acompanhar o comportamento das forças de segurança pública e do Judiciário

frente ao encarceramento.

“A expectativa é sempre de algum impacto positivo. A gente entende que é um pequeno passo para ir ruindo a estrutura proibicionista. [A descriminalização] não acaba com a proibição, a gente sabe, mas abre margem para novas discussões e para amadurecer na sociedade a possibilidade de outras mudanças na lei. Todo passo contra a proibição é um passo que um dia vai ajudar a acabar com a guerra às drogas”, diz Oliveira.

O impacto real da descriminalização em prisões e processos por tráfico de drogas, contudo, ainda depende da quantidade limite de maconha que o STF fixar para configurar o porte para uso pessoal. Definir parâmetros objetivos é necessário para que polícia, Ministério Público e Judiciário possam diferenciar usuários de traficantes, uma tentativa de evitar discriminação simplesmente em função de cor, classe ou endereço.

“Se o Supremo fixar em 60 gramas, digamos, quem estiver preso com menos de 60 gramas pode pedir a revisão do processo. Se não houver outros elementos, ou seja, se a pessoa tiver sido presa só por causa da quantidade ela vai poder pedir a revisão”, afirma Figueiredo.

## Não punir usuário facilita tráfico, dizem especialistas

Clayton Castelani

SÃO PAULO A descriminalização do porte de pequenas quantidades de maconha, da maneira como foi decidido pelo STF (Supremo Tribunal Federal), poderá acarretar desequilíbrios na distribuição de punições aos envolvidos no ciclo do tráfico e também desestruturar investigações policiais, segundo especialistas em segurança pública ouvido pela Folha.

Para Leandro Piquet Carneiro, professor da USP e coordenador da Escola de Segurança Multidimensional, e André Santos Pereira, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, a decisão atinge aspectos laterais ao tema do tráfico de drogas, sem atacar o problema. Isso, na avaliação deles, acrescentará camadas a um tema já complexo.

Carneiro afirma que a descriminalização do porte da maconha afasta o consumidor final do sistema de proibição, mas mantém caracterizado como criminoso o pequeno traficante, que muitas vezes vem das camadas menos favorecidas da sociedade.

“Eu tenho críticas ao efeito de descriminalizar o consumo, mantendo o regime de proibição, que acaba ge-

dos como usuários. A reportagem foi citada por Barroso na sessão desta terça.

O presidente da corte também acrescentou que a maioria dos ministros entendeu que o consumo pessoal ainda constitui ato ilícito, mas sem natureza penal. Por consequência, segundo o ministro, seria vedado o consumo em local público.

O ministro Alexandre de Moraes disse que o adendo de Barroso era importante, já que porte para o uso é diferente do uso e que drogas lícitas têm regulamentação. “No caso do cigarro, por exemplo, não é possível fumar tabaco em restaurantes e aviões. O álcool, em restaurantes e aviões e não pode dirigir, além de não ser possível a venda para menores de idade”, disse.

Os ministros concordaram em determinar o descontinuação de valores para políticas públicas sobre o tema e por uma campanha de esclarecimento contra consumo de drogas.

O processo sobre drogas começou a ser julgado em 2015 e foi paralisado em diversas ocasiões, por pedidos de vista (mais tempo para análise) de ministros. O relator do processo é Gilmar Mendes, que defendeu inicialmente que a medida fosse estendida para todas as drogas e argumentou que a criminalização compromete medidas de prevenção e redução de danos, além de gerar punição desproporcional.

Ano passado, no entanto, ele ajustou seu voto e o restringiu à maconha, já que era a tendência a ser formada pela maioria dos seus colegas.

Em março, quando o Supremo voltou a julgar o tema, o Congresso Nacional reagiu. O Senado, presidido por Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aprovou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para incluir a criminalização do porte de drogas na Constituição.

O texto foi validado em abril pelos senadores, por ampla maioria, e no último dia 12 a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou a proposta.

Ao anunciar que apoiaria a PEC, Pacheco disse que uma eventual decisão do STF pela não descriminalização seria bem vista pelo Congresso. “Não concordamos, obviamente, com a desconstituição daquilo que o Congresso Nacional decidiu que deve ser crime”, afirmou, à época.



## cotidiano

# Lira reage ao STF e instala comissão para PEC das Drogas

Presidente da Câmara ainda não tinha oficializado o grupo, aprovado no dia 12

Victoria Azevedo

**BRASÍLIA** O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), oficializou a criação da comissão especial que irá analisar a PEC (proposta de emenda à Constituição) das Drogas. O ato foi publicado nos canais oficiais da Casa nesta terça-feira (25), após decisão do Supremo Tribunal Federal em julgamento sobre o tema.

O STF formou maioria a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, depois de nove anos de julgamento. A PEC das Drogas foi apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e aprovada por maioria em abril pelos senadores, em reação ao julgamento do STF. Ela foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados no último dia 12.

Com a aprovação na CCJ, cabe ao presidente da Câmara designar a comissão es-

pecial para tratar do mérito da proposta. Há um prazo de 40 sessões para votar o texto no âmbito do colegiado, sendo que o período para emendas se esgota nas 10 primeiras sessões.

Lira já tinha dado declarações públicas de que a PEC seguiria o rito normal na Casa, descartando atropelos. Apesar de o tema ter sido aprovado no dia 12 na comissão, ele ainda não tinha instalado o grupo.

O ato da presidência é do dia 17, mas foi publicado nos canais oficiais da Casa e disparado pela assessoria de imprensa do alagoano na noite desta terça. Segundo o texto, a comissão será formada por 34 membros titulares e 34 suplentes, que ainda precisam ser designados.

Lira está fora do país, em Lisboa, Portugal, para participar de evento jurídico. Durante sessão de votações da Câmara nesta terça, o líder do PL na Casa, deputado Altineu Côrtes (RJ), criticou a decisão

do Supremo e cobrou providências de Lira e de Pacheco.

“Hoje foi na matéria da liberação da maconha, mas quantas vezes o Supremo tem invadido a competência do Congresso e legislado por nós? O que vale: o voto popular que coloca aqui deputados e senadores para legislar ou o voto dos ministros do Supremo?”, afirmou Côrtes.

“Espero que o Congresso reverta e dialogue com o Supremo Tribunal Federal e a gente coloque as coisas em seu devido lugar. O Supremo deve exercer o seu papel, que é muito importante, mas jamais legislar em nome do Congresso”, afirmou o líder do PL.

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) também criticou o Supremo e afirmou, em publicação nas redes sociais, que “é lamentável ver o STF usurpando mais uma vez a competência do Legislativo”.

A PEC das Drogas constitucionaliza a criminalização de porte e posse de drogas. A pro-

posta determina que é crime possuir ou carregar drogas, independentemente da quantidade e da substância —proibição que existe hoje apenas em lei. Ela não define critérios objetivos para diferenciar o usuário do traficante.

Mais cedo nesta terça, Pacheco disse à imprensa que respeita o entendimento do STF, mas chamou a medida de inusitada e disse, ainda, que ela criaria um vácuo e uma distorção jurídica.

“Acho inusitado que depois de 35 anos de vigência da Constituição Federal, agora se aponha uma inconstitucionalidade no artigo 28, que inclusive coibiu a existência de drogas no Brasil durante muito tempo”, afirmou. “Respeito decisão, mas o Supremo Tribunal Federal descriminalizar a maconha cria um vácuo e quebra lógica jurídica [...] Eu discordo da decisão”, disse Pacheco.

O relator da PEC na CCJ, deputado Ricardo Salles (PL-SP), diz que irá procurar Lira pa-

ra pedir para ser designado o presidente do grupo. “Foi uma ação rápida do presidente da Câmara em defesa das competências e prerrogativas do Legislativo”, afirma.

O líder da oposição a Câmara, deputado Filipe Barros (PL-PR), diz que foi pego de surpresa com a decisão de Lira, que classificou como “excelente”. Segundo ele, os partidos já conseguem indicar no sistema da Câmara quais serão seus representantes na comissão.

“A decisão do presidente Lira é excelente e foi mais rápida do que imaginávamos, eu levaria esse assunto a ele no colégio de líderes na próxima semana”, diz. “Agora, a oposição irá focar em conversar com os partidos políticos para que eles indiquem os deputados que irão compor a comissão, para que ela já possa funcionar na próxima semana. Nosso objetivo é, cumprido os prazos regimentais, votar no plenário da Câmara antes das eleições de outubro”, diz Barros.

Na CCJ da Câmara, foram 47 votos favoráveis à PEC e 17 contrários. Partidos da esquerda tentaram obstruir a votação, e o governo federal não orientou sua bancada.

Após passar pela comissão especial, a PEC precisa ser analisada no plenário da Câmara, e são necessários 308 votos (de 513) para a sua aprovação, em dois turnos de votação. Caso seja aprovado, o

texto será promulgado pelo Congresso, uma vez que emendas constitucionais não precisam de sanção do presidente da República.

Há uma avaliação entre deputados da esquerda à direita que a proposta tem votos suficientes para ser aprovada no plenário da Casa.

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), diz à reportagem que a decisão do STF “deixa três exemplos péssimos”. “O Legislativo não legislar; o Judiciário legislar; e a legislação permitir o retrocesso do porte de maconha. Continuarei insistindo para que a Constituição seja cumprida e a Câmara cumpra o seu dever e decida o assunto.”

Apesar da instalação da comissão especial, parlamentares da oposição dizem que o tema deverá avançar na Câmara no segundo semestre, dada a proximidade do recesso parlamentar (que começa oficialmente no dia 18 de julho).

Eles dizem que a prioridade de Lira é aprovar a regulamentação da reforma tributária até a segunda semana de julho, realizando um esforço concentrado dos parlamentares em torno do tema. Não teria prazo, portanto, para realizar todas as sessões da comissão especial. Os deputados dizem que outro fator que poderá atrasar a tramitação da PEC na Casa é a eleição municipal



Guardas-civis durante operação de limpeza na rua dos Protestantes, no centro de São Paulo, onde está o fluxo de usuários de droga da cracolândia Danilo Verpa/Folhapress

## GCMs que atuam na cracolândia tiveram sarna, tuberculose e outras doenças, afirma sindicato

Paulo Eduardo Dias

**SÃO PAULO** O sindicato dos guardas-civis de São Paulo encaminhou um ofício para a prefeitura no qual afirma que agentes que atuam na região da cracolândia, no centro da cidade, ficaram doentes.

O documento aponta que 11 profissionais já foram afastados do trabalho desde fevereiro de 2020 até agora devido a doenças respiratórias e de pele. O ofício foi protocolado no último dia 13 e endereçado à Assessoria de Relações do Trabalho da Secretaria Municipal de Gestão.

O caso mais recente ocorreu no dia 11, com um profissional afastado do trabalho por escabiose —mais conhecida como sarna. Ao menos outros dois guardas já tinham sofrido com a doença em fevereiro.

O sindicato cita ainda três casos de infecção bacteriana.

Há duas menções para tuberculose. Uma para pneumonia, bactéria pulmonar, urticária e eritema. O relatório foi revelado pela CNN e confirmado pela Folha, que teve acesso ao documento.

De acordo com o SindGuardas, os agentes públicos que ficaram doentes estão lotados na Iope (Inspeção de Operações Especiais), responsável pelo patrulhamento na maior concentração de dependentes químicos do centro de São Paulo, atualmente na rua dos Protestantes. A área foi cercada com grades na última semana.

O documento ainda cita outros 17 endereços onde há circulação de usuários divididos nas regiões da Luz, dos Campos Elíseos e da Santa Ifigênia, todas no centro.

O ofício diz que os guardas atuam em turnos de 12 horas no plantão ou por oito horas em diárias especiais, realizan-

do abordagens em usuários e em seus pertences, como caixotes, cobertores, bolsas e sacolas. E que mesmo utilizando equipamentos de proteção individual, eles sofrem exposição a doenças.

O SindGuardas disse ter feito um pedido para a gestão Ricardo Nunes (MDB) sobre a situação. Para o presidente da entidade, Marcio dos Santos, o local expõe os agentes e outros servidores a contaminação por diversas doenças. “Na minha opinião, [é necessário] diminuir o tempo de exposição e estudar novos EPIs, mais eficientes”, disse.

Em nota, a Secretaria Municipal de Gestão confirmou ter recebido neste mês representantes do sindicato e que as demandas da entidade estão sob análise da equipe técnica da coordenadoria.

A reportagem procurou o sindicato dos agentes de saúde e a associação de cabos

e soldados da PM sobre possíveis notificações de seus associados de doenças ocasionadas por atuação na cracolândia. Ambos responderam não ter conhecimento sobre afastamentos.

### Justiça proíbe Guarda Civil de utilizar bomba em usuários de droga

Mariana Zylberkan

**SÃO PAULO** A Justiça de São Paulo determinou que a GCM (Guarda Civil Metropolitana) está impedida de usar balas de borracha, bomba de gás e formação de ataque semelhante à usada pela Polícia Militar durante ações em meio aos usuários de drogas que frequentam a cracolândia, no centro de São Paulo.

Em decisão publicada nesta segunda-feira (24), a juíza Gilsa Elena Rios, da 15ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, acatou parte dos pedidos da ação civil pública movida pelo Ministério Público após operação policial que dispersou dependentes químicos e prendeu traficantes em maio de 2017.

Na ocasião, a Polícia Civil deflagrou uma megaoperação que desmantelou a feira livre de drogas que ocorria no entorno da praça Júlio Prestes, na região da Luz, endereço da cracolândia por mais de 20 anos. A ação teve início antes das 7h do dia 20 com arremessos de bombas de gás contra dependentes químicos. Ao menos 38 pessoas foram presas naquele dia, segundo a Polícia Civil.

No dia seguinte, o então prefeito João Doria (sem partido) decretou o “fim da cracolândia”, apesar de usuários continuarem consumindo crack nas ruas próximas, como Aurora, Helvétia, Dino Bueno, Barão de Piracicaba e avenida Rio Branco.

Além de impedir os guar-

das-civis de usar munições não letais, a decisão judicial determinou que seja criado um canal de comunicação com a GCM para denúncias de abuso de agentes e encaminhá-las ao comando para a instauração de processos administrativos. A GCM também terá que formular em até 60 dias um plano rotineiro de atuação na cracolândia.

Em nota, a prefeitura afirmou que ainda não recebeu a decisão e, com a notificação, “serão analisadas as providências cabíveis”.

A juíza não acatou os demais pedidos da Promotoria, entre eles, impedir a GCM de atuar como polícia investigativa e ostensiva na cracolândia, realizar ações de zeladoria no território fora dos horários permitidos e a criação de um estudo de impacto prévio antes das ações da guarda civil.

Na quinta-feira (20), a Folha revelou que as gestões Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ricardo Nunes (MDB) instalaram grades na rua dos Protestantes, onde está localizada a maior concentração de usuários de drogas no centro.



# Política de restauração de florestas

Modelos de parceria são chave para cumprir metas climáticas

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

O Brasil tem feito esforços para alinhar os vários planos governamentais que determinam as suas rotas de descarbonização, proteção e regeneração da biodiversidade e natureza. É o caso, entre outros, do Plano Clima, do Plano de Transformação Ecológica, do programa Nova Indústria Brasil e do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas).

Por ora, o país tem o desmatamento zero e a restauração de 12 milhões de hectares de florestas até 2030 como metas prioritárias para cumprir sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês)

—que define a ambição climática das nações signatárias do Acordo de Paris.

A conservação e a restauração de florestas não só são chave para nossa meta de redução de emissão de gases de efeito estufa, mas para a economia, já que praticamente todos os setores econômicos dependem da natureza, e mais da metade do PIB global depende de seus serviços ecossistêmicos.

Nesse contexto, o governo federal, por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e as secretarias estaduais de Meio Ambiente se preparam para lançar concessões de restaura-

ção florestal ecológica e produtiva. Um dos mais avançados é o do Pará, anfitrião da COP30, que entende a necessidade de que o governo compartilhe os riscos territoriais do restauro, uma vez que é feito em terras públicas e para o bem público.

O Pará vai lançar em breve sua primeira concessão de restauro, que vai dividir com as empresas vencedoras os riscos de segurança pública e de incêndio—considerados os maiores riscos destas operações. A visão é de uma concessão modelo-paisagem, envolvendo também o desenvolvimento de políticas públicas no entorno

das áreas restauradas, criando um ambiente mais favorável para investimentos.

O SFB também anunciou a retomada de sua política de concessão, começando por 15 mil hectares da Flona Bom Futuro em Rondônia. Porém, o governo federal ainda não prevê o compartilhamento dos riscos territoriais que, como descrevi em minha coluna passada, afetam os empreendedores e investidores interessados nos mercados baseados na natureza, e sobretudo as populações locais.

É fato que o desafio de se garantir integridade e segu-

rança em áreas tão vastas como o previsto em nossa NDC é imenso. Mas o Estado precisa priorizar a retomada do controle sobre áreas hoje invadidas e ocupadas por economias ilícitas. Caso contrário, vamos falhar em nossa política de restauro, no cumprimento das metas do Acordo de Paris—e no nosso quinhão na preservação do bem-estar da humanidade e do planeta.

Se não pudermos garantir a segurança nos territórios nos quais estamos concedendo áreas públicas para restauro, é melhor dizer que estamos fechados para negócios, assumir que a nossa soberania já foi perdida para o crime organizado e que nada podemos fazer para reverter esse processo.

O presidente Lula, na semana passada, reiterou a importância do Plano Amas, que é parte fundamental da solução e precisa ser priorizado, integrado aos outros planos e implementado

com a máxima urgência.

Isso requer mapear e compartilhar responsabilidades sobre riscos territoriais e políticos. E exige também que, além do Executivo, os poderes Legislativo e Judiciário assumam sua fundamental parte da responsabilidade. Parcerias com todos os setores também precisam ser feitas para incluir dezenas de milhares de famílias em empreendimentos verdes compatíveis com a floresta em pé.

As políticas de restauro são um compromisso com as atuais e futuras gerações. É hora de o governo federal coordenar esforços e pactuar com os outros poderes uma política de Estado duradoura—que garanta a permanência de projetos de restauro que têm, em geral, duração mínima de 30 anos. Só assim o Brasil poderá liderar a transição ecológica pela ação, entregar suas metas e sua ambição de potência ambiental e climática.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

# PMs deixam youtuber americano participar de perseguição em SP

Secretaria da Segurança Pública afirma que solicitou esclarecimentos à Polícia Militar, que abriu sindicância

Laura A. Intriери

SÃO PAULO Policiais militares de São Paulo deixaram um youtuber americano posar com uma arma e participar de uma perseguição policial do banco de trás de uma viatura, mostra um vídeo publicado no início de junho.

Nas imagens, uma agente da corporação afirma em inglês ao criador de conteúdo Gen Kimura que mortes de criminosos são comemoradas com “charutos e cervejas”.

As cenas estão visíveis na publicação “Patrulhando FAVELAS com o Batalhão Tático da PM (24 hrs na vida de um Policial)”, no canal de Kimura do YouTube.



Youtuber Gen Kimura aparece dentro de uma viatura da PM durante perseguição policial

Reprodução/YouTube/Gen Kimura

“Eles dão declarações de que comemoram a morte de criminosos em confrontos e também de que não há racismo na atuação dos policiais. É preciso entender que a população que normalmente é abordada tem uma visão exatamente oposta a esta

**Roberto Uchôa**  
conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e policial federal

a imagem que certas parcelas da população têm sobre a PM.

“Eles dão declarações de que comemoram a morte de criminosos em confrontos e também de que não há racismo na atuação dos policiais. É preciso entender que a população que normalmente é abordada tem uma visão exatamente oposta a esta”, afirma.

O vídeo que mostra onde são guardados armamentos e o youtuber posando com uma arma fragiliza a segurança do local, segundo Uchoa.

Sobre a perseguição, o especialista afirma que o criador de conteúdo correu riscos e poderia ter colocado os demais em perigo por não ter treinamento adequado, “ainda mais por ter acesso a armamento que estava imediatamente à sua frente enquanto estava no veículo”.

Procurado pela reportagem, Kimura inicialmente respondeu as perguntas por e-mail. Mas, em um segundo momento, comunicou que havia mudado de ideia e solicitou que suas respostas não fossem publicadas.

Na descrição do vídeo, o criador de conteúdo afirma que a produção serve para “abordar temas controversos” e que o canal “não endossa ou apoia qualquer forma de discurso de ódio, discriminação ou violência”.

A reportagem não conseguiu localizar os policiais militares que aparecem no vídeo.



Ipê-roxo na avenida Dr. Arnaldo, na região central de São Paulo

Karime Xavier/Folhapress

# Tempo seco no inverno paulistano antecipa a floração do ipê-roxo

SÃO PAULO Ruas e praças de São Paulo, assim como alguns parques, estão mais coloridos neste início de inverno. É a floração do ipê-roxo, antecipada em 2024 por causa do tempo seco.

Mas é preciso correr para avistar essa imponência em tons mesclados entre roxo e rosa, pois as flores devem durar apenas mais alguns dias, uma vez que as pétalas já começam a cair e “pintar” o asfalto e a calçada de muitos lugares da cidade.

Essas árvores costumam ficar floridas por uma semana ou um pouco mais.

Os ipês-roxos, explica a engenheira agrônoma Andres Rhein, diretora da Divisão de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, podem ter florescido com até dois meses de antecedência, já que a tendência é de floração entre julho e setembro.

A árvore, ela diz, antecipa a floração como um mecanismo de defesa e logo na sequência há a dispersão de sementes. “Ela entende que está faltando alguma coisa e garante a sua reprodução”, afirma.

A exuberância da copa florida tende a continuar a aparecer antes da hora nos pró-

ximos anos, por causa das mudanças climáticas, com calor acima da média e falta de chuva no período—já foi assim em 2023.

Segundo o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências) da Prefeitura de São Paulo, a capital paulista registrou apenas 117 mm de chuva no outono, ou seja, 58% da média esperada, de 202 mm.

“Em geral, alguns tipos de ipês são bastante tolerantes ao sol e ao clima seco”, diz Rhein. “Em um regime de chuvas cada vez mais alterado, é uma das árvores que mais resiste à estiagem, se mostra resiliente.”

A árvore também é conhecida como ipê-roxo de bola, por causa da formato arredondado de suas flores e cujo tamanho varia de 5 cm a 8 cm, de acordo com a publicação Espécies Arbóreas Brasileiras, de Paulo Ernani Ramalho Carvalho, publicada pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

O ipê-roxo passa de 10 metros de altura, mas pode alcançar 20 metros, dependendo de onde for plantado.

Em média, começa a dar flores aos três anos de idade, segundo a engenheira

da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

O ipê-roxo é o primeira das espécies de ipês a florir no ano, seguido por amarelo, branco e rosa. “Mas isso pode mudar pelas condições de solo, temperatura, umidade e fotoperíodo”, afirma Rhein.

Comum nas calçadas e canteiros da cidade de São Paulo, o ipê resiste, inclusive, à floresta urbana paulistana e seu solo hostil com obstáculos de concreto. Mas é preciso cuidado com o manejo, alerta a especialista.

“Somente um engenheiro florestal, um biólogo ou um agrônomo vai dizer como vai ser a poda ou se é preciso remover a árvore”, diz.

De acordo com a Embrapa, o ipê-roxo precisa de podas frequentes para condução dos galhos e crescimento.

Antes de sonhar com o colorido da árvore na porta de casa e plantar uma muda de ipê-roxo é necessário prestar atenção em algumas regras, como a largura mínima de 1,20 m na calçada, e calcular se pode haver conflito com o mobiliário urbano quando ela crescer. Pelo telefone 156, da Prefeitura de São Paulo, é possível obter informações de como buscar orientação.



cotidiano

# Ensino integral avança, mas deixa de fora os mais novos

Acesso à jornada ampliada é um dos poucos avanços em dez anos de PNE; Lula apresenta metas na quarta (26)

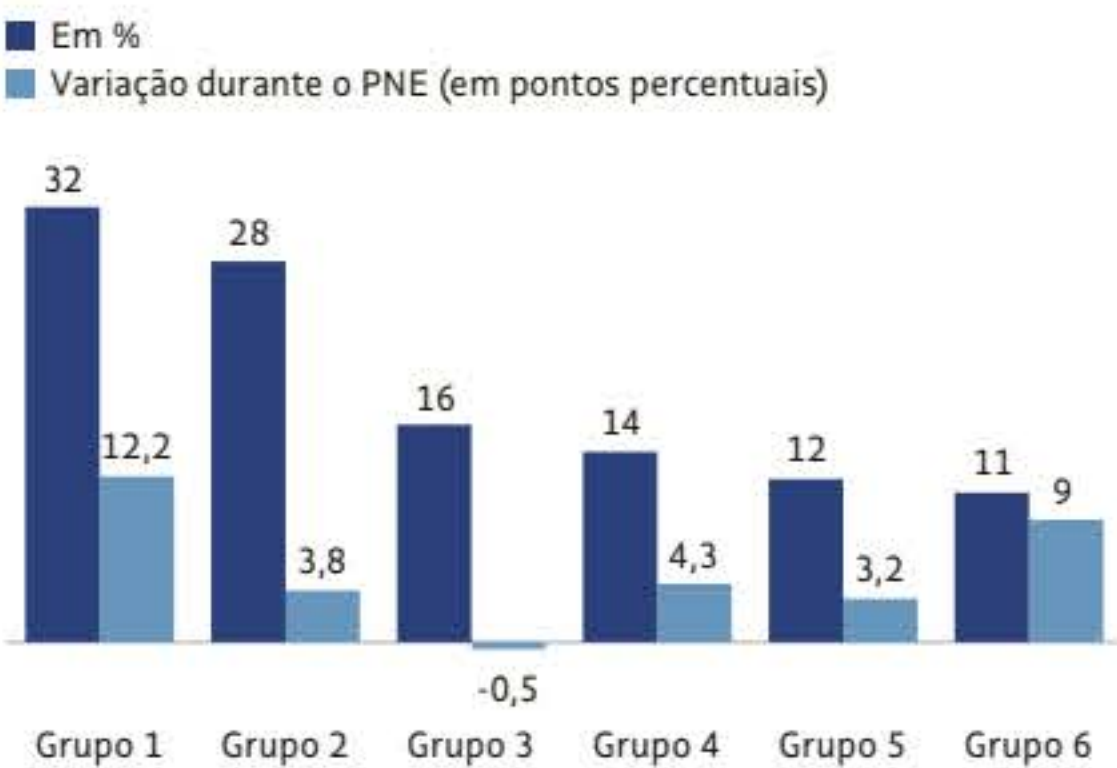
Isabela Palhares

SÃO PAULO Uma das poucas metas que avançaram no Plano Nacional de Educação, a ampliação da educação em tempo integral ocorreu de forma desigual no país, deixando de fora os alunos mais novos, da região Norte e das áreas rurais. Para esses grupos não apenas não houve avanços, como ainda retrocessos. Estudantes pretos, pardos e indígenas tiveram mais acesso à educação em tempo integral (com ao menos sete horas de aulas diárias), mas a progressão foi menor do que para os brancos. Sancionado em 2014 pela presidente Dilma Rousseff (PT), a lei do PNE completou uma década de vigência nes-

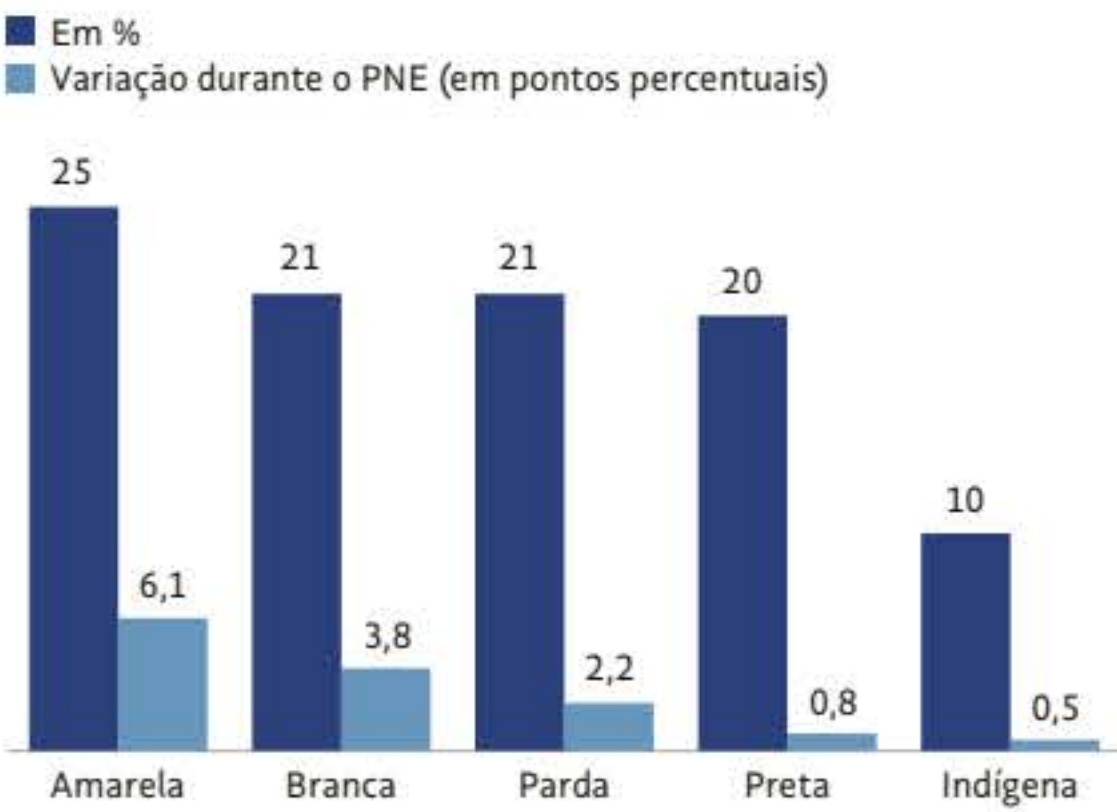
ta terça (25) sem que nenhuma das 20 metas tenha sido plenamente cumprida, como mostrou a **Folha**. Um relatório feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação aponta que, mesmo nos objetivos em que o país avançou, o progresso aconteceu de forma desigual. Segundo a lei, o país deveria chegar em 2024 com, no mínimo, 50% das escolas públicas oferecendo jornada de tempo integral e 25% dos alunos da educação básica nessa modalidade. Apesar de ter avançado, o país segue longe de alcançar essas marcas. Os dados do Censo Escolar 2023 mostram que a jornada de tempo integral está presente em 30,5% das escolas para 20,6%

## Educação em tempo integral

Distribuição das matrículas em jornada de tempo integral por nível socioeconômico



Distribuição das matrículas em jornada de tempo integral por raça/cor



Fonte: Censo da Educação Básica/Campanha Nacional pelo Direito à Educação

dos estudantes da educação infantil ao ensino médio. Em 2014, essas proporções eram 29% e 17,6%, respectivamente. A ampliação da carga horária de aulas é tida por especialistas como uma das principais estratégias para melhoria da educação. Mas a modalidade significa mais gastos para estados e municípios, que concentram as matrículas. Para alguns grupos, a ausência ou interrupção de políticas educacionais levou à regressão do número de matrículas em tempo integral. É o caso dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), que passaram a ser menos atendidos em jornadas escolares estendidas. Só 16% das crianças estudam em tempo integral. Desde 2014, houve redução das matrículas em 5,2 pontos percentuais. O documento da Campanha avalia que esse recuo é consequência do fim do programa Mais Educação, criado no fim do segundo mandato do presidente Lula (PT) e descontinuado no governo Michel Temer (MDB) para ser substituído pelo programa que passou a fomentar a jornada estendida apenas no ensino médio. É nessa última etapa da educação básica que houve maior avanço no ensino de tempo integral. O número de escolas com a modalidade cresceu 22,2 pontos percentuais e o de matrículas 13,9. Apesar de ser a etapa com maior progresso, o avanço é

questionado do ponto de vista de qualidade. A proporção de matrículas no tempo integral ocorreu após a implementação do novo ensino médio, ou seja, a ampliação da jornada ocorreu com a contabilização dos itinerários formativos — carga optativa que é alvo de críticas de estudantes e professores por ter tirado o tempo de aula de disciplinas comuns. “Não foi uma política para ampliação do tempo integral, mas uma mudança estrutural no modelo de ensino médio. Mas o que é questionável é a qualidade dessa oferta”, diz Andressa Pellanda, coordenadora da Campanha. Nos últimos dez anos, a desigualdade entre as escolas da zona urbana e rural também aumentou, com a redução de 3,5 pontos percentuais nas matrículas de aulas de áreas rurais do país. Também houve desfavorecimento dos alunos da região Norte, com o recuo de 4,7 pontos percentuais no número de matrículas. O plano tem sua vigência encerrada nesta terça (25) sem o governo Lula ter apresentado um novo plano para orientar as políticas educacionais da próxima década. Segundo a lei do PNE, a atualização das diretrizes deveria ser enviada ao Congresso até junho de 2023. Como o governo não cumpriu o prazo, o Senado aprovou a prorrogação do plano atual até dezembro de 2025. A expectativa é de que Lula assine o projeto nesta quarta (26).

# Plano Nacional de Educação de Lula amplia meta de creche

Paulo Saldaña e Renato Machado

BRASÍLIA O texto do novo PNE (Plano Nacional de Educação) do governo Lula (PT) inclui o aumento da meta de crianças em creche, passando de 50% para 60%, e ampliação de metas de alfabetização, aprendizagem e equidade. O governo manteve os mesmos parâmetros para financiamento da área do plano atual. O presidente Lula recebeu nesta terça-feira (25) o ministro da Educação, Camilo Santana, no Palácio do Planalto para tratar do assunto. A expectativa é de que Lula assine o projeto de lei nesta quarta (26), quando deve reunir parlamentares da educação para o ato. Dessa forma, o texto já vai para o Congresso Nacional. É mantida, na proposta do governo à qual a **Folha** teve acesso, a mesma meta de investimentos em educação presentes no plano em vigor. Segundo documento, o governo prevê que, em dez anos, os investimentos em educação alcancem o equivalente a 10% do PIB (Produto Interno Bruto). Esse mesmo percentual foi determinado em 2014. Não foi alcançado: no cálculo mais atual, de 2020, ficou em 5,4%. O texto do governo também tem meta relacionada a investimentos por aluno na educação básica, em busca de parâmetros internacionais. O PNE tem o objetivo de tra-

çar objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira em um prazo de dez anos. É uma medida prevista na Constituição. O plano atual foi definido em 2014, após longo debate no parlamento, e vence neste ano. Apenas quatro, das 20 metas estabelecidas, foram ao menos parcialmente cumpridas pelo país. Mesmo com metas e estratégias factuais, não há legislação que associe automaticamente o descumprimento dos itens à responsabilização de gestores. A proposta do governo para o novo PNE tem 18 objetivos, que envolvem da creche ao ensino superior. Esses itens são desdobrados em 58 metas, e 253 estratégias, de acordo com versão obtida pela reportagem. O governo ainda realiza pequenos ajustes no documento, segundo integrantes da gestão. O conteúdo deve passar por alterações no Congresso. Os 18 objetivos são compreendidos nas seguintes temáticas: educação infantil, alfabetização, ensino fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior e estrutura e funcionamento da educação básica. O projeto do governo deve estipular a busca de um índice de 75% das crianças alfabetizado ao fim do 2º ano do ensino fundamental. Esse percentual deve ser alcançado em



O presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana Lucio Tavora - 10.jun.24/Xinhua

cinco anos e, em dez anos, todas devem estar nesse nível. Com relação a creches, o PNE busca alcançar, em dez anos, o índice de matrícula de 60% das crianças de até três anos em creches — atualmente esse percentual é de 37,3%, não tendo alcançado a meta de 50% do PNE 2014-2024. Também há uma meta para redução em dez pontos percentuais a desigualdade de acesso entre crianças pobres e mais ricas.

Há a previsão de ampliação da oferta de vagas em creches na modalidade de educação escolar indígena, de modo a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE. Na alfabetização, o objetivo principal é assegurar que, no mínimo, 75% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, até o 5º ano de vigência do PNE. Todas as crianças devem estar alfabetiza-

das até final do decênio. O texto do governo para o plano traz que, em cinco anos, 70% dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental tenham aprendido considerado adequado. O percentual é de 65% nos anos finais e 60%, no ensino médio. Também há metas de redução de desigualdades por raça, nível socioeconômico, sexo e região na questão de aprendizagem. Os itens relacionados a edu-

cação em tempo integral preveem que 55% das escolas ofereçam a modalidade, atendendo ao menos 40% dos alunos até a fim da vigência do plano. O plano atual prevê percentual de 50% e 25%, respectivamente — atualmente, 27% das escolas e 18% dos alunos estão em tempo estendido na escola (ao menos 7 horas de aulas diárias). O novo PNE traz nova meta relacionada à conectividade de escolas. Devem estar conectadas metade das escolas de educação básica em cinco anos e todas, no prazo de dez. O texto traz a menção de acesso à internet de alta velocidade para uso pedagógico. Com relação a professores, há metas envolvendo planos de carreira, formação e modelo de contratação por concurso. Há uma novidade relacionada à qualidade dos concluintes em cursos de formação de professores, com meta de ao menos metade deles tenham padrão considerado adequado no Enade (prova federal) em cinco anos e 70%, em dez anos. A expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio é estipulada para atingir metade dos alunos da etapa, índice que não chega a 15% atualmente. Metade dessa expansão deve se dar em instituições públicas. O texto para o novo PNE estipula que 40% da população de 18 a 24 anos esteja no ensino superior.

## MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

### Criou entidade para defender lésbicas negras da Amazônia

DARLAH MARIANA SANTOS CONCEIÇÃO (1988 - 2024)

Leonardo Fuhrmann

SÃO PAULO Quando ouvia Whitney Houston, sua cantora predileta, Darlah Mariana Santos Conceição dizia que devia ter estudado música. Em casa, gostava de tocar baixo. Em rodas de samba, se arriscava no pandeiro ou nos tambores. Mas as urgências dos movimentos negro e LGBTQIA+ fizeram com que ela op-

tasse pelo direito. Vinda de uma família de militantes do movimento negro, ela atuou na Coalizão Negra por Direitos em Belém e no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa). Na Seção Paraense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) falou diversas vezes sobre o combate ao racismo. Também participou de grupos de ativistas feministas e

lésbicas do Pará. Mas foi na união destas militâncias que surgiu a entidade que se tornou o maior legado e orgulho de Darlah, o Sapato Preto, de mulheres negras da Amazônia. Com o grupo, atuou em comunidades quilombolas, nas periferias e em ocupações na região metropolitana da capital paraense. As atividades trabalhavam questões como a busca por autonomia e protagonismo, o combate à lesbofobia e atividades culturais. Seu trabalho serviu para motivar outras entidades de lésbicas, negras e feministas dentro das comunidades em que atuavam. Era conhecida

também como Darlah Farias. Foram seis anos de atuação com suas companheiras do Sapato Preto. Participou da Articulação de Lésbicas da Amazônia Paraense (Alamp) e da Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Feministas Negras — Candaces. Como advogada, diversas vezes trabalhou em casos de violência contra a mulher, racismo e em defesa de populações vulneráveis. Na política partidária, foi assessora jurídica da vereadora de Belém Livia Duarte (PSOL), atualmente deputada estadual, e coordenadora de Diversidade Sexual e Gê-

nero na Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará. Foi dentro desta atuação política que conheceu Patrícia Gomes, com quem estava casada fazia sete anos. Juntas, criavam a filha da companheira, Anália, hoje com 12 anos. “A Darlah manifestava a experiência da maternidade com atos e pelo cuidado”, diz Patrícia. Segundo ela, as três

formavam uma “família preta e militante”. Ela morreu dia 2 de junho, aos 36 anos. Alguns dias depois de sua morte, o governo federal anunciou que a primeira casa de acolhimento para a população LGBTQIA+ pública da região Norte, a ser inaugurada em Belém, levará seu nome. Darlah deixa a companheira, a enteada, os pais Isabel e Mariano e o irmão Paulo.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



saúde



Crianças brincam na Ocupação Morumbizinho, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na zona leste de SP Zanone Fraissat/Folhapress

# 1ª infância deve ser prioridade na eleição, dizem especialistas

Investimentos nessa etapa têm alta taxa de retorno econômico, mostram estudos

PRIMEIRA INFÂNCIA

Fernanda Ravagnani

SÃO PAULO O investimento dos municípios em serviços que melhorem a qualidade de vida das crianças de zero a seis anos tem o potencial de reduzir a desigualdade, diminuir a violência e aumentar o desenvolvimento da região ao longo de décadas. Por isso, esse tema deveria ser prioritário na pauta das eleições de 2024, afirmam especialistas e entidades que estudam o assunto. “A ciência já sabe que esse período é uma janela de oportunidade, a fase mais importante da vida”, diz Maíra Souza, oficial de desenvolvimento infantil na primeira infância do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). “No Brasil, estamos falando de muita gente, são 18 milhões de crianças nessa faixa etária.” Existe um consenso internacional de que o investimento na primeira infância é o que

apresenta a mais alta taxa de retorno econômico, com base no trabalho do norte-americano James Heckman, Prêmio Nobel de Economia de 2000. Em um de seus estudos, o economista encontrou um retorno anual de 13 por cento sobre investimento em um programa de cuidado integral a crianças de zero a cinco anos de famílias desfavorecidas nos Estados Unidos. As crianças foram acompanhadas por mais de três décadas, e os ganhos foram calculados considerando benefícios em saúde, produtividade e redução do envolvimento em criminalidade e uso de drogas. “Por causa da maleabilidade do cérebro, bons estímulos nos primeiros anos de vida podem gerar transformações que têm o poder de desconectar a herança de pobreza. É uma virada de chave”, afirma o pesquisador Marcelo Neri, diretor do FGV Social. Ele lembra que o Brasil tem um nível baixo de mo-

bilidade social, ocupando o 60º lugar entre 82 países, de acordo com o levantamento do Fórum Econômico Mundial de 2020. “Ou seja: pai pobre, filho pobre. Temos que cortar essa transmissão de pobreza entre gerações.” A professora de saúde pública Márcia Machado, da Universidade Federal do Ceará (UFC), ressalta que, assim como os estímulos positivos no início da vida têm grande repercussão no futuro, os negativos também têm. “O cérebro é como uma esponja. O estresse e a exposição à violência vão manifestar seus efeitos depois de anos, perpetuando o ciclo”, diz ela. É o que mostram os estudos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) publicados em 2022 na revista Lancet. O grupo de pesquisadores analisou dados da população de baixa renda de 95 países e concluiu que crianças de famílias mais pobres morrem mais e têm o desenvolvi-

mento prejudicado, incluindo no quociente de inteligência (QI), com efeitos que persistem na vida adulta. Investir na primeira infância tem a vantagem de que os resultados são colhidos pela pessoa e pela sociedade ao longo dos anos. É o oposto do que ocorre com ações com foco mais assistencialista, como benefícios previdenciários ou alfabetização de adultos. “No Brasil se combate a pobreza quando ela já existe. A melhor maneira de preveni-la é atuar na primeira infância”, afirma Neri. As crianças são a população mais vulnerável em situações extremas de violência, desastres naturais e pandemias, e são proporcionalmente mais pobres, o que por si só já justificaria a prioridade na pauta eleitoral. “No Brasil, 15% das crianças de 0 a 4 anos vivem abaixo da linha da pobreza extrema. É a proporção mais alta em todos os grupos, de acordo com um levantamen-

to que fizemos com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua de 2023”, diz o pesquisador do FGV Social. Em anos eleitorais, afirma o pesquisador, os níveis de pobreza no Brasil costumam até se reduzir, devido às ações assistenciais com fins políticos. Como criança não vota, esses “benefícios” acabam não atingindo esse grupo populacional. A gestão municipal influencia diretamente na vida das crianças, porque, além de ser a instância administrativa mais próxima das famílias, cuidar das ruas, das praças e áreas de lazer, é o município que detém as estruturas físicas dos serviços. As creches e as escolas de educação infantil estão a cargo das prefeituras, assim como as UBS (unidades básicas de saúde). Mesmo que as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI) sejam federais, quem se encarrega da aplicação das vacinas é o município. Também é a administração municipal a responsável de assistência social como o Cras (Centro de Referência da Assistência Social), que atende pessoas em situação de vulnerabilidade e cuida das inscrições no CadÚnico e no Bolsa Família, e o Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que trata de casos ainda mais delicados, como vítimas de violência. Uma das dificuldades apontadas pelos especialistas é que os resultados dos investimentos em primeira infância não são tão visíveis, pois os serviços de qualidade vão reverberar depois de décadas na saúde individual e no combate à desigualdade econômica. “O mercado eleitoral não remunera ações de longo prazo”, diz Marcelo Neri. Alguns tipos de investimento, no entanto, podem dar resultados rápidos e visíveis. “Um esforço para aumentar a qualidade e o número de consultas do pré-natal faz com que cresça o número de bebês que nascem vivos, reduz a prematuridade e a mortalidade materna”, ressalta Maíra Souza, do Unicef, que defende que os municípios tenham ferramentas para acompanhar esse tipo de indicador. Neri destaca como caminho no longo prazo o estabelecimento de metas internacionais, como as Metas do Milênio, que criam um “campo neutro” para a priorização dos investimentos.

## Anvisa proíbe uso de fenol, e CFM pede revisão de resolução

SÃO PAULO O CFM (Conselho Federal de Medicina) discordou da resolução da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de proibir temporariamente o uso de fenol (ácido carbólico) em procedimentos estéticos e de saúde. Em ofício enviado nesta terça-feira (25), o presidente do CFM, José Hiran Gallo, pediu revisão “urgente” da decisão, para que os médicos do país possam utilizar o fenol em tratamentos, inclusive estéticos, “segundo critérios de segurança e eficácia”. Na resolução da Anvisa, publicada após repercussão da morte de um empresário em decorrência de um peeling de fenol, a agência afirmou que não foram apresentados estudos que comprovem a eficácia e segurança do produto para uso nesses procedimentos. O CFM, que participou de reunião prévia com a Anvisa, diz concordar com as delimitações impostas pela Anvisa a não médicos, mas espera abertura maior aos profissionais de saúde. “Essa resolução se mostra excessiva ao proibir o uso do fenol também pelos médicos, os quais constituem um grupo de profissionais capacitados e habilitados para seu manuseio em tratamentos oferecidos aos pacientes em locais que obedeçam às normas da vigilância sanitária”, escreveu o presidente do CFM. Na avaliação do conselho, os problemas no uso do fenol, incluindo registros de efeitos adversos e mortes, têm ocorrido em tratamentos estéticos realizados apenas por não médicos. “A resolução é positiva no sentido de ordenar fluxos relacionados ao uso do fenol, que vinha sendo comercializado sem maior controle até mesmo pela internet. No entanto, entende-se que a regra necessita de ajustes”, diz o ofício. Publicada nesta terça, a decisão da Anvisa proíbe a importação, fabricação, manipulação, comercialização, propaganda e uso de produtos à base de fenol (ácido carbólico) em procedimentos de saúde em geral ou estéticos. A determinação é temporária e fica vigente enquanto não conduzidas as investigações sobre os potenciais danos associados ao uso desta substância química, que vem sendo utilizada em diversos procedimentos invasivos. Em nota, a Anvisa afirmou que “a medida cautelar foi motivada por preocupações com os impactos negativos na saúde das pessoas”. Um dia antes da publicação, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) acionou a agência na Justiça Federal para pedir a suspensão da venda de substâncias à base de fenol (ácido carbólico) para profissionais que não são médicos. O procedimento feito com o ácido ganhou atenção quando o empresário Henrique da Silva Chagas, 27, morreu em uma clínica de estética na zona sul de São Paulo em decorrência de uma parada cardíorrespiratória causada pelo peeling de fenol. O procedimento foi realizado pela influenciadora Natalia Fabiana Freitas Antônio, que realizou cursos livres pela internet para oferecer a técnica e se identifica como Natalia Becker.

# PL é aberração, diz médica do 1º programa de aborto

TODAS

Manuela Ferraro

SÃO PAULO Maria José Araújo descreve como uma peregrinação a busca por profissionais de saúde que aceitassem fazer parte do primeiro programa de aborto legal do Brasil, implementado em São Paulo, em 1989. Médica e ativista, ela comandava naquele ano Secretaria Especial da Mulher, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde. O aborto era permitido pelo Código Penal de 1940 em casos de estupro ou risco à vida da mulher. Mas o atendimento era escasso e sem regulamentação oficial. Atendendo à reivindicação antiga do movimento feminista, a então prefeita Luiza Erundina emitiu uma portaria que determinava a obrigatoriedade do oferecimento do serviço na capital paulista. Araújo relata ter visitado 11 ou 12 hospitais para negociar a implementação, porque havia grande resistência dos profissionais. No Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, que anos depois se tornaria referência do serviço no país, chegou a ouvir que ela estaria mentindo e que queria fazer abortos ilegais.

Foi no Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, conhecido como Hospital Jabaquara, que ela encontrou uma equipe de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e funcionários jurídicos e administrativos sensível à causa, em especial Jorge Andalaft Neto, chefe da área de ginecologia e obstetria. O processo de criação do programa levou cerca de seis meses, o que incluiu a formação não só dos profissionais de saúde, mas também dos funcionários das áreas administrativa e jurídica do hospital, dos médicos aos porteiros. Houve ainda diálogos com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o CRM (Conselho Regional de Medicina) e o Judiciário, para reforçar a legalidade do processo. “Me surpreendi com um juiz da vara do Jabaquara. Ele disse: ‘O que vocês querem que eu diga, se é um direito? Querem que eu faça o procedimento por vocês?’”, diz a médica. Araújo e Andalaft, morto em 2012, são citados na justificativa do projeto de lei 1904, o PL Antiaborto por Estupro, que busca equiparar o aborto ao crime de homicídio simples caso o procedimento seja realizado após as 22 semanas de gravidez.

O documento apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) resume a história do primeiro programa de aborto legal e afirma que Andalaft discordava e teria elaborado normas em 1998 e 2005 contra a realização do procedimento após essa idade gestacional. Araújo, entretanto, diz que os argumentos são inverdades e distorções. “Naquela época,



Maria José Araújo, que implementou o 1º programa de aborto legal Arquivo pessoal

várias tecnologias não estavam disponíveis. O avanço da ciência permite, baseado em evidências científicas, utilizar atualmente medicamentos e outras tecnologias para dar mais segurança aos procedimentos médicos. Fazer essas comparações não tem nenhuma validade técnica”, afirma. Uma dessa tecnologias é a da assistolia fetal, prática que foi vetada em março pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e que motivou tanto o PL Antiaborto por Estupro quanto a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 11.41. Sua proibição, segundo Araújo, fere o princípio da beneficência do Código de Ética Médica, que prevê o dever médico de promover a saúde do paciente, agindo com máximo de zelo, capacidade técnica e utilizando-se de todos os meios disponíveis. “Esse projeto não tem que ser debatido e amadurecido como está sendo colocado pelo presidente da Câmara, ele tem que ser jogado no lixo, pois é uma aberração em todos os sentidos”, diz. Natural de Teofilândia, interior da Bahia, Araújo formou-se em medicina em Salvador e atuou nas áreas de pediatria e ginecologia. É

uma das fundadoras do Coletivo Feminista Saúde e Sexualidade e da Rede Feminista de Saúde, criados, respectivamente em 1981 e 1991. Como gestora pública, também coordenou a Área Técnica de Saúde da Mulher, no primeiro governo Lula. A implementação do primeiro programa de aborto legal envolveu ainda a exigência de que as mulheres apresentassem boletim de ocorrência e laudo do IML (Instituto Médico Legal), comprovando a ocorrência do estupro, o que não era previsto em lei. A obrigatoriedade foi retirada anos depois, mas a exigência dos documentos é mencionada na justificativa do PL 1904. “Foi uma estratégia para facilitar a implantação do serviço e de dar uma certa tranquilidade para as pessoas que estavam trabalhando num serviço que causava polêmica, porque naquele momento os prós-vida não nos deixaram em paz”, diz Araújo. O programa lhe rendeu ameaças à vida. Sua casa foi arrombada, e pessoas atiravam ovos no prédio do hospital Jabaquara. Mas ela diz sentir mais agressividade no debate público nos dias atuais. “Fomos atropeladas, na última década”.



# equilíbrio



Garoto usa celular; especialista contesta dano de uso de redes sociais por crianças Beaver/Adobe Stock

## Editor da revista Science contesta evidências de danos das redes

Holden Thorp questionou Jonathan Haidt, autor do livro ‘A Geração Ansiosa’, sobre a saúde de jovens

Ana Bottallo

SÃO PAULO Parece um consenso: as redes sociais prejudicam o aprendizado, a sociabilidade e elevam sintomas associados a transtornos mentais, como depressão e ansiedade, em crianças e adolescentes. Em meio ao sucesso do livro “A Geração Ansiosa”, do psicólogo social americano Jonathan Haidt, pais no Brasil e no mundo já fazem movimentos para tentar banir smartphones de escolas e restringir o uso das redes sociais das crianças. Na obra, Haidt atribui ao mundo do Meta e companhia “a maior ameaça à saúde mental das crianças e adolescentes” nas últimas duas décadas. Mas junto com o sucesso da obra, crescem também os contrapontos entre os cientistas da falta de evidências apresentadas no livro. Um destes levantamentos foi feito por Holden Thorp, editor da revista Science, uma das mais importantes do mundo, em editorial publicado na última quarta-feira (19). Na segunda-feira (17), a discussão ganhou novas proporções quando a principal autoridade de saúde nos Estados Unidos, Vivek Murthy, disse que é preciso responsabilizar as grandes empresas de tecnologia pelos danos causados à juventude com avisos nas plataformas, à mesma maneira que há avisos em bebidas alcoólicas ou embalagens de cigarros listando os possíveis danos à saúde. No entanto, diversos especialistas que estudam a psicologia e comportamento infantil há anos questionam a falta de evidências científicas nas alegações de Haidt. Uma das principais críticas, publicada na forma de resenha na prestigiada revista científica Nature, é Candice Odgers, uma psicóloga com vasta experiência em saúde mental adolescente. Segundo ela, o professor e autor best-seller não conseguiu provar o efeito de causalidade entre as mídias sociais e o aumento de transtornos de saúde mental nos jovens. Da mesma forma, a Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina (Nasem, na sigla em inglês) americana publicou um relatório em que diz que “os estudos atuais que relacionam as redes sociais à saúde demonstraram efeitos e associações muito fracos [...] ao contrário da narrativa social e cultural de que as mídias sociais, de forma universalizada, são prejudiciais aos adolescentes”, conforme

afirma o artigo da Science. Para Thorp, Odgers disse que “as pessoas não estão criticando [o livro] porque há um pânico moral e medo generalizado em volta desse tema”. Já Haidt, também em resposta ao editor da Science, afirma que as críticas negativas são “minorias” e que ele vem sofrendo, na verdade, pressão de outros pesquisadores. Mas a ausência de evidências frente a um problema de proporção pública e de alto impacto na sociedade pode justificar a conclusão sem um olhar meticoloso? A resposta, para Thorp, é não. E mais, figuras de notoriedade pública devem ter uma responsabilidade ainda maior para mencionar lacunas no conhecimento científico corrente, e lembrar sempre que o que é dito é à luz dos estudos mais recentes, diz Thorp. Segundo o maior levantamento feito até então sobre redes sociais e adolescentes, do Instituto de Pesquisa Pew (o levantamento é parte de um Estudo do Desenvolvimento Cerebral e Cognitivo Adolescente), cerca de 9 em cada 10 crianças e adolescentes de 13 a 17 anos disseram acessar constantemente o YouTube. As proporções, porém, caem para as redes que seriam mais “problemáticas”, como TikTok e Instagram: 63% e 59%, respectivamente. Foram consultadas 1.453 crianças nos Estados Unidos, de 26 de setembro a 23 de outubro de 2023, com o consentimento dos pais. Os números são ligeiramente menores do que foi levantado na pesquisa anterior, de 2022, que indicaram uso de 95% do YouTube, 67% do TikTok e 62% do Instagram. Houve um crescimento, contudo, de Snapchat (59% para 60%), Facebook (32% para 33%) e X (ex-Twitter; 17% para 20%). A mesma pesquisa viu uma maior proporção de meninas que usam constantemente uma ou mais redes sociais do que os seus pares masculinos (22% versus 12%, no caso do TikTok, e 17% versus 12% para o Snapchat). Na média, 1 em 5 crianças e adolescentes nos EUA acessam “quase sempre” YouTube, TikTok e Snapchat. Conteúdos problemáticos nas redes sociais, além de problemas comportamentais causados pelo vício, são alguns dos obstáculos enfrentados no uso de redes sociais por jovens, dizem especialistas. No caso dos argumentos de Haidt, porém, de proibir por completo o uso, pediatras e psiquiatras infantis são mais céticos quanto ao efeito prático.

# ambiente

FOLHA EXPLICA

## Queimadas têm diferentes impactos no pantanal, no cerrado e na amazônia

Parte da vegetação de alguns biomas é adaptada ou mesmo dependente ao fogo, mas recorrência dos incêndios preocupa

Jéssica Maes

SÃO PAULO Nas últimas semanas, as cenas de colunas de fumaça subindo da vegetação voltaram a assolar o pantanal, antecipando o início da temporada de incêndios no bioma, que normalmente têm seu período mais crítico de agosto a outubro. Após um ano de calor recorde e mais uma cheia muito abaixo da média, já são mais de 3.200 focos na região em 2024, segundo dados do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais). O número representa um aumento de 33% em relação ao mesmo período de 2020, quando foram registradas as maiores queimadas da história do bioma, e alta de 2.134% na comparação com o primeiro semestre do ano passado. A situação levou o governo de Mato Grosso do Sul a decretar situação de emergência na segunda-feira (24). Com a seca persistente em boa parte do país, as queimadas também estão acima da média no cerrado e na amazônia. Na amazônia, o crescimento foi de 76% nos focos de incêndio entre 1º de janeiro e 23 de junho deste ano, em relação ao mesmo período de 2023, enquanto no cerrado a alta foi de 31%. No Brasil, as queimadas são provocadas, principalmente, pelo uso do fogo para renovar pastagens e limpar a vegetação derrubada pelo desmatamento. Ou seja, a maior parte do fogo é consequência de ações humanas. O fogo, no entanto, não ocorre da mesma forma nos diferentes biomas brasileiros. Enquanto alguns ecossistemas são mais adaptados às chamas, outros são totalmente vulneráveis a elas — e mesmo os mais resistentes vêm sofrendo com a repetição acima da média dos grandes incêndios.

★

**Quais as características do fogo no pantanal?**  
A maior parte do pantanal é formado por campos, cobertos originalmente por capins na-

tivos, que são em grande parte alagados durante a época da cheia. Essa vegetação é suscetível às chamas e algumas espécies de gramíneas dependem do calor para sobreviver. “O fogo é íntimo do pantanal, ele faz parte da evolução do bioma”, afirma Ane Alencar, coordenadora do MapBiomas Fogo e diretora de ciências do Ipam (Instituto de Pesquisa da Amazônia). “Mas o fogo no pantanal tem ocorrido cada vez mais fora da época natural.”

**É possível comparar a presença do fogo no pantanal e no cerrado?**  
Tanto o cerrado quanto o pantanal têm vegetações mais adaptadas e, em certo nível, até mesmo dependentes do fogo — algumas espécies só florescem ou só brotam depois da passagem das chamas, por exemplo. Dentro da dinâmica natural de ambos os biomas, incêndios florestais são provocados principalmente por raios. Porém, quando tempestades com descargas elétricas atingem essas regiões, no final da estação chuvosa ou logo no início da seca, as chamas não se espalham. Já quando a ignição é humana, durante a seca, o potencial destrutivo do fogo se torna muito maior. A pesquisadora do Ipam diz que a vegetação do cerrado é mais diversa do que a do pantanal, onde as chamas se alastram com maior facilidade. Além disso, no solo das áreas alagadas, chamado de turfa, é mais difícil conter os incêndios, que se propagam por baixo da superfície, tornando o combate ao fogo ainda mais desafiador no pantanal.

**E na amazônia, de que forma as queimadas se dão?**  
A amazônia é formada majoritariamente por vegetação florestal úmida, onde o fogo natural é um evento raro e tem um impacto severo. Apesar disso, na época da seca, queimadas são largamente utilizadas para a limpeza de áreas desmatadas na região, o que faz com que as chamas se espalhem em um ambiente ex-

tremamente sensível. “As árvores grandes, por exemplo, não conseguem resistir a um fogo de baixa intensidade no pé das árvores. As chamas são o suficiente para matar uma árvore centenária, e isso tem um impacto em toda a estrutura da floresta”, conta Alencar.

**Quão recorrentes são as queimadas nesses biomas?**  
Um levantamento da plataforma MapBiomas Fogo aponta que, entre 1985 e 2023, o cerrado teve 66% de sua área queimada pelo menos uma vez, sendo o bioma com mais áreas queimadas de forma recorrente no país. Metade do cerrado queimou mais de três vezes no período analisado. A amazônia, maior bioma brasileiro, teve 19,6% de sua área atingida pelo fogo desde 1985, o que representou 41,5% da área queimada no país. No pantanal, 70% da área queimou mais de uma vez e, proporcionalmente, a região foi a mais atingida, com 59% da área queimada em 39 anos. No mesmo período, três estados concentraram 46% da área queimada no país: Mato Grosso, Pará e Maranhão.

**A mata atlântica também é sensível ao fogo? E quanto ao pampa e à caatinga?**  
Assim como no caso da amazônia, os incêndios florestais são muito prejudiciais para a mata atlântica, que também é uma floresta tropical úmida. “Incêndios naturais são difíceis de acontecer”, diz Ane Alencar. “A diferença é o nível de desmatamento e a pressão e o uso do fogo na mata atlântica e na amazônia”, analisa, explicando que o desmate fragmenta e fragiliza a floresta. O fogo no pampa, por sua vez, ocorre em áreas pequenas — só 3% do bioma queimaram nos últimos 39 anos, segundo o MapBiomas. A situação também costuma ser pontual na caatinga, diz Alencar, onde raramente ocorre sem influência humana. No ano passado, o bioma nordestino teve o mais alto número de incêndios desde 2010.

“O fogo é íntimo do pantanal, ele faz parte da evolução do bioma. Mas ele tem ocorrido cada vez mais fora da época natural”

Ane Alencar coordenadora do MapBiomas Fogo e diretora de ciências do Ipam (Instituto de Pesquisa da Amazônia)



**TSUNAMI DE PLÁSTICO FEITO COM SACOLAS DESCARTADAS ABRE CONGRESSO EM BRASÍLIA** Uma onda gigante de dez metros de altura e 20 de largura, feita com mais de 60 quilos de sacolas descartáveis recuperadas por catadores de São Paulo, foi instalada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, pelo artista e ativista Mundano. A obra, imersiva, abre o 3º Congresso Internacional Cidades Lixo Zero Gabriela Biló/Folhapress



ciência

China é o 1º país a ter amostras colhidas no lado oculto da Lua

Feito histórico foi concluído na terça (25) com o retorno da missão Chang'e 6

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Pela primeira vez na história, um programa espacial traz amostras colhidas na face oculta da Lua, o hemisfério lunar jamais visto da Terra. A primazia cabe à China, com a missão Chang'e 6, que viu seu ato final durante a reentrada atmosférica fervente da cápsula contendo as preciosas rochas, para um pouso auxiliado por paraquedas na região da Mongólia Interior na madrugada desta terça (25). O pouso ocorreu às 3h07 (de Brasília) e, para surpresa geral, contou com transmissões ao vivo pela internet tanto em mandarim quanto em inglês. Como é costumeiro, a CN- SA (agência espacial chinesa) não facilitou para que o público acompanhasse o andamento da missão, sem divulgar oficialmente alguns dos marcos que antecederam o retorno à Terra.

Isso, contudo, não impediu que astrônomos e radioastrônomos amadores monitorassem o andar da carruagem espacial. Mesmo sem decodificar os sinais de rádio enviados pela nave ao controle da missão, é possível não só identificar a posição aproximada dela no céu como detectar alterações de velocidade e até mesmo fotografá-la com telescópios.

Essa colaboração internacional envolveu até mesmo pesquisadores brasileiros, como Cristóvão Jacques, que opera o observatório Sonear, instalado atualmente em Caeté (MG), responsável pela descoberta de diversos asteroides e cometas ao longo dos últimos anos. Jacques conseguiu registrar a sonda em seu retorno à Terra na última sexta (21) e sábado (22). “Tive dificuldade de encontrar a ‘bicha’ de novo, mas uma busca em volta da região prevista resolveu o problema”, contou à Folha.

As observações se revelaram consistentes com uma partida da órbita lunar em algum ponto da sexta-feira (Jacques diz tê-la fotografado nesse dia a apenas cinco graus da Lua quase cheia, “uma captura realmente complicada”), e o retorno esperado para a madrugada desta terça (25), como de fato aconteceu.

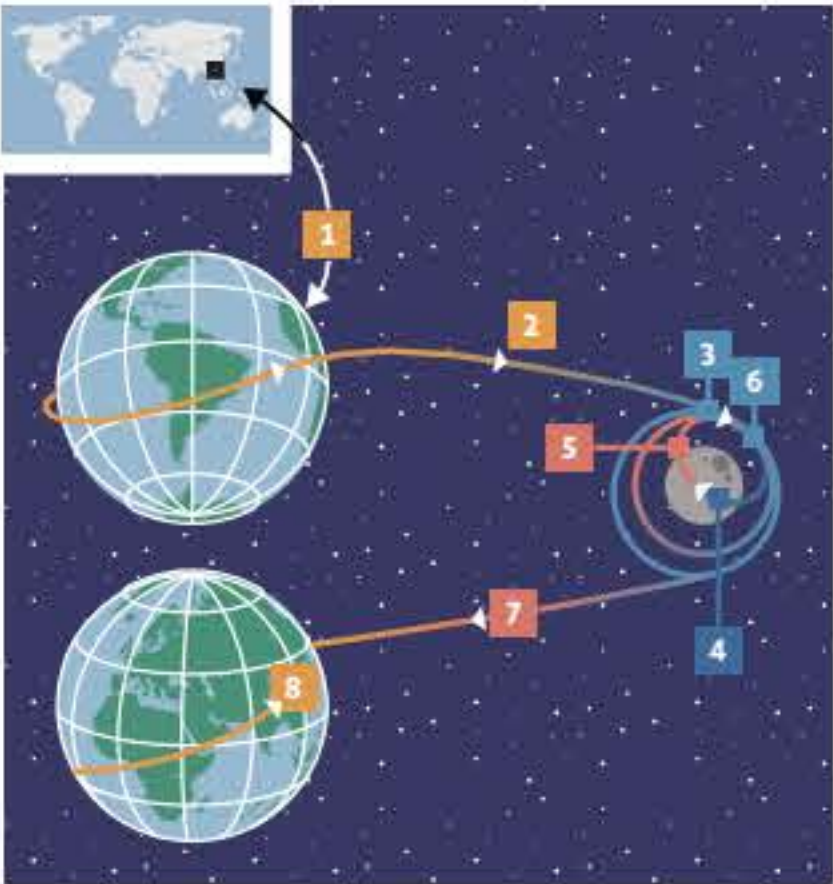
A manobra de reentrada envolveu primeiro um suave ricochete na atmosfera, a fim de perder um pouco da velocidade de chegada, seguida pela reentrada. O escudo térmico fez sua parte para proteger a cápsula, que então desceu com paraquedas e foi resgatada por equipes da CNSA.



Cápsula da missão Chang'e 6 na Mongólia Interior Lian Zhen/Xinhua

Missão chinesa Chang'e 6 ao lado afastado da Lua

Viagem dura 53 dias e é a primeira a colher amostras no hemisfério oculto lunar



- 1 Lançamento (3.mai), a partir da ilha de Hainan (China)
- 2 Injeção translunar
- 3 Inserção em órbita lunar
- 4 Pouso suave (1º.jun)
- 5 Módulo de ascensão parte da Lua
- 6 Acoplagem em órbita lunar e transferência das amostras para cápsula
- 7 Retorno à Terra
- 8 Reentrada e pouso da cápsula (25.jun)

O material será levado a um laboratório especial, onde as amostras poderão ser catalogadas e analisadas sob um ambiente de nitrogênio puro, a fim de evitar qualquer contaminação pela atmosfera terrestre (o oxigênio, em particular, é muito reativo).

A expectativa é que as rochas e o regolito (poeira lunar), colhidos por uma pá e uma perfuratriz nas imediações do sítio de pouso, na cratera Apollo, localizada na região conhecida como bacia Polo Sul-Aitkin, tragam respostas a várias dúvidas que ainda pairam sobre a Lua.

Um estudo publicado nesta segunda-feira (24) no periódico The Innovation por pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências indica que, apesar das restrições de coleta, sem grande mobilidade, o material deve ter composições variadas — em sua maioria rochas

vulcânicas, mas também uma pequena quantidade de material ejetado de outras partes da superfície por impactos de meteoritos.

A expectativa é que o estudo dessas rochas permita iluminar uma questão crucial: por que o hemisfério lunar voltado para a Terra, com grandes bacias produzidas por vulcanismo, os chamados “mares”, é tão diferente do hemisfério oculto, mais antigo e coberto por crateras?

“Há diferenças significativas entre o lado afastado e o lado próximo da Lua, em termos de espessura da crosta lunar, atividade vulcânica, composição etc.”, diz em nota Zongyu Yue, primeiro autor do artigo no The Innovation. “As amostras da Chang'e 6, sendo as primeiras obtidas do lado afastado da Lua, devem responder uma das questões científicas mais fundamentais da pesqui-

sa lunar: que atividade geológica é responsável pelas diferenças entre os dois lados?”

A realização, inédita na história da exploração espacial, já representa a segunda vez que a China faz algo no espaço com um foguete Chang Zheng 5 (Longa Marcha 5), ela atingiu a órbita lunar pouco menos de cinco dias depois, no dia 8. O veículo de quatro módulos passou um bom tempo em órbita lunar, até o amanhecer na região de pouso, no fim de maio. A alunissagem do

módulo de descida se deu no dia 1º de junho, e rapidamente o braço robótico e os experimentos científicos se puseram a trabalhar.

Uma pequena bandeira chinesa, feita de uma fibra de basalto, foi estendida do módulo, e um minirover avançou para longe, explorando a composição do solo e tirando fotos do módulo de pouso.

O material colhido pela sonda, estimado em cerca de 2 kg, e, 49 horas depois do pouso, o módulo de ascensão voltava à órbita lunar com elas, para um encontro e acoplagem com a nave-mãe e a cápsula de retorno, em 6 de junho.

As amostras foram transferidas logo após a acoplagem, e o módulo de ascensão foi descartado, para colidir com a superfície lunar (mais um evento não reportado pelos chineses, mas identificado por radioastrônomos amadores, e nada surpreendente, já que o mesmo procedimento foi adotado para a missão de retorno de amostras Chang'e 5, em 2020).

A Nasa, por meio do orbitador Lunar Reconnaissance Orbiter, fotografou o módulo de pouso da Chang'e 6 no dia 7 de junho, o que forneceu coordenadas exatas do local da alunissagem (apouco mais de 16 km do centro da elipse de pouso prevista para a missão).

Para o retorno à Terra, a cápsula se desprende da nave-mãe orbitadora, que provavelmente terá ainda uma missão espacial estendida, a exemplo do que aconteceu com a Chang'e 5. Caso aconteça, mais uma vez radioamadores poderão monitorá-la.

E o melhor, claro, ainda vem aí, com a análise das amostras. Segundo o jornal South China Morning Post, há uma discussão interna sobre se os resultados científicos serão publicados primeiramente em mandarim ou em inglês (como seria usual para artigos de alcance global). De toda forma, certamente haverá ampla divulgação dos trabalhos, uma vez que a China ambiciona ampliar seu leque de influência com seus sucessos espaciais. Com efeito, a Chang'e 6 contou com instrumentos europeus selecionados especialmente para a missão.

As próximas, Chang'e 7 e 8, já estão em planejamento. Devem acontecer respectivamente em 2026 e 2028, quiçá as últimas antes de um voo chinês tripulado à Lua e precursoras do projeto ILRS, Estação Internacional de Pesquisa Lunar, iniciativa que a China lidera ao lado da Rússia com diversos parceiros internacionais para fazer frente ao programa Artemis, da Nasa.

Mostrando o racha que vai se desenhando nas duas rotas paralelas para a Lua, não há ainda perspectiva de cooperação europeia nas próximas missões lunares chinesas, a exemplo do que houve na Chang'e 6, uma vez que esses países estão mais alinhados com os EUA no Artemis.

Influente estudo de Alzheimer é ‘despublicado’ pela Nature

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO A Nature “despublicou” — o que no universo científico significa que retratou — nesta segunda-feira (24) uma influente pesquisa sobre Alzheimer, inicialmente publicada em 2006. Segundo a revista científica, imagens do estudo apresentavam manipulação excessiva, como corte, duplicação e uso de ferramenta para apagar partes de figuras.

Ser retratado, em linhas gerais, significa que os resultados do trabalho devem ser desconsiderados.

O artigo, dessa forma, torna-se o segundo com mais citações (pouco mais de 2.300) a ser retratado — considerando a contagem até o momento da despublicação —, segundo o site Retraction Watch, que acompanha os movimentos de retratação em revistas. Essa lista está atualizada até 19 de junho, o que faz com que a pesquisa “despublicada” pela Nature ainda não esteja presente.

“Os dados não podem ser verificados nos registros. Consideramos que o curso de ação apropriado é retratar o artigo”, diz a Nature, em nota.

A Folha mostrou, na semana passada, as críticas existentes sobre o estudo, o silêncio de seu primeiro autor, Sylvain Lesné, em relação às acusações, e o movimento de sua autora correspondente, Karen Ashe, que inicialmente defendia que a pesquisa não deveria ser “despublicada”, mas que, recentemente, havia afirmado que o paper deveria ter como fim a retratação. Ashe, porém, publicou estudo semelhante, com outros coautores, em outra revista, após refazer os experimentos que levaram aos resultados inicialmente mostrados na Nature.

A Nature afirma, em nota, que Lesné foi o único autor a não concordar com a retratação. Segundo a revista, Austin Yang, outro dos autores, não respondeu às tentativas de contato.

O estudo retratado apontava que a Aβ\*56 (leia beta-amiloide estrela 56) exercia papel relevante na deterioração da memória no Alzheimer, mesmo sem a formação de placas beta-amilóides ou perdas neuronais. Essa proteína também poderia contribuir para os déficits cognitivos causados pela doença.

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse [folha.com/classificados](http://folha.com/classificados)

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

PARA ANUNCIAR NOS

CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA

11/3224-4000

EMPREGOS

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissionais para exercer os cargos de:

**Coordenador de Projetos Pleno. Requisitos:** Graduação concluída em Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia ocupacional. Pós-graduação concluída em Gestão de Projetos ou Gestão de Saúde ou Hospitalar. Conhec: Ferramentas de gestão de projetos (MS Project); Gestão de projetos complexos (CAPM, PMP, Agile) (PMI); Metodologia ágil e Waterfall; Ofício avançado; Relações governamentais; Saúde Digital; Serviços de saúde.

**Especialista de Projetos Pl. Requisitos:** Graduação completa em Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional; Curso concluído em gestão de projetos (carga horária > ou superior a 40h). Conhec: serviços de saúde, processos de projetos em serviços de saúde, matriz de riscos, planos de ação, monitoramento de indicadores e diagrama de Gantt.

Os candidatos interessados deverão inscrever-se de 26/06/2024 a 02/07/2024 no site [www.fim.br](http://www.fim.br), no link "Trabalhe Conosco".

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

**COMUNICADO**

A Empresa Consórcio Recuperação Ambiental CNPJ 16.897.714/0001-94 estabelecida na Av. Carlos Barbosa dos Santos, 1243 (esquina com a Rua Cidade do Cabo - Jd. São Pedro - São Paulo - SP. Converse o Sr. Rhonaila Barros de Souza, portador da CTPS 435.752.XXX-40) a comparecer no endereço citado acima no prazo máximo de 48 horas para justificar sua ausência ao trabalho.

CLASSIFICADOS FOLHA

11/3224-4000

**B2T PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 04.297.559/0001-86, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo- JUCESP, sob NIRE 3522121230-1, comunica o extravio de seus Livros Digitais abaixo identificados, nos termos do Art. 4º § 7º da DREI nº 82/2021, por falta dos respectivos downloads no prazo legalmente estabelecido de 30 (trinta) dias.

**Livros Diários Geral:**  
**Período:** 01/01/2019 a 31/12/2019  
**Número de Ordem:** 1  
**Nº de Autenticação:** 445645  
**Hash do Livro:** 2311070590-7815  
**Hash Termo de Abertura:** 2523110737-2301  
**Hash Termo de Encerramento:** 3723110725-2301  
**Período:** 01/01/2020 a 31/12/2020

**Número de Ordem:** 2  
**Nº de Autenticação:** 445646  
**Hash do Livro:** 2311071930-8915  
**Hash Termo de Abertura:** 2623110735-2301  
**Hash Termo de Encerramento:** 3523110726-2301  
**Período:** 01/01/2021 a 31/12/2021

**Número de Ordem:** 3  
**Nº de Autenticação:** 445647  
**Hash do Livro:** 2311071527-7815  
**Hash Termo de Abertura:** 6423110709-2301  
**Hash Termo de Encerramento:** 0923110764-2301  
**Período:** 01/01/2022 a 31/12/2022

**Número de Ordem:** 4  
**Nº de Autenticação:** 445654  
**Hash do Livro:** 2311072461-8915  
**Hash Termo de Abertura:** 6123110731-2301  
**Hash Termo de Encerramento:** 3123110761-2301

**COMUNICADO**

Solicitamos o comparecimento do Sr. Nelson Amorim Pereira, CPF 012.XXX.XXX-06 em nossa empresa no prazo de 3 dias. O não comparecimento caracterizará o "Abandono de Emprego" conf. Art. 482 Letra I da CLT. Tecnoserv Exc. em Serviços Ltda.

**LEILÕES**

**LEILÃO DE ARTE**  
Dias 01, 02 e 03 de Julho de 2024 às 20hrs. Somente online e via telefone. James Lisboa Leiloeiro Oficial JUCESP nº 336. As relações pormenorizadas dos lotes estão disponíveis p/ acesso no site [www.leilaoarte.com](http://www.leilaoarte.com)

**LEILÃO DE ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA**  
Dia 02 de julho às 20h, somente online. Oscar Freire 246 Leiloeiro José Roberto Bortolotto Junior. Telex: (11) 3732-5012/3731-2536

**PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA**  
LIGUE AGORA  
11/3224-4000

**ACOMPANHANTES**

**AMANDA**  
Equipe nova tx 40 Av Jabaquara 2804 MT S. Judas as cartões seg/ sab. F:(11)2362-8122

**CLÍNICAS E MASSAGENS**

**ESPAÇO MORUMBI NOVA DIREÇÃO !!!**  
Um ambiente diferenciado para seu entretenimento. As mais lindas, massagistas!! Rua Chafic Maluf nº 101 (11)96242-6000

**#SigaFolha**

Para ler a Folha em qualquer lugar, basta seguir a Folha no Instagram.

**ASSINE A FOLHA**

[folha.com/assine](http://folha.com/assine)

**ASSINE A FOLHA**

[folha.com/assine](http://folha.com/assine)







esporte

ESPORTE  
AO VIVO

16h Geórgia x Portugal  
Eurocopa, CAZÉTV

20h Corinthians x Cuiabá  
Brasileiro, PREMIERE

21h30 Fortaleza x Palmeiras  
Brasileiro, GLOBO (SP/CE)/PREMIERE



Ana Sátilla durante prova do caiaque cross nos Jogos Pan-Americanos de Santiago Ivan Alvarado - 29.out.23/Reuters

# Caiaque cross estreia em Jogos com Brasil na briga por pódios

Paris também terá prova inaugural do breaking, sem representantes brasileiros

PARIS-2024

Lucas Bombana

**SÃO PAULO** Como parte dos esforços do COI (Comitê Olímpico Internacional) para aumentar a audiência das Olimpíadas e a conexão com um público mais jovem, o breaking e o caiaque cross são as duas modalidades que fazem sua estreia nos Jogos de Paris. Cada qual a sua maneira — com rodopios ao som do hip hop ou com a disputa entre os caiaques na corredeira —, os esportes chegam na esteira do skate, do surfe e da escalada, que estrearam nos Jogos de Tóquio. No caiaque cross, o Brasil vai a Paris com boas chances de medalhas nas categorias masculina — com Pepê Gonçalves — e feminina — com Ana Sátilla. No breaking, o Brasil não terá representantes na França. Dançarinos da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos estão entre os grandes favoritos para o primeiro pódio olímpico da prova. Supervisor da CBa (Confe-

deração Brasileira de Canoagem), Denis Terezani explica que o caiaque cross é uma nova prova dentro da canoagem slalom, competição que fez sua estreia nas Olimpíadas em Munique-1972, mas que não voltou a ser realizada até Barcelona-1992, quando regressou de forma permanente. As provas de canoagem slalom acontecem em dois tipos de embarcação — caiaque e canoa — no modo contra o relógio, com os atletas descendo um por vez corredeiras de até 300 metros de extensão com obstáculos em busca do melhor tempo. Enquanto no caiaque o remo tem duas pás, com os atletas sentados na embarcação, na canoa o remo tem apenas uma pá e o atleta vai ajoelhado. A grande diferença do caiaque cross é que quatro competidores largam ao mesmo tempo, com os dois primeiros a cruzar a linha de chegada se classificando para a próxima etapa, em provas de mata-mata. Terezani afirma que a estratégia a ser adotada por cada

atleta para superar os competidores e os obstáculos durante o percurso é um ingrediente novo que promete aumentar a emoção das disputas. “Sou um dos primeiros atletas a acreditar nessa modalidade [caiaque cross], desde antes de ela entrar no programa olímpico. É um investimento de tempo que fiz de acreditar na categoria e agora estou colhendo os frutos”, diz Pepê Gonçalves à **Folha**. O atleta obteve o melhor resultado do Brasil na canoagem slalom na história das Olimpíadas, com uma sexta colocação no caiaque na Rio-2016. Ele acrescenta que está no páreo pelo pódio na França, sendo o único atleta em Paris a ter disputado duas finais do caiaque cross nas últimas etapas da Copa do Mundo antes das Olimpíadas. Terminou em quarto em ambas. “Isso mostra que estou no meu melhor e que vou buscar essa medalha inédita para o Brasil.” “A expectativa [para os Jogos] é muito boa, estou muito contente com o trabalho que fiz durante todo esse ciclo, os

resultados que tive no início da temporada mostram isso”, diz Ana Sátilla, tricampeã pan-americana de canoagem slalom na canoa e campeã do caiaque cross no Pan de Santiago, em 2023. Na última etapa da Copa do Mundo, a brasileira foi prata na canoa. As provas de canoagem slalom serão disputadas no Estádio Náutico de Vaires-sur-Marne, também conhecido como Estádio da Água Branca, entre 27 de julho e 5 de agosto. A cerca de 30 km de lá, na praça La Concorde, B-boys e B-girls — como são conhecidos os dançarinos de breaking — de todo o planeta estarão em busca da primeira medalha olímpica da modalidade, nos dias 9 e 10 de agosto. Estilo urbano de dança que tem sua origem na região do Bronx, em Nova York, como uma das vertentes da cultura hip hop, o breaking combina movimentos atléticos, incluindo giros e saltos, em batalhas um contra um em que os atletas precisam sincronizar as acrobacias com a música selecionada pelo DJ.

Conheça os novos esportes olímpicos

CAIAQUE CROSS

- Em vez de provas contra o relógio, quatro atletas largam ao mesmo tempo, a partir de uma rampa localizada acima da água;
- Competidores precisam completar um percurso de até 300 metros com seis portões a jusante (acompanhando a correnteza) e dois portões a montante (contra a correnteza);
- Os dois primeiros se classificam para a próxima fase;
- 82 atletas disputarão a canoagem slalom em Paris, 41 homens e 41 mulheres, distribuídos em três provas: canoagem slalom, canoa slalom e caiaque cross.

BREAKING

- O breaking será disputado em batalhas um contra um, em palco circular de chão liso que não interfira no movimento dos atletas;
- As batalhas terão um MC (mestre de cerimônia) que convoca os atletas a cada batalha, com cada um se posicionado de um lado do palco;
- O DJ começa a tocar a música para que os dançarinos façam suas apresentações;
- Os jurados avaliam cinco critérios: técnica, originalidade, musicalidade, execução e variedade de movimentos;
- O vencedor é anunciado pelo MC.

“Sou um dos primeiros atletas a acreditar nessa modalidade [caiaque cross], desde antes de ela entrar no programa olímpico. É um investimento de tempo que fiz de acreditar na categoria e agora estou colhendo os frutos

**Pepê Gonçalves**  
atleta brasileiro do caiaque cross

## Estreia frustrante

Faltou ao Brasil refinamento para construir as jogadas a partir do meio campo

Tostão

Crônista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Diferentemente de México e Estados Unidos, que atacaram e criaram várias chances de gol nos amistosos recentes da seleção brasileira, o time de jogadores da Costa Rica se limitou a defender com dez jogadores de sua intermediária para trás. A Costa Rica fez tudo para o Brasil vencer na primeira rodada da Copa América, pois, quando desarmava perto da área, dava a bola ao adversário por falta de talento e também pela pressão que o time brasileiro fazia. Insisto, faltou ao Brasil, mais uma vez, o refinamento para

construir as jogadas a partir do meio campo. Os lances de ataque mais criativos e eficientes ocorrem quando os meio-campistas avançam trocando passes do que quando há muitos atacantes perto do gol. Não há mais lugar para analisar a estratégia de uma equipe pelo desenho tático e pelos números. Quem avança é atacante. Se na Copa do Mundo de 2022 criticamos Tite por ter substituído Vinicius Junior contra a Croácia, temos que criticar Dorival por sua saída. Ele não jogava bem, mas vimos inúmeras ve-

zes no Real Madrid ele, de repente, fazer jogadas espetaculares após estar apagado em campo. Depois do jogo, Vinicius disse que joga na seleção de uma maneira diferente da do Real. Muitos analistas ainda não entenderam. O Real, mesmo quando enfrenta times inferiores, costuma atrair o adversário para utilizar Vinicius por meio de passes longos nas costas dos defensores, pela ponta e pelo meio. Em uma de minhas caminhas diárias, um leitor, ao se referir à minha coluna anterior, opinou que a seleção e os times

brasileiros não seguem modelo estratégico do Manchester City e do Real Madrid, os dois melhores e mais encantadores times do mundo, por orgulho e saudosismo, por achar que o Brasil, pentacampeão do mundo, é que tem que ditar as regras do futebol.

Futebol tem lógica

O Brasileiro, considerado por muitos o campeonato nacional mais equilibrado do mundo, parece mais equilibrado ainda neste ano. Por detalhes, previsíveis e imprevisíveis, as vitórias

as estão muito próximas das derrotas. Equipes como Atlético-MG e São Paulo passam por períodos sem perder seguidos por fases sem vencer. Aí colocam a culpa no treinador. Futebol tem também lógica. Palmeiras e Flamengo, dois principais favoritos no início do Brasileiro, são hoje os mais bem colocados, com grandes chances de se manter entre os primeiros até o final da competição. Palmeiras e Flamengo possuem os dois melhores elencos do Brasil, além de dois excelentes treinadores. Não vejo o elenco do Flamengo tão superior ao do Palmeiras, como dizem. Tite gosta mais de repetir a escalção e a estratégia de jogo. Já Abel Ferreira prefere variar os jogadores e a maneira de jogar de acordo com o momento e o adversário. Os dois têm razão. Eu me encanto mais com as variações, desde que os resultados sejam bons.

Sou um pragmático sonhador. Três grandes do futebol brasileiro estão na zona de rebaixamento: Grêmio, Corinthians e Fluminense, campeão da Libertadores no ano passado e da Recopa neste ano. As coisas mudam. Fernando Diniz, que era tão idolatrado, perdeu o emprego. Dizem que ele poderá ir para o para o Athletico-PR, que ficou sem treinador após o estranho Cuca ter pedido demissão, o que ele já fez em outros clubes. Não será surpresa se Cuca for para o Fluminense. Falam ainda que Fernando Diniz ou Cuca poderá ser o novo técnico do Cruzeiro. O jovem Seabra faz ótimo trabalho no time mineiro. Na goleada sofrida por 4 a 1 para o Bahia, o jogo estava equilibrado, empatado em 1 a 1, quando foi expulso um jogador do Cruzeiro. Parafraseando Tom Jobim, o futebol brasileiro não é para principiantes, amadores.





O instrutor de voo Luan Lima ajuda a dispersar sementes de palmeira juçara em Petrópolis, no Rio de Janeiro

Arquivo pessoal

## Instrutor de parapente espalha sementes da mata atlântica em voos

SOCIAL+ DIAS MELHORES

Victória Pacheco

SÃO PAULO (SP) Luan Lima gosta de dizer que faz o trabalho dos passarinhos. Em seus voos sobre as serras de Petrópolis, no Rio de Janeiro, o instrutor de parapente lança sementes de palmeira juçara para ajudar a reflorestar, pouco a pouco, a vegetação nativa da região. Voar sempre foi uma paixão do mecânico aeronáutico, que já fez cursos de especialização e é credenciado para fazer voos livres sozinho ou acompanhado de turistas. Há três anos, ele concilia os trabalhos de inspetor de aeronaves e de instrutor de parapente. Como passatempo, voa há quase uma década. Em 2020, um amigo comentou que os pais tinham uma palmeira juçara em casa e sugeriu que Luan levasse algumas sementes em seus passeios. A juçara é uma palmeira nativa da mata atlântica ameaçada de extinção, cujos frutos servem de alimento para dezenas de aves e mamíferos. Empolgado com a ideia, o



Durante voos sozinho, Luan leva 1 kg de sementes para espalhar na região serrana de Petrópolis

Arquivo pessoal

“Infelizmente, hoje vemos o desmatamento aumentando. Aqui na minha cidade, lugares onde eu não imaginava que haveria construções estão sendo desmatados. Então, para mim, é fundamental fazer algo. Prefiro fazer um pouquinho do que não fazer nada”

Luan Lima, instrutor de parapente

instrutor consultou o ICM-Bio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade) para se certificar de que não causaria nenhum impacto negativo à área de proteção ambiental sobrevoada. Para aumentar as chances de as sementes virarem árvores, ele faz uma germinação prévia: remove toda a polpa, deixa as sementes secarem e depois as coloca em uma área úmida. Quando as raízes começam a crescer e a “sair” das sementes, significa que elas estão prontas para serem lançadas. Nos voos solo, Luan leva 1 quilo de sementes (em média, 200 unidades) e, nos voos com passageiros, cerca de 300 gramas, carregados nos bolsos da cadeira do parapente. “Eles ficam encantados. Aham que é uma atitude muito legal. E ficam felizes de poder participar, porque eu dou, na mão deles, algumas sementes para eles poderem lançar. Explico o que é aquela semente e para o que ela serve”, diz Luan. A dispersão de sementes é o ponto alto dos passeios de quase uma hora de duração sobre a Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis, que atraem desde praticantes de esportes radicais até pessoas com medo de altura, como Yasmin, so-

brinha do instrutor. “A gente decolou de 1.000 metros e foi a quase 2.000 metros de altitude. Ela amou, indicou para várias pessoas e até hoje fala disso. A foto de perfil dela nas redes sociais ainda é uma imagem nossa voando.” Luan conta que o trabalho de instrutor ocupa grande parte de seu tempo, mesmo quando está em terra. “Fico o tempo todo olhando para o céu, observando o comportamento das nuvens, e também acompanho por um aplicativo as informações da estação meteorológica, para saber, por exemplo, se vai chover e como está a posição do vento”, afirma. Aliar a atividade de instrutor à preservação ambiental é uma maneira de Luan sentir que está ajudando a minimizar os danos causados pela atividade humana à natureza. “Infelizmente, hoje vemos o desmatamento aumentando. Aqui na minha cidade, lugares onde eu não imaginava que haveria construções estão sendo desmatados. Então, para mim, é fundamental fazer algo. Prefiro fazer um pouquinho do que não fazer nada”, diz.

**Causa do Ano**  
Mata Atlântica: Regenerar e Preservar

## Gödel e o nascimento das ditaduras

Matemático disse ter descoberto como alguém poderia se tornar ditador nos EUA sem desrespeitar a Constituição

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Ao final de 1939, os submarinos alemães faziam da travessia do Atlântico uma aventura perigosa. Escapando ao alistamento no Reich, Kurt Gödel (1906–1978) partiu de Viena para Princeton na direção oposta: na companhia de sua esposa, Adele, cruzou a Ásia, na ferrovia transiberiana, o Pacífico e, novamente em trem, a América do Norte. No Instituto de Estudos Avançados de Princeton ele fez alguns de seus trabalhos mais importantes, incluindo a prova da consistência do Axioma da Escolha e da Hipótese do Contínuo, duas afirmações com papel crucial na lógica e na matemática do século 20. Meia dúzia de anos depois, Gödel decidiu solicitar a cidadania norte-americana. Um dos primeiros passos foi indicar as suas testemu-

nhas: os amigos Albert Einstein (1879–1955) e Oskar Morgenstern (1902–1977), economista e cofundador da teoria dos jogos, a mais importante área de aplicação da matemática às ciências sociais. Para nossa sorte, Morgenstern deixou relato escrito do processo. Metódico e obsessivo, Gödel se preparou para a audiência de naturalização estudando absolutamente tu-

do sobre a história e a cultura dos Estados Unidos, da povoação humana do continente até as divisas exatas dos bairros de Princeton. Não adiantava os amigos, que já tinham sido naturalizados, insistirem que o juiz não entraria em tais minúcias: ele continuava estudando mais e mais livros e artigos sobre qualquer tema próximo. Até que um dia, muito ex-

citado, Gödel informou Morgenstern de que descobrira, com muito pesar, que a Constituição dos Estados Unidos contém contradições, e que sabia demonstrar como alguém poderia tornar-se um ditador e instalar um regime fascista no país, tudo “dentro das quatro linhas da Constituição”. O colega tentou convencer Gödel a esquecer o assunto, dizendo que, mesmo que estivesse certo —o que Morgenstern duvidava—, “tais coisas são muito improváveis”. Com o que sabemos hoje, está claro que ele tinha de ter levado o assunto muito mais a sério e, no mínimo, anotado a demonstração de Gödel para benefício das gerações futuras. O juiz da naturalização conhecia Einstein e deixou que as testemunhas participassem na audiência. Infelizmente, começou perguntando de onde vinha Gödel e qual era o regime do seu país. “Da Áustria, que era uma república e agora é uma ditadura”, foi a resposta. “Muito ruim! Mas isso não poderia acontecer aqui”, ponderou o juiz. Foi o que bastou para lançar Gödel numa longa e empolgada explicação da sua descoberta. Percebendo o horror de Einstein e Morgenstern, o juiz mudou rapidamente de assunto, e a audiência de naturalização terminou em sucesso.

ACERVO FOLHA  
Há 100 anos 26.jun.1924

### Prisão de militares pode abrir crise política no governo grego

Cem oficiais da armada da Grécia resolveram abandonar os navios de guerra como forma de protesto. Eles consideraram injusta uma promoção feita pelo ministro da Marinha, que acabou de galardoar várias altas patentes. Diante da ameaça que esses oficiais fizeram de deixar a armada, no caso de o ministro não solicitar a sua demissão, o governo da Grécia decidiu ordenar a prisão de todos eles, usando a justificativa de insubordinação. O presidente grego, Pavlos Kountouriotis, tem um filho que é tenente e que está entre os detidos, e esse caso na Marinha parece que determinará uma crise política no país.



LEIA MAIS EM  
acervo.folha.com.br

## Acordo entre AliExpress e Magalu atropela ‘taxa das blusinhas’

Maria Inês Dolci

Advogada especializada na área da defesa do consumidor

Quem imaginou que a chamada “taxação das blusinhas” —imposto para compras internacionais de até US\$ 50— afugentaria as plataformas chinesas do mercado brasileiro já percebeu que se equivocou. Rapidamente, como costuma ocorrer no gigante asiático, foi firmada parceria entre AliExpress e Magazine Luiza. É bem provável que esse tipo de acordo se repita entre marketplaces brasileiros e estrangeiros, o que poderá ser bom para o consumidor e para as empresas. Os varejistas brasileiros pressionaram governo e parlamentares para taxar também as compras de produtos mais baratos, alegando a falta de isonomia tributária. Essa situação, a propósito, vale para praticamente tudo o que é fabricado no Brasil. É possível que a regulamentação da Reforma Tributária simplifique o pagamento de tributos, mas não haverá redução da carga imposta a quem produz, exceto em casos isolados.

O negócio deverá vitaminar o Magazine Luiza, cujas vendas do marketplace já superaram as das lojas físicas. Pelo acordo, o AliExpress oferecerá itens de sua linha Choice (serviço de compras premium) no marketplace Magalu, e esta fornecerá produtos de seu estoque próprio na plataforma da companhia online chinesa. Inicialmente, serão vendidos bens duráveis. Segundo o comunicado do Magazine Luiza, esse é um acordo inédito para as duas companhias. É a primeira vez que o grupo Alibaba, dono da AliExpress, faz um acordo estratégico com uma empresa de fora da China, e será a estreia da listagem e venda de produtos da Magalu em outro marketplace. Conforme dados da Conversion, em maio último, o Mercado Livre liderava o ranking de e-commerces mais visitados no Brasil, seguido de Shopee e Amazon. Magalu estava em quinto, após OLX, sediada em Amsterdã, Holanda. O Mercado Livre é uma empresa de origem argentina, sediada em Montevidéu, Uruguai, e cuja fatia mais expressiva de vendas ocorre no Brasil. Com uma população superior a 200 milhões de habitantes, o Brasil é um mercado importante, mesmo com grande concentração de renda. No ano passado, mais de 11,3 milhões de brasileiros ingressaram na classe média, o que equivale a quase toda a população de países como Bélgica, sendo superior à de Portugal, Grécia, Suécia e Israel, dentre vários outros. Por isso, as grandes corporações do comércio mundial continuarão fincando sua bandeira por aqui, sozinhas ou acompanhadas por uma empresa brasileira. Espero sinceramente que esta parceria beneficie os consumidores e fortaleça o mercado de e-commerce no Brasil!



FOLHA DE S.PAULO ★★

QUARTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2024

C1

ilustrada

# A batalha do repórter

José Hamilton Ribeiro amplia seu livro 'O Gosto da Guerra', em que narra saga no Vietnã e o acidente que destroçou sua perna

O jornalista José Hamilton Ribeiro Arquivo pessoal

Fabio Victor

**UBERABA (MG)** Integrantes da Companhia Delta do 8º batalhão da 1ª Divisão de Cavalaria Aeromóvel do Exército dos Estados Unidos faziam varredura de minas na Estrada sem Alegria, em Quang Tri, na fronteira entre os então Vietnã do Sul e Vietnã do Norte.

Era 20 de março de 1968, e os Estados Unidos começavam a se atolar na Guerra do Vietnã. Semanas antes, o Vietnã do Norte e o movimento guerrilheiro vietcongue tinham detonado a Ofensiva do Tet, um ataque em massa sobre o Vietnã do Sul, aliado dos americanos, que expôs a debilidade da maior potência militar do mundo e ajudou a minar gradativamente o apoio da população americana ao conflito.

A coluna caminhava em forma de pirâmide. Soldados iam na vanguarda, dois a dois; no meio, operadores de rádio e o comando. Integravam a companhia dois jornalistas, o brasileiro José Hamilton Ribeiro, repórter da revista Realidade que no dia seguinte deixaria o Vietnã, e o fotógrafo japonês Keisaburo Shimamoto, seu companheiro de cobertura.

"Quase no vértice da pirâmide iam os enfermeiros, o capelão, Shima e eu. Henry, um soldado de origem mexicana, caminhava na minha frente. Sua missão era manter-se informado sobre cada passo da operação, e proteger-me", descreve Zé Hamilton, como Ribeiro é conhecido. "Eu seguia a mais ou menos três metros dele e pisava exatamente no lugar onde ele pisava, reforçando com a minha a sua pegada. Eu caminhava, pois, com bastante segurança."

A paisagem bucólica reforçava a estranha sensação de tranquilidade. "Passávamos por uma plantação de batata-doce. Os canteiros separados uns dos outros por regos desviados de um regato estavam viçosos e bem tratados. Matinhos arrancados à mão e o fio de água corrigido aqui e ali de alguma obstrução natural indicavam que, havia questão de minutos, naquela manhã, um lavrador estivera ali."

Poucos metros adiante, a explosão de uma mina destroçou a perna esquerda de Zé Hamilton e provocou ferimentos por todo o seu corpo. A história é conhecida, bem como o protagonista, um dos grandes jornalistas brasileiros da segunda metade do século 20 e do início do século 21.

Detalhes dessa cobertura no Vietnã, como os descritos aqui no texto de Zé Hamilton, estavam distantes das livrarias. "O Gosto da Guerra", seu livro lançado em 1969 e que ganhou reedições posteriores, a última em 2005, volta numa edição ampliada com reportagens do autor na revista Realidade e um posfácio escrito por Patrícia Campos Mello, repórter especial da Folha.

O título passa a integrar a coleção Jornalismo Literário da Companhia das Letras, coordenada por Matinas Suzuki Jr., que reúne clássicos do gênero como "A Sangue Frio", de Truman Capote, "Filme", de Lillian Ross, "O Imperador", de Ryszard Kapuscinski, e "A Milésima Segunda Noite da Avenida Paulista", de Joel Silveira.

Minutos antes da explosão que atingiu Zé Hamilton, a paz enganosa fora quebrada pela detonação de outras minas, que desgraçou dois militares. Henry, o soldado que protegia o repórter, o chama para ver as consequências. "Talvez você consiga ótimas fotos." O brasileiro hesita, mas vai.

Com a nova explosão, Zé Hamilton pensa que o atingido foi Henry. O soldado surge intacto, mas "com o rosto transformado numa máscara de horror". Shimamoto também caminha em sua direção. "Ele trazia um cigarro aceso e tentou colocá-lo na minha boca. Não aceitei. Sentia na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue — hoje eu sei, era o gosto da guerra."

Continua na pág. C5



ilustrada

# MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

## MARCELO NA MESMA

As decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli que anularam as condenações de Marcelo Odebrecht, e o acordo que o governo deve fechar com as empreiteiras da Lava Jato para revisão da forma de pagamento de suas multas não alteraram a rotina do ex-presidente da construtora.

**NOVELO** Dez anos depois do início da operação, Marcelo Odebrecht segue atado a seu emaranhado e responde ainda hoje a 40 processos. Sua rotina de trabalho tem sido acompanhar cada um deles com lupa, de um escritório montado no subsolo de sua própria residência, em São Paulo.

**FRONTEIRA** As decisões de Toffoli não alteram a situação, já que se limitaram a anular exclusivamente as condenações e atos de Sergio Moro contra Marcelo Odebrecht. Todos os atos de outros promotores, juizes e órgãos de fiscalização seguiram intactos.

**SEQUÊNCIA** As quatro dezenas de processos a que Marcelo Odebrecht responde se originaram do acordo de delação premiada firmado por ele na Lava Jato — e mantido por Toffoli. São ações no Tribunal de Contas da União (TCU), na Receita Federal e também na Justiça Criminal da Bahia e do Distrito Federal.

**CONTAZERADA** Marcelo também não ganhou anos de liberdade pois já tinha cumprido todas as penas a que que foi condenado. Em 2016, Moro condenou o empreiteiro a 19 anos e 4 meses de prisão. Depois do acordo de colaboração, a pena caiu para dez anos. E depois para sete anos e meio, quando o ministro do STF Edson Fachin determinou uma revisão do acordo.

**CONTAZERADA 2** Marcelo Odebrecht cumpriu dois anos e meio em regime fechado em Curitiba (PR), mais dois anos em regime fechado em sua residência, outros dois anos e meio em regime semiaberto. No começo de 2023, acabou de cumprir a pena — e voltou a ser um homem plenamente livre.

**TABOADA** A negociação entre as empreiteiras da Lava Jato, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Controladoria Geral da União (CGU) para alterar a forma de pagamento das multas que elas devem por irregularidades confessadas na época da Lava Jato ainda está bem distante de um desfecho positivo.

**TABOADA 2** O prazo para que elas respondessem se aceitavam os termos do acordo terminava nesta semana — e as sete empresas afirmaram que sim, concordam com os termos propostos. Mas as ressalvas apresentadas, na opinião de advogados de algumas das empresas, mostra claramente que há ainda um longo caminho para ser trilhado.

**TABOADA 3** Um dos representantes das empreiteiras afirmou que se trata de um namoro, e não ainda de um casamento — que pode ou não ocorrer. Comparou a situação também a um compromisso de compra e venda de um imóvel. Há intenção firme de acordo, mas ele não está garantido.

## FELIZ, ALEGRE E FORTE



Fotos Ronny Santos/Folhapress



A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja **1**, marcou presença na cerimônia de outorga do título de doutora honoris causa da USP (Universidade de São Paulo) à cantora Marisa Monte, que foi realizada na sede da instituição, na tarde de segunda-feira (24), em São Paulo. A cardiologista Ludhmila Hajjar **2**, professora titular da mesma instituição e uma das maiores apoiadoras da homenagem, participou da solenidade. O reitor da universidade, Carlos Gilberto Carlotti Junior **3**, chancelou a entrega do título

**SOTAQUE** A atriz francesa Philippine Leroy-Beaulieu, conhecida no Brasil pela personagem Sylvie, a chefe da protagonista vivida por Lily Collins na série “Emily in Paris” (Netflix), está confirmada no elenco de “100 Dias”, longa que vai retratar a história do brasileiro Amyr Klink.

**SOTAQUE 2** Leroy-Beaulieu, que fala português fluentemente, fará a mãe do navegador, a sueca Asa Frieberg Klink. Com direção de Carlos Saldanha, o filme é baseado no livro “Cem Dias entre o Céu e o Mar”, em que Klink narra como foi atravessar o Atlântico em um barco a remo.

**SOTAQUE 3** “É uma história fascinante que me tocou profundamente porque fala sobre sonhos selvagens, coragem, crença e o apoio inabalável de uma mãe”, diz a atriz francesa. A produção é assinada pelo Ventr Studio, com coprodução da Star Original, selo da Disney.

**MURO** O ator e cantor Paulo Miklos interpreta um revolucionário em “2Brasis”, curta que mostra o país dividido entre norte e sul por um muro. A separação ocorre após um decreto presidencial. O filme participará de festivais internacionais a partir do segundo semestre deste ano.

**NOVOS TEMPOS** A Fundação FHC realizará na quinta (27) o webinar “Nacionalismo e Democracia na Europa e no Brasil”, que discutirá os desafios que o ressurgimento do nacionalismo autoritário traz para a democracia.

**TEMPOS 2** Participarão da conversa os sociólogos Bernardo Sorj e Maria Alice Rezende de Carvalho, o professor Daniel Reis e a pesquisadora Maria Celina D’Araujo. A mediação será feita pelo diretor-geral da Fundação, Sergio Fausto.



O escritor Valter Hugo Mãe, autor do romance ‘Deus na Escuridão’ Karime Xavier/Folhapress

# Autor Valter Hugo Mãe investiga o mistério da fé em seu novo romance

Em ‘Deus na Escuridão’, a religião católica compõe toda a estrutura do drama de um menino que nasceu sem pênis

**LIVROS**  
**Deus na Escuridão**  
★★★★★

Autor: Valter Hugo Mãe.  
Ed.: Biblioteca Azul. R\$ 69,90 (240 págs.); R\$ 49,90 (ebook)

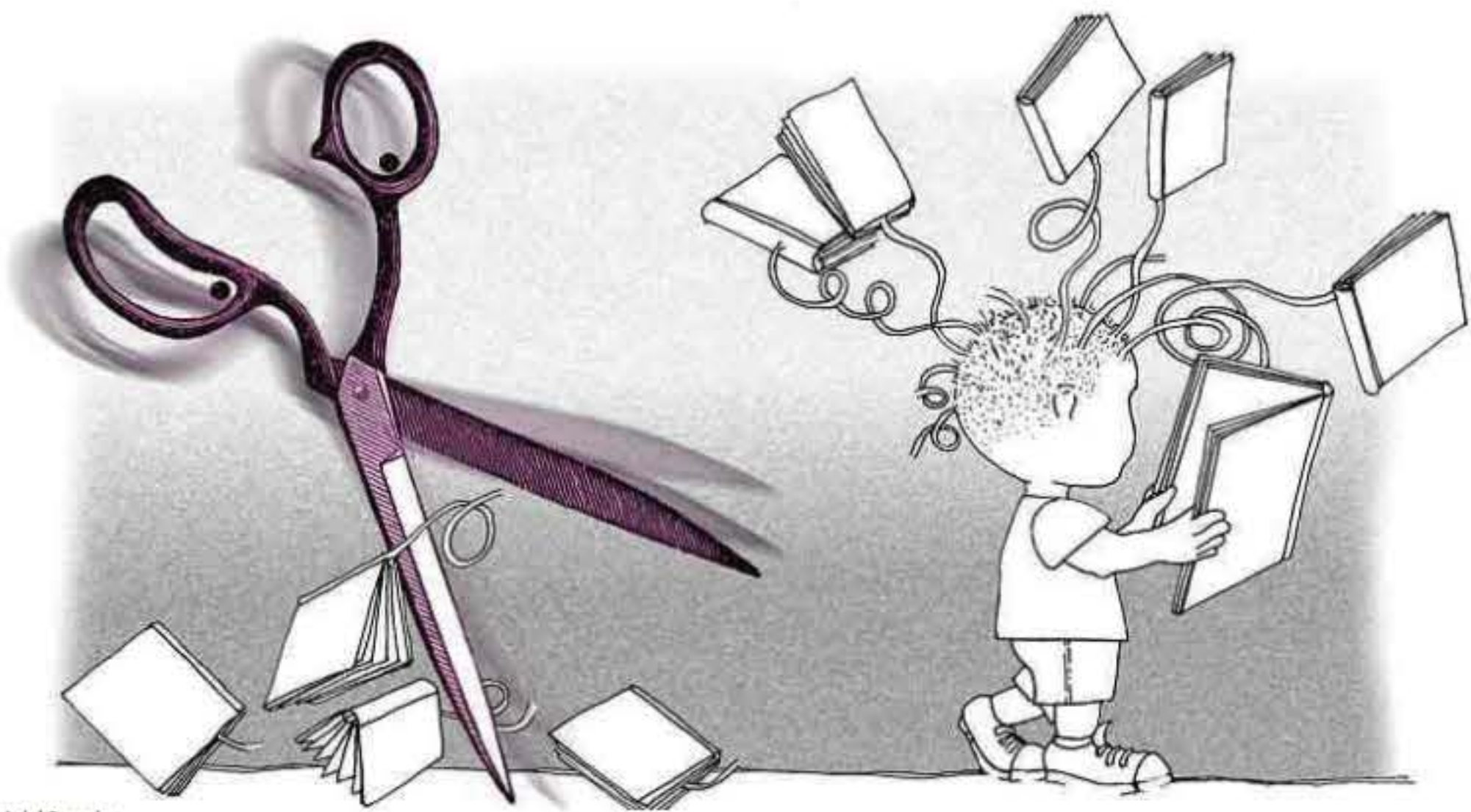
**Luísa Destri**

Com “Deus na Escuridão”, o escritor Valter Hugo Mãe volta a ambientar sua ficção em território português, depois de “As Doenças do Brasil”. O romance acompanha a relação de dois irmãos entre uma vizinhança pobre e religiosa na encosta do Buraco da Caldeira, na ilha da Madeira. O narrador é Paulinho, o filho mais velho de Mariinha e Julinho dos Pardieiros. Seu irmão, dez anos mais novo, nasce prematuro e é logo apelidado de Pouquinho, o que dá testemunho das expectativas nele — não — colocadas. Tem saúde frágil e “sem as origens”, ou seja, sem a sua genitália. São personagens com existência bem definida em termos temporais — as ações datam inicialmente de 1981 —, espaciais — o local existe — e linguísticos. O escritor, nascido em Angola e habitante do norte de Portugal, se disse desafiado pela tarefa de construir literariamente a fala madeirense. Chamam a atenção palavras como “buzico”, “apupar”, “trogalho”, “manona”, “azoiagar” e “bilhardar”, algumas talvez ouvidas também noutras partes do interior do país.

A narrativa, porém, não é documental e produz o efeito de se estar fora do tempo — o que acaba por gerar uma certa intrigante questão crítica. Tanto “Deus na Escuridão” quanto “As Doenças do Brasil”, ambientado em uma comunidade indígena fictícia, integram o ciclo “irmãos, ilhas e ausências”, que sugeria um percurso de aproximação do autor com temas de interesse histórico. Mas o livro agora lançado não parece levar esse movimento adiante, dada sua centralidade nos afetos. Os temas não são estranhos à literatura do autor, mas é curioso que, após desenvolver, em torno do estupro de uma mulher indígena, aquele que considera o seu melhor romance, proponha o mergulho em uma mente católica como a de Paulinho, também chamado de Felicíssimo. Mais: que efetue esse mergulho sem produzir um distanciamento. O capítulo que dá título ao livro cria identificação entre o narrador e a voz autoral. Felicíssimo experimenta uma alegria diante da beleza natural da Madeira e diante do caçula, que representa o centro de sua existência. Do sono compartilhado no mesmo colchão ao apoio que faz de Pouquinho uma espécie de sábio do lugarejo, tudo o primogênito toma como encargo seu. Aos dez anos, é parceiro de trabalho do pai no “fabríco”, isto é, na pequena lavoura

para subsistência, e se torna companheiro da mãe nas alegrias e nas aflições maternas. O trabalho infantil, a pobreza que empurra os ilhéus para o continente ou o exterior, a falta de estrutura no local, todos esses elementos estão lá, mas sempre filtrados por um olhar que em tudo vê sacralidade. A religião é não só a crença do narrador, mas também a estrutura da linguagem. Felicíssimo tem um toque de transcendência, procurando o que está além do mundo e sentenciando provérbios. “As pobreza e os temores repartiam-se como por justiça democrática”, “amamos mais o que vemos em perigo”, “nada fica para sempre, senão a lisura infinita do mar”, “Deus guarda para as mulheres um pedaço maior de ternura”. A fé é tão grande que chega a fornecer o meio para justificar aquilo que, na trajetória dos personagens, representa uma afronta à moralidade. Talvez seja um caminho para compreender de que maneira o livro mobiliza filhos avessos à prodigalidade para pensar o tempo presente. Mas é preciso saber ler aquém da transcendência para que os aspectos contemporâneos ocupem o primeiro plano: as consequências da malformação do pênis, a aceitação do incomum e a equiparação entre o amor materno e o fraterno parecem permanecer sob o manto da sacralidade.





Ariel Severino

# Protejam as crianças da literatura

Quem ama censura

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

“Eu sou a favor da suspensão, porque não é certo o ensinamento desse livro”, afirmou uma jovem mãe mineira, ao ser indagada sobre o que achava de o “Menino Marrom”, de Ziraldo, ter tido o seu uso didático temporariamente suspenso em Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais. A convicção se repete na voz de um jovem pai, que acrescenta que é preciso estar alerta aos livros escolares, sim, e já

tinha até planejado ir à Secretaria de Educação “com relação a alguns livros” de leitura obrigatória. Notem o plural. Fatos dessa natureza têm recebido enorme cobertura da mídia e inundado o debate público nacional a partir dos ambientes digitais. Não é claro para mim se foi a cobertura que aumentou ou se realmente houve um incremento nas ações de pais e autoridades para restringir o aces-

so de crianças e jovens a determinados livros. De todo modo, é notável como esses episódios continuam a se repetir. Há quem salte para grandes conclusões, atribuindo ao avanço do bolsonarismo uma onda de moralismo inquisitorial e uma temporada de caça a livros e a outras bruxarias artísticas e literárias no país. E há quem diga claramente que a paixão por censurar se restringe a obras antirracistas ou

com temáticas relacionadas à cultura africana no Brasil. As evidências, contudo, não autorizam saltos tão grandes. Primeiro, se é verdade que a ultradireita acredita que o mal pode residir em livros e representações artísticas, identitários de esquerda compartilham o mesmo temor e idêntica vontade de proibir, cancelar e punir. A única diferença entre as duas posições reside na definição do que constitui o mal.

Para identitários, livros ofendem minorias, oferecem “gatilhos” que acionam sofrimentos em certas pessoas, induzem ao racismo, à misoginia, à homofobia e à transfobia e colonizam o pensamento. Para ultraconservadores, a literatura ensina ideias religiosas falsas, induz à homossexualidade, faz doutrinação ideológica, promove a ideologia de gênero e o comunismo e expõe crianças à violência e ao sexo. Em ambos os casos, há a convicção comum de que as crianças, quando não todas as pessoas, precisam ser protegidas dos livros. E, se possível, que se deem alguns passos mais, que variam desde a reescrita “politicamente correta” —alô, Monteiro Lobato— ou “de acordo com a sã doutrina” de obras literárias, até a criação de listas de livros e autores proibidos e a emissão de condenações públicas contra autores, eventualmente até enquadrando-os em algum tipo penal. A rapidez com que se passa do julgamento moral de alguém que se sente ofendido —e o “sentir-se ofendido” é considerado motivo suficiente para a decisão de que um livro não presta— até o pedido de censura e punição ao autor é a mesma nos dois grupos. O identitário grita “racismo religioso” ou “transfobia” com a mesma celeridade com que o conservador conclui que “não é certo o ensinamento desse livro”. Em segundo lugar, ao examinar as razões enunciadas por quem considera que a obra faz mal, notamos que a censura é invariavelmente vista como um ato de amor e zelo,

pois o censor está sempre protegendo alguém vulnerável —crianças, jovens, membros de minorias, a massa ingênua. Na bibliografia sobre o tema, já se constatou há anos que três variáveis são importantes —o quão protetora é a pessoa que pede por censura, o quão vulnerável ela julga ser o grupo que quer proteger e a magnitude do mal que ela julga ver no objeto que quer censurar. A estimativa do nível do mal depende de muitos fatores, inclusive do grau de conhecimento da obra julgada. Grandes leitores raramente têm medo de livros. Quem joga games eletrônicos não vê os danos que os não jogadores imaginam. Os extremamente protetores tendem a querer censurar tudo —celulares, games, televisão, YouTube, livros—, enquanto os que acham que todo mundo sabe se virar no mundo não querem censurar nada. Quem considera os outros ingênuos, estúpidos ou influenciáveis fica aflito com o que eles leem ou veem. Quem acha que todo mundo é mais ou menos como ele acredita que todos são suficientemente sagazes para driblar manipulações. Curiosamente, as mesmas pessoas que consideram patéticas e absurdas as alegações de que o livro de Ziraldo incentivaria a violência, que é um fato, consideram altamente sofisticado acreditar que smartphones e plataformas digitais vão tornar seus filhos estúpidos, que games os tornarão violentos, que a televisão... Ah, desculpem, as crianças não veem mais televisão. Deve ser por isso que estamos melhores.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamilia Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

# Livro é onde se fala dos outros sem culpa, afirma Iara Biderman

Jornalista estreia na literatura com histórias urbanas em seu ‘Tantra e a Arte de Cortar Cebolas’, uma coletânea de contos

Isadora Laviola


SÃO PAULO “Tantra e a Arte de Cortar Cebolas” é primeiro lançamento literário de Iara Biderman, jornalista com 40 anos de carreira e longa passagem por este jornal, que começou a fazer ficção há seis anos. A jornalista diz que ia escrevendo contos despretensiosamente até que encontrou sentido suficiente para os publicar em coletânea. Se a linguagem do livro é influenciada pelo jornalismo, Biderman culpa o “vício profissional” por sua escrita seca e direta, baseada em frases curtas. Além da linguagem, os 21 contos que compõem a coletânea compartilham também temáticas similares com o jornal —as narrativas mostram pessoas se movimentando pelo cenário urbano, onde a solidão é uma realidade. “São pessoas em deslocamento, cruzando fronteiras, que não querem permanecer no lugar onde estão”, conta a autora. As fronteiras cruzadas pelas personagens vão além do espaço, ultrapassam fronteiras de incomunicabilidade para entrar em contato com o diferente. “Nos meus contos eu acho que quase todo mundo está meio perdido. E tudo bem que o leitor fique um pouco perdido também.” A estrutura dos contos de Biderman não finaliza a história, mas a deixa em suspenso. A autora afirma que nunca pensa em como os contos

vão acabar e para de escrever quando sente que está protelando uma história. Além disso, também cortou partes de alguns contos para os deixar com final mais aberto. “Literatura contemporânea é isso, não ter que necessariamente dar uma resposta pronta e fechada”, diz Biderman. “O legal de publicar é que cada leitor pode dar seus caminhos e destinos para a história.” Segundo a autora, essa é a diferença entre contar uma história no jornalismo e na literatura. “O didatismo eu deixo para a matéria de jornal”, afirma, acrescentando que considera um sinal de respeito não “levar o leitor pela mão”. A escritora diz não se sentir no controle das histórias e que vai descobrindo os motivos das personagens ao longo da escrita. “Você nunca vai saber quais são as motivações de alguém, então você inventa.” “Sou perigosa, porque fico ouvindo o que as pessoas falam, observando o que elas vestem, e a partir daí invento uma história”, diz Biderman. A contista, então, encontra bastante inspiração em coisas que vê ou ouve pela cidade. “O livro é o melhor lugar para falar da vida dos outros sem se sentir culpada.” Ao mesmo tempo, os contos também têm muito das experiências da própria autora. **Tantra e a Arte de Cortar Cebolas**  
Autora: Iara Biderman.  
Ed.: 34. R\$ 53 (120 págs.)

“  
Nos meus contos acho que quase todo mundo está meio perdido. E tudo bem que o leitor fique perdido também. Literatura contemporânea é isso, não tem de necessariamente dar uma resposta pronta e fechada. Essa é a diferença do jornalismo  
O legal é que cada leitor pode dar seus caminhos e destinos para a história. Você nunca vai saber quais são as motivações de alguém, então você inventa. O didatismo eu deixo para a matéria de jornal. É um sinal de respeito não levar o leitor pela mão  
Iara Biderman  
jornalista e escritora

**Famiglia Mancini**

**PIZZA  
PASTA & MÚSICA**



**VOCÊ NUNCA VIU NADA IGUAL.**

R. Avanhandava, 37 - Tel. (11) 3231-0033



ilustrada

Hmmfalemais

dra., eu tenho até vergonha de dizer

mas ando pensando muito em sexo

eu também

é massa

práticas heterodoxas, pessoas improváveis

mas que coisa boa

sério?

vsf po

tem razão

aliás, a gente tem que conversar mais sobr...

não, perai

assim se formam os tabus, dra.

uma rachadinha só

isso, faz um furinho no tabu primeiro

até porque quando tudo está à mostra

fica mais difícil provocar o desejo, né?

olha, sei não

eu até gosto quando tá tudo à mostra

é, agora que você falou

nada a ver essa frase aí

mantém a curiosidade viva é sempre positivo

mas tem que ter calma, oras

não precisa arregaçar o tabu

quer dizer, mais ou menos, né?

manter a curiosidade viva é sempre positivo

isso, faz um furinho no tabu primeiro

você é um ser humano saudável

assim se formam os tabus, dra.

uma rachadinha só

não tem que conversar sobre tudo também

é, agora que você falou

nada a ver essa frase aí

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore  
cantorejac@gmail.com (interina)

Socialite em fuga é protagonista de filme de comédia no sob demanda

Terra de Mulheres  
Apple TV+, 14 anos  
Gala é uma socialite obrigada a fugir de Nova York com a mãe e a filha para escapar de criminosos que estão atrás de seu marido, envolvido em golpes financeiros. As três acabam em uma cidade vinícola no norte da Espanha para recomeçar a vida, embora o anonimato dure pouco. “Terra de Mulheres” é uma comédia dramática estrelada por Eva Longoria, Carmen Maura e Victoria Bazúa.

Irmãos Kaulitz  
Netflix, 12 anos  
Série documental com dois músicos alemães, Bill e Tom Kaulitz, que são irmãos gêmeos. Por um tempo, eles faziam parte da banda Tokio Hotel, mas desde que se mudaram para Los Angeles, nos Estados Unidos, e Tom se casou com a modelo Heidi Klum, priorizaram suas carreiras solo.

logue Americano  
Aquarius, livre  
Documentário sobre um jovem que vira hippie em 1967, descobre o livro “Aqui, Agora - O Encontro de Jesus, Moisés e Buda”, conhece o líder espiritual americano Ram Dass e vira empresário. Plenitude mesmo ele só consegue quando, anos depois, vai à Índia e vira discípulo do guru Maharaj-ji.

Todo Mundo Ama Jeane  
Mubi, 14 anos  
No filme dirigido por Céline Devaux, as emoções de Jeane, amarga e endividada, são ilustradas por pequenas animações. Ela vai a Lisboa vender o apartamento da mãe, morta há um ano, e encontra Jean, ex-colega de escola um pouco intrusivo, no aeroporto.

Utopia Tropical  
Canal Brasil, 22h45, 10 anos  
Noam Chomsky, o célebre linguista, filósofo e ativista americano, e Celso Amorim, o diplomata brasileiro e assessor especial do presidente Lula, analisam o surgimento e a queda dos governos de esquerda da América Latina. Documentário de João Amorim.

A Mulher do Lado  
Telecine Cult, 23h25, 12 anos  
Bernard vivia feliz com a mulher e o filho até que Mathilde, sua ex-amante, se torna sua vizinha. A paixão entre os dois reacende e complica a vida de todos. Clássico dirigido por François Truffaut e protagonizado por Fanny Ardant.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	7	1	2					
		8		3			2	
		4		5		7		8
		3			8			7
6					4			1
				2			3	
	4	5		9				3
8	3			6			5	

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	4	8	9	5	3	9	1	2
2	5	3	1	9	4	6	8	7
1	8	9	2	6	8	5	3	4
3	6	5	2	9	4	8	1	7
1	8	5	3	4	2	6	9	
4	9	2	8	1	6	5	3	7
8	6	4	9	5	1	3	7	2
5	3	1	4	7	9	8	6	5
9	3	6	8	2	1	4	5	

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Os montes europeus com o Matterhorn / (Abrev.) Síndrome que atinge as mulheres durante alguns dias do mês 2. Construiu uma arca / Árvore de sementes comestíveis, muito usadas em doces, chocolates e licores 3. Um esporte radical 4. Fricção terapêutica 5. Aproximação do litoral 6. Re, elemento químico / A sigla da UF cuja capital é Boa Vista 7. Abreviatura inglesa para Módulo de Identificação do Assinante, o cartão que identifica e armazena informações em celulares / (Pop.) Meleca, porcaria 8. Médicos Sem Fronteiras / (Pop.) Bonita e graciosa 9. Que tem oito faces 10. Quarto de artistas 11. Um meio para fazer absorver uma substância medicamentosa / Zeca Baleiro, músico 12. (Ponta) Cidade do MS, na fronteira com o Paraguai / Conceder 13. Oduvaldo Vianna, dramaturgo / Aquele que trabalha com cerâmica.

VERTICAIS

1. Dar vida a / (Red.) Retirada cirúrgica de excesso gorduroso do corpo 2. Tecido ralo e fino / Crise (como a epiléptica) / Segue Out 3. Expressar, tornar vivo, concreto (por meio de alguém) 4. (seja) Amém / Estrutura constituída internamente de arames de aço de grande resistência, destinada a manter o pneu fixado ao aro da roda 5. Calçado de sola dura, que cobre o pé, parcial ou completamente / Reputação 6. Grande estrela do céu boreal / (Pop.) Banana, frouxo 7. Enviar notícias através de um obsoleto sistema de transmissão / Um alô amigável 8. Poder Legislativo / Promover, através de marketing, a venda de um produto 9. Mulher com pelo menos um filho / A região com a escápula e a clavícula.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

8. Pl., Mercadizar, 9. Mãe, Ombro. VERTICAIS: 1. Anímar, Lipo, 2. Lo, Acesso, Nov, 3. Personificar, 4. Assim, Talão, 5. Sapato, Fama, 6. Vega, Covarde, 7. Telegrafar, Ol, 8. Pl., Mercadizar, 9. Mãe, Ombro. HORIZONTAIS: 1. Alpes, TPM, 2. Noé, Aveia, 3. Rapel, 4. Massa-Ortem, 5. Acostagem, 6. Rênio, RR, 7. Sim, Caca, 8. MSF, Fora, 9. 10. Camarim, 11. Inalar, ZB, 12. Porã, Doar, 13. Oy, Oleiro.



A batalha do repórter

**Continuação da pág. C1**  
Logo depois, José Hamilton Ribeiro apagou, acordando mais tarde num hospital de campanha americano. Em duas semanas, enfrentou seis cirurgias —teve parte da perna amputada— e uma rotina exasperante —“está me deixando cada vez mais azedo esse trinômio de que não consigo escapar: dor, morfina, náuseas”, escreve—, até ir aos Estados Unidos, onde completou a recuperação por alguns meses antes de voltar ao Brasil.  
Passados 56 anos, Zé Hamilton diz que a cena se esvaiu — não o atormenta, não tira o seu sono, e ele não sonha com ela. Mas, aos quase 89 anos — que completará em 29 de agosto—, tem vivos na memória lugares daquela cobertura.  
Sobretudo pessoas, como Nguyen, o vietnamita que foi seu intérprete nos 19 dias de cobertura antes de pisar na mina —período que compõe algumas das partes mais instigantes de “O Gosto da Guerra”. O repórter não lembra o prenome; o sobrenome Nguyen é o mais comum no Vietnã, como Silva no Brasil.  
“Era um jovem camponês, que conhecia muito do Vietnã e tinha o sonho de ser jornalista. Estabeleci com ele uma relação de muita amizade, a gente ficava sempre junto”, contou o jornalista, em sua fazenda em Uberaba, no interior mineiro, onde vive desde a época da pandemia.  
Nguyen só não conseguiu ajudar Zé Hamilton num impasse, quando um garoto de um bairro de Saigon ocupado por tropas sul-vietnamitas em busca de vietcongues ofereceu um copo de chá gelado ao repórter. Tomar ou não tomar? “Não digo nada, faça o que você quiser”, respondeu o intérprete. Digna de um bom thriller, a cena tem um desfecho surpreendente.  
Outro parceiro inesquecível para Zé Hamilton foi o fotógrafo Shimamoto, ou Shima, como o chamava. Contratado por indicação da agência France Presse, o japonês já trabalhava havia alguns anos na Guerra do Vietnã quando o repórter chegou e virou não só sua dupla profissional, mas coadjuvante da própria tragédia.  
Zé Hamilton se preparava para voltar ao Brasil; seu seguro de vida —contratado a uma companhia britânica, pois nenhuma brasileira aceitou— estava para expirar. Shima o convenceu a ficar mais dias, já que não tinha ainda fotos tão boas para uma reportagem de capa e faltavam imagens mais dramáticas da guerra. Embarcaram então na missão da varredura de minas, que seria a última atividade do repórter no país. No dia seguinte, ele retornaria para casa.  
Numa carta à redação da Realidade escrita na véspera do acidente, Zé Hamilton se queixa aos colegas que Shima havia desperdiçado boas oportunidades de foto à espera de “coisa melhor” e diz algo que, lido mais tarde, parece uma assombrosa premonição. “Parece mesmo bom [fotógrafo], só que o desgraçado, toda vez que peço para me fotografar com água pela cintura, ele diz ‘no good’! Acho que ele espera que uma bomba me mande para o céu, para então achar uma boa foto!”  
Quando agonizava no chão após a explosão, amparado pelo militar americano que improvisou um garrote com seu cinto, o fotógrafo se aproximou. “Vi Shimamoto tomando distância para me fotografar, e tive raiva: o desgraçado disse que ia arranjar fotos dramáticas e arranjou mesmo”, escreveu depois o repórter.  
Num despacho da France Presse publicado na edição da Realidade em que saiu a reportagem —de maio de 1968, título da capa: “Nosso repórter viu a guerra de perto”—, Shimamoto disse se sentir culpado pela tragédia com o colega. Zé Hamilton nun-

ca viu assim, e a sintonia entre os dois fez com que mais tarde Shima acertasse com a Realidade sua transferência para o Brasil para trabalhar na revista após concluir mais uns trabalhos na guerra.  
Não deu tempo. Em 1970, o japonês morreu quando um helicóptero americano em que viajava foi alvejado pelos norte-vietnamitas. “Muito depois foi encontrado o colete dele, esse colete de fotógrafos, cheio de bolsos, com fotos que ele tinha feito pouco antes”, lembra hoje Zé Hamilton.  
“Shima. Que pena, que pena... Tava tudo combinado, ia ser um grande fotógrafo na Realidade. Tornou-se um amigo, assim, como se fosse amigo de infância. A gente viveu uma amizade intensa.”  
“O Gosto da Guerra” narra a saga de um dos raros brasileiros a cobrir a Guerra do Vietnã, que começou em 1955 e se estendeu até 1975, com a vitória do comunista Vietnã do Norte sobre os Estados Unidos e seus aliados do Vietnã do Sul.  
Zé Hamilton só conseguiu seu visto para o Vietnã do Sul em Paris. Solicitou também um para o Vietnã do Norte, sem sucesso. De início, o governo americano convidou a Realidade, mas por fim a revista decidiu bancar as despesas do enviado, em nome de uma cobertura autônoma.  
Embora não em tempo integral, Zé Hamilton recebeu apoio americano no Vietnã do Sul. No momento do infortúnio, estava integrado ao Exército do país e vestia o uniforme deles. Após o acidente, foi tratado em hospitais americanos. É grato aos gringos por isso, mas não é condescendente com as barbaridades da guerra.  
Ele critica a matança indiscriminada de civis. “Os mortos são todos rotulados de vietcongues. Não importa que entre eles haja uma velha de 80 anos, um doente que estava preso à cama ou três crianças.”  
Revela métodos questionáveis para manter a moral da tropa, como cartas de mentira enviadas aos soldados que não recebiam correspondência. Descreve o abuso de militares estrangeiros às vietnamitas —em contraste com a revolução promovida pelo vietcongue quanto ao papel da mulher na sociedade— e o turismo sexual que soldados de folga faziam em países vizinhos.  
E se indigna com a disparidade de armas entre os oponentes. “Esta guerra é errada demais. De um lado, 20 minutos para transportar um ferido do campo de batalha para o primeiro hospital —mais rápido do que em Nova York—; de outro, o camarada lutando até morrer porque os companheiros não têm hospital para onde levá-lo.”  
Zé Hamilton aproveitou a liberdade de atuação da imprensa no Vietnã, uma das marcas daquela guerra. Como costuma dizer, numa frase que batiza o último capítulo —acrescido na edição de 2005 e que contempla sua volta ao país em 1995—, “guerra é ruim, mas sem repórter é pior”.  
Hoje ele diz que “a presença do jornalista na guerra é um fator de humanização”. “Porque as pessoas podem ser teríveis. Quando não tem testemunha, é mais fácil fazer barbaridade”, afirma. Também há, em “O Gosto da Guerra”, espaço para bom humor. Convalescendo, escala na cama, com detalhes, a seleção dos “dez mais desgraçados do hospital”.  
Por fim, a nova edição traz cinco reportagens de Zé Hamilton do seu período na Realidade, quatro publicadas em 1966 e 1967 —um perfil de Chico Heráclio, len-dário coronel político pernambucano; e um relato minucioso sobre os primeiros transplantes de rim no Brasil, vencedor do prêmio Esso.

**O Gosto da Guerra**  
Autor: José Hamilton Ribeiro.  
Ed.: Companhia das Letras.  
R\$ 99,90 (256 págs.); R\$ 44,90 (ebook)



O jornalista José Hamilton Ribeiro em sua fazenda em Uberaba, em Minas Gerais

Marlene Bergamo/Folhapress

# José Hamilton deixa sua fazenda para lançar livro e exposição no MIS

Autor estará em São Paulo para abrir mostra e participar da Feira do Livro com reedição de ‘O Gosto da Guerra’

Fabio Victor

**UBERABA (MG)** “Em São Paulo deve estar gelado, né?” Com pavor ao frio, José Hamilton Ribeiro repetia a questão e, de gozação, punha em dúvida se deixaria seu refúgio rural em Uberaba, em Minas Gerais, para eventos na capital paulista relacionados ao lançamento da nova edição de seu livro “O Gosto da Guerra”, editado pela Companhia das Letras.  
“Fazer o que em São Paulo é gente, um a mais não vai fazer diferença”, brincava, na semana passada, quando a reportagem o entrevistou na sua fazenda Forquilha, no município mineiro, para onde se mudou na pandemia.  
Embora pareça charme, o fato é que Zé Hamilton gosta de verdade do campo. Passa os dias a contemplar os pássaros e a natureza, a ler e, sempre que possível, a prostrar com o leiteiro Carlos Irineu, o Carlinhos, que ordenha as vacas da propriedade, ou com seu vizinho e violeiro Júnior Borges.  
Mora sozinho, mas está sempre acompanhado de funcionários da fazenda, da sobrinha Cristina, que vive em Uberaba e administra a propriedade, e recebe visitas das filhas, as jornalistas Teté e Ana.  
No curral, conversa com Carlinhos. Eles comentam o lançamento do livro. “Tem que escrever livro mesmo, só, porque com essa seca... Tá braba, tá queimando tudo.” Zé Hamilton quer saber mais sobre a estiagem —faz cerca de três meses que não chove para valer nessa região.  
“Uai, seu Zé, vai continuar braba demais, olha o céu.” O crepúsculo é de um laranja plúmbeo, o ar está carregado, nada de vento. “Não tem sinal de chuva de jeito nenhum. Esse ano pode prevenir fogo.”  
Em tempos de chuva, as vacas produzem 300 litros de leite por dia. Na seca, uns 220 litros. “Carlinhos, e o frio esse ano?” “Seu Zé, esse ano não vai ter frio. Aqui já teve mês de junho que a gente pisava no gelo.” “Que bom”, afirma. “Quem gosta de frio é pneumonia e IML”, diz, repetindo uma de suas frases favoritas.  
De repente, a prosa muda radicalmente, e os dois trocam impressões sobre a Guerra da Ucrânia e o poder de Vladimir Putin. Na volta para casa, diante de uma pequena lagoa, surge a história de um jacaré que vivia ali. “Chamava-se Duque”, informa Zé Hamilton. “Comia frango de granja.”  
Na varanda de casa, a pilha de livros ao lado da rede onde gosta de se espichar para ler tem uma edição de “Crítica da Razão Pura”, clássico do filósofo alemão Immanuel Kant.  
Gosta de ler os jornais —devora os exemplares da Folha que chegam a ele— e acompanha o noticiário pela TV. O apetite está tinindo. É um comedor voraz de melancia, toma café o dia inteiro e vez por outra aprecia um trago de vinho do Porto. Aos 88 anos —faz 89 em agosto—, ele se queixa de que a memória “já está claudicando”, diz o jornalista.  
Mas em muitos momentos se recorda com nitidez de sua trajetória de 67 anos de jornalismo, nos quais ganhou sete vezes o prêmio Esso, por anos o mais importante do país. Começou com 19 anos, em 1954,

no diário paulistano O Tempo. Depois trabalhou na Folha —na época ainda Folha da Manhã e Folha da Noite— e em revistas da editora Abril —Quatro Rodas, Veja e Realidade.  
Nesta última, fez a cobertura da Guerra do Vietnã e algumas reportagens célebres, algumas reunidas na nova edição de “O Gosto da Guerra”, pela coleção Jornalismo Literário, da Companhia das Letras.  
Nascido em Santa Rosa de Viterbo, na região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo próximo à divisa com Minas, conta que o gosto pela aventura o levou ao jornalismo. “Eu sou de uma cidade pequena, de uma realidade restrita. Então você fica muito curioso para ver o que tem além disso.”  
Durante a ditadura, passou a atuar em jornais menores do interior de São Paulo. “A grande imprensa estava muito sob vigilância dos militares. Como não se conseguia fazer jornalismo na grande imprensa, talvez num ecossistema menor você tivesse a capacidade de fazer alguma coisa”, recorda.  
Ele se reinventou na televisão a partir de 1981, quando passou a trabalhar no então recém-lançado Globo Rural, da TV Globo, onde ficou até 2021, com reportagens originais sobre culturas dos interiores do Brasil. “Foi uma forma de, ganhando a vida, reconhecer e considerar a minha origem. Eu gosto muito de uma frase do Almir Sater que diz ‘o simples é muito importante’. Se você fizer o simples, e fizer bem feito, já está muito bom, não precisa mais nada”, diz o jornalista.  
Por isso, é custosa para ele a complexidade caótica da metrópole. Mas, já instalado em São Paulo, cumprirá nos próximos dias —muito agasalhado, se a temperatura cair— uma pequena turnê articulada pela filha Teté, jornalista da Folha.  
Ela assina a apresentação de uma exposição de fotografias sobre cobertura de guerras do século 20 a ser aberta no próximo dia 10, no Museu da Imagem e do Som de São Paulo, onde “O Gosto da Guerra” será lançado com um bate-papo entre Zé Hamilton e uma colega que também cobriu guerras, Patrícia Campos Mello, repórter especial da Folha que escreveu o posfácio da nova edição do livro.  
Além de fotografias da Guerra do Vietnã, feitas por Zé Hamilton e pelo fotógrafo que o acompanhou na cobertura, o japonês Keisaburo Shimamoto, a mostra reunirá ainda imagens de André Liohn, Hélio Campos Mello, Yan Boechat, Juca Martins e Leão Serva.  
Antes, no sábado, dia 6 de julho, às 16h, Zé Hamilton estará no estande da Companhia das Letras na Feira do Livro, em São Paulo, onde estarão disponíveis exemplares autografados de “O Gosto da Guerra”.  
A propósito, para alívio do autor, a previsão do tempo informa que o inverno paulista não continuará bem quente.

**O Gosto da Guerra**  
Autor: José Hamilton Ribeiro. Ed.: Companhia das Letras. Lançamento no estande da editora na Feira do Livro, em São Paulo. Sáb. (6), às 18h

**O Gosto da Guerra: Exposição Fotográfica**  
MIS - av. Europa, 158, São Paulo. Livre. Ter. a dom., das 10h às 19h. De 10 de julho, dia com lançamento do livro às 19h, até 27 de julho. Grátis



ilustrada

# Tadáskia cobre as paredes do MoMA com desenhos em estreia americana

Trabalho coroa a ascensão da brasileira, que teve trabalhos expostos na Bienal de São Paulo e na feira suíça Art Basel

Ted Loos

THE NEW YORK TIMES | NOVA YORK O Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, não permite que ninguém desenhe em suas paredes. Mas a artista brasileira Tadáskia, com a exposição “Project: Tadáskia”, recebeu permissão para quebrar a regra, pouco antes de ter obras apresentadas na feira Art Basel, em Basileia, na Suíça.

Usando carvão e pastéis secos em todas as cores imagináveis, Tadáskia passou cerca de duas semanas no MoMA criando um desenho de parede imersivo, cheio de figuras de pássaros entre formas curvilíneas e rodopiantes.

Tadáskia é uma artista trans negra que aborda seu trabalho de forma sentimental e espiritual. “Comecei com os olhos fechados e fiz uma oração, oferecendo os desenhos ao mundo”, ela afirma, de pé na galeria, cercada por curadores e assistentes. “Eu fiz tudo à mão livre”, acrescenta.

Parte do desenho tem mais de seis metros de altura, e ela trabalhou nele em pé sobre um elevador hidráulico. A instalação, uma colaboração com o Studio Museum, no Harlem, é sua primeira exposição individual nos Estados Unidos.

Na parte superior da parede, estão montados desenhos de uma obra separada da artista que o MoMA adquiriu recentemente, “Ave Preta Mística”, um livro de 61 páginas sem encadernação que apresenta um protagonista alado e um texto poético. A instalação também inclui duas esculturas curvas no chão da galeria.

A visita de Tadáskia a Nova York marca sua primeira vez nos Estados Unidos. Ela cresceu no Rio de Janeiro, onde ainda vive, viajando com frequência para São Paulo. No último outono, depois de um ano sem representação de um marchand, ela uniu forças com a Fortes D’Alôia & Gabriel, uma galeria com sedes em São Paulo e no Rio de Janeiro, que exibiu sua produção na Art Basel.

“Para mim, ser trans está relacionado a ser humano, e o desenho humaniza a condição de ser trans”, ela afirma. “Uma coisa se torna outra coisa, transformação e ambiguidade.”

Os pássaros em seu desenho na parede — que podem estar subindo ou descendo, dependendo da perspectiva — foram parcialmente inspirados por uma experiência que ela teve aos 18 anos em uma conferência para estudantes bolsistas, quando estava prestes a entrar na faculdade. Ela aprendeu sobre o “sankofa”, um símbolo de pássaro mítico usado pelo povo acã, de Gana.

Tradicionalmente, o pássaro é representado girando para trás e pode se referir à importância de conhecer o próprio passado. Ela também se lembra de ter visto a imagem do “sankofa” incorporada nas grades ao redor das janelas dos prédios que via nos arredores do Rio de Janeiro.

“Um pássaro negro místico pode voar para dimensões ocultas”, diz a artista, acrescentando que para ela significava “libertação, mas não uma libertação pessoal, e sim uma libertação compartilhada.”

As raízes africanas do “sankofa” são significativas para Tadáskia por causa do que ela chama de origem afro-in-

dígena de sua mãe, que também foi a fonte de sua intensa paleta de cores, além do apreço que ela nutre por Pablo Picasso e Henri Matisse.

“Durante a infância, eu estava sempre desenhando”, diz. Ela também era uma fã dedicada de desenhos animados. Aos 11 anos, contraiu uma infecção bacteriana que paralisou parte de seu rosto. No hospital, uma enfermeira deu a ela “As Fábulas de La Fontaine”, um livro do século 17 que despertou o seu interesse pela leitura e pela escrita.

Os animais falantes das fábulas ficaram para sempre marcados em sua memória e, por consequência, em seu trabalho, embora ela tenha dito que divergiu do livro em um aspecto importante. “Todas as fábulas têm uma moral no final”, afirma. “Mas meu trabalho não é sobre certo e errado.”

Tadáskia chamou a atenção do mundo da arte quando participou da Bienal de São Paulo no ano passado. Seu projeto, que ocupava uma sala toda, era semelhante ao que ela criou para o MoMA, só que menor, e incluía o mesmo livro de desenhos que o museu americano adquiriu. Trabalhando sozinha, Tadáskia levou duas semanas para concluir toda a parte do desenho de parede.

“Quando entrei na instalação, fiquei realmente inspirada”, afirma Thelma Golden, diretora e curadora-chefe do Studio Museum. “Ela tinha uma força visual incrível que me parecia familiar, mas também me abriu para novas formas de ver e acreditar na arte.” Golden acrescenta que o apelo da artista era “a confiança e a força da criação dela”.

Golden organizou a exposição com Ana Torok, curadora-assistente de desenhos e gravuras do MoMA, e Kiki Teshome, assistente de curadoria do Studio Museum. O projeto de Tadáskia é o quinto de uma série de colaborações entre os dois museus, que começou há cinco anos. O Studio Museum está fechado devido à construção de suas novas instalações.

Enquanto Tadáskia discutia sua galeria do MoMA, os assistentes pintavam de branco todas as marcas perdidas nas esculturas de chão em forma de ilha — pequenas plataformas com desenhos em tons suaves na parte inferior, plantas como grama de praia e taboas afixadas no topo e tigelas de líquido colocadas sobre elas.

Tanto para as esculturas quanto para os desenhos na parede, Tadáskia fez ela mesma os contornos a carvão, com os cinco assistentes ajudando a preencher as cores. Eles foram incentivados a sugerir tons de acordo com a paleta tradicional da artista. “Foi muito mais rápido dessa forma”, ela conta. “Sozinha, isso teria levado dois meses, não duas semanas.”

A sucessão de dias de trabalho de oito horas foi cansativa. “Eu preciso estar realmente descansada para fazer meu trabalho”, disse Tadáskia.

Não que isso a tenha afastado da vida de Nova York. “Eu quero morar aqui”, afirma ela. “Talvez no Brooklyn.”

## Projects: Tadáskia

MoMA - 11 West, 53rd Street, Nova York. De seg. a sáb., das 10h30 às 17h30, e dom. até às 19h. US\$ 28. Até 14 de outubro



A artista Tadáskia em frente a uma de suas obras no MoMA, em Nova York

Ruy Teixeira/Divulgação





'Nursing', autorretrato que Catherine Opie fez em 2004    Divulgação

# Retratos sem pudor da cena queer tomam conta do Masp

Obras de Catherine Opie mostram a vida da comunidade LGBT com cores saturadas

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO É raro encontrar fotografias antigas da comunidade LGBTQIA+, seja em velhas caixas de sapatos, seja em museus. Os retratos em sépia costumam exibir homens de gravata, mulheres de vestido e às vezes os dois juntos, ela sentada, ele em pé, com algumas crianças ao redor. Se alguma dessas pessoas fosse queer, a câmera não poderia saber. Foi pensando nis-

so que Catherine Opie passou a eternizar, na década de 1980, suas amigas e amigos da fervilhante comunidade gay de San Francisco, nos Estados Unidos, em retratos que viajaram pelo mundo e compuseram acervos como o do museu Guggenheim, em Nova York. Agora, a artista abre sua primeira exposição no Brasil, no Museu de Arte de São Paulo, o Masp. Os retratos de Opie seguem o formato clássico, com pessoas posando sentadas ou

de pé diante de uma câmera. Mas os seus personagens parecem pouco se importar com as normas de gênero. As crianças, quando aparecem, não vestem rosa ou azul. A ideia de realocar pessoas queer na história pela fotografia surgiu durante visitas a ala de retratos da família real Tudor, na National Portrait Gallery, em Londres, feitos ainda por pincéis, em vez de lentes. O debate foi reacendido também na última

Bienal de São Paulo, que exibiu um raríssimo retrato em pintura de uma pessoa transgênero, datado do século 17. Opie queria compreender o significado de “viver por meio de um retrato formal”, diz ela por videochamada de sua casa, em Los Angeles. Mas a artista não queria vestir seus modelos com trajes elisabetanos para homenagear os velhos mestres da pintura —afinal, “a história nunca pode ser repetida”— e tampouco fazer

cliques de caráter documental, “carregando uma câmera por aí”, como fizeram no passado fotógrafos como Nan Goldin e Wolfgang Tillmans. O guia deveria ser os corpos e trejeitos de seus modelos, intensificados pelas cores supersaturadas dos tecidos usados no fundo das fotos. No final de 1977, San Francisco elegeu o primeiro homem gay da Califórnia para um cargo público, Harvey Milk, para testemunhar seu assassinato apenas 11 meses depois. O ativismo da comunidade LGBT se intensificou na cidade. “Era o auge da libertação gay e, ao mesmo tempo, tínhamos a questão da Aids, ignorada pelo governo. Lutávamos pelos nossos direitos de identidade, e senti que meu trabalho tinha que contribuir”, afirma Opie. Foi naquele momento, lembra a artista, que a comunida-

de se uniu. “As lésbicas e os gays não se misturavam. Mas, com a Aids, a maioria das lésbicas passou a cuidar de seus amigos doentes”, afirma. Agora, segundo ela, é o momento de abraçar a comunidade transgênero, muito mais vulnerável às mudanças políticas. Apesar dos avanços das últimas décadas, Opie acredita que as leis estão se voltando novamente contra a comunidade LGBT nos Estados Unidos. “Se Donald Trump vencer as eleições americanas, nossos direitos de casamento, por exemplo, vão desaparecer. Ele tem a Suprema Corte a seu favor”, afirma. O alarmismo é uma resposta a declarações recentes de Trump à sua base eleitoral. O republicano vem afirmando que vai pôr fim ao que considera proteções concedidas pelos democratas à comunidade LGBT, como a recente decisão que impede a discriminação sexual em escolas que recebem financiamento do governo. Diante do crescimento do conservadorismo, as novas gerações estão retomando a força do ativismo, na visão de Opie. “Os mais novos estão mergulhando na história do que fizemos e como nos assumimos quando as pessoas tinham medo, ainda nas décadas de 1980 e 1990. Eu simplesmente decidi não viver com esse tipo de medo”, diz. Opie não esconde o receio de expor sua obra no Brasil pela primeira vez. “Estou preocupada com o ativismo contra gays e lésbicas. Eu sei o que aconteceu com Judith Butler”, diz, lembrando quando a filósofa e teórica feminista foi atacada por um grupo de conservadores em sua passagem pelo Brasil, em 2017. O caso faz a artista se lembrar de quando ela própria foi perseguida por um ativista de ultradireita em 2008. “Ele disse que iria à minha exposição no Guggenheim e roubaria meu filho de mim, porque uma lésbica não deveria ter o direito de criar uma criança.” “Mas estou aliviada que Jair Bolsonaro não é mais o líder de vocês”, acrescenta a artista. Sua primeira passagem pelo país foi na década de 1990, quando ela foi contratada pela The New York Times Magazine para acompanhar a jogadora de basquete Hortência Marcari. “O marido dela na época era dono de casas noturnas em São Paulo com arenas de cavalos no meio delas. O filho dela [Marcari], ainda bebê, foi apresentado em cima de um garanhão branco em uma dessas noites”, lembra a artista, entre risadas. Bem recebida pelos países por onde passa para expor, localizados especialmente na Europa e América, Opie hesitou há 30 anos. “Quando comecei esse trabalho, realmente pensei que estava aniquilando qualquer possibilidade de ter uma carreira”, ela conta. A preocupação é parecida com a de outras pessoas que fizeram trabalhos explicitamente LGBT na época. As atrizes Helen Shaver e Patricia Charbonneau, que protagonizaram também na década de 1980 “Corações Desertos”, um dos primeiros longas a mostrar um romance entre mulheres, ouviram de seus agentes que suas carreiras em Hollywood estariam arruinadas depois do filme. Para Opie, o maior temor era não poder lecionar na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, onde trabalha hoje. “Eu queria formar a próxima geração de artistas. É o que eu sempre digo aos meus alunos queers —sejam corajosos. Você não sabe como será recebido e o mundo onde vivemos é difícil, mas se você não viver sua verdade e fizer um trabalho importante para si próprio, não estará vivendo sua vida ao máximo.”

**Catherine Opie: O Gênero do Retrato**

Masp - av. Paulista, 1.578, São Paulo. Masp.org.br. Livre. De 5 de julho a 27 de outubro. Ter., das 10h às 20h; Qua. a dom., das 10h às 18h. R\$ 75



ilustrada



# Museu cheio de areia enquadra a força da obra de Amelia Toledo

No chão do MuBE, as esculturas surgem como formações rochosas, ecos da natureza

Detalhe de 'Discos Tâteis', obra de Amelia Toledo que pode ser manuseada e está em exposição no MuBE, em São Paulo Divulgação

João Perassolo

**SÃO PAULO** Se olhado com atenção, um amontoado de pedras de quartzo rosa em formato de um grande triângulo, colocado junto às árvores do jardim do MuBE, o Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia, resume com precisão pontos centrais do trabalho de Amelia Toledo. Estão na obra seu fascínio com os elementos naturais, a preocupação com as cores e o título poético — “Cachoeira de Amor”—, características que marcaram a sua produção de seis décadas. Morta em 2017, aos 90 anos, a paulistana é um nome incontornável para se pensar a relação entre o homem e a ecologia no panorama da arte brasileira, como fica claro na exposição retrospectiva “Amelia Toledo: Paisagem Cromática”. A mostra leva ao museu em São Paulo mais de cem obras de todos os períodos da carreira da artista, incluindo di-

versas nunca antes vistas pelo público, como a própria “Cachoeira de Amor”, desenvolvida para a residência de um casal de um colecionadores. A artista “tem uma visão poética mas também uma visão muito clara de como a natureza pode ensinar o ser humano”, afirma a geóloga Daniela Gomes Pinto, uma das organizadoras da exposição. Se com o aquecimento global dos últimos anos o meio ambiente virou um tema central, seja nas notícias ou nas catástrofes naturais que alagam cidades inteiras, a obra da artista sempre se debruçou sobre assuntos do tipo, de acordo com o artista Fernando Limberger, o outro organizador da exposição. “Parece que para você ser ativista você precisa ser panfletário. Mas nem todo artista é assim. Ela tinha sutileza e elegância na abordagem dos temas”, afirma Limberger. O fino trato de Toledo apa-

rece, por exemplo, na clássica “Glu Glu”, de 1968, uma escultura de vidro que lembra uma ampulheta com um líquido dentro —quando agitada, ela dá origem a bolhas de sabão. Ou então nas obras com chapas de metal reflexivo instaladas junto à areia e às pedras, de modo que os elementos naturais são espelhados pelo metal, criando um diálogo entre o natural e o industrial. A brincadeira entre o que a natureza dá e o que o homem produz foi uma constante no trabalho da artista. “Caixinha Sem Fim”, dos anos 1970, é composta por uma caixa de acrílico que vai se desdobrando em oito caixinhas menores e assim por diante. Essa obra faz uma discussão sobre volume e um experimento sobre a formação de um mineral, segundo Pinto, a geóloga. Ela diz ainda que os cubinhos de acrílico lembram as piratas, pedrinhas encontradas no meio ambiente que têm

o formato de um cubo perfeito e que, quando agrupadas, dão origem a rochas maiores. Ou seja, “Caixinha Sem Fim” é um aceno da artista para esses arranjos da natureza. A mostra ocupa todo o MuBE e procura aproveitar ao máximo a arquitetura do espaço, uma joia do brutalismo de Paulo Mendes da Rocha. No subsolo, sob a claraboia, está “Caminhos da Cor”, uma instalação de chapas de juta tingidas de várias cores que ficam mais ou menos realçadas dependendo da quantidade da luz do dia a entrar no espaço. Do lado de fora, no lago artificial, foram colocadas várias rochas, que, para um desavisado, podem parecer parte da paisagem e não da exposição, de tão perfeito o encaixe daquelas pedras no ambiente. Na área externa superior, junto à avenida Europa, ficam instalações em pedra feitas pela artista sob encomenda de colecionadores e agora

exibidas pela primeira vez. Há um conjunto de grandes pedras retiradas da natureza e colocadas sobre pedestais de concreto, como se fossem esculturas, mesmo que não tenham tido a mão do homem. O percurso do público no museu é feito sobre a areia, que cobre o piso do principal espaço expositivo de uma ponta a outra. Isso força o espectador a andar devagar e olhar com calma para as obras. Alguns visitantes tiram os calçados para caminhar. A mostra é um testemunho da versatilidade da artista. “Eu me sinto no direito de fazer o que bem entendo. Em termos estéticos não tenho limitações. Trabalhei com vidro, pedras, metais, conchas, tantos materiais”, já disse Toledo. Assim como outros pilares de sua geração, a exemplo de Lygia Clark e Helio Oiticica, Toledo entendia que a participação do espectador era parte da obra de arte. O mu-

seu reeditou alguns trabalhos que podem ser manuseados, seguindo as anotações deixadas pela artista à sua família. Um deles é um conjunto de cilindros de plástico preenchidos com água e óleo tingido, que nunca se misturam. Ao serem balançados, os líquidos vibram para lá e para cá de maneira lúdica. Outro trabalho é uma série de discos moles, também cheios de líquidos coloridos e que têm o mesmo efeito dos cilindros. Afora isso, há diversas pinturas, como a série “Esfregãos”, com manchas coloridas feitas com pastel seco sobre papel natural, emprestando às telas um aspecto meio rústico, e um punhado de aquarelas do final da década de 1950 feitos pela artista em Londres e que também são exibidos ao público pela primeira vez. **Amelia Toledo**  
MuBE - r. Alemanha, 221, São Paulo, mube.space. Livre. De ter. a dom., das 11h às 18h. Até 4 de agosto. Grátis



# Contingenciamento é teste de fogo de Lula para diminuir risco fiscal

Especialistas apontam necessidade de congelamento de R\$ 15 bilhões a R\$ 46 bi em 2024

Adriana Fernandes

BRASÍLIA A capacidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de fazer um contingenciamento do Orçamento se transformou no principal teste de fogo para diminuir o risco fiscal e melhorar a confiança dos investidores na sustentabilidade das contas públicas. A medida é necessária para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero neste ano.

Sem medidas estruturais concretas para a redução de despesas obrigatórias, o próximo dia 22 de julho será o primeiro teste do compromisso da equipe econômica com a meta para as contas públicas e a busca do equilíbrio fiscal.

Na data, o governo terá de enviar ao Congresso o terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, documento que aponta a necessidade de fazer ou não tanto um bloqueio para o cumprimento do teto de despesas do arcabouço fiscal como um contingenciamento para não estourar a regra da meta.

Cálculos de analistas do mercado financeiro apontam a necessidade de um congelamento de R\$ 15 bilhões a R\$ 46 bilhões para atingir a meta proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Há, porém, ceticismo no mercado sobre a chance de o

governo anunciar contingenciamento em julho, deixando o dia “D” para 22 de setembro, no quarto relatório bimestral.

Está na conta dos especialistas o risco de o governo gerenciar números, fazendo estimativas mais otimistas de receitas e subestimando despesas.

Os especialistas avaliam, no entanto, que será difícil o governo evitar um bloqueio de despesas em julho de pelo menos R\$ 15 bilhões, dada a evolução dos gastos com o pagamento de benefícios da Previdência em maio.

O mercado financeiro tem se mostrado sensível ao tema após decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central de interromper o ciclo de queda dos juros, em um cenário de alta do dólar com aumento de percepção de risco fiscal.

Após a decisão do Copom, chamou atenção na equipe econômica o relatório “Macro Visão” do Itaú, apontando que será fundamental um anúncio de contingenciamento ou bloqueio na próxima revisão bimestral em julho.

O documento, que circulou também entre os diretores do BC, aponta que serão precisos R\$ 38 bilhões para evitar que o limite de gastos seja ultrapassado em 2024.

“O montante seria suficiente para reverter a necessidade de gastos apontada e evitar o descumprimento do ar-

cabouço esse ano”, diz o relatório, elaborado pela equipe do economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita.

O relatório elenca propostas de medidas fiscais com potencial de economia de R\$ 145 bilhões em dois anos terminados em 2026 para garantir a sobrevivência do arcabouço, hoje a maior preocupação dos investidores. A lista inclui bloqueio de despesas de curto prazo; revisão de despesas com saúde, educação e benefício sociais; e iniciativas para reduzir gastos em Previdência e outros itens.

Felipe Salto, economista-

-chefe da Warren Investimentos, diz que o maior desafio para o governo é executar o novo arcabouço fiscal e mostrar que a nova regra para de pé. No curto prazo, Salto vê o congelamento como um primeiro gatilho para melhorar a confiança. “Não tem mágica. É preciso cortar despesas.”

O economista da Warren estima a necessidade de um contingenciamento de R\$ 46 bilhões. Segundo ele, o governo em julho deve bloquear somente necessário para deixar a previsão de gastos com a Previdência menos subestimada.

O economista-chefe da XP,

Caio Megale, calcula a necessidade de uma bloqueio de R\$ 16 bilhões em julho devido aos gastos com Previdência, que ficaram acima do normal em maio, que atingiram cerca de R\$ 110 bilhões. A projeção do governo era de um gasto de R\$ 105 bilhões para o mês, já contando o pagamento do 13º salário.

Megale sugere que o governo monte grupos de trabalho interministeriais que anunciem medidas e comecem a trabalhar de forma mais rápida no pente-fino dessas despesas.

Ele avalia que a aceleração dessas obrigatórias coloca em risco o arcabouço fiscal, o que exige uma ação mais rápida do governo. “Esse tema das despesas não é novo. É importante fazer esse pente-fino. Ainda dá tempo. Os detalhes estão aparecendo para limitar o crescimento dessas despesas o auxílio doença, a concessão do BPC, mas mesmo assim seria importante mais do que as palavras ter uma ação mais concreta”, diz.

O analista fiscal da XP, Tiago Sbardelotto, diz que há dúvidas se o governo de fato promoverá a correção do Orçamento que deveria ou se optará em fazer de forma homeopática. Ela calcula a necessidade de um contingenciamento de R\$ 32 bilhões.

“Acreditamos que ele faz um bloqueio agora em julho e um contingenciamento ali em se-

tembro”, prevê. Se o governo não fizer esse movimento, diz o analista, a opção do Executivo será mudar a meta.

Sbardelotto diz que complica o cenário a frustração de receitas como aquelas decorrentes de mudanças nas regras do Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), o tribunal onde os contribuintes recorrem contra decisões da Receita Federal.

O banco BTG estima a necessidade de contingenciamento menor, de R\$ 15 bilhões.

Apesar da expectativa, o governo está ainda longe de uma definição e trabalha para que uma medida como essa não seja necessária neste momento —deixando a decisão para setembro.

Há aposta de que as concessões de novos benefícios previdenciários vão começar a desacelerar em agosto e não seguirão crescendo no ritmo atual, o que tem demandado mais recursos. A razão seria o fim da concessão do bônus dos peritos para zerar a fila. Técnicos da área de Orçamento, no entanto, avaliam que a medida em julho seria positiva para trazer confiança.

No segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, de maio, o governo reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, mas elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões —a 0,1% do PIB.

Apesar da piora, o resultado projetado seguiu dentro do intervalo de tolerância previsto para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Pela regra, há margem de tolerância de 0,25% do PIB para menos ou para mais. Na prática, o governo poderá chegar ao final do ano com déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem estourar a meta.

O montante [R\$ 38 bilhões] seria suficiente para reverter a necessidade de gastos apontada e evitar o descumprimento do arcabouço esse ano

Relatório do Itaú elaborado pela equipe do economista-chefe do banco, Mário Mesquita

Não tem mágica. É preciso cortar despesas

Felipe Salto economista-chefe da Warren investimentos

## Principal medida de arrecadação tem adesão zero, diz Receita

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Principal medida de arrecadação para 2024, a negociação especial para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) teve adesão zero até agora, segundo a Receita Federal.

Desde o início do ano, o tribunal julgou cerca de R\$ 90 bilhões em conflitos tributários por mês, mas os contribuintes derrotados no desempate ainda estão negociando com o fisco o pagamento.

“Normalmente a adesão é um processo, não é automático. A gente acredita que o processo vai se desenrolar até o fim do ano. Essas tratativas levam tempo”, disse nesta terça (25) o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

Sobre o andamento dos processos, confirmou que o governo ainda não registrou nenhuma adesão formal.

O governo Lula (PT) espera arrecadar R\$ 55,6 bilhões neste ano com as negociações decorrentes de julgamentos por voto de desempate no Carf.

É o maior valor entre as medidas da equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) desde 2023 para elevar as receitas do Executivo federal.

Na última reavaliação do Orçamento, em maio, o governo manteve a projeção de arrecadação. Isso ajudou a evitar o contingenciamento de despesas para cumprir a meta de déficit zero.

Malaquias evitou dizer se essa decisão mudará no próximo relatório, a ser publicado em 22 de julho.

“Estamos analisando [se a projeção é factível]”, afirmou. Segundo ele, todas as avaliações de receitas são feitas nos marcos bimestrais, como exigido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A eficácia da medida, porém, já vinha sendo alvo de ceticismo do mercado financeiro, não só pela ausência de resultados concretos, mas pela possibilidade de contribuintes prosseguirem com o litígio na Justiça.

A negociação especial foi inserida em lei de setembro de 2023 que retomou o voto de desempate no Carf.

A lei diz que contribuintes derrotados no desempate terão direito ao pagamento facilitado do débito, com exclusão de multas e juros e parcelamento do valor principal em até 12 prestações mensais —mesmo com adesão nos próximos meses, parte dos recursos pode ingressar só em 2025.

O texto dá 90 dias, a contar do julgamento, para manifestação de interesse na negociação. Malaquias disse que não necessariamente a adesão se dará neste prazo, já que há etapas a serem cumpridas, como verificação da capacidade de pagamento.

Apesar de eventual frustração com a negociação no Carf, outras medidas adotadas pelo governo tiveram desempenho acima do esperado.

A arrecadação com a tributação de recursos mantidos em paraísos fiscais (offshores) rendeu R\$ 7,32 bilhões ao governo. A taxa dos fundos exclusivos, detidos por investidores super-ricos, rendeu R\$ 12,27 bilhões de janei-

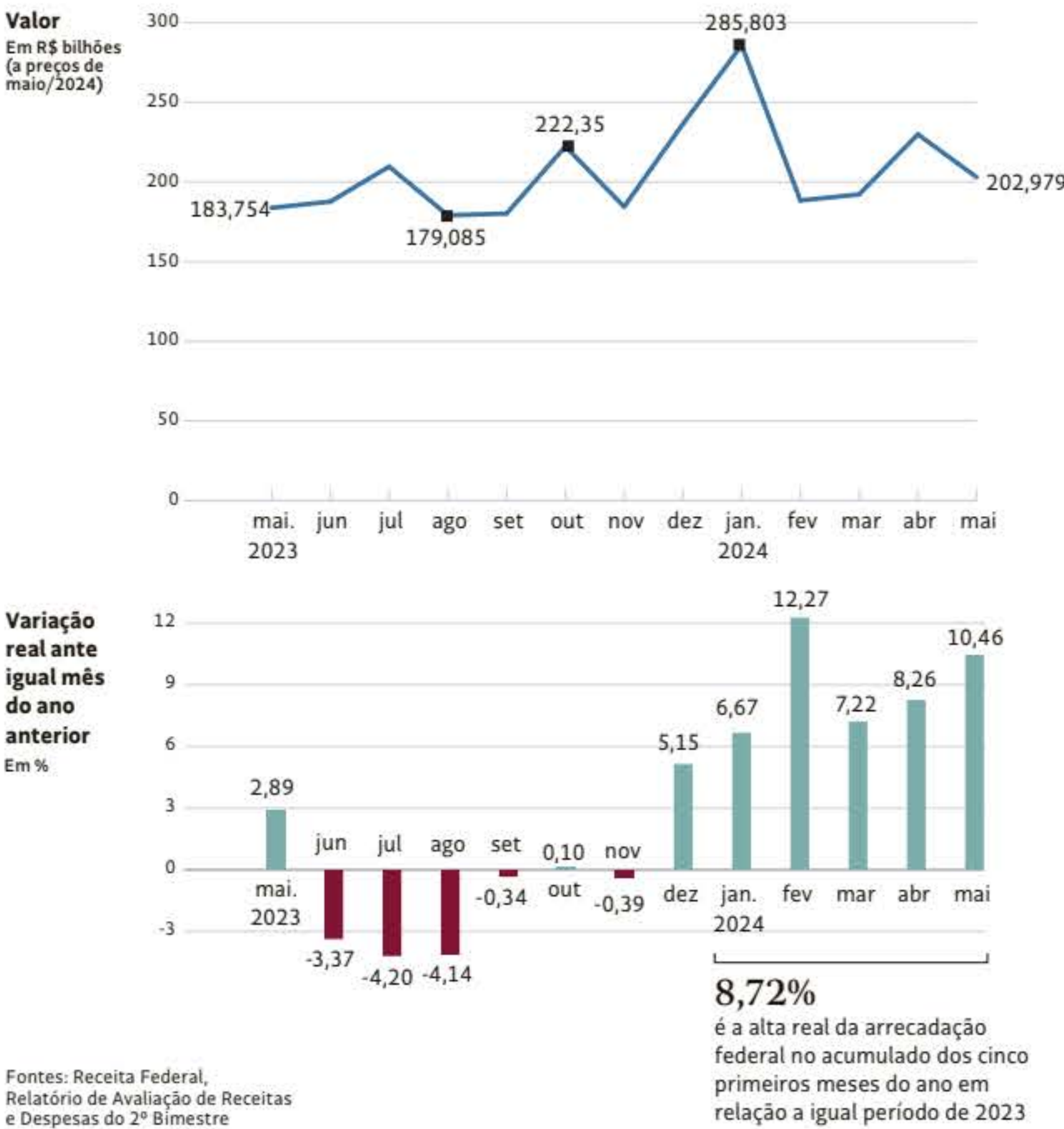
### Sem efeito

Principal medida de arrecadação do governo para 2024 ainda não tem adesão formal de contribuintes

Medida	Receita projetada Em R\$ bilhões	Receita obtida de janeiro a maio Em R\$ bilhões
Voto de desempate do Carf	55,647	0
Transações tributárias	43,174	sem informação detalhada
Taxação de subvenções do ICMS	25,862	sem informação detalhada
Limite à compensação de créditos judiciais	24,00	17,297*
Taxação de fundos exclusivos	13,28	12,27
Taxação de fundos offshore	5,639	7,32
Apostas de quota fixa	0,728	em fase de regulamentação

\*Queda no volume de créditos judiciais usados na compensação de tributos entre janeiro e maio

### Trajetória da arrecadação federal



ro a maio. A estimativa oficial é obter R\$ 1,28 bilhões.

Nos cinco primeiros meses do ano, os contribuintes usaram R\$ 19,6 bilhões em créditos judiciais acumulados a partir de decisões favoráveis na Justiça. O valor é 46,8% menor do que o de igual período de 2023, quando ficou em R\$ 36,9 bilhões. A redução é positiva para a arrecadação.

No acumulado dos cinco primeiros meses, o governo federal arrecadou R\$ 1,09 trilhão, alta de 8,72% em relação a igual período do ano passado, já descontada a inflação.

### Arrecadação cresce 10,46% e marca sexto recorde seguido

BRASÍLIA|REUTERS A arrecadação do governo federal teve alta real de 10,46% em maio sobre o mesmo mês do ano anterior, somando R\$ 202,98 bilhões, maior arrecadação para o mês desde o início da série, em 1995, informou a Receita Federal nesta terça-feira (25).

O dado veio um pouco acima dos R\$ 199,73 bilhões de reais estimados por economistas em pesquisa da Reuters.

No acumulado de janeiro a maio, a arrecadação cresceu 8,72% acima da inflação, a R\$ 1,09 trilhão, também o maior da série.

Segundo a Receita, o desempenho positivo do mês, que assegurou o sexto recorde mensal consecutivo para as receitas, foi influenciado pelo “comportamento das variáveis macroeconômicas”, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação de fundos exclusivos e pela atualização de bens e direitos no exterior.

Por outro lado, pela primeira vez o fisco mencionou perda substancial de arrecadação com a decretação de calamidade pública no RS.



mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack  
painelsa@grupofolha.com.br

Operação mais saúde

Os Correios aprovaram nesta semana um plano de negócios ousado para turbinar as receitas nos próximos cinco anos. A primeira medida a ser anunciada nesta quarta (26) é a criação de um braço de logística voltado para a saúde. O presidente da estatal, Fabiano Silva dos Santos, disse que a iniciativa é voltada para o segmento médico, hospitalar e farmacêutico e mira um mercado projetado de US\$ 5,2 bilhões neste ano.

**NO VERMELHO** Segundo ele, o Correios Log Saúde é chave para reverter o prejuízo herdado do governo Jair Bolsonaro. A meta é fechar este

ano com Ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortizações e depreciações) de R\$ 150 milhões. Em 2023, o prejuízo foi de R\$ 500 milhões.

**EXPERIÊNCIA** Hoje já existem contratos nessa frente com Piauí, Minas Gerais e Recife (PE). Em Minas, os Correios distribuem 141 toneladas mensais de medicamentos, materiais e insumos para todos os municípios, incluindo medicamentos termolábeis, transportados em veículos refrigerados.

**LUPA...** O governo prepara um guia que, na prática, congela efeitos de regras e leis para que avanços tecnológicos em ambientes regulados sejam testados sob controle do estado. Conhecido como Sandbox [caixa de areia, em inglês], a iniciativa funciona

como um laboratório.

**...REGULATÓRIA** Para isso, a AGU (Advocacia-Geral da União) e o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) lançaram uma tomada de subsídios para concluir o guia em meados de agosto. O Pix e o free-flow (sistema de pedágio por tags instaladas nos veículos hoje em testes em rodovias federais) foram projetos Sandbox.

**PARE,...** O ministro do STF Nunes Marques paralisou o processo de falência da Laginha Agroindustrial, em Alagoas. Ele atendeu ao pedido de

Solange Queiroz Ramiro Costa, ex-mulher do deputado João Lyra, fundador da Laginha.

**...AGORA** Nunes Marques achou necessário esclarecer a situação de impedimento de desembargadores do Tribunal de Justiça de Alagoas. Como noticiou o Painel S.A., 13 dos 17 tinham se declarado impedidos de julgar o processo. No entanto, após a veiculação da reportagem, dez deles voltaram atrás, num movimento que o STF agora quer avaliar.

**NOVA...** O ex-executivo da Globo Erick Bretas será o novo CEO do grupo Estado. Fran-

cisco de Mesquita Neto deixa o cargo de diretor-presidente e passa para a presidência do conselho de administração. As mudanças no grupo refletem a recente operação financeira que reestruturou sua dívida.

**...FASE** Para isso, foram realizadas duas emissões de debêntures (títulos de dívida). Rubens Ometto, dono da Cosan e da Raízen, comprou um pedaço da dívida em uma operação com outros nove empresários que totalizou R\$ 142,5 milhões em dois tipos de papéis, todos conversíveis em ações. Procurado, o empresário não quis comentar.

Copom reforça consenso sobre política de juros mais cautelosa

Em ata, colegiado defende necessidade de melhora das expectativas de inflação

Nathalia Garcia

**BRASÍLIA** O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central reforçou o consenso sobre uma atuação mais cautelosa na política de juros, mostrou a ata publicada nesta terça-feira (25).

Segundo o colegiado do BC, “eventuais ajustes futuros na taxa de juros” serão ditados pelo “firme compromisso” de levar as expectativas de inflação em direção à meta.

“Vigilante” e “firme” foram termos enfatizados no documento. Na quarta-feira passada (19), o Copom interrompeu o ciclo de cortes de juros e manteve a taxa básica, a Selic, em 10,5% ao ano, em decisão unânime.

Houve consenso entre os quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) —incluindo o diretor Gabriel Galípolo (Política Monetária)— e o atual chefe da instituição, Roberto Campos Neto, considerado um “adversário político” pelo chefe do Executivo.

Para o comitê, o cenário de inflação se tornou mais desafiador, com aumento das projeções de médio prazo, mesmo condicionadas a uma taxa de juros mais elevada.

“Concluiu-se unanimemente pela necessidade de uma política monetária mais contracionista e mais cautelosa, de modo a reforçar a dinâmica desinflacionária”, disse.

Segundo o Copom, é unânime a avaliação de que se deve perseguir a convergência das expectativas de inflação em direção à meta —independentemente de quais sejam os fatores por trás da piora das estimativas.

“O comitê avalia que a redução das expectativas requer



O diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo    Diogo Zacarias - 13.jun.23/Divulgação/Fazenda

uma atuação firme da autoridade monetária, bem como o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições como dos arcabouços fiscal e monetário que compõem a política econômica brasileira”, disse.

“O comitê não se furtará de seu compromisso com o atingimento da meta de inflação e entende o papel fundamental das expectativas na dinâmica da inflação”, acrescentou.

A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A ata também mostrou que o BC elevou a estimativa de juro real neutro para 4,75% (ante 4,5% desde junho do ano passado). No debate, avaliou cenários com taxa neutra entre 4,5% e 5%.

A taxa neutra é aquela que não estimula nem desestimula a economia. Por ser uma variável “não observável”, há grande incerteza em sua definição. O próprio BC considera que ela não deve ser atualizada com frequência.

“Nas variações de curto prazo, costuma-se enfatizar movimentos de produtividade ou resultados fiscais, que impactam a poupança doméstica. Para as variações de longo prazo, destacam-se temas relacionados à demografia, à produtividade e à taxa de poupança global”, detalhou o Copom.

A elevação do juro neutro tem reflexo no impacto da política monetária sobre a economia. Isso significa que quanto mais alto o juro neutro, maior precisa ser a Selic para o combate à inflação.

“O comitê não se furtará de seu compromisso com o atingimento da meta de inflação e entende o papel fundamental das expectativas na dinâmica da inflação

**Copom** em ata divulgada nesta terça (25)

No documento, o Copom utilizou quatro vezes a palavra “unanimamente”, reforçando o alinhamento dos membros do colegiado. Houve, contudo, divergência na discussão sobre o balanço de riscos para inflação e sobre a dinâmica da inflação de alimentos.

A decisão de manter o balanço simétrico (ou seja, com riscos para inflação em equilíbrio em ambas as direções) foi tomada pela maioria.

Segundo o documento, alguns membros mostraram maior preocupação com a inflação de alimentos no curto prazo, destacando o efeito das enchentes do Rio Grande do Sul e as revisões nos preços de alimentos em outras regiões.

Na avaliação do colegiado do BC, há grande incerteza quanto aos efeitos econômicos da tragédia no RS. “Permancem incertezas sobre a intensidade da queda de atividade e sua recuperação subsequente, bem como sobre a diminuição do estoque de capital, causadas pelas enchentes e inundações”, ressaltou.

Para o economista-chefe da XP e ex-assessor no Ministério da Economia, Caio Megale, o Copom tentou demonstrar que há coesão entre os membros do colegiado e transmitir uma mensagem “balanceada”.

Em sua leitura do documento, o economista considerou que o comitê evitou se aprofundar em discussões mais complexas, como a questão fiscal, para “não dar pano para manga” e minimizar ruídos.

Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria, também ressaltou que demonstrações de maior harmonia marcaram o texto, com sinais de unidade em diversos trechos, procurando reduzir as incertezas com a transição no comando do BC no fim do ano.

Ele considerou que a ata reforçou diversos pontos que recomendam maior cautela. “Cabe notar também a ausência de abertura para uma eventual alta da Selic, algo que ainda é marginalmente precipitado na curva de juros, mas que, por ora, se mostra como um cenário pouco provável”, complementou.

Interrupção nos cortes é para avaliar cenários, diz Haddad

**BRASÍLIA** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (25) que a ata do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) transmite ideia de que está havendo uma interrupção no ciclo de cortes de juros básicos para avaliar os cenários interno e externo.

Em entrevista a jornalistas, Haddad afirmou que a sinalização do BC de que “eventuais ajustes” seriam feitos nos juros se necessário é algo que sempre vai acontecer.

Para ele, a ata veio “muito aderente” ao comunicado da semana passada e a comunicação deixa o BC à vontade para tomar suas decisões a partir de novos dados nas próximas reuniões.

Já o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta terça-feira (25) que a ata do Copom mostra que os membros do colegiado estão afinados em suas avaliações.

“Essa ata é uma reafirmação e incorporação da coesão que a gente tem aqui dentro [do BC], de visões e leituras sobre o que está acontecendo”, disse Galípolo, em videoconferência promovida pela Warren Investimentos, duas horas após a ata ser divulgada.

O diretor do BC afirmou que tanto a ata quanto o comunicado do Copom traduzem “plenamente” sua avaliação e minimizou o racha do colegiado no encontro anterior, em maio.

Galípolo também comentou que, ao utilizar a palavra “interrupção” do ciclo de corte de juros, o Copom não quer fazer qualquer sinalização ou indicação sobre seus próximos passos, deixando o futuro em aberto para “ver como as coisas vão se desdobrar a partir de agora”.

Segundo ele, é prematuro falar sobre “qualquer coisa diferente” do que foi explicitado na ata.

Após a divulgação do documento, o dólar subiu 1,16%, fechando o dia cotado a R\$ 5,45.

Banco Central faz contraofensiva no Senado por aprovação da PEC de autonomia financeira

Thaísa Oliveira e Nathalia Garcia

**BRASÍLIA** Assessores e técnicos do Banco Central têm percorrido gabinetes no Senado para pedir apoio à PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia a autonomia da autoridade monetária.

A medida é defendida pelo presidente da instituição, Roberto Campos Neto, cujo mandato termina em dezembro.

A ofensiva ocorre em meio à mobilização de uma ala dos servidores contrária à mudança de autarquia para empresa pública e à resistência de se-

nadores governistas. Apesar de ter autonomia assegurada em lei desde 2021, a autoridade monetária não tem poder sobre o próprio orçamento.

Com a PEC, o BC passaria de autarquia especial para empresa pública de natureza especial, o que daria maior autonomia financeira, como no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Um assessor diz, de forma reservada, que o BC deu início à agenda de visitas no início do mês, após a divulgação do relatório, para garantir que as sugestões feitas por membros

da instituição haviam sido incorporadas pelo relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Um resumo de argumentos a favor da PEC tem sido levado aos parlamentares. Entre outros pontos, o documento afirma que a proposta vai trazer “economia de gastos fiscais” e liberar R\$ 5 bilhões para “outras prioridades do governo, em especial, na área social”.

O texto também diz que a medida vai beneficiar a sociedade, o BC, os servidores, o governo e o próprio Congresso, que cumpriria a “missão de consolidar a autonomia” da instituição e continuaria

com o “papel fiscalizatório”.

As conversas são conduzidas no Senado pelo chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o chefe de gabinete da diretoria de Relacionamento, Arthur Campos, e o chefe da assessoria parlamentar, Bruno Peres.

Rocha participou da audiência pública na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado na terça (18), entre os convidados favoráveis à PEC.

Por causa do compromisso no Congresso, ele não compareceu à sessão inicial do Copom (Comitê de Política Monetária), durante a qual funci-

onários do BC fornecem subsídio técnico ao colegiado para a calibragem da taxa básica de juros, a Selic.

Rocha disse na CCJ que a ampliação da autonomia ocorreria “com a devida governança e os devidos controles” e que isso ajudaria a concluir “um longo processo de evolução institucional”.

O técnico mencionou impactos sobre estatísticas fiscais do país, uma vez que a autoridade monetária deixaria de compor a conta do governo central, que compreende hoje o Tesouro Nacional e a Previdência Social, além do BC.

Destacou a exclusão do resultado primário do BC, que em 2023 teve déficit nominal de R\$ 465 milhões, o que tornaria a conta do governo central mais superavitária.

A audiência foi convocada após senadores governistas levarem ao presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a informação de que o relatório de Plínio seria derrotado se colocado em votação.

Após a sessão, o relator disse que estava “preocupado” com a situação dos funcionários.

“É o servidor que me preocupa. Embora eles estejam protestando por protestar, já ficou claro que o movimento ali é político e eu não quero me envolver nisso.”

Como mostrou a Folha, um parecer feito pela liderança do governo no Senado afirma que a PEC é inconstitucional, cria insegurança jurídica para os servidores e coloca em xeque a fiscalização de instituições financeiras.



# O dólar a R\$ 5,45 e outros riscos

Desvalorização do real já parece exagerada, mas agenda do semestre tem problemas

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Quem quer que soubesse prever o valor do dólar, amanhã ou daqui a cinco meses, não contaria para ninguém, claro. Ganharia dinheiro com isso. Mas, como é fácil perceber, não se sabe fazer tal coisa. No que nos interessa, há motivos para mais incertezas, daqui até o final do ano, o que pode ser um fator de exageros extras nos preços da finança (juros, dólar).

Quem quer que se interesse pelo assunto, por preocupação com o país, com a economia, com sua empresa ou com seu dinheiro, tem consciência de

que, no caminho adiante, há lombadas de tamanho desconhecido. Antes de pegar essa estrada, o dólar custa R\$ 5,45. Chegamos ao limite do exagero (“overshooting”) ou há motivo para mais fuga do real, prudente ou “especulativa”?

Dólar (mais) caro por tempo considerável (três, quatro meses) tende a pressionar a inflação, o motivo mais óbvio de preocupação. Por tabela, afeta as taxas de juros. Mexe também com projetos de investimento e produção —importar máquinas, partes, peças, insumos industriais tende a ficar mais caro.

A renda dos setores exportadores (agropecuária, petróleo, minérios) aumenta, tudo mais constante.

Mas o balanço de perdas e ganhos na economia em geral não é simples de prever, assim como a reação do dinheiro grosso na finança.

Isto posto, quais são as lombadas previsíveis?

Logo adiante, em 22 de julho, o governo apresenta sua reavaliação bimestral de receitas e despesas. Não era para ser fato assim tormentoso, mas o futuro das contas públicas é motivo de tensão.

Nessa reavaliação, o governo acaba por dizer se precisa ou não suspender gastos previstos no Orçamento, tendo em vista se vai ou não conseguir cumprir sua meta de déficit.

Há dúvida sobre a disposição do governo de conter gasto, mesmo provisoriamente. Na Fazenda há quem defenda uma contenção (contingenciamento, bloqueio) para “mostrar serviço”.

Mesmo que a situação não tenha piorado de modo relevante, uma mancada do governo tende a afetar juros, dólar etc. Até fins de julho, de resto, Lula 3 e esse Congresso precisam

arrumar alguma maneira de tapar rombos já previstos (de isenções de impostos). Vamos ter pelo menos um mês de estrada esburacada.

Em julho, o Congresso tem de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. No final de agosto, o governo tem de apresentar o Orçamento para 2025. Se não for “crível”, como vêm dizendo o Banco Central e os credores do governo, vai haver problema.

No início de novembro, os americanos escolhem presidente e Congresso. Na avaliação de bancos americanos, uma vitória de Donald Trump provocaria uma alta do dólar e dos juros de prazo mais longo —nem se mencione a desgraça para o mundo. Dólar e juros mais altos são uma encrência para juros aqui. Arrumar as contas do governo Lula 3 ajuda a atenuar mais esse possível vento contrário.

Notícias ruins sobre a infla-

ção americana são outro risco. No entanto, quando o gás vaza, qualquer palito de fósforo pode causar acidentes.

Por exemplo, há quem especule até que um resultado (mais) desastroso na eleição francesa possa provocar tumulto na União Europeia e fuga para o dólar. Outro exemplo: uma conjunção de dólar em alta e petróleo a US\$ 85 pode suscitar discussões ruins sobre o preço dos combustíveis no Brasil, que ficaria ainda mais para trás em relação à cotação internacional.

Em suma, o clima não está bom.

O Banco Central decidiu trocar as janelas até a tempestade passar (dólar e juros de longo prazo nas alturas, incerteza fiscal, incerteza sobre o efeito do ritmo da atividade econômica na inflação etc.). Quanto ao governo, ainda não se sabe se vai adotar prudência pragmática, ao menos.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

# Presidente dá aval para meta contínua de inflação de 3% em reunião

Renato Machado e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deu aval para a formalização da meta contínua de inflação de 3% em reunião nesta terça-feira (25) com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo.

No encontro, foram discutidos detalhes do texto que sacramenta a mudança no sistema de metas de inflação. O

decreto assinado por Lula deve ser publicado no Diário Oficial da União depois da reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional), agendada para esta quarta-feira (26).

Além de Haddad, compõem o CMN a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e o presidente do BC, Roberto Campos Neto —alvo preferencial das críticas de Lula pela condução da política de juros do país.

O encontro com Galípolo não constava inicialmente na agenda oficial do presidente

nem entre os compromissos do diretor do BC. A autoridade monetária incluiu a reunião posteriormente.

Após a reunião no Planalto, a Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) confirmou que Galípolo participou do encontro com Lula, Haddad, o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, como substituta do ministro Rui Costa (de férias). Tebet não estava presente.

Favorito a assumir o comando do BC no ano que vem, Galípolo segue tendo canal direto com Lula desde que deixou o cargo de secretário-executivo da Fazenda e assumiu o posto na autoridade monetária.

Campos Neto, por sua vez, voltou a entrar na mira de Lula depois de um período de trégua e segue distante do Planalto. O presidente do BC, cujo mandato termina em 31 de dezembro, foi chamado de adversário político e ideológico pelo chefe do Executivo.

A mudança do sistema de

metas de inflação, que estava vigente havia 24 anos, foi anunciada em junho do ano passado por Haddad. Na ocasião, ele afirmou que, a partir de 2025, o BC passaria a perseguir o alvo de forma contínua, não mais anual. Foi determinado também o alvo de 3% para a variação de preços.

Isso significa que o BC passará a buscar a meta de 3% —com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos— sem se vincular ao modelo atual do ano-calendário, ou seja, o

período de janeiro a dezembro de cada ano.

Sem a formalização da mudança via decreto, seguem dúvidas sobre o modelo. Uma delas é quanto tempo o BC terá para buscar a convergência da inflação à meta de 3%.

Outra envolve a prestação de contas do BC em caso de estouro do índice. Hoje, quando a inflação anual fica fora do intervalo de tolerância, o presidente do BC precisa escrever uma carta ao ministro da Fazenda explicando as razões para o descumprimento.

A ArcelorMittal tem o maior programa de investimento da indústria do aço no Brasil:

25 bilhões

de reais de 2022 a 2026

- A maior produtora de aço no Brasil
- Líder mundial
- 1.700 pesquisadores pelo mundo
- R\$ 4,2 bilhões destinados para energia renovável
- R\$ 60 milhões para as áreas de educação, cultura e esporte em 2023



ArcelorMittal



Conheça mais sobre a ArcelorMittal:



Unidade do Pecém no estado do Ceará.



mercado

# Leite diz que RS pode perder R\$ 10 bi em receitas

Governador afirma que estado está consumindo suas reservas para honrar as obrigações e pede ajuda federal

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse nesta terça-feira (25) que o estado pode perder de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões em arrecadação neste ano com a calamidade das enchentes e pediu a reposição desses valores pela União. Segundo ele, o estado já está consumindo suas reservas de caixa, obtidas com vendas de ativos e privatizações, cujos recursos estavam previstos inicialmente para bancar investimentos.

Sem a ajuda da União, Leite alertou para o risco de precisar conter despesas para conseguir manter os salários do funcionalismo em dia. Ele disse, porém, não ter uma estimativa de quantos meses o colchão de recursos do governo gaúcho pode durar enquanto não há socorro da União nessa frente.

Leite esteve na tarde desta terça-feira (25) com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Paulo Pimenta (Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul).

Nos cálculos do tucano, o governo gaúcho já teve uma perda efetiva de R\$ 1,8 bilhão no ICMS. Parte do prejuízo recairá sobre os municípios, que recebem uma parcela do imposto estadual.

“Só a União tem capacidade e ferramentas para suportar momentos como esse de queda de arrecadação. Não existe possibilidade de emissão de dívida por parte dos entes subnacionais. A União é que tem essa capacidade, fez isso na pandemia, e nós rogamos que seja feito agora também”, afirmou o governador.

De acordo com Leite, o Rio Grande do Sul vai precisar dessa recomposição de re-



Ministro Fernando Haddad em reunião com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite Diogo Zacarias/Divulgação/MF

ceitas “o quanto antes”.

“Nós vamos trabalhar para que não haja atrasos de salários, que o estado mantenha a capacidade de prestação de serviços, mas sempre cabendo no dinheiro que a gente tem. Quer dizer que, para não atrasar, para não acabar o dinheiro e não deixar de atender a população, a gente vai ter que atender menos a população em várias frentes, para que o gasto fique condicionado ao que cabe no bolso do estado”, afirmou.

Pimenta, por sua vez, disse que o governo federal está sensível às demandas do

estado, mas citou iniciativas que já foram tomadas pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas últimas semanas para irrigar o caixa do governo gaúcho.

Uma delas é a antecipação da parcela de compensação devida ao estado no ano que vem pelas perdas com o corte no ICMS sobre combustíveis durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O repasse de 2025 seria de R\$ 680 milhões, sendo R\$ 510 milhões para o estado e R\$ 170 milhões para municípios.

Segundo Pimenta, esse é um dinheiro novo, dado que

o trâmite normal da compensação ocorreria via abatimento da dívida do estado com a União — que foi suspensa por três anos, com aval do Congresso Nacional.

“O ministro Fernando Haddad falou para o governador que nós vamos acompanhar a evolução da execução da arrecadação do estado do Rio Grande do Sul. Vamos manter de forma permanente o diálogo para construir medidas compensatórias”, afirmou o ministro.

“Outras medidas poderão ser adotadas no sentido de que a gente possa encontrar



Só a União tem capacidade e ferramentas para suportar momentos como esse de queda de arrecadação

Eduardo Leite (PSDB) governador do Rio Grande do Sul

## Empresas emprestam linhas de produção para outras companhias atingidas pelas enchentes

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Após ser atingida pela enchente de maio em Porto Alegre, a indústria do setor eletroeletrônico FuelTech recorreu ao auxílio de outras empresas do mesmo ramo para manter parte das operações em funcionamento.

A companhia vem utilizando maquinário e espaços cedidos por duas fábricas nos municípios de Caxias do Sul, na serra gaúcha, e Cachoeirinha, na região metropolitana. As empresas são a Inova e a Parks, segundo Leonardo Fontolan, CEO Brasil da FuelTech.

“A gente utiliza a linha deles no contraturno, quando não estão usando. Ou, no final de semana, a gente vai lá, adapta a linha e faz a produção”, afirma Fontolan.

O caso ilustra um movimento que ganhou corpo na indústria eletroeletrônica do estado após as enchentes de proporções históricas de maio, segundo a Abinee-RS (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica no Rio Grande do Sul).

Fábricas que não foram alagadas cederam parte das plantas produtivas e dos equipamentos para o abrigo de companhias diretamente afetadas pela tragédia ambiental. A ideia foi evitar a paralisação completa dos negócios instalados em áreas inundadas do estado.

A FuelTech, que desenvolve equipamentos para o ramo automotivo, também já usou parte da estrutura da empresa Exatron, em Canoas, na região metropolitana.

“De alguma forma, um empresário conhece o outro, e a



Indústria Globus, de Porto Alegre, usa a estrutura da Novus, em Canoas Divulgação/Globus

gente quer ajudar. Não fomos atingidos, e começamos a ver o que poderíamos fazer”, diz Jorge Demoliner, sócio e diretor da Exatron.

Com cerca de 210 funcionários em Porto Alegre, a FuelTech planeja remodelar sua planta produtiva após as enchentes, aponta Fontolan.

“Não vamos colocar mais o maquinário no primeiro andar. Temos um investimento para operar a área industrial no segundo piso. A ideia é que, se vier uma nova enchente, não nos pegue como agora”, afirma ele.

Outra empresa local a recorrer ao auxílio dentro do próprio setor foi a Globus, que desenvolve componentes automotivos para veículos comerciais.

Nas últimas semanas, a indústria trocou a sua sede inundada em Porto Alegre por espaços cedidos pelas fábricas da Exatron e da Novus, em Canoas, na região metropolitana da capital gaúcha.

“As empresas estão se adotando, estão se unindo. Uma está ajudando a outra”, afirma Gilberto Rossato de Medeiros, diretor da Globus.

A companhia tem cerca de 120 funcionários e decidiu transferir sua sede da capital para uma área mais alta do município de São Leopoldo, na região metropolitana, nos próximos meses. Com a mudança, o plano é evitar novos prejuízos em inundações.

“Em 23 anos, nunca tínhamos tido uma gota de água [de enchentes] no nosso prédio. Desta vez, tivemos 1,6 metro de água. Estamos fazendo um esforço bastante grande para a recuperação das máquinas”, diz Medeiros.

A previsão dele é retomar

100% do nível da produção entre o final de agosto e o começo de setembro, já no novo endereço. Hoje, com as operações provisórias e a contratação de montadores terceirizados, o percentual está em torno de 40%.

“Cedemos uma linha de produção com maquinário. Tínhamos uma capacidade excedente”, afirma Marcos Dillenburger, diretor-geral da Novus, uma das empresas que abrigaram a Globus.

Em outros setores da economia gaúcha, ações colaborativas também viraram uma realidade para tentar mitigar os efeitos das enchentes. Um desses exemplos é o site Produtores Gaúchos Unidos.

A meta da iniciativa é conectar pequenos e médios produtores de alimentos e bebidas do Rio Grande do Sul a restaurantes, lojas e empórios instalados em diferentes regiões do país.

A plataforma tem um espaço de cadastro. Ao realizá-lo, os produtores registram as mercadorias, e os estabelecimentos podem consultar os itens disponíveis, com a possibilidade de fechar os negócios.

“O objetivo é fomentar a venda. Funciona como um e-commerce”, diz a jornalista Aline Barilli Alves, que é responsável pela iniciativa ao lado do marido, o produtor de carne de cordeiro Bernardo Barbosa Ibargoyen.

De acordo com Alves, em torno de 240 produtores e cem contatos da área de gastronomia estão cadastrados no projeto, que ela define como uma ação social. “A gente não recebe nada”, afirma.

Alves, entretanto, não descarta que a iniciativa venha a se tornar um negócio depois que a crise passar, já que a sustentabilidade financeira seria necessária para a manutenção da plataforma.

### Diretor deixa Conab após problemas com leilão do arroz

BRASÍLIA O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, confirmou nesta terça-feira (25) o pedido de exoneração do diretor da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) Thiago Santos, após a polêmica envolvendo o leilão do arroz, suspenso por suspeitas de irregularidades.

“Isso já está resolvido [a exoneração do diretor]. O governo já resolveu isso”, afirmou brevemente o ministro ao chegar ao Palácio do Planalto, após ser questionado sobre a exoneração.

Thiago José dos Santos atuava como diretor-executivo de Operações e Abastecimento da Conab. Sua diretoria é a responsável pela operacionalização dos leilões promovidas pela companhia.

Indicado para o cargo, ele já foi assessor de Neri Geller, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, também demitido após os problemas no leilão do arroz.

Questionado sobre o novo leilão do arroz, Paulo Teixeira apenas brincou: “Arroz é para o almoço”.

Há duas semanas, o governo do presidente Lula (PT) informou que iria anular o leilão de importação de arroz feito neste mês, após indícios de falta de capacidade técnica e irregularidades. Uma nova concorrência para a aquisição será aberta.

O anúncio foi feito na ocasião pelos ministros Carlos Fávaro (Agricultura) e Paulo Teixeira e pelo presidente da Conab, Edgar Pretto. Renato Machado



# Renovação de concessão das distribuidoras de energia elétrica

Atribuir à distribuição um risco não gerenciável só causaria desnecessário aumento no custo do serviço

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

O modelo institucional e comercial do setor elétrico, instituído depois da crise de 2001, dá claros sinais de esgotamento. Na geração, há desarranjo entre a remuneração e a contribuição de cada usina ao esforço coletivo de gerar a cada instante uma quantidade de eletricidade exatamente igual à demanda. Essencialmente, não se diferencia usinas despacháveis das intermitentes (assunto para um próximo artigo). Na distribuição, a debandada de grandes consumidores pa-

ra o ACL (Ambiente de Contratação Livre) e a avassaladora adesão dos pequenos consumidores endinheirados à geração distribuída (GD), estimulada por variados subsídios que já deveriam ter sido extintos, penalizam os pequenos consumidores que remanescem no ACR (Ambiente de Contratação Regulado). O encolhimento do ACR encarece a conta de luz dos pequenos consumidores, tanto pelo custeio dos subsídios que fluem do ACR para o ACL e para

a GD, quanto pelo custeio dos contratos de longo prazo com usinas hidro e termoeletricas, que são indispensáveis para a segurança sistêmica. Trata-se de insustentável Robin Hood às avessas, turbinado pela ingerência do Congresso Nacional em temas técnicos, que deveriam ser da alçada exclusiva da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O inchamento da conta de luz dos consumidores do ACR induz inadimplência e furto de energia. Na maioria dos países,

distribuição de eletricidade é uma atividade de baixo risco. Não no Brasil. O governo editou decreto na semana passada contendo diretrizes para renovação de contratos de concessão de distribuição. Compartilho com o leitor uma primeira leitura sobre algumas cláusulas que de acordo com o decreto devem constar desses contratos (artigo 4º). A cláusula 6ª, que se repete na 22, obriga a concessionária a dar publicidade à qua-

lidade na prestação do serviço por meio de indicadores de duração e frequência de interrupções efetivamente percebidas pelos usuários, sem aplicação de expurgos. Acho correto porque é preciso que os usuários reconheçam nos números da concessionária as interrupções que efetivamente vivenciaram. Todavia, deve continuar sendo obrigação da Aneel distinguir, para efeito de penalização, quais interrupções foram causadas por alguma deficiência na distribuição de energia e quais por algum problema na transmissão ou na geração. Atribuir à distribuidora um risco não gerenciável só causaria desnecessário aumento no custo do serviço. A cláusula 14 contém importantes aperfeiçoamentos contratuais. O item a) abre espaço para a futura separação entre fio e energia. Ou seja, prevê que a atuação da distribuidora será circunscrita ao que é de sua exclusividade competência —

transporte de energia elétrica em baixa tensão — retirando-lhe a atribuição de comprar energia no atacado para vender sem lucro no varejo. O item d) reconhece que a regulação deve tratar diferentemente as áreas onde o poder público não assegura integridade física aos agentes da concessionária. O item e) permite que a Aneel adote diferentes tipos de tarifas em função de critérios técnicos, locais e de qualidade. Essa é uma antiga aspiração minha, desde quando era diretor-geral da Aneel. A tarifa cobrada na minha residência, em Copacabana, deveria ser maior do que a cobrada de um morador, por exemplo, da Baixada Fluminense. Nos últimos cinco anos, não sofri uma única interrupção no fornecimento de eletricidade, graças à cara e rara instalação subterrânea de distribuição que serve Copacabana, mas não a Baixada Fluminense.

# União amplia vitórias no STF e no Carf em temas de arrecadação

Contribuintes contestam valores de impacto calculados pela Receita; números maiores tendem a sensibilizar Judiciário

Eduardo Cucolo

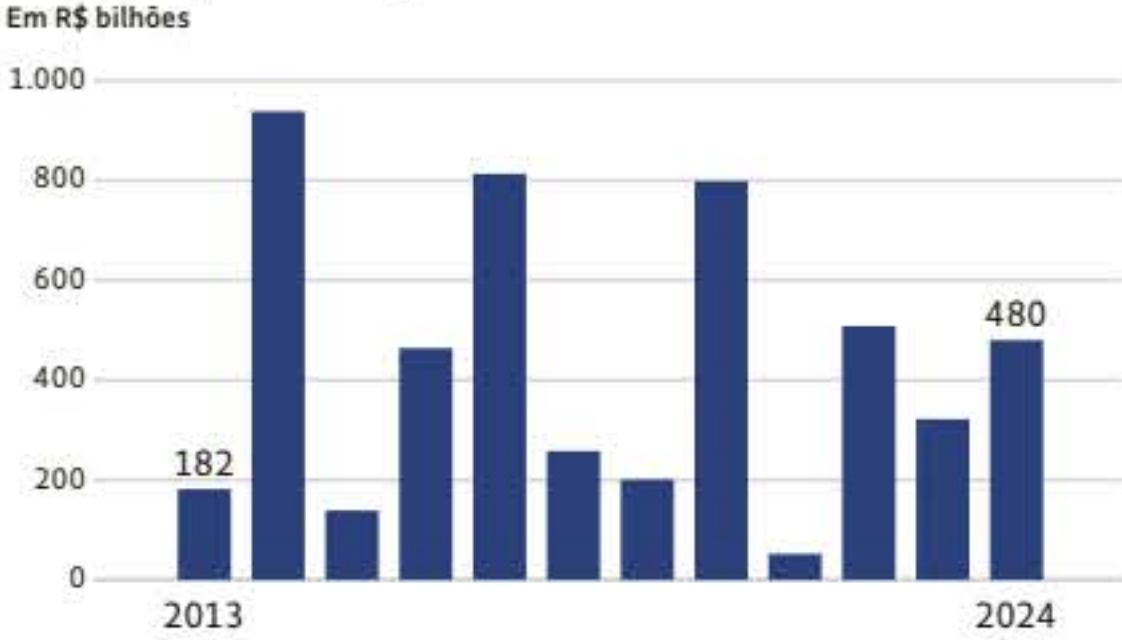
SÃO PAULO A União tem ampliado a porcentagem de casos envolvendo temas tributários e previdenciários em que obtém vitórias na Justiça, de acordo com dados da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). O levantamento considera as principais ações nos dois tribunais listadas pela PGFN em seus relatórios anuais. Os números foram atualizados pela Calculadora da Inflação da Folha. Incluindo a perda evitada no julgamento sobre a revisão da vida toda do INSS neste ano, desde 2013 decisões favoráveis em julgamentos no STF e no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) evitaram perdas de mais de R\$ 5 trilhões para os cofres públicos, segundo o órgão federal. Se o governo tivesse perdido essas ações, isso represen-

taria aumento de 75% na dívida pública federal. Em geral, as estimativas para os riscos de natureza fiscal e previdenciária são calculadas pela Receita com base em valores a ressair no período de cinco anos para trás e na perda de arrecadação em pelo menos um ano para a frente. Também é usual que algumas dessas contas sejam contestadas por representantes dos contribuintes, já que números maiores tendem a sensibilizar mais o Judiciário. Nesse período, os maiores valores foram registrados em 2014, 2017 e 2020, quando foram analisadas grandes ações que tratavam de contribuição previdenciária e PIS/Cofins. O relatório mais recente da PGFN mostra que a União venceu a maioria dos julgamentos nos últimos quatro anos, considerando casos que servem de referência para outras

ações no Judiciário —repercussão geral no STF e repetitivos no STJ (Superior Tribunal de Justiça). No ano passado, o governo obteve vitórias relevantes no caso da eficácia da coisa julgada e nas ações sobre tributação de bancos e seguradoras. No período analisado, as derrotas para o governo foram pontuais nos dois tribunais. Uma das maiores perdas foi o julgamento em 2021 da “Tese do Século”, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e já custou mais de R\$ 300 bi. No Orçamento de 2023, o governo estimou as perdas com essa ação em R\$ 533 bilhões. Outros levantamentos mostram tendência de aumento nas vitórias da União nos tribunais superiores na última década em casos tributários. O movimento coincide com uma questão econômica. No

## Vitórias e derrotas do governo em casos tributários e previdenciários

Procuradoria da Fazenda evitou mais de R\$ 5 tri em perdas\*

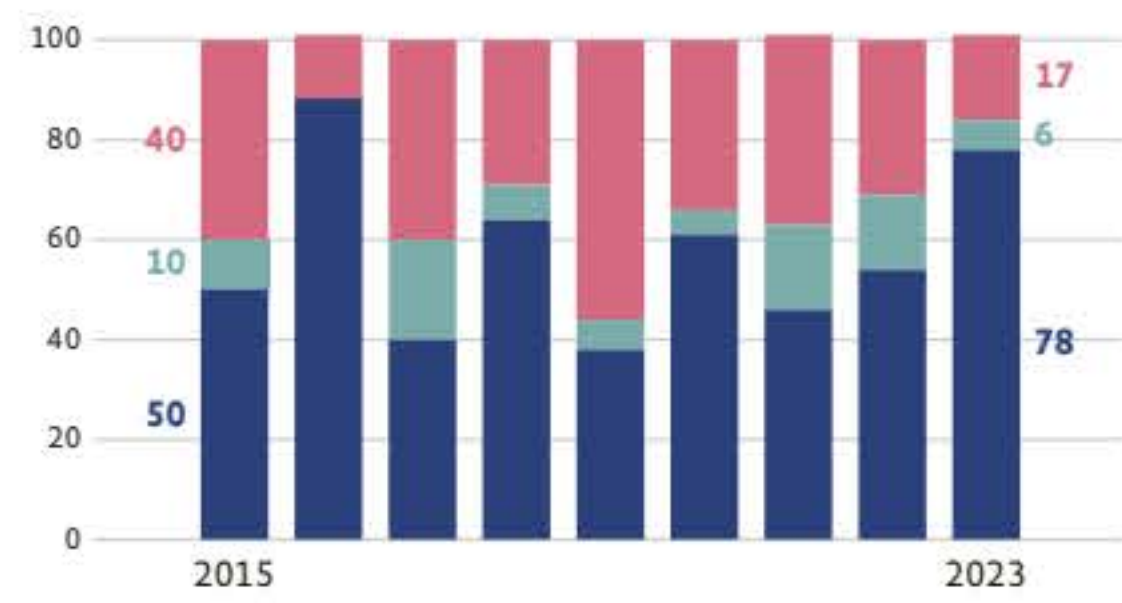


\* Perdas fiscais evitadas nos processos relevantes julgados pelo STF e pelo Carf  
Fontes: Relatórios PGFN com dados de 2013 a 2023, atualizados pelo IPCA até março de 2024; dado de 2024 considera apenas a revisão da vida toda

União vence maioria dos casos relevantes no STF e STJ\*\*

Percentual de decisões, em %

- Favorável
- Parcialmente favorável
- Desfavorável



\*\* Repercussão geral ou repetitivo  
Fonte: PGFN em números 2023-2024

Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool									
CNPJ 54.476.679/0001-01									
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
Ativo/Circulante	Consolidado		Controladora		Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	738.551	544.782	445.922	304.032	Fornecedores	133.698	87.834	76.026	44.522
Aplicações financeiras	64.301	139.077	42.290	68.601	Arrendamentos a pagar	26.216	23.727	16.713	18.780
Contas a receber de clientes	35.320	85.257	28.414	47.037	Parceria agrícola a pagar	130.999	138.726	93.900	95.222
Instrumentos financeiros derivativos	60.411	63.168	54.151	52.417	Empréstimos, financiamentos e debêntures	273.750	297.306	244.227	273.581
Estoques	193.099	176.556	111.564	106.574	Aquisição de participações societárias	53.606	47.713	53.606	47.713
Ativo biológico	134.138	145.695	112.973	117.242	Obrigações com a Cooperativa	1.294	1.407	1.294	1.407
Adiantamentos a fornecedores	18.897	10.699	5.975	6.138	Salários e contribuições sociais	40.978	36.283	26.710	25.351
Tributos a recuperar	19.981	44.486	7.032	31.828	Dividendos e lucros a pagar	6.752	2.954	6.752	2.954
IR e CS	9.491	20.965	9.149	17.980	Adiantamentos de clientes	9.310	46.958	3.890	26.994
Demonst. cont. a receber	12.184	13.458	35.171	36.175	Instrumentos financeiros derivativos	45.490	180.391	37.454	151.624
Total do ativo circulante	1.286.373	1.244.143	852.641	788.024	Tributos a recolher	3.024	2.428	2.779	1.492
Não Circulante					Demonst. cont. a pagar	10.005	7.964	8.733	7.800
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	Total do passivo circulante	735.122	873.691	572.084	697.440
Aplicações financeiras	-	36.854	-	36.854	Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	354	1.626	354	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.201.228	1.093.738	970.841	915.878
Tributos a recuperar	34.691	32.121	10.951	9.683	Arrendamentos a pagar	36.598	30.099	29.437	24.180
Tributos diferidos	102.482	124.035	-	-	Parceria agrícola a pagar	859.108	879.946	646.455	701.060
Impostos de renda e CS	54.761	-	21.214	-	Aquisição de participações societárias	53.606	95.426	53.606	95.426
Demonst. cont. a receber	9.898	7.491	8.235	5.984	Obrigações com a Cooperativa	16.712	17.395	16.712	17.395
Investimentos	202.186	202.127	40.754	52.521	Instrumentos financeiros derivativos	1	17.914	1	14.352
Imobilizado	1.343	875	739.830	722.745	Provisão para contingências	22.522	21.126	7.896	6.715
Intangível	1.127.050	998.191	601.032	542.742	Tributos diferidos	109.370	96.395	109.370	96.395
Direito de uso	1.496	2.839	1.086	2.252	Demonst. cont. a pagar	18.900	27.863	18.900	27.863
Total do ativo não circulante	2.328.540	2.260.706	2.134.407	2.159.936	Total do passivo não circulante	2.318.045	2.279.902	1.853.218	1.899.264
Total do Ativo	3.614.913	3.504.849	2.987.048	2.947.960	Total do Passivo	3.053.167	3.153.593	2.425.302	2.596.704
Demonstração do resultado									
Receita líquida das vendas	Consolidado		Controladora		Patrimônio Líquido	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	1.698.091	1.589.800	1.021.022	908.398	Capital social	167.294	137.294	167.294	137.294
Variação do valor justo do ativo biológico	(1.207.830)	(1.207.839)	(729.291)	(705.686)	Reservas de lucros	385.515	285.716	385.515	285.716
Lucro bruto	(36.279)	(27.911)	6.878	(4.842)	Ajuste de avaliação patrimonial	8.937	(71.754)	8.937	(71.754)
Despesas com vendas	453.982	354.050	298.609	197.870	Total do Patrimônio Líquido	561.746	351.256	561.746	351.256
Despesas gerais e administrativas	(96.274)	(85.139)	(56.404)	(44.556)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.614.913	3.504.849	2.987.048	2.947.960
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(70.567)	(58.152)	(44.500)	(45.665)	Demonstração do resultado abrangente				
Resultado de equivalência patrimonial	312.558	210.037	284.078	294.141	Lucro líquido do exercício	Consolidado		Controladora	
Receitas financeiras	78.434	62.010	43.532	40.037		2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras	(291.130)	(256.342)	(230.982)	(213.954)	Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado	140.052	137.334	140.052	137.334
Resultado cambial, líquido	4.790	(2.142)	4.225	(7.167)	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.681	(13.138)	4.402	(15.332)	Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	141.707	43.228	117.675	71.048
Resultado financeiro	(206.225)	(209.612)	(128.823)	(136.616)	Derivativos de câmbio - opções e NDF	(18.091)	(18.447)	(10.245)	(9.401)
Lucro antes do IR e da CS	106.333	425	105.255	97.725	Tributos diferidos sobre itens acima	(42.030)	(14.779)	(36.526)	(20.959)
IR e CS	-	-	-	-	Instrumentos financeiros derivativos em controlada	-	-	-	-
Comentários	26.218	(20.554)	11.245	-	Total do resultado abrangente do exercício	81.586	10.002	81.586	10.002
Diferidos	7.501	157.463	23.552	39.609	Contador: José André Carlos Martins Silva - CRC 1SP 266494/O-7	221.638	147.336	221.638	147.336
Lucro líquido do exercício	140.052	137.334	140.052	137.334	As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/				
Lucro básico e diluído por ação - R\$	R\$ 1,28	R\$ 2,28	R\$ 1,28	R\$ 2,28					
Quantidade de ações	117.930.002	87.930.002	117.930.002	87.930.002					
A Diretoria									

Demonstração das mutações do patrimônio líquido				Reservas de lucros							Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros/(prejuízos) acumulados		
	Capital social	Legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Em 1º de abril de 2022	52.294	10.459	27.431	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	85.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - hedge accounting em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação da reavaliação ciso para reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais - em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	6.867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2023	137.294	17.326	27.431	26.838	214.121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	30.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros - hedge accounting em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais - de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais - próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	7.003	6.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2024	167.294	24.329	33.459	143.056	184.671	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Demonstração dos fluxos de caixa									
	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	106.333	425	105.255	97.725	Dema	106.333	425	105.255	97.725
Lucro antes do IR e da CS	106.333	425	105.255	97.725	Fluxos de caixa das atividades operacionais	106.333	425	105.255	97.725
Ajustes:	-	-	-	-	Caixa gerado pelas operações	106.333	425	105.255	97.725
Depreciação e amortização	150.196	117.920	93.406	69.254	Encargos financeiros pagos	(8.031)	22.069	(8.031)	22.069
Depreciação do direito de uso	162.480	131.393	119.426	98.505	Impostos de renda e CS pagos	18.790	680.419	626.783	407.595
Colheita dos ativos biológicos	156.153	152.189	124.568	116.450	IR e CS pagos	26.218	(20.554)	11.245	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	327.911	66.817	327.911	66.817	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	778.401	540.388	486.202	288.118
Resultado da alienação de ativo imobilizado	11.208	45	14.069	(16)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	778.401	540.388	486.202	288.118
Resultado da baixa de arrendamentos e parcerias agrícolas	(8.824)	1.707	(6.027)	2.409	Aplicações financeiras	111.630	(97.121)	63.165	(26.645)
Provisão para perda nos estoques, reversão de provisões e provisões para contingências	(5.137)	5.886	(1.866)	2.367	Adições ao ativo imobilizado, intangível e cana-de-açúcar	(301.561)	(234.977)	(167.218)	(124.178)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(75.919)	(191.211)	Aumento de ativo biológico	(163.463)	(168.645)	(106.094)	(124.938)
Constituição de provisão para contingências	4.388	6.063	1.181	3.615	Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	10.943	1.587	5.740	1.587
Reversão de provisão para contingências	(298)	(11.968)	-	-	Aumento de outros investimentos	(466)	-	(466)	-
Instrumentos derivativos não realizados	(22.825)	(20.952)	(22.825)	(21.748)	Dividendos recebidos	-	-	70.000	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos	193.032	187.360	165.432	171.268	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(342.917)	(699.156)	(126.843)	(274.174)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de clientes	101.598	90.519	71.864	65.508	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	330.372	(220.765)	(310.372)	(220.765)
Variações nos ativos e passivos	883.659	676.381	581.329	412.393	Amortização de empréstimos e financiamentos bancários	(330.372)	(220.765)	(310.372)	(220.765)
Contas a receber de clientes	48.611	(23.470)	18.186	6.424	Ingressos de empréstimos e financiamentos bancários	351.954	307.976	286.448	223.482
Instrumentos derivativos não realizados	(7.494)	1	-	1	Amortização de arrendamentos e parceria agrícola	(255.947)	(264.329)	(186.195)	(199.699)
Estoques	14.205	101.809	14.545	63.863	Dividendos pagos	(7.350)	(13.113)	(7.350)	(13.113)
Adiantamentos a fornecedores	(8.502)	(2.931)	(191)	(3.891)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(241.715)	(190.231)	(217.665)	(210.095)
Tributos a recuperar	9.553	(54.149)	11.145	(22.183)	Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	193.769	(148.999)	141.890	(196.151)
Receitas de vendas a receber	(24)	(32.416)	(12.477)	(20.103)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	544.782	693.781	304.032	500.183
Fornecedores	47.318	(2.629)	31.504	(11.537)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	738.551	544.782	445.922	304.032
Salários e contribuições sociais	4.695	8.385	1.359	6.610					
Provisão para contingências	(2.694)	(3.040)	-	-					
Adiantamento de clientes	(37.648)	(1.509)	(23.104)	(16.318)					
Impostos a pagar	(24.808)	(8.082)	1.286	(4.258)					



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**  
**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2024 - PROCESSO Nº 144/2024**  
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de camarote e manutenção de forro PVC, na Arena Plínio Marin, localizada na Avenida Prefeito Mario Pozzobon, nº 3425, Bairro 1º Distrito Industrial, neste Município de Votuporanga/SP, de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. DATA DA REALIZAÇÃO: 02/07/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico: [www.votuporanga.sp.gov.br](http://www.votuporanga.sp.gov.br). Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9748 e 9848.  
ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração - 25/06/2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI**  
SECRETARIA DE OBRAS  
NOVAS DATAS - PREGÃO PRESENCIAL SO/Nº 014/2024 - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CORTE E PODA DE GALHOS DE ÁRVORES POR ESCALADA E DESMONTÊ, INCLUINDO A RETIRADA DE TOCO E A COLETA DE RESÍDUOS. DATA DE ENCERRAMENTO: Dia 12/07/2024 às 09h00min, para abertura na Secretaria de Obras, Avenida 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP. EDITAL: Disponível GRATUITO no site [www.barueri.sp.gov.br](http://www.barueri.sp.gov.br) ou poderá ser retirado no endereço em epígrafe mediante o fornecimento de Pen drive para que sejam gravados o Edital e seus anexos. ROSANGELA S. D. MARTINS - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA**  
REAVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico nº 041/2024  
Processo Administrativo 090/2024  
**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS** Abertura 12 de julho de 2024, às 09h30min. Início da Etapa de Lances 12 de julho de 2024, às 09h30min. Início da Etapa de Lances 12 de julho de 2024, às 09h30min. Os documentos do certame poderão ser obtidos em <http://www.cunha.sp.gov.br/licitacao>. Informações: [licitacao@cunha.sp.gov.br](mailto:licitacao@cunha.sp.gov.br) ou (12)99746-5747

**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Campinas e Região - Edital de Convocação – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - fazendo uso das atribuições que me são conferidas pela Lei e pelo estatuto social, convoco os associados deste Sindicato a comparecerem na assembleia ordinária, para a realização da 28ª Assembleia Geral Ordinária, no dia 28/06/24, às 16:00, à Rua Getúlio Vargas, 173, Botafogo, Campinas/SP, para deliberação sobre a ordem do dia: a) Leitura, discussão e aprovação ou não da ata da assembleia anterior; b) Leitura e aprovação ou não do relatório da diretoria; c) Leitura, discussão e aprovação ou não da receita, despesa e balanço, referentes ao ano de 2023; e bem assim o parecer do conselho fiscal e respectiva aprovação. Não haverá número legal em 1ª convocação, a assembleia será realizada 1 hora após, no mesmo local, com qualquer número de associados presentes. CAMPINAS, 25/06/24, João Manoel da Silva - Presidente

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**  
1º LEILÃO: 02 de julho de 2024, às 14h00min.  
2º LEILÃO: 04 de julho de 2024, às 14h30min. \* (horário de Brasília)  
Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - C/ 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital, vem ao dele conhecimento ínter, que leilão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 16.040.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficiência de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de imóvel em Guarani, nº 02033623, firmado em 11/03/2022, com o FIDEJANTE WEDER PASSOS OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG nº 280030563-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 216.073.028-96, residente e domiciliado em Bebedouro/SP em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela Casa, situada na Rua Thome Gonçalves Neto, nº 400, Lote 05 da Quadra 02, Residencial Condomínio Bebedouro/SP, área construída 250,00m², área de terreno 250,00m², melhor descrito na matrícula nº 16.614 do 6º Oficial de Registro de Imóveis de Bebedouro/SP, imóvel ocupado, vendida em caráter "ad rem" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 180.001,78** (cento e oitenta mil e um reais e setenta e oito centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site [www.portalcad.com.br](http://www.portalcad.com.br), encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL NO SITE: [www.portalcad.com.br](http://www.portalcad.com.br). Informações pelo tel. 3303-0677 (Domingo 22/04).

**SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD**  
**EDITAL DE LEILÃO Nº 05 – CONTRATO Nº 57/2022/SP – BENS MÓVEIS ALIENADOS DEFINITIVAMENTE – TRÁFICO DE DROGAS/OUTROS CRIMES**  
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional da Polícia Federal de São Paulo, neste ato repous, p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão**, dia 26/07/24, c/ horários: **Bens Anexo I, c/ 1º encerr, a partir das 09h e 2º encerr, a partir das 10h; Bens Anexo II, c/ encerr, a partir das 10h p/ site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Leiloeiro: CARLO FERRARI, p/ força do contrato nº 67/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site [www.carrierferrariarilhoes.com.br](http://www.carrierferrariarilhoes.com.br), p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). Preço: R\$ 28.014.242,89/2022-18. Leiloeiro: RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA, p/ força do contrato nº 23/2022/SP. Interessados devem se cadastrar no site <**



folha em defesa da energia limpa mercado



Nuvens de vapor saem das chaminés de usina de carvão em Niederaussem, no oeste da Alemanha Ina Fassbender - 17.jan.23/AFP

Grandes empresas começam a recuar de suas metas climáticas

Maioria alega que fatores políticos e regulatórios fora de seu controle retardam o progresso das ações ambientais

Kenza Bryan e Attracta Mooney

LONDRES | FINANCIAL TIMES Em um recente discurso para investidores, o ex-CEO da BP Lord John Browne citou a fábula de Esopo, em que um cavaleiro para de alimentar seu cavalo em tempos de paz, mas o encontra manco quando a guerra chega. A analogia representa as empresas que estão recuando na ação climática, criando mais riscos de longo prazo à medida que efeitos cada vez maiores da crise climática se aproximam. “A história é um bom lembrete de que se quisermos que algo nos sirva por mais tempo, precisamos cuidar dele constantemente”, disse ele. “A dura verdade é que fizemos um trabalho ruim em conciliar as ações corporativas com os interesses da sociedade e do planeta de forma equilibrada. Em entanto, a necessidade urgente de fazê-lo não diminuiu.” As observações de Browne, atualmente presidente do fundo General Atlantic Beyond-NetZero, de US\$ 3,5 bilhões, e defensor vocal de políticas climáticas robustas, refletem uma realidade preocupante. Este ano, líderes corporativos em diversos setores reconheceram que não conseguem atingir suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, estabelecidas, em alguns casos, há anos. Grandes corporações, incluindo Unilever, Bank of America e Shell, abandonaram ou não cumpriram metas para reduzir emissões ou para diminuir os laços com os setores mais poluentes no último ano. Outras simplesmente ignoraram promessas de melhoria. A maioria alegou que fatores políticos e regulatórios fora do controle das empresas estão retardando o progresso. Isso inclui a falta de padronização e regulamentação clara, apoio governamental insuficiente e atrasos na implementação de novas tecnologias. O não cumprimento das metas é relevante, porque elas já eram, em sua maioria, relativamente pouco ambiciosas. O objetivo mediano de 51 grandes empresas era reduzir as emissões em apenas 30% até

2030, concluíram os grupos sem fins lucrativos NewClimate Institute e Carbon Market Watch em um estudo conjunto divulgado neste ano. E isso à luz da necessidade de reduzir as emissões globais em 43% até o final da década, segundo alertou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU — necessário para permanecer dentro dos limites de idealmente 1,5°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, estabelecidos no acordo de Paris, de 2015. Muitas empresas estabeleceram suas metas sem perceber o quanto seria trabalhoso cumpri-las, diz Rachel Whittaker, chefe de pesquisa de investimentos sustentáveis da gestora de ativos holandesa Robeco. “Todos foram envolvidos por uma onda de entusiasmo. A realidade não é tão fácil”, afirma ela. A Unilever destaca a sustentabilidade de forma proeminente em suas comunicações com investidores. A empresa ainda tem como objetivo zerar emissões líquidas em toda a sua cadeia de valor até 2039. Mas em abril, anunciou que abandonaria suas metas principais de reduzir a poluição plástica e preservar a biodiversidade. Em alguns casos, o grupo simplesmente “não estava pronto”, disse o CEO recém-nomeado, Hein Schumacher. “Quando as metas iniciais foram estabelecidas, talvez tenhamos subestimado a escala e a complexidade do que é necessário para que isso aconteça”, disse ele. “Quando as metas iniciais foram estabelecidas, talvez tenhamos subestimado a escala e a complexidade do que é necessário para que isso aconteça”, disse ele. “Quando as metas iniciais foram estabelecidas, talvez tenhamos subestimado a escala e a complexidade do que é necessário para que isso aconteça”, disse ele.

Muitas empresas estabeleceram suas metas sem perceber o quanto seria trabalhoso cumpri-las. [...] A realidade não é tão fácil

Rachel Whittaker chefe de pesquisa de investimentos sustentáveis da gestora de ativos Robeco

teça”, disse ele a jornalistas. Em algumas indústrias, a tecnologia é citada como uma barreira para a ação. Barend van Bergen, diretor de sustentabilidade da Roche, diz que aquecer edifícios e alimentar processos de fabricação de forma limpa ainda é um “desafio” para o grupo suíço de saúde. Seus engenheiros e fornecedores estão explorando o potencial de biomassa, biogás e outros combustíveis. Fatores geopolíticos e comerciais também estão em jogo para alguns grupos multinacionais. Um aumento nas exportações de veículos elétricos da China para a Europa fez com que fabricantes de automóveis que planejavam migrar da produção de motores a combustão, em alguns casos, diminuíssem seus esforços. A maior montadora da Europa, a Volkswagen, não faz mais referência à meta voluntária anterior de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> de veículos de passageiros e veículos comerciais leves em 30% entre 2015 e 2025. Em vez disso, seu novo objetivo visa reduzir essas emissões na mesma quantidade entre 2018 e 2030. “Devido a ciclos longos de desenvolvimento e implementação em nossa indústria, metas de curto prazo não são úteis para nós”, disse a montadora alemã. A disponibilidade de energia limpa é outro problema. A AIE (Agência Internacional de Energia) alertou este ano que a implantação global de capacidade de energia renovável está sendo prejudicada pela incerteza política, lacunas de investimento em infraestrutura de rede e barreiras para obter licenças. A Kimberly-Clark, fabricante americana de lenços Kleenex, diz que “atrasos crônicos na rede elétrica” estão retardando a transição para energia limpa. Isso poderia dificultar o alcance do objetivo de alimentar instalações de produção no Reino Unido apenas com energias renováveis até 2030. A companhia foi aconselhada a não esperar que a planta de energia solar, planejada para alimentar a fábrica em Barrow-in-Furness no noroeste da Inglaterra, entre no siste-

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17 - NIRE 35.300.045.611

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 26 de Abril de 2024

Aos 26/04/2024, 15:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerada como realizada na sede social da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia"). **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Folha de S. Paulo", de forma física e digital nos dias 28, 29 e 30/03/2024, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Acionistas representando aproximadamente 99,84% do capital social com direito a voto, conforme se verifica (i) pelos acionistas presentes por meio exclusivamente digital, e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos. **Presenças também:** por meio do sistema eletrônico, os representantes da administração, Sr. Paulo Roberto Belém Júnior, do Comitê de Auditoria, Sra. Maria Rita de Carvalho Drummond, e do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Marcelo Curti, bem como Thiago Marcos, representante da empresa BDO Auditores Independentes S/S Ltda. **Publicações prévias:** Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes publicados no jornal "Folha de S. Paulo" de forma física e digital, no dia 01/04/2024. **Composição da Mesa:** Sra. Maria Rita de Carvalho Drummond - Presidente da Mesa (por indicação por escrito do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, conforme disposto no parágrafo único do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia), e Sra. Karina Cabral de Oliveira - Secretária, por indicação da Presidente da Mesa. **Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária:** Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, as contas dos administradores e o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras, com pareceres favoráveis dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, com parecer favorável do Conselho Fiscal, a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R\$ 1.408.786.847,70, acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2023 no valor de R\$ 132,27, resultando no montante de R\$ 1.408.786.979,97, da seguinte forma: (i) R\$ 22.408.902,93 a título de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2023, pagos em 04.04.2023, 06.10.2023 e 10.01.2024, ad referendum desta Assembleia. (ii) R\$ 1.381.587.081,82, destinado ao pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2023, pagos em 11/04/2024. Considerando que o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas e o montante de dividendos pagos aos acionistas, conforme superacionado, superam o valor do dividendo obrigatório para o exercício social encerrado em 31/12/2023, não haverá saldo de dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, que o Conselho de Administração da Companhia com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31.12.2025 seja composto por 5 membros, sendo que 4 membros do Conselho de Administração são indicados pela Compass Gás e Energia S.A. ("Acionista Controladora") e 1 membro representante dos empregados, eleito pelos empregados da Companhia em eleição realizada em 05.03.2024. 7.4. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, sobre a independência dos Srs. **Leonardo Gadotti Filho** e **Luis Carlos Vegin** como membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31.12.2025. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31.12.2025: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da Sra. Carla Alessandra Trematore ora eleita; (b) **Marcelo Curti**, RG nº 10.306.522-2, CPF/MF nº 036.305.588-60, como membro titular; e **Henrique Aché Pillar**, RG nº 3444145, CPF/MF nº 309.194.367-49, como membro suplente do Sr. Marcelo Curti ora eleito; (c) **Mario Augusto da Silva**, RG nº 03709192-27, SSP/PA, CPF/MF nº 925.780.875-15, como membro titular; e **Nelson Roselino Gomes Júnior**, RG nº 08.837.476-4, CPF/MF nº 069.940.107-08; (d) **Leonardo Gadotti Filho**, RG nº 6762838 SSP/SP, CPF/MF nº 024.949.008-08; (e) **Luis Carlos Vegin**, RG nº 11.802.656 SSP/SP, CPF/MF nº 015.714.728-27; e (f) Foi homologada, por unanimidade, a eleição do membro indicado pelos empregados da Companhia, Sra. **Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva**, RG nº 9736607 SSP/PR, CPF/MF nº 066.385.369-90. Os Conselheiros ora eleitos declaram, para os fins do disposto artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e anexo X, do artigo 2º da Instrução CVM nº 80/22, não estarem incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e tomarão posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas presentes aprovaram, por maioria, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, que o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024 seja composto por 5 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um deles indicado para eleição em separado, nos termos do artigo 161, §4º da Lei das S.A. 7.8. Os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, conforme mapa de votos constante do Anexo I a esta ata, a eleição dos seguintes membros, indicados pela Acionista Controladora, para compor o Conselho de Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31/12/2024: (a) **Carla Alessandra Trematore**, RG nº 21.880.357-6, CPF/MF nº 248.855.668-86, como membro titular; e **Felício Mascarenhas de Andrade**, RG nº 23.134.687-6, CPF/MF nº 159.659.608-24, como membro suplente da S



**AVISO** - Encontra-se aberta na **Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP: Concorrência Eletrônica nº 007/2024** do tipo menor preço global contratação de empresa especializada para a **manutenção e reforma do campo de futebol do espaço Esportivo Durval Marietto Junior**. Entrega e abertura da documentação dar-se-á no dia 12/07/2024 às 09h. O Edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.ilhacomprida.sp.gov.br](http://www.ilhacomprida.sp.gov.br) ou no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Geraldino Barbosa de Oliveira Junior - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONCHAL**  
PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados que está aberto o **Pregão Eletrônico 46/24**, Processo 4.762/24 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ATENDIMENTO DIGITAL MULTICANAL – Encerramento dia 15/07/2024 às 08:30 horas. O edital completo poderá ser adquirido no site [www.conchal.sp.gov.br](http://www.conchal.sp.gov.br), [www.bnc.org.com.br](http://www.bnc.org.com.br), portal PNCP e ou pelo e-mail: [licitacao@conchal.sp.gov.br](mailto:licitacao@conchal.sp.gov.br). Conchal, 25 de junho de 2024. Luiz Vanderlei Magnusson Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BILAC**  
EXTRATO DO CONTRATO  
Contrato n.º 022/2024 - Tipo de licitação: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024. Partes: Município de Bilac e Doná Incorporações Ltda. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA EMEI CARMEM ESTRADA ORSATTI, localizada na Rua Sebastião Pereira, nº 184 – Distrito Industrial e Comercial Ovidio Martinelli – Bilac – SP. Valor do contrato: R\$ 444.490,90. Vigência: 25/06/2024 a 25/06/2025. Prazo de execução: 10 (dez) meses a partir da O.I.S. Fonte do recurso/Dotação orçamentária: 02.05.02.4.4.90.51.00.12.365.0009-1.227 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS VINCULADOS - TERMO DE COMPROMISSO, PROCESSO Nº SEDUC-PRC-2021-01659-DM e 02.05.02.4.4.90.51.00.12.365.0009-1.227 – TESOURO. Vitor Osmar Botini – Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA**  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO  
Processo Administrativo: nº 102/2024  
Pregão Eletrônico nº 23/2024 – Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**  
Objeto: Registro de preços para aquisição de LEITE UHT/UAT INTEGRAL, para os projetos do Grupo "Conviver" do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pelo período de 01 (um) ano. **EDITAL NA ÍNTEGRA**: Disponível nos sites: [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com) e [www.torrinha.sp.gov.br](http://www.torrinha.sp.gov.br). **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS**: a partir do dia 26/06/2024 às 12:00h no site [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com). **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: 11/07/2024 às 08:00h (horário de Brasília) no site [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com). Vinicius Rubens Valencise - Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA**  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO  
Processo: 114/2024  
Pregão Eletrônico nº 27/2024 – Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**  
Objeto: Registro de preços para aquisição e fornecimento de frutas, legumes e hortifrutis para a merenda escolar (sistema de entrega diária: ponto a ponto), de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 12(dozes) meses. **EDITAL NA ÍNTEGRA**: Disponível nos sites: [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com) e [www.torrinha.sp.gov.br](http://www.torrinha.sp.gov.br). **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS**: a partir do dia 26/06/2024 às 12:00h no site [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com). **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: 11/07/2024 às 08:00h (horário de Brasília) no site [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com). Bárbara Ferreira Lupino - Pregoeira

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA**  
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba comunica que se acha publicado no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, a Abertura do Pregão Eletrônico nº 02/2024 - Processo nº 2306/2024, destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia de manutenção preditiva, preventiva e corretiva em conjuntos motobombas de diversos modelos e potências da marca ABS/Sulzer e conjuntos Aeradores, em estações elevatórias, com equipe multifuncional, pelo tipo menor preço por lote, SESSÃO PÚBLICA dia 15/07/2024, às 09:00 horas. Informações pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (BB 1049013), pelo telefone: (15) 3224-5826 ou pessoalmente na Av. Comendador Camilo Júlio, 255, no Setor de Licitações. Sorocaba, 25 de junho de 2024 - Alfeu Malavazzi Neto - Diretor Geral.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COORDENADORIA DE SERVIÇO DE SAÚDE  
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA  
Encontra-se aberto no CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, situada a Rodovia SP-340 - Km. 238, Município de Casa Branca, Estado de São Paulo, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90035/2024, referente ao Processo nº 024.00105832/2024, destinado a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTES CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, do tipo MENOR PREÇO; cuja abertura da sessão será no dia 10 de julho de 2024 às 09:00 horas, por intermédio do site: [www.compras.sp.gov.br](http://www.compras.sp.gov.br)  
O Edital da presente licitação está disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCPP) e no endereço eletrônico: [www.compras.sp.gov.br](http://www.compras.sp.gov.br) e [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção "e-negociospublicos"

**PODER JUDICIÁRIO**  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2024-SJTO  
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados na área de saúde, com locação da mão de obra de um Psicólogo e um Assistente Social; DATA/HORÁRIO: 10 (dez) de julho de 2024, às 09:30h; LOCAL: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras); EDITAL: Os interessados poderão obtê-lo na Seção de Compras e Licitações, de 08 às 17 horas; INFORMAÇÕES: poderão ser obtidas pessoalmente no endereço, em dias e horários indicados ou através do telefone: (0XX63) 3218-3858, E-mail [selit.to@trf1.jus.br](mailto:selit.to@trf1.jus.br) e site [www.to.trf1.jus.br](http://www.to.trf1.jus.br). Palmas (TO), 26 de junho de 2024. Sidney Martins Jales - Pregoeiro

**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2024  
O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 90029/2024, cujo objeto é o fornecimento contínuo parcelado de café torrado e moído do tipo superior. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal). Código UASG: 70013. Abertura das propostas: às 15h (horário de Brasília) do dia 11.07.2024. O Edital, contendo todas as informações, encontra-se disponível no endereço acima, no site [www.tre-ba.jus.br](http://www.tre-ba.jus.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCPP. Outras informações pelo telefone (71) 3373-7084. Salvador, 26 de junho de 2024. Lúcio Roberto de Oliveira Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BELA VISTA**  
Aviso de Licitação **Pregão Eletrônico nº. 0008/2024** - UASG 987091 Processo nº. 8008/2024. Objeto: O presente processo tem como objeto Registro de preços para eventual aquisição parcelada de Medicamentos Renante, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 352. Entrega das Propostas: a partir de 26/06/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 10/07/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 26/06/2024 no Setor de Licitações sito na Rua Major João Soares, nº 1.236 – Centro – CEP: 14.440-000, fone (16) 3142-8100, das 08h às 17h, ou pelos sites: [www.saopedrabela.vista.sp.gov.br](http://www.saopedrabela.vista.sp.gov.br) ou [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). WALTER CASSIO CARVALHO FACCIOLLI Prefeito Municipal  
Aviso de Licitação **Pregão Eletrônico nº. 0009/2024** - UASG 987091 Processo nº. 8009/2024. Objeto: O presente processo tem como Registro de preços para eventual aquisição parcelada de Material médico, hospitalar e de enfermagem, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 428. Entrega das Propostas: a partir de 26/06/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 17/07/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 26/06/2024 no Setor de Licitações sito na Rua Major João Soares, nº 1.236 – Centro – CEP: 14.440-000, fone (16) 3142-8100, das 08h às 17h, ou pelos sites: [www.saopedrabela.vista.sp.gov.br](http://www.saopedrabela.vista.sp.gov.br) ou [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). WALTER CASSIO CARVALHO FACCIOLLI Prefeito Municipal  
Aviso de Licitação **Pregão Eletrônico nº. 0011/2024** - UASG 987091 Processo nº. 8011/2024. Objeto: O presente processo tem como Registro de preços para eventual aquisição parcelada de Produtos químicos para ETA- Estação de Tratamento de Água, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 10. Entrega das Propostas: a partir de 26/06/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 15/07/2024 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 26/06/2024 no Setor de Licitações sito na Rua Major João Soares, nº 1.236 – Centro – CEP: 14.440-000, fone (16) 3142-8100, das 08h às 17h, ou pelos sites: [www.saopedrabela.vista.sp.gov.br](http://www.saopedrabela.vista.sp.gov.br) ou [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). WALTER CASSIO CARVALHO FACCIOLLI Prefeito Municipal

**SINTRAMMAR**  
EDITAL DE CONVOCACÃO  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores, integrantes da categoria profissional diferença dos Movimentados de Mercadorias em Geral e dos Arrumadores, representados pelo **SINTRAMMAR**, na forma da Lei Federal nº 12.023/09, associados ou não, que atuam sob o regime de vínculo empregatício (CLT) na empresa **PROPORO BRASIL OPERAÇÕES PORTUÁRIAS EIRELI**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária Específica, a ser realizada na sede do Sintrammar, situada na Avenida Conselheiro Nóbias, nº 257 - Vila Nova - Santos/SP, no dia **03/07/2024 (quarta-feira)**, às **8h** em 1ª convocação, com o quórum regimental, ou às **9h** em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, para discutir e deliberarem sobre a seguinte:  
**ORDEM DO DIA**  
a) Elaboração e aprovação da pauta de reivindicações para a data-base 1ª de agosto de 2024;  
b) Discussão, deliberação e autorização da categoria profissional para a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais, em caso de malogro nas negociações coletivas;  
c) Fixação de valor para custeio da Contribuição Confederativa e Assistencial, em especial de seu aparelhamento para futuras negociações, fiscalização do cumprimento da forma que for estabelecida, defesa e representação da categoria nos seus interesses coletivos e direitos individuais, aprovação do imposto sindical, sendo equivalente a um dia de trabalho do mês de março;  
d) Apresentação, discussão e votação de eventual oposição ao desconto da contribuição, bem como dos efeitos decorrentes da referida oposição.  
**NOTIFICAÇÃO**: Consideradas as deliberações da Assembleia ora convocada, aos interessados fica assegurado o direito de oposição ao desconto da Contribuição Confederativa, que deverá ser manifestado junto a Secretária do Sindicato no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data de realização da Assembleia.  
Santos, 26 de junho de 2024  
FRANCISCO ERIVAN PEREIRA  
Presidente

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE RINÓPOLIS**  
A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE RINÓPOLIS comunica aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 008/2024**. ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Rinópolis. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de exames de imagens. RECEBIMENTO DA PROPOSTA: até as 08 horas do dia 10/07/2024, INÍCIO DA SESSÃO de disputa dos lances dia 10/07/2024 às 09:00 horas. LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Edital completo e demais informações no Setor de Compras e Material na Prefeitura Municipal de Rinópolis de segunda à sexta-feira das 8:30 horas às 11:00 horas e 13:30 horas às 16:00 horas. Rinópolis – 25 de junho de 2024 – José Ferreira de Oliveira Neto - Prefeito Municipal.

**Residencial MS Figueira da Polinésia SPE Ltda**  
CNPJ 43.883.367/0001-03, NIRE 35237948477  
Comunicado  
Estabelecida na Rua Figueira da Polinésia, 1103, Anexo 1109, Jd. Matarazzo, CEP: 03813-000, São Paulo/SP, declara a quem possa interessar que reduzirá o capital social da empresa de R\$ 1.500.000,00 para R\$ 100.000,00, por ser considerado excessivo ao presente objeto da sociedade, sendo que o valor de R\$ 1.400.000,00 estará dispensado a restituição a sócia por não ter sido integralizado.

**MUNICIPIO DE TAGUAÍ**  
Contrato Nº 0036/24 Ano: 2024  
PROCESSO: 28/24 INEXIGIBILIDADE: 5/2024  
Contratante: P.M. Taguaí. Contratada: OLÍVIA TELES PORCEL DE ALMEIDA  
EVENTOS. "CONTRATAÇÃO DO SHOW DA DUPLA GILBERTO E GILMAR PARA ATRAÇÃO DO 13º FESTIVAL DE MÚSICA SERTANEJA DO MUNICIPIO DE TAGUAÍ.", no valor de R\$ 140.000,00. Assinatura: 17/06/2024. Vigência: 12 meses.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL**  
PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados a REVOGAÇÃO do **Pregão Eletrônico 37/24**, Processo 3.659/24 – Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de atendimento digital multicanal que permita a implementação de atendimento humano e automatizado (CHATBOT), na modalidade SAAS, incluindo implantação, treinamento, Assistência Técnica, aplicativos e provedor de mensagens oficial. Os autos estão à disposição no Departamento de Licitação e nos sites [www.conchal.sp.gov.br](http://www.conchal.sp.gov.br), [www.bnc.org.com.br](http://www.bnc.org.com.br), portal PNCP e ou pelo e-mail: [licitacao@conchal.sp.gov.br](mailto:licitacao@conchal.sp.gov.br). Conchal, 24 de junho de 2024. Luiz Vanderlei Magnusson Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE AMÉRICO BRASILENSE**  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2024 - PROCESSO Nº 0044/2024. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE FRUTAS DESTINADAS AOS ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES NO PERÍODO DE 12 MESES. Ampla Participação / Tipo: Menor preço por item / Modo de Disputa: Aberto-Fechado Valor Estimado: R\$ 55.249,83. Recebimento de propostas até: 10/07/2024 às 9h00 - Início da disputa: 10/07/2024 às 9h30. Local: <https://bnccompras.com/home/oiop>. Credenciamento: Tel. e Whats (42) 3026-4550, [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br) ou <https://bnc.org.br>. Edital: <https://americobrasileNSE.sp.gov.br/site/category/licitacoes/>. DIRCEU BRAS PAO - PREFEITO

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
Acha-se aberta no CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024, referente ao Processo nº 136.00079681/2024-05, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE LIVROS. A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 102401, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09:00 h (horário de Brasília) do dia 15 de julho de 2024. O edital na íntegra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site <https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/>.

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO FELIZ**  
PREGÃO ELETRÔNICO 39/2024  
Processo 8.895/2024  
Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios. O edital está disponível no portal da transparência no site: [www.portofeliz.sp.gov.br](http://www.portofeliz.sp.gov.br); <https://bllcompras.com> – aba acesso BLL COMPRAS e no Portal Nacional de Contratações Públicas [www.pncpp.gov.br](http://www.pncpp.gov.br). A data de abertura será dia 10 de julho de 2024 às 09h00min. Outras informações poderão ser solicitadas através do link <https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento> (Protocolos). Antônio Cássio Habice Prado Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO FELIZ**  
PREGÃO ELETRÔNICO 36/2024  
Processo 6.235/2024  
Encontra-se aberto o presente Pregão que tem por objetivo o registro de preços para aquisição de frialdes descartáveis de uso adulto e infantil para atender as demandas de protocolos/judiciais. O edital está disponível no portal da transparência no site: [www.portofeliz.sp.gov.br](http://www.portofeliz.sp.gov.br); <https://bllcompras.com> – aba acesso BLL COMPRAS e no Portal Nacional de Contratações Públicas [www.pncpp.gov.br](http://www.pncpp.gov.br). A data de abertura será dia 15 de julho de 2024 às 09h00min. Outras informações poderão ser solicitadas através do link <https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento> (Protocolos). Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024**  
Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2024 - CPL N.º. 023/2024, destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE, NA MODALIDADE DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE) PARA ATENDER AO PACIENTE J.O.S. O limite para o recebimento da proposta no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) será até às 09:00 do dia 12/07/2024 e a abertura da Fase de Lances será dia 12/07/2024 às 09:30. Informações pelos sites: <https://encurtador.com.br/gJyJf>, <https://bit.ly/3N3cfdk> (Licitações II) e <https://bit.ly/3z28Huz> (PNCPP), pelo fone: (15) 10238-2315 ou e-mail: [duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:duvidaspregao@sorocaba.sp.gov.br). Sorocaba, 25 de Junho de 2024. Valéria Cristina Prestes de Almeida– Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL**  
Aviso de Licitação  
Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021  
Processo nº 102/2024 - Pregão Eletrônico nº 065/2024 - Edital nº 071/2024  
Critério de julgamento: menor valor unitário  
Encontra-se aberto nesta municipalidade o pregão (eletrônico) acima citado para a Aquisição de licenças Windows Server versão 2022 ou mais recente, do tipo Standart para implementação de novos servidores virtuais e físicos ao parque tecnológico da Prefeitura de Valentim Gentil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia **16 de julho de 2024, às 13h30min** (horário de Brasília), no endereço eletrônico <http://177.39.80.66-8085/comprasedital/>. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jaciândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485-9400, bem como no site [www.valentimgentil.sp.gov.br](http://www.valentimgentil.sp.gov.br). Valentim Gentil, 25 de junho de 2024. Adilson Jesus Perez Segura. Prefeito Municipal.

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE VALINHOS**  
RESUMO DE EDITAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9645/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024  
OBJETO: Registro de preço para aquisição de Aparelhos Auditivos.  
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/07/2024 às 09h00.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9039/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2024  
OBJETO: Aquisição de trocador de frialdes.  
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/07/2024 às 09h00.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2770/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 (2ª VERSÃO)  
OBJETO: Registro de preço para aquisição de curativos Especiais.  
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/07/2024 às 09h00.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8764/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024  
OBJETO: Aquisição de Materiais para UPAMI.  
DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/07/2024 às 09h00.  
Os editais poderão ser consultados gratuitamente no portal eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no site [www.valinhos.sp.gov.br](http://www.valinhos.sp.gov.br). Informações: (19) 3871-1213.  
MARCELO SILVA SOUZA  
Secretário de Licitações

**MUNICIPIO DE CATANDUVA – SP**  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 – OBJETO - Seleção de empresas interessadas em implantar ou ampliar suas unidades e que desenvolvam atividades industriais, agroindustriais, comerciais, de turismo e de prestação de serviços, através de alienação onerosa com encargos, de 40 (quarenta) lotes, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 827, de 08 de março de 2016 e de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, distribuídos da seguinte forma: 1) - 20 lotes no Distrito Industrial II – Antônio Zácara – Córrego da Mamona; 2) - 08 lotes no Distrito Industrial III – Conjunto Polo Industrial Giordano Mestrinelli; 3) - 12 lotes no Distrito Industrial IV – Pedro Luis Boso, conforme especificações constantes no edital. Encerramento, entrega e abertura da documentação e proposta: **DIA 26/08/2024 ÀS 09:00 HORAS**. O edital completo encontra-se disponível: no site do Município [www.catanduva.sp.gov.br](http://www.catanduva.sp.gov.br) – portal de transparência – link: <http://www.catanduva.sp.gov.br/financas/portal-transparencia/>. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Seção de Licitação – 5º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: [licitacao.editorial@catanduva.sp.gov.br](mailto:licitacao.editorial@catanduva.sp.gov.br). Catanduva, 25/06/2024. Padre Osvaldo de Oliveira Rosa – Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO**  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 34/2024  
EDITAL N. 53/2024  
ÓRGÃO: FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.  
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COBERTORES, ALMOFADAS, COBERTORES CASAL E MANTAS CASAL.  
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) no dia 10.07.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 26.06.2024, através dos Sites: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) e [licitacao.rioclaro.sp.gov.br](http://licitacao.rioclaro.sp.gov.br).  
BRUNA FERNANDES PERISSINOTTO  
Presidente do Fundo Social de Solidariedade  
IRINEU SENTINELLA NETO  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2024  
EDITAL N. 55/2024  
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.  
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE KIT DE LIVROS ABORDANDO TEMAS ATUAIS, DIFERENTES AUTORES, ILUSTRADORES E GÊNEROS DISCURSIVOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.  
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) no dia 11.07.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 27.06.2024, através dos Sites: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) e [licitacao.rioclaro.sp.gov.br](http://licitacao.rioclaro.sp.gov.br).  
VALÉRIA APARECIDA VIEIRA VELIS  
Secretária Municipal de Educação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL**  
PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados que está aberto o **Pregão Eletrônico 47/24**, Processo 3.587/24 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE "A" A "Z" CONSTANTES NA TABELA CMED/ANVISA (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). – Encerramento dia 16/07/24 às 08:00 horas. O edital completo poderá ser adquirido no site [www.conchal.sp.gov.br](http://www.conchal.sp.gov.br), [www.bnc.org.com.br](http://www.bnc.org.com.br), portal PNCP e ou pelo e-mail: [pregao@conchal.sp.gov.br](mailto:pregao@conchal.sp.gov.br). Conchal, 25 de junho de 2024. Luiz Vanderlei Magnusson Prefeito Municipal

**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO - SÃO PAULO S.A.**  
CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42 - NIRE nº 35300580664 - COMPANHIA ABERTA  
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13.06.2024 ÀS 10:00 HORAS  
CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certificado o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 219.713/24-8 em 20.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Gerar.

**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO - SÃO PAULO S.A.**  
CNPJ/MF nº 44.319.688/0001-42 - NIRE nº 35300580664 - COMPANHIA ABERTA  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024 ÀS 10:30 HORAS  
CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certificado o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 219.712/24-4 em 20.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Gerar.

**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAVÍNIA/SP**  
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 26/24 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/24  
Contratada: ASP TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso, por prazo determinado, de sistemas informatizados e serviços de implantação, conversão, hospedagem em nuvem, treinamento, suporte técnico e manutenção, com implementação das exigências do Decreto nº. 10.540/2.020. Valor Global: R\$ 348.999,99. Vigência: 12 meses, a partir de 27/06/24 e 27/06/25. Data da assinatura: 21/06/24. Salvador Cazuu Matsunaka - Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 28/24 – OBJ.: Contrat. de empr. Especial, em locação de caçamba estacionárias p/ coleta e transp. dos resíduos sólidos e secos das caçambas cheias e evacuação das mesmas em área de transb., p/ demanda de diversos locais do Mun., em atendim. à Secr. Mun. de Agric. e Meio Ambiente do Mun. de Osvaldo Cruz – 12 meses. A data de realização dos lances será no dia 12/07/24 às 09:00h. O Edital encontra-se disp.: no site do Mun. [www.osvaldocruz.sp.gov.br](http://www.osvaldocruz.sp.gov.br), botão Menu Transp., Submenu Licit. Osvaldo Cruz, 25/06/24 – Vera Lúcia Alves – Prefeita Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**  
EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 005/24 PROCESSO Nº: 075/24 CONTRATO Nº: 032/24  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU Contratada: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA Objeto: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 916353/2021, NO MUNICIPIO DE GUAPIAÇU/SP. Valor Global: R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais). Validade: 24/06/2024 A 24/10/2025 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO O município de Guapiacu/SP, representado por seu prefeito, HOMOLOGA E ADJUDICA o objeto da Concorrência Eletrônica N.º 005/2023, Processo N.º 075/2024 a empresa JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA, no valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), NADA MAIS, PUBLIQUE-SE. GUAPIAÇU/SP, 24 DE JUNHO DE 2024. JEAN CARLOS VETORASSO – PREFEITO.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE SERTÃOZINHO**  
- Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - Pelo presente edital, e em conformidade com o Estatuto social, ficam CONVOCADOS todos os associados deste Sindicato, quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 16 (dezoisessis) horas em primeira convocação, na sede desta entidade, sito à Rua Barão do Rio Branco, 743, centro, Sertãozinho-SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; b) Parecer do Conselho Fiscal, sobre o Balanço do exercício de 2023; c) Leitura, discussão e votação do relatório da diretoria e Balanço do Exercício de 2023. Não havendo, na hora acima indicada número legal de associados, para a instalação em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes. Sertãozinho, 26 de junho de 2024. Jonathan Faleiros - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - O Presidente Executivo do SINDEES - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Ribeirão Preto de Região, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pela Legislação em vigor, por este edital CONVOCA todos os ASSOCIADOS contribuintes/fundadores do SINDEES em dia com suas obrigações e em condições de votar, para participarem da AGO de prestação de contas, no dia 28 DE JUNHO DE 2024, em primeira convocação, às 13h, e em segunda convocação às 15:30h, que será realizada na sede do Sindicato sito à Rua Marques de Valença, n. 33, Alto da Boa Vista, Ribeirão Preto/SP, para deliberar, nos termos do art. 22 do Estatuto Social, sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovar a prestação de contas do exercício 2023, seu Balanço Geral e respectivas demonstrações financeiras. Outrossim, comunica que o parecer do Conselho Fiscal é favorável às contas apresentadas. Ribeirão Preto, 24 de junho de 2024  
Sérgio Roberto Balduino da Silva – Presidente Executivo SINDEES/RPR.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2024 A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, através do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 23/2024, Processo nº 34/2024 na modalidade Pregão Presencial nº 21/2024, do tipo menor preço unitário, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, DE USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está prevista para as 09h00 do dia 12 de Julho de 2024. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.385/2024. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: [www.santaernestina.sp.gov.br](http://www.santaernestina.sp.gov.br) e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: [licitacao@santaernestina.sp.gov.br](mailto:licitacao@santaernestina.sp.gov.br) Santa Ernestina/SP, aos 26 de Junho de 2024. LUCAS APARECIDO ROGERIO Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL**  
Aviso de Licitação  
Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021  
Processo nº 103/2024 - Pregão



or, Link: Licitações, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**CAIS Clemente Ferreira em Lins**

Encontra-se aberto na UASG 900147- "CAIS Clemente Ferreira", a licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 90011/2024**, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO, referente ao Processo nº 024.0090356/2024-25, cujo objeto é a **Aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE, COPA E COZINHA**. A abertura para o certame será no dia 12/07/2024, a partir das 09h00 min, através do sistema [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O edital na íntegra está disponível para consulta no site <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e [www.eg-negociospublicos.com.br](http://www.eg-negociospublicos.com.br). Outras informações com o Núcleo de Finanças e Suprimento – Tel (14) 35331606 ou pelo e-mail: [caiscf-contratos@saude.sp.gov.br](mailto:caiscf-contratos@saude.sp.gov.br)



**LEILÃO**  
Somente Online



**Transmissão Ao Vivo Encerramento**  
10/07/2024 às 10h00



**Eletrobras Furnas**

**EDITAL CSLS G-312.2024 - Sucatas de Alumínio, Banco de Baterias, Óleo Mineral, Autotransformador Elevador.**

Modalidade: **ON-LINE com Transmissão ao vivo** ([www.ricoleiloes.com.br](http://www.ricoleiloes.com.br))

Abertura dos lances dos lotes: **19 de junho de 2024 às 10h00m**

Início de fechamento dos lotes: **10 de julho de 2024 às 10h00m**

**EDITAL COMPLETO** acesse [www.ricoleiloes.com.br](http://www.ricoleiloes.com.br)

\*Os interessados devem se habilitar por e-mail [contato@ricoleiloes.com.br](mailto:contato@ricoleiloes.com.br) até 05/07/2024, com envio dos documentos indicados no Edital.

**A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ANALISADA PELA COMISSÃO DE ALIENAÇÃO.**

**\*\* Maiores informações, condições de participação, visitação, remoção dos bens acesse o edital completo no site.**

**Leiloeiro Oficial – Victor Senna Gir Andrade – JUCESP 1132**

**Tel. (11) 4040-8060 | [www.RicoLeiloes.com.br](http://www.RicoLeiloes.com.br)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS**  
Estado de São Paulo

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024 – UASG 926677**  
**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/PP/COOP**

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 19/2024 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2024/00092 – **Objeto:** Formalização de **Ata de Registro de Preços** para a futura contratação de empresa para fornecimento parcelado sob demanda de **carlões de visita e pastas em cartolina** conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

**Reccebimento das Propostas:** a partir das 8h do dia 26/06/2024;

**Início da Disputa de Preços:** a partir das 10:30h do dia 15/07/2024;

**Disponibilidade do Edital:** 26/06/2024, no portal eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> (Nº da licitação no compasnet: 90019/2024).

Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: [licitacoes@campinas.sp.leg.br](mailto:licitacoes@campinas.sp.leg.br) / [compras.camara.campinas@gmail.com](mailto:compras.camara.campinas@gmail.com)

Campinas, 25 de junho de 2024  
Julio Cesar Favinha  
Diretor de Materiais e Patrimônio

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICO - SEMARH**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 002/2024-SEMARH - (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, por meio de seu Agente de Contratação, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, no modo de disputa ABERTO, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para realização de serviços técnicos especializados em diagnósticos técnicos, sociais e ambientais, testes de bombeamento, análises de água físico-química completa e bacteriológica em poços tubulares, elaboração de projetos executivos de obra civil e projetos de energia solar fotovoltaica em comunidades do semiárido potiguar, considerando a necessidade de implantação/recuperação e adequação de sistemas de dessalinização, conforme a metodologia do Programa Água Doce – PAD, conforme especificações presentes no edital.

A licitação será realizada no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), UASG 928196, com Sessão a ser realizada às 10h00 (horário de Brasília – DF) do dia 12 de julho de 2024. O recebimento das propostas iniciará em 27 de junho de 2024 às 10h00. O edital e seus respectivos anexos poderão ser acessados no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no site da SEMARH. Maiores informações poderão ser obtidas por intermédio do e-mail: [semarh.licita@gmail.com](mailto:semarh.licita@gmail.com).

Natal – RN, 25 de junho de 2024.

RONALDO FREDERICO DE OLIVEIRA FREITAS - Agente de Contratação



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20240042**

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20240042 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Válvulas Borboletas Bi-Excêntricas, Tipo Flangeadas. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do No 905162024, até o dia 12/07/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br) - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Junho de 2024 - SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA



**PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS**

**DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES**  
**AVISO DE EDITAL**  
**Concorrência Presencial No 005/2024**

**Objeto:** Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para reforma por demanda, com fornecimento de equipamentos de infraestrutura, do Fórum da Comarca de Igreja Nova/AL.

**DATA:** 02 de agosto de 2024. HORA: 09h (Horário Local).

**LOCAL:** Auditório do Pleno Desembargador Gerson Omena Bezerra, situado na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 1o andar, Anexo II ao prédio-Sede deste Tribunal, Centro, Maceió/AL.

**CONDIÇÕES DE RETIRADA DO EDITAL:** O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e/ou retirada no site [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), no link Licitações e [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br).

Maceió, 25 de junho de 2023.  
Kátia Maria Diniz Cassiano  
Presidente  
Comissão Permanente de Contratação



**BIASI**  
10101

**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 05/07/2024 às 14h 2º Leilão: dia 15/07/2024 às 14h

**EDUARDO CONSENTINO**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ITAU ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS LTDA, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.716/0001-01, da Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Otávio Sulist, 7º Andar, Parte A, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, com Recursos Admistrativos do Sistema de Consórcio, com Garantia de Fiançação Fiduciária do Imóvel e Outras Avenças de nº 00069280-09, firmado em 18/09/2015, no qual figura como fiduciário, **ANTONIO LUIS INE**, brasileiro, solteiro, maior, sub gerente, titular do RG nº 222094082-SSP/SP, inscrito no CPFME sob nº 245.573.928-73, residentes e domiciliados em Mauá/SP, levara a **PÚBLICO LEILÃO** de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 05 de julho de 2024, às 14h00 horas, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 571.576,83 (Quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.785,42 (Duzentos e oitenta e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a área privativa consolidada em nome do credor fiduciário, constituído por **UM TERRENO** com área de 125,00 m², constituído pela metade do lote 08, da quadra 53, do Jardim Jazir, perímetro urbano, medindo 5,00m, de frente para a Rua Rodolfo Passim, com uma área construída de 64,13 m², Matrícula nº 61.820 do Registro de Imóveis de Mauá/SP. Oba: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde a designação a dia 15 de julho de 2024, às 14h00 horas, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.7**



**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**  
—Online—

**zúk**

**Credora Fiduciária: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S/A**  
**Custodiantes: BANCO PAN S/A - Fiduciários: JOAQUIM FERREIRA, SIRLEI MAXIMINA RAIMUNDO FERREIRA, MARCIO FERREIRA e ELIZABETH SANDRA CYRNE FERREIRA**

arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciário, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro: Leiloeiro Oficial: Dora Platt - Jucesp 744.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br**

**SINDINSTAL**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES EXTERNAS E INTERNAS E DE VENDAS DE TV POR ASSINATURA, A CABO, MMDS E DTH - SINDINSTAL -** Inscrito no CNPJ nº 06.600.416/0001-15 - Com sede na Rua Formosa, 99 - Sala 402 - Centro de SP CEP 01049-000, com data base em 1º de setembro de 2024, com base territorial no estado de são paulo, no uso de suas atribuições legais convoca todos os trabalhadores nas empresas, que executam serviços de instalação e manutenção de redes externas e internas e de vendas de tv por assinatura, a cabo, MMDS e DTH, no Estado de São Paulo, associados ou não, para participarem da assembleia geral extraordinária que será virtual, itinerante e ou presencial nos locais de trabalho no dia 08 de julho de 2024 até 12 de julho de 2024 às 07:00 horas ou 17:30 horas; em 1ª (primeira) convocação, respectivamente, e às 07:30hs ou 18horas; em 2ª (segunda) convocação, com qualquer numero de participantes, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:** **a)** Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior, **b)** Discussão e aprovação da pauta de reivindicação para convenção coletiva de trabalho e acordos coletivos de trabalho, do exercício de 2024/2026, com abrangência em todo território do Estado de São Paulo envolvendo empresas, prestadoras de serviços em tv por assinatura que executam serviços de instalação e manutenção de redes externas e internas, vendas, no estado de são paulo, entre elas: as que prestam serviços as operadoras e ou tomadoras de serviços, claro/net, vivo, embratel, oi, sky, desk, etc, e também as que prestam serviços nas empresas representadas pelo sindicato nacional das empresas operadoras de sistemas de televisão por assinatura - "seta"; Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Instaladoras de Sistemas e Redes de Tv por Assinatura Cabo, MMDS e DTH e Telecomunicações - SINDINSTAL, **c)** Autorização à diretoria do SINDINSTAL, para negociar e firmar as convênções coletivas de trabalho, bem como também negociar e firmar acordos coletivos de trabalho, individualmente. Com cada empresa, e no caso de malogro dos entendimentos, autorização para paralisação, bem como para suscitir dissídio coletivo, inclusive de greve, perante o tribunal regional do trabalho, e se for o caso no tribunal superior do trabalho, **d)** Discussão aprovação e fixação da contribuição assessorial/associativa, inclusive para manifestações dos interessados no que tangue a eventual oposição, que deverá ser feita em até 10 dias após assinatura da convenção, escrita de próprio punho modelo fornecido pelo sindicato e disponível no site de entidade que deverá ser entregue diretamente pelo interessado no rh da empresa, que encaminharão ao sindicato por sedex ou pessoalmente, na sede do sindicato em até 30 dias após a data da assinatura da convenção. **e)** Deliberação sobre a transformação da assembleia em permanente em toda a jurisdição do sindicato até o estabelecimento final das normas coletivas da categoria. O resultado das votações dar-se-á pela somatória dos votos de todos as assembleias realizadas. São Paulo, 26 de junho de 2024. **José Tadeu de Oliveira Castelo Branco - Presidente**

**EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE"**  
**DE CASA - SAULO PAULO/S**



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraescritos, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: [www.freitasilleiloeiro.com.br](http://www.freitasilleiloeiro.com.br). **Localização do imóvel:** **Saulo Paulo-S.** Bairro Santa Rita, Rua Engenharia Heitor Gomes de Godó, 50, Condomínio Residencial Vira Hipermercado, Área priv. terr. 80,40m² e cont. 149,980mq. Mat. 350.367 do 11º RI Rural Obs.: Consta Ação de Notificação Judicial, processo nº 1040122-95.2014.8.26.0002, em trâmite na 9ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro, em Saulo Paulo/S O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. O comprador providenciara a baixa das indisponibilidades constantes nas AV's, 6 e 7 da cidade matricada. Ocupada (AF), **Leilão:** 08/07/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: R\$ 653.904,00, **2º Leilão:** 08/07/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R\$ 621.000,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejussante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 2º da Lei 9.514/97, incluído pela lei nº 13.112/2016, art. 2º, § 1º, inciso III, alínea c, da mesma lei. Para maiores informações sobre as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: [WWW.VITRINEBRADESCO.COM.BR](http://WWW.VITRINEBRADESCO.COM.BR) e [WWW.FREITASILLEIROI.COM.BR](http://WWW.FREITASILLEIROI.COM.BR).

**EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE"**  
**DE CASA - SERTÃOZINHO/SP**

**Rede de vendas**

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial Inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (13ou 22) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97, Lei da Redaçõe. Os leilões serão realizados, na modalidade on-line através do site da Leiloeiro Oficial: [www.freitasiloeiro.com.br](http://www.freitasiloeiro.com.br) **Localização do imóvel: Sertãozinho-SP, Jd. Grande Aliança, Rua Francisco Menegon, 533, esquina c/ a Rua Ernesto Matriciardi (L. 25 da qd. 22). Casa: áreas totais: terr. 202,62m² e constr. 133,25m². Valor: R\$ 46.736 do R. Imóv. Obs.: Ocupada (AF). 1º Leilão: 08/07/2024, a partir das 10h00. Leilões: **SP 576.195,66 77 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 2º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 3º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 4º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 5º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 6º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 7º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 8º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 9º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 10º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 11º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 12º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 13º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 14º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 15º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 16º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 17º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 18º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 19º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 20º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 21º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 22º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 23º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 24º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 25º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 26º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 27º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 28º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 29º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 30º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 31º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 32º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 33º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 34º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 35º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 36º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 37º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 38º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 39º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 40º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 41º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 42º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 43º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 44º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 45º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 46º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 47º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 48º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 49º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 50º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 51º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 52º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/2024, a partir das 10h00. 53º Leilão: 11/07/2024, a partir das 10h00. Lances: SP 337.832,32 77 11/07/****

 **CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**AVISO DE LICITAÇÃO - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No MI No 20240004CEL04 CASA CIVIL - IG No 1321487000**

OBJETO: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA PROMOVER REVISÃO, ADEQUAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO ATUALMENTE DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA SEAS, VISANDO SUA AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO ENQUANTO PROGRAMA ESTADUAL DE ENSINO REGULAR ESPECÍFICO OFERECIDO PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará negociou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o financiamento das ações do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência - PRéVio, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, nos termos da Lei nº 17.272/2020. O programa tem como propósito fundamental contribuir para a redução e prevenção de crimes violentos no Estado do Ceará, promover a qualidade dos serviços de prevenção da violência, focados em jovens e grupos vulneráveis, em municípios priorizados, aumentar a capacidade de prevenção e investigação policial, principalmente na cidade de Fortaleza, melhorar a qualidade dos serviços de reabilitação de adolescentes em conflito com a lei. Para alcançar tais objetivos, o Programa elege públicos prioritários, aqueles diretamente atingidos pela violência, a saber: mulheres vítimas de violência doméstica, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, população LGBTQIA+ e pessoas em situação de ameaça. O PRéVio estrutura-se em quatro componentes, descritos a seguir: Componente I - Prevenção à Violência juvenil e de gênero; Componente II - Prevenção e investigação policial; Componente III - Fortalecimento do sistema de medidas socioeducativas; e Componente: IV - Administração do Programa. 2. O objetivo é a contratação de 01 (uma) Consultoria Individual para: PROMOVER REVISÃO, ADEQUAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO ATUALMENTE DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA SEAS, VISANDO SUA AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO ENQUANTO PROGRAMA ESTADUAL DE ENSINO REGULAR ESPECÍFICO OFERECIDO PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 - CEL 04, em nome da Casa Civil, convida os Consultores Individuais qualificados elegíveis a manifestarem interesse em relação à prestação dos serviços solicitados. Os Consultores Individuais interessados deverão apresentar currículo, com as comprovações de qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes para a execução dos serviços, inclusive informando os dados cadastrais: nome, cpf, endereço com cep, e-mail, e telefone. 4. A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. O(A) Consultor(a) (Pessoa Física) será selecionado(a) de acordo com o Manual de Aquisições do Executor e as Políticas para a Seleção de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - GN 2350 15, disponibilizado no website: <https://projectprocurement.iadb.org/es/documentos>. 5. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência encontram-se disponíveis através do link: <https://www.seplag.ce.gov.br> - aba serviços - consulta à licitações publicadas processo Viprocc no 017544792024. Os Consultores Individuais interessados poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 - CEL 04, das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 6. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação - CEL-04 e enviadas preferencialmente por e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, no formato pdf, podendo os arquivos serem subdivididos, não ultrapassando o tamanho máximo de 25MB ou entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, até as 16:00 (dezoisete) horas do dia 18 de julho de 2024. 7. A Comissão de Licitação 04 solicita ao consultor manifestante que caso não receba confirmação do recebimento dos currículos, via e-mail dentro de 48(quarenta e oito) horas após o encerramento do prazo, entre em contato por meio do telefone 3459-6379 e/ou pelo e-mail cel04@pge.ce.gov.br. Endereço: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No 20240004/CEL04/ CASACIVIL/CE Central de Licitações do Estado do Ceará - Comissão Especial de Licitação 04 (CEL 04) - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 CEP No 60.811-520 - Bairro Edson Queiroz - Fortaleza - Ceará - Brasil. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Junho de 2024 - WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - Presidente da Cel 04

**JOSÉ ANTONIO RODRIGUES FRANCISCO**, Oficial do Registro de Imóveis e Anexos desta Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na forma da Lei. **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital vierem ou dole conhecimento tiverem que, por parte da proprietária: **GOLDENSERT ADMINISTRADORA E INCORPORADORA LIMITADA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.494.354/0001-02 e NIRE 35232194087, com sede nesta cidade, na Avenida Antenor Paschoal nº 107, sala 03, foram apresentados e depositados neste Ofício Registral, situado na Avenida Antenor Paschoal nº 175, os documentos necessários e exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, **Lei do Parcelamento do Solo Urbano**, para o registro do loteamento denominado **"ROYAL PARK"**, situado no perímetro urbano deste município e comarca de Sertãozinho, composto por lotes residenciais e comerciais, tendo acesso principal pela Estrada Municipal STZ - 020; contendo 510 (quinhentos e dez) lotes, localizados em 17 quadras designadas numericamente por 04, 05, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, e 23, contendo ainda áreas públicas compostas por: Sistema Viário; 02 (duas) Áreas Verdes (quadras nºs 06 e 24); 01 (uma) Área Institucional (quadra nº 03); e, 09 (nove) Sistemas de Lazer (quadras nºs 01, 02, 07, 08, 10, 12 e 24). Os lotes (área vendável) totalizam 125.166,39 metros quadrados, ou 44,69% da gleba; o Sistema Viário contém 84.107,17 metros quadrados ou 30,01% da gleba; as Áreas Verdes APP contém 33.063,78 metros quadrados ou 11,81% da gleba; a Área Institucional contém 14.019,30 metros quadrados ou 5,01% da gleba; e, os Sistemas de Lazer totalizam 23.745,36 metros quadrados ou 8,48% da gleba, sendo de **duzentos e oitenta mil e cinquenta e cinco (280.055,00 m²) metros quadrados a área global**, adquirida conforme R.3.990.875, R.3.990.876 e R.6.233.103 todos de 21 de julho de 2021, quei deram origem a **matrícula nº 92.203** e posteriormente a matrícula nº 92.348, todas do Livro 2 - Registro Geral desta Ofício, cujo imóvel confronta no todo com a Estrada Vicinal Alcides Balbo - STZ-137, com a Estrada Municipal STZ - 020 de acesso Sertãozinho-Ribeirão Preto; com a Fazendeza Santo Antônio II - Gleba B (matrícula nº 27.955), com a Fazendeza Santo Antônio II - Gleba B - Romanescente (matrícula nº 91.647), com a Gleba de Terras (matrícula nº 88.430), com a Gleba de Terras (matrícula nº 88.429) e com a Fazendeza Tamburi Gleba C - Descoberto (matrícula nº 89.748). O projeto foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Sertãozinho/SP em 22 de abril de 2024, Prot. nº 418/2024, Decreto Municipal nº 8.282/2024 de 22 de abril de 2024; aprovado pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB, em 16 de janeiro de 2024, Certificado nº 010/2024. **RESTRITÓES URBANÍSTICAS**: São aquelas impostas no contrato padrão de venda de lotes e pela Prefeitura Municipal local, em legislação própria aplicável a loteamentos urbanos, conforme zoneamento por ali determinado. Os lotes nºs 01 a 19 da quadra nº 04; os lotes nºs 01 a 16 da quadra nº 05; os lotes nºs 01 a 11 da quadra nº 08; o lote nº 01 da quadra nº 09; os lotes nºs 01 a 13 da quadra nº 10; e, os lotes nºs 01 a 12 da quadra nº 11, tem destinação de uso misto (residencial/comercial), totalizando 72 lotes, sendo que todos os demais 438 lotes, tem destinação de uso exclusivamente residencial. Decorrido o prazo de quinze (15) dias contados da data da última publicação deste edital, em período diário em três (3) dias consecutivos, não havendo qualquer impugnação e cumpridas as demais formalidades legais, será feito o registro do loteamento. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente edital, ficando os documentos a disposição dos interessados para exame durante as horas regulamentares do expediente do Ofício. Sertãozinho, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (19/06/2024). Eu, Andréia Cristina Corbo Mussini Storto, Substituta do Ofício, que subscrevo, dou fé e assino.

A Substituta do Oficial: **ANDRÉIA CRISTINA CORBO MUSSINI STORTO**

**PLANTA DE SITUAÇÃO (SEM ESCALAS)**

PLANTA DE SITUAÇÃO (SEM ESCALAS)

LOCAL

ESTRADA MUNICIPAL STZ-020

ESTRADA VICINAL ALCIDES BALBO RIBEIRO PRETO

ESTRADA MUNICIPAL STZ-020

ACCESSO AO SISTEMA VIÁRIO

QUADRA 01

QUADRA 02

QUADRA 03

QUADRA 04

QUADRA 05

QUADRA 06

QUADRA 07

QUADRA 08

QUADRA 09

QUADRA 10

QUADRA 11

QUADRA 12

QUADRA 13

QUADRA 14

QUADRA 15

QUADRA 16

QUADRA 17

QUADRA 18

QUADRA 19

QUADRA 20

QUADRA 21

QUADRA 22

QUADRA 23

QUADRA 24

QUADRA 25

QUADRA 26

QUADRA 27

QUADRA 28

QUADRA 29

QUADRA 30

QUADRA 31

QUADRA 32

QUADRA 33

QUADRA 34

QUADRA 35

QUADRA 36

QUADRA 37

QUADRA 38

QUADRA 39

QUADRA 40

QUADRA 41

QUADRA 42

QUADRA 43

QUADRA 44

QUADRA 45

QUADRA 46

QUADRA 47

QUADRA 48

QUADRA 49

QUADRA 50

QUADRA 51

QUADRA 52

QUADRA 53

QUADRA 54

QUADRA 55

QUADRA 56

QUADRA 57

QUADRA 58

QUADRA 59

QUADRA 60

QUADRA 61

QUADRA 62

QUADRA 63

QUADRA 64

QUADRA 65

QUADRA 66

QUADRA 67

QUADRA 68

QUADRA 69

QUADRA 70

QUADRA 71

QUADRA 72

QUADRA 73

QUADRA 74

QUADRA 75

QUADRA 76

QUADRA 77

QUADRA 78

QUADRA 79

QUADRA 80

QUADRA 81

QUADRA 82

QUADRA 83

QUADRA 84

QUADRA 85

QUADRA 86

QUADRA 87

QUADRA 88

QUADRA 89

QUADRA 90

QUADRA 91

QUADRA 92

QUADRA 93

QUADRA 94

QUADRA 95

QUADRA 96

QUADRA 97

QUADRA 98

QUADRA 99

QUADRA 100

QUADRA 101

QUADRA 102

QUADRA 103

QUADRA 104

QUADRA 105

QUADRA 106

QUADRA 107

QUADRA 108

QUADRA 109

QUADRA 110

QUADRA 111

QUADRA 112

QUADRA 113

QUADRA 114

QUADRA 115

QUADRA 116

QUADRA 117

QUADRA 118

QUADRA 119

QUADRA 120

QUADRA 121

QUADRA 122

QUADRA 123

QUADRA 124

QUADRA 125

QUADRA 126

QUADRA 127

QUADRA 128

QUADRA 129

QUADRA 130

QUADRA 131

QUADRA 132

QUADRA 133

QUADRA 134

QUADRA 135

QUADRA 136

QUADRA 137

QUADRA 138

QUADRA 139

QUADRA 140

QUADRA 141

QUADRA 142

QUADRA 143

QUADRA 144

QUADRA 145

QUADRA 146

QUADRA 147

QUADRA 148

QUADRA 149

QUADRA 150

QUADRA 151

QUADRA 152

QUADRA 153

QUADRA 154

QUADRA 155

QUADRA 156

QUADRA 157

QUADRA 158

QUADRA 159

QUADRA 160

QUADRA 161

QUADRA 162

QUADRA 163

QUADRA 164

QUADRA 165

QUADRA 166

QUADRA 167

QUADRA 168

QUADRA 169

QUADRA 170

QUADRA 171

QUADRA 172

QUADRA 173

QUADRA 174

QUADRA 175

QUADRA 176

QUADRA 177

QUADRA 178

QUADRA 179

QUADRA 180

QUADRA 181

QUADRA 182

QUADRA 183

QUADRA 184

QUADRA 185

QUADRA 186

QUADRA 187

QUADRA 188

QUADRA 189

QUADRA 190

QUADRA 191

QUADRA 192

QUADRA 193

QUADRA 194

QUADRA 195

QUADRA 196

QUADRA 197

QUADRA 198

QUADRA 199

QUADRA 200

QUADRA 201

QUADRA 202

QUADRA 203

QUADRA 204

QUADRA 205

QUADRA 206

QUADRA 207



mercado

# O teto de vidro e a sub-representatividade feminina em cargos de liderança

Existe um debate sobre por que persistem as diferenças de gênero no topo, tanto na participação quanto em rendimentos

**Lorena Hakak**

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

Conheci Natsumi quando ela tinha 40 anos, com o livro “A Biblioteca dos Sonhos Secretos”, de Michiko Aoyama. A história, embora se passe no Japão, poderia ocorrer em diversos países, incluindo o Brasil. Natsumi trabalhava há alguns anos no editorial de uma revista e, aos 37 anos, quando engravidou, comunicou a gravidez ao seu chefe apenas no quinto mês. Não queria preocupar os colegas. Trabalhou até o final da gestação e retornou ao trabalho depois de 4 meses, apesar de ter direito a um período maior de licença-maternidade.

Para sua surpresa, ao retornar ao trabalho, o editor-chefe a transferiu para o departamento de documentação e pesquisa, alegando ser um trabalho “mais leve”, no qual ela poderia sair “no horário”. Sem levar em consideração a opinião da funcionária, ele não mudou de ideia e disse que era complicado trabalhar no editorial com uma criança pequena.

Nos primeiros anos com sua filha, Natsumi assumiu todos os cuidados com a menina e a casa. O marido pouco participava das tarefas. A falta de tempo e frustração a consumiam, assim como a culpa. Embora amasse a filha, Natsumi desejava ter de vol-

ta a sua carreira como havia imaginado. Sentia vergonha de invejar suas colegas. É o que na história é chamado de carrossel. Solteiros têm inveja dos casados, que por sua vez têm inveja dos que têm filhos, os quais invejam os solteiros. Além disso, sentia-se sozinha pela falta de parceria do marido e por sua ausência devido a sua longa jornada de trabalho. Algumas vezes reclamou, mas o marido falava que suas viagens e participação em jantares eram essenciais para sua carreira.

Poderíamos trocar o nome da personagem para Maria ou Joana e a história seria parecida. Muitas mulheres acabam se dedicando mais aos filhos e cuidados da casa do que seus maridos, o que pode prejudicar suas carreiras. No caso de Natsumi, a própria empresa, seguindo as normas sociais vigentes, rebaixou-a de seu cargo anterior, supondo que ela não daria conta do trabalho por causa da filha pequena. Nesse contexto, será que as mulheres são submetidas a padrões de exigência mais altos que os homens?

A nossa heroína não se dá por vencida e decide procurar um novo emprego. Um lugar que pudesse exercer a função que gostava sem ser discri-

minada por ter uma filha pequena. Ela encontra uma posição em outra editora.

Apesar de todo o progresso que tivemos no mercado de trabalho e da maior participação feminina, as mulheres estão subrepresentadas em cargos de chefia ou em conselhos de empresas, tanto da iniciativa privada como pública. Sem contar na esfera política. Segundo dados do quarto trimestre de 2023 da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), 40% dos diretores e dirigentes de empresas são mulheres. Elas possuem, em média, 15 anos de escolaridade —um a mais que seus pares homens—, porém têm um salário médio 28% menor.

Na literatura esse fenômeno é denominado de “teto de vidro”. Existe um debate sobre por que persistem as diferenças de gênero no topo, tanto na participação quanto em rendimentos. Segundo a economista Marianne Bertrand, em seu artigo “Coase lecture—the glass ceiling” (2018), uma parte das diferenças pode ser explicada pela discriminação, mas existem outras explicações. A escolha dos cursos superiores pode explicar parte das disparidades. Algumas carreiras pagam, em média, mais que outras. Es-

tudos indicam que existem diferenças de atitude entre homens e mulheres em relação à competição e negociação. Além disso, há evidências de que as mulheres preferem trabalhos mais flexíveis, embora os cargos que pagam mais e exigem maior responsabilidade demandam longas jornadas de trabalho, o que representa um inconveniente maior para elas.

Uma das razões pelas quais as mulheres buscam trabalhos mais flexíveis é a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho de cuidados. Nesse contexto, quais políticas podem ser adotadas para reduzirmos o teto de vidro? As empresas podem adotar políticas mais amigáveis às mulheres, ofertando vagas com horários mais flexíveis, parte remoto, opção de trabalho em tempo parcial, maior licença parental, entre outras. A adoção de políticas afirmativas que fomentem a diversidade em cargos de liderança e conselhos de empresas é essencial. Além disso, gestores poderiam ampliar o acesso a creches em tempo integral, e o Congresso deveria considerar a extensão da licença paternidade. São metas que nós como sociedade devemos buscar.



Mulher compra café em supermercado de Buenos Aires; PIB argentino caiu no primeiro trimestre 23.mai.24/ AFP

# PIB argentino cai 5,1% no 1º trimestre; Milei comemora

Setores de construção civil e manufatura tiveram contração de dois dígitos; exportações cresceram

BUENOS AIRES | AFP O PIB (Produto Interno Bruto) da Argentina contraiu 5,1% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, informou nesta segunda-feira (24) o Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censos). Em comparação

com o trimestre anterior, a queda foi de 2,6%.

O setor de construção, com uma queda de 19,7%, foi o mais afetado na comparação em relação ao mesmo período do ano passado, seguido pela indústria manufatureira, que registrou uma contração de 13,7%, e as atividades de intermediação financeira, com uma diminuição de 13%.

A única alta registrada pelo Indec foi nas exportações, que tiveram um aumento de 26,1% no período.

O presidente argentino, Javier Milei, comemorou o resultado nesta segunda-feira durante um discurso feito na República Tcheca, última parada de uma turnê europeia.

Ele disse que seu governo fez “o maior ajuste fiscal não apenas da história argentina, mas também da humanidade” e que está “devolvendo ao setor privado 15 pontos do PIB”.

O economista ultraliberal assumiu em dezembro de 2023 e, desde então, aplicou um ajuste nos gastos do Estado que cortou fortemente obras públicas, reduziu e eliminou órgãos estatais, suspendeu o financiamento às províncias, demitiu milhares de funcionários públicos, desregulamentou preços e eliminou subsídios, em um país que hoje contabiliza metade da população na pobreza.

Paralelamente, o instituto de estatísticas também divulgou o desemprego, que atingiu 7,7% da população economicamente ativa no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 0,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao observar setores específicos para a população de 14 anos ou mais, considerada em idade de trabalhar, a taxa de desemprego foi de 8,4% para as mulheres e 7% para os homens.

A inflação na terceira maior economia da América Latina atingiu 71,9% nos primeiros cinco meses de 2024 e 276,4% em 12 meses, níveis sem precedentes em três décadas, de acordo com os últimos dados oficiais.\*

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - 27ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR**  
**EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**  
**ATIVOS DAS RECUPERANDAS GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ 81.424.962/0001-70) E GATRON PULTRUSÃO EM PLÁSTICOS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ 17.114.608/0001-40)**

**BENS QUE INTEGRAM A “UPI VACUUM”**  
**Autos de Recuperação Judicial nº 013572-04.2017.8.16.0035**  
**Leilão Excepcionalmente Eletrônico**  
**(www.kronbergleiloes.com.br)**

A EXMA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 27ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, faz ciência aos interessados que venderá bens, das Recuperandas Gatron Inovação em Compositos S/A – em Recuperação Judicial (CNPJ 81.424.962/0001-70) e Gatron Pultrusão em Plásticos S/A – em Recuperação Judicial (CNPJ 17.114.608/0001-40), adiante denominadas de “Recuperandas”, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado no local, datas e horário previstos neste edital. **1. LOCAL:** As praças/chamadas previstas neste edital serão realizadas exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma [www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br), ficando os interessados/ licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site [www.kronleiloes.com.br](http://www.kronleiloes.com.br). **2. DATA E HORA:** Os bens objeto do leilão serão ofertados em duas praças/chamadas, a saber: **Primeira Praça/Chamada:** 23/08/2024. **Segunda Praça/Chamada:** 30/08/2024. As praças/chamadas previstas neste edital têm início programado para às 10h00min (horário de Brasília). **3. OBJETO:** Este edital tem por objeto a alienação, nos termos dos arts. 80, 80-A e 142 da Lei 11.101/2005, da “UPI Vacuum”, unidade produtiva isolada de propriedades das Recuperandas, constituída na forma do item 5.1.2.2.2 do PRJ (e 2º Modificativo à 5ª Consolidação – mov. 37045.2 dos autos) contendo os ativos descritos (e avaliados) no Laudo de Avaliação acostado ao mov. 37593.2 dos autos de Recuperação Judicial. **4. CADASTRO PRÉVIO:** Para participar do leilão eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se previamente no site do leiloeiro ([www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br)), cadastrando login e senha, observadas as regras previstas no referido site. O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro, respondendo, civil e criminalmente, por eventual informação incorreta. Ao se cadastrar e participar do leilão, o licitante adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lanços ofertados são irrevogáveis e sem direito ao arrendimento, ocorrendo por conta e risco do usuário (art. 13, § único e art. 32, ambos da Resolução 236/2016 do CNJ). **5. PROCEDIMENTO PARA O REGISTRO DE LANÇES:** Tendo em vista o leilão ser realizado exclusivamente em ambiente eletrônico, serão aceitos lanços desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. No(s) dia(s) indicado(s) no presente edital, a qualquer momento a partir dos horários fixados, será automaticamente iniciada a contagem regressiva de 180 segundos, sendo possível ofertar lanços até o término da contagem, correndo por conta e risco do licitante a decisão de inserir lanços nos segundos finais, em razão de possível instabilidade do sistema/Internet. A cada lance inserido durante a contagem regressiva, o sistema automaticamente iniciará nova contagem de 180 segundos. Finalizada a contagem regressiva sem que novos lanços sejam inseridos, o leilão será considerado finalizado/encerrado. O valor do primeiro lance a ser inserido deverá respeitar o valor mínimo previsto para as respectivas praças (lance inicial). O valor dos demais lanços deverão ser em valor superior aos lanços anteriormente inseridos no sistema, observado o incremento previsto no site. Os atos realizados eletronicamente ficam sujeitos ao regular funcionamento do sistema e da Internet, ficando o Poder Judiciário e/ou o Leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade em caso de mau funcionamento ou instabilidade. **6. LOTE ÚNICO:** Máquinas e Equipamentos que integram a “UPI VACUUM” (lote único), conforme descrição contida no presente edital. **7. LAUDO DE AVALIAÇÃO:** Integra o presente edital o laudo de avaliação juntado no mov. 37593.2 dos autos de Recuperação Judicial, não podendo ser alegado desconhecimento do conteúdo do mesmo. Todos os documentos podem ser acessados na plataforma eletrônica de leilões [www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br). É de responsabilidade dos interessados, antes do leilão, visitar e verificar a qualidade e quantidade dos bens, não sendo aceitas reclamações após o leilão. As fotos existentes no laudo, no site do leiloeiro e/ou no material publicitário devem ser consideradas meramente ilustrativas. **8. LANCE INICIAL:** Conforme previsto no PRJ – 2º Modificativo à 5ª Consolidação (mov. 37045.2 dos autos), os bens que integram a “UPI VACUUM” serão alienados, em primeira tentativa, a partir de 100% do valor da avaliação. Assim, em ambas as praças/chamadas previstas nesse edital, a UPI será ofertada a partir do valor de **R\$2.908.000,00** (100% do valor de avaliação). **9. LANCE CONSIDERADO VENCEDOR:** Será considerado arrematante o licitante que ofertar o lance de maior valor, observado o lance mínimo previsto neste edital. **Quando houver registro de lances no mesmo valor**, deverá ser observado que o lance para pagamento “à vista”, desde que no mesmo valor, prevalecerá sobre os lances para pagamento “a prazo”. O lance para pagamento em menor número de parcelas, desde que no mesmo valor, prevalecerá sobre os lances para pagamento em maior número de parcelas. **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Serão aceitos lanços para pagamento “à vista” ou “a prazo”, observadas as demais condições previstas neste edital. **10.1. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/ resolvida, sendo o bem novamente levado à leilão (do qual o arrematante ficará impedido de participar), ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da arrematação em favor das Recuperandas, além da comissão do leiloeiro (5%) e das despesas para a realização de um novo leilão. Todos os pagamentos deverão ser feitos em moeda nacional. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **10.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data do leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo (sinal) correspondente a 10% (dez por cento) do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em, no máximo, 24 (vinte e quatro) parcelas. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias corridos da data da arrematação e atualizadas mensalmente (pro-rata die), pela média do INPC + IGPD, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas, via guia judicial, em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo atualizado do valor de cada parcela, bem como providenciar a emissão da guia judicial. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas (considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida), podendo a Recuperandas, de imediato, valer-se da via executiva em face do arrematante para a execução do valor devido, hipótese em que incidirá, sobre o valor devido (soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas), multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal de 10% no prazo de 03 dias úteis, contados da data da arrematação, restará desfeita a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 10% sobre o valor da arrematação, além da comissão de 5% do leiloeiro, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Todos os pagamentos deverão ser feitos em moeda nacional. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **11. PROPOSTAS:** Tendo em vista a revogação, pela Lei nº 14.112/2020, do art. 142, II da Lei 11.101/05, não serão admitidas vendas por propostas. Portanto, os interessados em arrematar os bens que integram a UPI, deverão participar do leilão e registrar lanços nas condições previstas neste edital. **12. INADIMPLETIMENTO, RESCISÃO/DESAFIZAMENTO DA ARREMATACÃO, MULTA COMPENSATORIA:** Nos termos do “Item 3.9.4” do PRJ, na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor do lance ou do sinal de 10% no prazo fixado neste edital (10 dias corridos), o mesmo ficará sujeito a multa no valor total de 10% (dez por cento) sobre o valor da arrematação, servindo o auto de arrematação ou decisão homologatória como título executivo para cobrança de tal multa, que será revertida, exclusivamente em pagamento aos Credores Classes III e IV, sem prejuízo das respectivas medidas judiciais, inclusive ações destinadas à restituição do bem. Em tal hipótese, será devida ao leiloeiro taxa de comissão de 5% sobre o valor arrematação. **13. TAXA**

**DE COMISSÃO DE LEILÃO:** Será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da arrematação, a ser integralmente paga à vista (moeda nacional) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do leilão em que houver a arrematação. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, devendo ser destacado e pago para o leiloeiro. O pagamento da comissão deverá ser efetuado mediante depósito na conta bancária a ser oportunamente indicada pelo leiloeiro. O pagamento da comissão será sempre considerado à vista. O valor integral da comissão será devido mesmo na hipótese de arrematação com créditos, adjudicação ou exercício do direito de preferência, quando previstas tais hipóteses. O valor da comissão do leiloeiro será integralmente devido mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrepimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão posteriormente realizado, tendo em vista cada leilão ser considerado um ato independente. A comissão será devida independente da assinatura do auto de arrematação, uma vez que o direito subjetivo do leiloeiro ao recebimento da comissão origina-se da venda em leilão, não ficando condicionado aos atos e formalidades posteriores. Assim, uma vez efetuada a venda, caso o arrematante venha a deixar de assinar o auto de arrematação e/ou venha a deixar de adimplir o valor do lance, ainda assim será devida a taxa de comissão do leiloeiro. Em caso de desfazimento da arrematação e consequente ordem de devolução será aplicada a correção do valor da comissão pelo IPCA-E, exceto se o valor da comissão tiver sido depositado em juízo, hipótese em que o valor será devolvido com a correção da conta judicial. **14. DIVIDAS E ÔNUS:** Nos termos do “Item viii” do PRJ – 2º Modificativo à 5ª Consolidação (mov. 37045.2 dos autos) o adquirente da Unidade Produtiva Isolada objeto do leilão não sucederá as empresas em Recuperação Judicial nas suas obrigações de qualquer natureza, nos termos do disposto no art. 60, parágrafo único e art. 141, II da Lei 11.101/2005 e demais normas aplicáveis. Ou seja, a Unidade Produtiva Isolada (e os bens que integram a mesma) estará livre de qualquer ônus e débito, não havendo sucessão do arrematante nas obrigações das recuperandas, inclusive, mas não se limitando, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, as derivadas da legislação do trabalho, as decorrentes de acidentes de trabalho, dentre outras. Da mesma forma, sendo a arrematação considerada forma originária de aquisição, todos os bens que integram a UPI objeto do leilão serão entregues ao arrematante livres de ônus e débitos, inclusive de natureza *propter rem*, até a data da arrematação. Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. **Em relação a eventuais créditos tributários**, será aplicada a norma prevista no art. 130, § único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, IRPF e/ou IRPJ, dentre outros. **15. CONDIÇÕES GERAIS: Não serão aceitos créditos como lance e/ou pagamento (parcial ou total). Os bens serão entregues no estado de conservação em que se encontram** não havendo qualquer espécie de garantia. Caberá aos interessados, antes do leilão, analisarem o laudo de avaliação dos bens (disponibilizado no site do leiloeiro), assim como conferirem a quantidade e qualidade dos bens que compõem a UPI, uma vez que pode haver discrepâncias entre o indicado no laudo, neste edital e o verificado no local. Não será aceita qualquer reclamação após a realização do leilão, inclusive na hipótese de haver discrepância entre a quantidade, qualidade e descrição contidos neste edital e o verificado no local de guarda dos bens. Caberá ao arrematante arcar com as custas para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se refere o presente edital. **16. INFORMAÇÕES:** Com a Administradora Judicial “Brazilio Bacellar, Shirai Advogados”, pelo telefone (41) 3352-8363 ou email: [aj.mvc@braziliobacellar.com.br](mailto:aj.mvc@braziliobacellar.com.br) ou, ainda, com o leiloeiro, por intermédio do telefone (41) 3233-1077 e site [www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br). **Visitação dos bens mediante contato e agendamento prévio com a administradora.** Não serão admitidas visitas sem agendamento prévio ou acompanhamento. Bens em posse das recuperandas. Os bens poderão, sem aviso prévio, por questão de logística ou por qualquer outro motivo, serem removidos do local onde se encontram. Por isso, devem os interessados, antes do leilão, verificarem o local de guarda dos bens, mediante consulta ao leiloeiro. Eventuais fotos contidas em laudos, material de divulgação, site do leiloeiro, dentre outros locais, devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados, antes do leilão, verificarem as condições dos bens. **17. INTIMAÇÃO:** Pelo presente edital ficam as empresas recuperandas GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S/A (CNPJ 81.424.962/0001-70) e GATRON PULTRUSÃO EM PLÁSTICOS S/A (CNPJ 17.114.608/0001-40), e seus representantes legais cientes da realização deste leilão, bem como do dia, hora e local em que se realizará a alienação judicial. Da mesma forma, ficam intimados os credores e terceiros interessados. **18. PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Poderão as partes, credores e/ou terceiros interessados, querendo, impugnarem o presente edital no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da data da publicação do mesmo no Diário Eletrônico ou no site do leiloeiro ([www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br)), o que ocorrer primeiro, sob pena de preclusão. **19. IMPUGNAÇÃO DA ARREMATACÃO:** Para a impugnação da arrematação, deverão ser observados o prazo e requisitos previstos no art. 143, caput e parágrafos, da Lei 11.101/2005, observado o prazo de 48h após a juntada do auto de arrematação nos autos. Se houver mais de uma impugnação baseada no valor de venda do bem, somente terá seguimento aquela que tiver o maior valor presente entre elas. Impugnações baseadas no valor de venda do bem somente serão recebidas se acompanhadas de oferta firme do impugnante ou de terceiro para a aquisição do bem, respeitados os termos do edital, por valor presente superior ao valor de venda, assim como de depósito caucionário equivalente a 10% (dez por cento) do valor oferecido. **20. MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE OU IMPUGNANTE:** Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante e o impugnante constituir advogado. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou a Meritíssima Juíza de Direito que se expedisse o presente edital, o qual deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **21. LOTE OBJETO DO LEILÃO PREVISTO NESTE EDITAL:** São objeto do presente leilão os bens que integram o seguinte “lote único” **Lote Único: “UPI VACUUM”. Integram a UPI as seguintes máquinas e equipamentos descritos e avaliados no “laudo de avaliação patrimonial” juntado no mov. 37593.2 dos autos de Recuperação Judicial, o qual integra o presente edital, não podendo ser alegado desconhecimento:** MAQUINA TERMOFORMADORA 04 Nº 11 MESA 2700X2300 CAP. 29250 TON FAB. PROPRIA 2700X2300 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA 03 MESA 1500X1000MM GEISS CAP. 29250 TON MOD. DU1500 T7 GEISS DU1500 T7 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA Nº 02 MESA 2500X1200 GEISS 02 CAP. 29250 TON 350KW MOD. DU2500 T7 SÉRIE 962586 ANO 1998 GEISS DU 2500 T7 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA Nº 01 MESA 1500X1000 01 GEISS CAP. 29250 TON 150KW MOD.DU1500 T7 SÉRIE 9515224 ANO 1995 GEISS DU1500 T7 NECESSITA MANUTENCAO; ESTUFA TERMOPLASTICO DIM. 2500X1200MM CAP. 29250 TON APROX. 140 RESISTENCIAS CERAMICAS CLP FAL 502 FAB. PROPRIA 2500X1200 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA 05 MESA 2300X1100 CAP. 29250 TON FAB. PROPRIA 2300X1100 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA 06 MESA 2200X960 CAP. 29250 TON FAB. PROPRIA 2200X960 NECESSITA MANUTENCAO; ESTUFA TERMOPLASTICO DIM. 2130X1050MM CAP. 29250 TON APROX. 140 RESISTENCIAS CERAMICAS CLP FAL 502 FAB. PROPRIA 2130X1050 NECESSITA MANUTENCAO; ESTUFA TERMOPLASTICO DIM. 31800X1300MM CAP. 29250 TON APROX. 200 RESISTENCIAS CERAMICAS CLP FAL 502 FAB. PROPRIA 3180X1300 NECESSITA MANUTENCAO; ESTUFA TERMOPLASTICO DIM. 2970X1680MM CAP. 29250 TON APROX. 140 RESISTENCIAS CERAMICAS CLP FAL 502 FAB. PROPRIA 2970X1680 NECESSITA MANUTENCAO; MAQUINA TERMOFORMADORA Nº 09 MESA 1300X1300 ZMD MODELO HD 344 SÉRIE 1422 ANO 2000. **Local de Armazenagem:** Os bens não foram removidos pelo leiloeiro e encontram-se sob a guarda da Recuperanda, à rua Maria Isabel Zagonei, 205, Bairro Alfonso Pena, São José dos Pinhais – PR. Será de responsabilidade do arrematante a desmontagem, retirada e transporte dos bens do local onde os mesmos se encontram. A retirada dos bens deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados na data da expedição do Mandado de Entrega, devendo, para tanto, ser realizado agendamento prévio com as Recuperandas. **Observações:** Os bens serão entregues no estado de conservação e funcionamento em que se encontram, sem garantia. **Maiores informações:** Mais informações podem ser obtidas no laudo de avaliação juntado no mov. 37593.2 dos autos de recuperação judicial, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro ([www.kronbergleiloes.com.br](http://www.kronbergleiloes.com.br)). As fotos indicadas no laudo de avaliação, no site do leiloeiro e/ou no material publicitário devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados visitarem os bens e verificarem a atual situação dos mesmos. Valor de avaliação (laudo mov. 37593.2): R\$ 2.908.000,00. **Lance Inicial em Ambas as Praças/Chamadas** (valor de avaliação): **R\$ 2.908.000,00**

Curitiba, 19 de junho de 2024.  
Luciane Pereira Ramos  
Juíza de Direito